



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira:

1º Secretário

Analice Fernandes:

1ª Vice-Presidente

Estevam Galvão:

2º Secretário

2ª Vice-Presidente

Chico Sardelli:

3º Secretário

3º Vice-Presidente

Adilson Rossi:

4º Secretário

4º Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 128 • Número 93 • São Paulo, sábado, 26 de maio de 2018

www.imprensaoficial.com.br

CPI constituída com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

RELATÓRIO FINAL

SÃO PAULO, MAIO DE 2018

COMPOSIÇÃO DA CPI

Presidente: Deputado CORNEL TELHADA

Vice-Presidente: Deputado DOUTOR ULYSSES

Relator: Deputado CORONEL CAMILO

Partido	MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUBSTITUTOS
PSDB	Hélio Nishimoto	Marco Vinholi
PT	Beth Sahão	vago
DEM	vago	vago
PV	Doutor Ulysses	Edson Giriboni
PSB	Ed Thomas	Carlos Cezar
PSD	Coronel Camilo	Marta Costa
PPS	Vitor Sapienza	Roberto Morais
PP	Coronel Telhada	Antonio Salim Curiati

Prazo de funcionamento: 120 dias

Data de constituição e nomeação de membros da CPI: 18/10/2017

Data de Eleição do Presidente: 07/11/2017

Prorrogação por mais 60 dias: 20/12/2017

SUMARIO**Parte I - Constituição da CPI**

1. Requerimento de constituição da CPI e sua Justificativa

2. Atos do Presidente da Assembleia Legislativa

I – Da criação da CPI

II – Da constituição da CPI

III - Requerimento de Prorrogação da CPI

IV – Das modificações na composição da CPI

Parte II – Balanço de Atividades

1. Sinopse das Reuniões

2. Relação dos Depoentes

3. Diligências

4. Documentos

Parte III – Reuniões

1. Atas das reuniões

2. Transcrição taquigráfica das reuniões

Parte IV – Considerações finais e recomendações**Parte V – Encaminhamentos**

certificadodigital

um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado



COMPRAR
UM CERTIFICADO



RENOVAR
MEU CERTIFICADO



TENHO
UM VOUCHER



CLIENTES
DE GOVERNO



INSTALAR
MEU CERTIFICADO



SUPORTE
TÉCNICO

Acesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br



imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretora-Presidente Maria Felisa Moreno Gallego
Diretor Administrativo e Financeiro Richard Vainberg
Diretor Industrial Ival José de Andrade
Diretor de Gestão de Negócios Eduardo Yoshiro Yokoyama
Jornalista Responsável Gabriel Zeitune (MTb 43.569)
redacao@imprensaoficial.com.br

Diário Oficial

Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Matriz

Imprensa Oficial do Estado S.A. Imesp
CNPJ 48.066.047/0001-84
I.E. 109.675.410.118

Sede e administração
Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 2799.9800

www.imprensaoficial.com.br
SAC 0800 01234 01

Filial

Capital
XV de Novembro
t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
Rua XV de Novembro 318 Centro
São Paulo SP CEP 01013-000

PARTE I – CONSTITUIÇÃO DA CPI**1. REQUERIMENTO DE CONSTITUIÇÃO DA CPI E SUA JUSTIFICATIVA**

De iniciativa do Deputado CORONEL TELHADA, o Requerimento nº 2110/2016, com o intuito de criar a presente comissão, subscrito por 41 deputados desta Casa, com o seguinte teor:

REQUERIMENTO Nº 2110, DE 2016

Requeremos, nos termos do § 2º do artigo 13 da Constituição do Estado e do artigo 34 e seguintes do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 9 (nove) Deputados, com a finalidade de, no prazo de 120 (cento e vinte dias) dias, prorrogáveis, investigar todos os citados na operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos seus membros.

JUSTIFICATIVA

A Polícia Civil e o Ministério Público de São Paulo realizaram nesta terça-feira (22) operação para prender 41 (quarenta e uma) pessoas que seriam ligados a uma facção criminosos.

Os envolvidos são suspeitos de repassar a criminosos em liberdade relação de agentes responsáveis pela aplicação da lei que deveriam ser mortos. Tal acontecimento é gravíssimo e configura problema de interesse público, merecedor de investigação por parte do Parlamento, e expor argumentos que demonstrem a relevância da matéria, assim como a necessidade ou a oportunidade de ser constituída a Comissão proposta.

Sala das Sessões, em 22/11/2016.

a) Coronel Telhada a) Rogério Nogueira a) André Soares a) Ramalho da Construção a) Gileno Gomes a) Analice Fernandes a) Jorge Wilson Xerife do Consumidor a) Gil Lancaster a) Adilson Rossi a) Coronel Camilo a) Estevam Galvão a) Carlão Pignatari a) Maria Lúcia Amary a) Jooji Hato a) Márcio Camargo a) Pedro Tobias a) Antonio Salim Curiati a) Helio Nishimoto a) Roque Barbriere a) Rodrigo Moraes a) Campos Machado (apoiantamento) a) Orlando Bolçone a) Welson Gasparini a) Aldo Demarchi a) Carlos Cesar a) Celino Cardoso a) Ed Thomas a) João Caramez a) Roberto Tripoli a) Chico Sardelli a) Ricardo Madalena a) Roberto Engler a) Célia Leão a) Gilmaci Santos a) Milton Viera a) Marcos Damásio a) Roberto Massafera a) Delegado Olim a) Cauê Macris a) Sebastião Santos a) Cezinha de Madureira

2. ATOS DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Com as finalidades de criar e constituir a presente CPI foram editados 02 atos pelo Presidente da Casa:

I – DA CRIAÇÃO DA CPI**Ato nº 91, de 2017**

Em face do Requerimento nº 2110, de 2016, de autoria do Deputado Coronel Telhada e outros, tendo-se verificado o preenchimento dos requisitos do artigo 13, § 2º, da Constituição Estadual, esta Presidência CRIA, nos termos do artigo 34 e seu § 2º, bem como do artigo 34-A, do Regimento Interno, COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO composta por 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, "investigar todos os citados na Operação Ethos e o CONDEPE - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos seus membros".

Assembleia Legislativa, em 19 de setembro de 2017.

a) CAUÊ MACRIS - Presidente

II – DA CONSTITUIÇÃO DA CPI**Ato nº 96, de 2017**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observado o disposto no Ato nº 91, de 19 de setembro de 2017, que criou a Comissão Parlamentar de Inquérito composta por 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, "investigar todos os citados na Operação Ethos e o CONDEPE - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos seus membros". Conforme o Requerimento nº 2110, de 2016, de autoria do Deputado Coronel Telhada, CONSTITUI a referida Comissão, nomeando os seguintes membros efetivos e substitutos:

Partido	MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUBSTITUTOS
PSDB	Coronel Telhada	Hélio Nishimoto
PT	João Paulo Rillo	Beth Sahão
DEM	Cezinha de Madureira	André Soares
PV	Doutor Ulysses	Edson Giriboni
PSB	Júnior Aprillanti	Carlos Cesar
PSD	Coronel Camilo	Marta Costa
PPS	Fernando Cury	Roberto Morais
PRB	Milton Vieira	Wellington Moura
PHS	Clélia Gomes	

Assembleia Legislativa, em 17/10/2017

a) CAUÊ MACRIS - Presidente

III - REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO

Antes de expirado o prazo inicial de 120 dias desta CPI, foi requerida sua prorrogação, por meio de Requerimento, de autoria do Deputado Coronel Telhada, que solicitou a extensão por mais 60 (sessenta) dias dos trabalhos, aprovado na reunião do dia 20/12/2017.

IV – DAS MODIFICAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DA CPI

O Ato nº 96, do Presidente, anteriormente transcrita, nomeou os membros da CPI. No entanto, algumas modificações foram solicitadas pelas bancadas, modificando a composição final.

Seguem os atos com as respectivas mudanças:

• ATO DO PRESIDENTE Nº 101, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observada a indicação da Liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT, nomeia a Deputada Beth Sahão, que passa da condição de membro substituto para a de efetivo, e o Deputado João Paulo Rillo, que passa da condição de membro efetivo para a de substituto, na Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, e constituída pelo Ato nº 96, de 2017, com a finalidade de "investigar todos os citados na Operação Ethos e o CONDEPE - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos seus membros".

Assembleia Legislativa, em 18 de outubro de 2017.

a) CAUÊ MACRIS - Presidente

• ATO DO PRESIDENTE Nº 109, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observada a indicação da Liderança da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - PSB, nomeia o Deputado Ed Thomas como membro efetivo, em vaga anteriormente ocupada pelo deputado Junior Aprillanti e o Deputado Carlos Cesar como membro substituto na Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, e constituída pelo Ato nº 96, de 2017, com a finalidade de "investigar todos os citados na Operação Ethos e o CONDEPE - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos seus membros".

Assembleia Legislativa, em 22 de novembro de 2017.

a) CAUÊ MACRIS - Presidente

• ATO DO PRESIDENTE Nº 116, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observada a indicação da Liderança da Bancada do Partido Popular Socialista - PPS, nomeia o Deputado Vitor

Sapienza como membro efetivo, em vaga anteriormente ocupada pelo deputado Fernando Cury na Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, e constituída pelo Ato nº 96, de 2017, com a finalidade de "investigar todos os citados na Operação Ethos e o CONDEPE - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos seus membros".

Assembleia Legislativa, em 12 de dezembro de 2017.
a) CAUÊ MACRIS - Presidente

• ATO DO PRESIDENTE Nº 18, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observada a indicação da Liderança da Bancada do Partido Progressista - PP, nomeia o Deputado Coronel Telhada como membro efetivo e o Deputado Antonio Salim Curiati como membro substituto na Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, e constituída pelo Ato nº 96, de 2017, com a finalidade de "investigar todos os citados na Operação Ethos e o CONDEPE - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos seus membros".

Assembleia Legislativa, em 20 de março de 2018.
a) CAUÊ MACRIS - Presidente

• ATO DO PRESIDENTE Nº 19, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observada a indicação da Liderança da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, nomeia o Deputado Marco Vinholi como membro substituto e o Deputado Hélio Nishimoto, que passa de membro substituto para efetivo, na Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, e constituída pelo Ato nº 96, de 2017, com a finalidade de "investigar todos os citados na Operação Ethos e o CONDEPE - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos seus membros".

Assembleia Legislativa, em 27 de março de 2018.
a) CAUÊ MACRIS - Presidente

A edição do ATO 18/2018 se deveu ao fato de que o Presidente da CPI, Deputado Coronel Telhada, se filiou ao Partido Progressista, o que forçou a necessidade de uma nova reunião para eleição de presidente desse órgão técnico.

PARTE II – BALANÇO DAS ATIVIDADES

1. SINOPSE DAS REUNIÕES

07/11/2017	Reunião Especial de eleição de Presidente e Vice-Presidente – Eleito Presidente o Deputado Coronel Telhada e Vice-Presidente o Deputado Doutor Ulysses.
06/12/2017	Indicação do relator Deputado Coronel Camilo.
13/12/2017	Reunião para deliberar sobre a pauta e tratar de outros assuntos de interesse da Comissão.
20/12/2017	Aprovação do Plano de Trabalho com a ordenação das oitivas.
07/02/2018	Oitiva informal do Dr. Éverson Aparecido Contelli, Delegado do Núcleo Especial Criminal (NECRIM) da Delegacia Seccional de Polícia de Presidente Venceslau.
28/02/2018	Oitiva do Presidente da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), Dr. Marcos da Costa e oitiva informal do Secretário da Administração Penitenciária, Dr. Lourival Gomes.
07/03/2018	Oitiva dos senhores Rildo Marques de Oliveira, ex-Presidente do CONDEPE e Renê Ivo Gonçalves, ex Vice-Presidente do CONDEPE.
14/03/2018	Oitiva da senhora Maria Nazaré Cupertino, Presidente do CONDEPE, e do senhor Wenderson Gasparotto, Vice-Presidente do CONDEPE.
28/03/2018	Reunião Especial de eleição de Presidente – eleito Dep. Coronel Telhada
04/04/2018	Oitiva do Sr. Márcio Fernando Elias Rosa, Secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.
24/04/2018	Oitiva do Subprocurador Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo Sr. Dr. Mário Luiz Sarrubbo e do Promotor de Justiça Membro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Núcleo de Presidente Prudente Sr. Dr. Lincoln Gakiya.
09/05/2018	Sr. Luiz Carlos dos Santos, ex-Vice-Presidente do CONDEPE.

2. RELAÇÃO DOS DEPOENTES

1. Dr. Éverson Aparecido Contelli, Delegado do Núcleo Especial Criminal (NECRIM) da Delegacia Seccional de Polícia de Presidente Venceslau.
2. Dr. Marcos da Costa, Presidente da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP).
3. Dr. Lourival Gomes, Secretário da Administração Penitenciária.
4. Senhor Rildo Marques de Oliveira, ex-Presidente do CONDEPE.
5. Senhora Maria Nazaré Cupertino, Presidente do CONDEPE.
6. Senhor Wenderson Gasparotto, Vice-Presidente do CONDEPE.
7. Dr. Márcio Fernando Elias Rosa, Secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.
8. Dr. Mário Luiz Sarrubbo - Subprocurador Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo.
9. Dr. Lincoln Gakiya - Promotor de Justiça Membro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Núcleo de Presidente Prudente.
10. Sr. Luiz Carlos dos Santos, ex-Vice-Presidente do CONDEPE.

3. DOCUMENTOS

Foram entregues para a CPI os seguintes documentos:

1. Todas as atas de reuniões, deliberações, nomeações e das eleições relativas aos biênios 2012/2014, 2014/2016 e 2016/2018 para conselheiros e suplentes. Documentação solicitada pelo Ofício nº 3/17, dirigido ao CONDEPE, para atender o Requerimento nº 5, de 2017, aprovado na reunião de 20/12/2017.
2. Número e o tipo de denúncias realizadas a partir do ano de 2014 contra os servidores da Polícia Militar do Estado de São Paulo realizadas e/ou acompanhadas pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) e pelo CODH (Conselho Ouvidor de Direitos Humanos e Cidadania). Documentação solicitada pelo Ofício nº 4/17, dirigido à Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para atender o Requerimento nº 06, de 2017, aprovado na reunião de 20/12/2017.
3. Número e o tipo de denúncias realizadas a partir do ano de 2014 contra os servidores da Polícia Civil do Estado de São Paulo realizadas e/ou acompanhadas pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) e pelo CODH (Conselho Ouvidor de Direitos Humanos e Cidadania). Documentação solicitada pelo Ofício nº 5/17, dirigido à Corregedoria da Polícia Civil do Estado de São Paulo, para atender o Requerimento nº 06, de 2017, aprovado na reunião de 20/12/2017.
4. Número e o tipo de denúncias realizadas a partir do ano de 2014 contra os servidores das Polícias Civil e Militar do Estado de São Paulo realizadas e/ou acompanhadas pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) e pelo CODH (Conselho Ouvidor de Direitos Humanos e Cidadania). Documentação solicitada pelo Ofício nº 6/17, dirigido à Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo, para atender o Requerimento nº 06, de 2017, aprovado na reunião de 20/12/2017.
5. Número e o tipo de denúncias realizadas a partir do ano de 2014 contra os servidores da Secretaria (SAP) realizadas e/ou acompanhadas pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) e pelo CODH (Conselho Ouvidor de Direitos Humanos e Cidadania). Documentação solicitada pelo Ofício nº 7/17 e reiterado o pedido pelo Ofício 10/18, ambos dirigidos à Secretaria de Administração Penitenciária, para atender o Requerimento nº 06, de 2017, aprovado na reunião de 20/12/2017.
6. Documentação entregue pela senhora Maria Nazaré, na reunião de ... : fluxogramas de abertura, programa coletivo, algumas deliberações do CONDEPE e ata da última eleição.
7. Indicação, feita pelo CONDEPE, do Sr. Dimitri Nascimento Sales para integrar a CPI, na qualidade de Membro Credenciado.

8. Justificativas: Dr. Mário Luiz Sarrubbo justificou seu não comparecimento e indicou o Dr. Lincoln Gakiya para prestar esclarecimentos; Deputado Samuel Moreira justificou seu não comparecimento na data agendada.
9. Ata da reunião ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Condepe/SP ocorrida em 1-8-2016.
10. Comunicado Edital Condepe 1-2018, publicado em 14/03/2018.
11. Atos do Governador – DECRETO DE 20-7-2016 Nomeando indicados para integrarem, como membros e para um mandato de 2 anos, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Condepe, na condição de representantes - publicado no DO de 21 de julho de 2016.
12. Deliberação 001/ 2016, do Condepe - Destitui da função de Conselheiro Titular o senhor Luiz Carlos dos Santos,
13. DELIBERAÇÃO 02/2016, do Condepe - Institui a Criação da Comissão de auditoria dos processos de relatoria do Ex.Conselheiro Luiz Carlos dos Santos.
14. DELIBERAÇÃO 03/2016, do Condepe - Institui a Comissão de Análise do Regimento Interno.
15. DELIBERAÇÃO 04/2016 - Institui a Comissão Especial e Temporária para analisar o processo eleitoral da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública – biênio 2016-2018.

PARTE III – REUNIÕES

1. Atas das reuniões

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE - 18ª LEGISLATURA

07/11/2017 - Reunião Especial de Eleição de Presidente e Vice-Presidente

CPI OPERAÇÃO ETHOS CONDEPE

Ata da Reunião Especial de Eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros.

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às treze horas e trinta minutos, no Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Especial de Eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2110, de 2016, com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros, convocada nos termos regimentais. Presentes a Senhora Deputada Beth Sahão e os Senhores Deputados Coronel Telhada, Cezinha de Madureira, Doutor Ulysses, Coronel Camilo (membros efetivos). Ausentes a Senhora Deputada Clélia Gomes e os Senhores Deputados Junior Aprillanti, Milton Vieira e Fernando Cury. Havendo número regimental, sob a presidência do Deputado Doutor Ulysses, deu-se início aos trabalhos. O Presidente indagou aos membros sobre a existência de indicação de nomes para o cargo de Presidente da Comissão. O Deputado Coronel Camilo solicitou a palavra e indicou o nome do Deputado Coronel Telhada. Por unanimidade, foi eleito para o cargo de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito o Deputado Coronel Telhada. O Deputado Doutor Ulysses anunciou o resultado e convidou o Deputado Coronel Telhada, eleito, para que assumisse a presidência dos trabalhos. O Presidente eleito agradeceu os votos e indagou aos membros sobre a existência de indicação de nomes para o cargo de Vice-Presidente da Comissão. O Deputado Cezinha de Madureira solicitou a palavra e indicou o nome do Deputado Doutor Ulysses. Por unanimidade, foi eleito para o cargo de Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito o Deputado Doutor Ulysses. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, que eu, Alessandra Verrone Chimelli, Analista Legislativo, secretariei, e da qual lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim. Os

trabalhos foram gravados pelo Serviço de Audiofonia, e a correspondente transcrição taquigráfica, tão logo concluída, integrará para todos os fins esta ata. Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em sete de novembro de dois mil e dezessete.

Deputado Coronel Telhada
Presidente

Alessandra Verrone Chimelli
Secretária

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE - 18ª LEGISLATURA

06/12/2017 - apreciar a mesma pauta da reunião convocada para as 14:00 do mesmo dia e tratar de outros assuntos de interesse da Comissão.

CPI OPERAÇÃO ETHOS CONDEPE

Ata da Primeira Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros.

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Primeira Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2110, de 2016, com a finalidade de investigar todos os citados na operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros, sob a presidência do Deputado Coronel Telhada. Presentes a Senhora Deputada Beth Sahão e os Senhores Deputados Coronel Telhada, Cezinha de Madureira, Ed Thomas, Doutor Ulysses, Coronel Camilo (membros efetivos). Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. A seguir, o Presidente indicou para relator da Comissão o Deputado Coronel Camilo, que foi aclamado por unanimidade. Posteriormente, o Presidente passou à deliberação dos itens constantes da

pauta. Item 1 Requerimento nº 01, de 2017, solicitando a aprovação do Roteiro de Investigações ou Plano de Trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Item 2 Requerimento nº 02, de 2017, solicitando a aprovação da prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Item 3 Requerimento nº 03, de 2017, solicitando o convite para oitiva do Sr. Everson Aparecido Contelli, Delegado de Polícia da Central de Polícia Judiciária de Presidente Venceslau. Item 4 Requerimento nº 04, de 2017, solicitando a convocação para oitiva das seguintes pessoas: a) Sr. Luiz Carlos Santos, ex-Vice-Presidente do CONDEPE no biênio 2016/2018, e suplente no biênio 2014/2016, condenado criminalmente e preso; b) Sr. Rildo Marques de Oliveira e Sr. Renê Ivo Gonçalves, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do CONDEPE no biênio 2016/2018; c) Sra. Maria Nazaré Cupertino e Sr. Wenderson Gasparotto, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do CONDEPE no biênio 2016/2018. Item 5 Requerimento nº 05, de 2017, solicitando o envio de ofício para o CONDEPE requerendo todas as atas de reuniões, deliberações, nomeações e das eleições relativas aos biênios 2012/2014, 2014/2016 e 2016/2018 para conselheiros e suplentes. Item 6 Requerimento nº 06, de 2017, solicitando o envio de ofício para as Corregedorias da Polícia Militar do Estado de São Paulo e da Polícia Civil do Estado de São Paulo, a Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo e a Secretaria de Administração Penitenciária para que informem o número e o tipo de denúncias realizadas a partir de 2014 contra os servidores de cada instituição realizadas e/ou acompanhadas pelo CONDEPE e pelo CODH (Conselho Ouvidor de Direitos Humanos e Cidadania). Item 7 Requerimento nº 07, de 2017, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Marcio Fernando Elias Rosa, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Item 8 Requerimento nº 08, de 2017, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Everson Aparecido Contelli, Delegado de Polícia que assinou o Auto de Qualificação e Interrogatório do Sr. Luiz Carlos dos Santos, que à época era Vice-Presidente do CONDEPE e fora então preso por associação ao tráfico, para prestar esclarecimentos sobre sua relação com a Operação Ethos. Item 9 Requerimento nº 09, de 2017, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Daniel Zulian, Promotor de Justiça membro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Estado de São Paulo, que participou da Operação Ethos. Item 10 Requerimento nº 10, de 2017, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Mario Surubbo, Subprocurador Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo, que acompanhou o desenvolvimento da Operação Ethos. Item 11 Requerimento nº 11, de 2017, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Carlos Alberto Quadros de Bezerra Junior, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, filiado ao PSDB, membro do CONDEPE indicado pela ALESP para compor este órgão, que acompanhou o desenvolvimento da Operação Ethos. Item 12 Requerimento nº 12, de 2017, solicitando o convite para oitiva do Sr. Marcos da Costa, Presidente da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP). Foi solicitada vista conjunta de todos os itens da pauta, pela Deputada Beth Sahão e pelo Deputado Cezinha de Madureira. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Alessandra Verrone Chimelli, Analista Legislativo, lavrei e

assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 13 de dezembro de 2017.

Deputado Coronel Telhada

Presidente

Alessandra Verrone Chimelli

Secretária

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE - 18ª LEGISLATURA

13/12/2017 - deliberar sobre a pauta anexa e tratar de outros assuntos de interesse da Comissão

CPI OPERAÇÃO ETHOS CONDEPE

Ata da Segunda Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros.

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às catorze horas, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Segunda Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2110, de 2016, com a finalidade de investigar todos os citados na operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros, sob a presidência do Deputado Coronel Telhada. Presentes os Senhores Deputados Coronel Telhada, Ed Thomas, Doutor Ulysses, Coronel Camilo (membros efetivos) e os Senhores Deputados João Paulo Rillo e Roberto Morais (membros substitutos). Ausentes a Senhora Deputada Beth Sahão e os Senhores Deputados Cezinha de Madureira e Vitor Sapienza.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. A seguir, o Presidente passou à deliberação dos itens constantes da pauta: Item 1 - Requerimento nº 01, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando a aprovação do Roteiro de Investigações ou Plano de Trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Item 2 - Requerimento nº 02, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando a aprovação da prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Item 3 - Requerimento nº 03, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando o convite para oitiva do Sr. Everson Aparecido Contelli, Delegado de Polícia da Central de Polícia Judiciária de Presidente Venceslau. Item 4 - Requerimento nº 04, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando a convocação para oitiva das seguintes pessoas: a) Sr. Luiz Carlos Santos, ex-Vice-Presidente do CONDEPE no biênio 2016/2018, e suplente no biênio 2014/2016, condenado criminalmente e preso; b) Sr. Rildo Marques de Oliveira e Sr. Renê Ivo Gonçalves, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do CONDEPE no biênio 2016/2018; c) Sra. Maria Nazaré Cupertino e Sr. Wenderson Gasparotto, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do CONDEPE no biênio 2016/2018. Item 5 - Requerimento nº 05, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando o envio de ofício para o CONDEPE requerendo todas as atas de reuniões, deliberações, nomeações e das eleições relativas aos biênios 2012/2014, 2014/2016 e 2016/2018 para conselheiros e suplentes. Item 6 - Requerimento nº 06, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando o envio de ofício para as Corregedorias da Polícia Militar do Estado de São Paulo e da Polícia Civil do Estado de São Paulo, a Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo e a Secretaria de Administração Penitenciária para que informem o número e o tipo de denúncias realizadas a partir de 2014 contra os servidores de cada instituição realizadas e/ou acompanhadas pelo CONDEPE e pelo CODH (Conselho Ouvidor de Direitos Humanos e Cidadania). Item 7 - Requerimento nº 07, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Marcio Fernando Elias Rosa, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Item 8 - Requerimento nº 08, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Everson Aparecido Contelli, Delegado de Polícia que assinou o Auto de Qualificação e Interrogatório do Sr. Luiz Carlos dos Santos, que à época era Vice-Presidente do CONDEPE e fora então preso por associação ao tráfico, para prestar esclarecimentos sobre sua relação com a Operação Ethos. Item 9 - Requerimento nº 09, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Daniel Zulian, Promotor de Justiça membro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Estado de São Paulo, que participou da Operação Ethos. Item 10 - Requerimento nº 10, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Mario Surrubbo, Subprocurador Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo, que acompanhou o desenvolvimento da Operação Ethos. Item 11 - Requerimento

nº 11, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Carlos Alberto Quadros de Bezerra Junior, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, filiado ao PSDB, membro do CONDEPE indicado pela ALESP para compor este órgão, que acompanhou o desenvolvimento da Operação Ethos. Item 12 - Requerimento nº 12, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando o convite para oitiva do Sr. Marcos da Costa, Presidente da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP). Item 13 - Requerimento nº 13, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Marcos da Costa, Presidente da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), que indicou dois membros para a composição do CONDEPE na vaga destinada à OAB. Item 14 - Requerimento nº 14, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Samuel Moreira, Secretário da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo que indicou um membro para a composição do CONDEPE na vaga destinada ao Poder Executivo paulista. Item 15 - Requerimento nº 15, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP) que indicou um Desembargador para a composição do CONDEPE na vaga destinada ao Poder Judiciário paulista. Foi concedida vista conjunta de todos os itens anteriores aos Deputados João Paulo Rillo e Coronel Camilo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Alessandra Verrone Chimelli, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 20 de dezembro de 2017.

Deputado Coronel Telhada

Presidente

Alessandra Verrone Chimelli

Secretária

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE - 18ª LEGISLATURA

20/12/2017 - apreciar a mesma pauta da reunião convocada para as 14:00 do mesmo dia e tratar de outros assuntos de interesse da Comissão.

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE

Ata da Terceira Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de "investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros".

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Terceira Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2110, de 2016, com a finalidade de "investigar todos os citados na operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros", sob a presidência do Deputado Coronel Telhada. Presentes a Senhora Deputada Beth Sahão e os Senhores Deputados Coronel Telhada, Doutor Ulysses, Coronel Camilo, Vitor Sapienza (membros efetivos) e a Senhora Deputada Marta Costa e o Senhor Deputado André Soares (membros substitutos). Ausente o Senhor Deputado Cezinha de Madureira e, por motivo justificado, o Senhor Deputado Ed Thomas. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. A seguir, o Presidente passou à deliberação dos itens constantes da pauta. Item 1 - Requerimento nº 01, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando a aprovação do Roteiro de Investigações ou Plano de Trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Em virtude de ser autor do requerimento em tela, o Deputado Coronel Telhada passou a presidência dos trabalhos ao Vice-Presidente, Deputado Doutor Ulysses, o que se repetiu nos cinco itens seguintes da pauta. A Deputada Beth Sahão pediu a palavra e requereu a disponibilização de um período maior para análise das propostas do Plano de Trabalho apresentado. O Presidente decidiu, então, pela inversão dos itens da pauta, inserindo este como o último item a ser deliberado na reunião. Item 2 - Requerimento nº 02, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando a aprovação da prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A Deputada Beth Sahão pediu a palavra para solicitar a realização de votação nominal. Foi aprovado o requerimento, ressalvado o voto contrário da mesma. O Deputado Coronel Telhada indicou o prazo de 60 dias para a conclusão dos trabalhos. Item 3 - Requerimento nº 03, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando o convite para oitiva do Sr. Everson Aparecido Contelli, Delegado de

Polícia da Central de Polícia Judiciária de Presidente Venceslau. Após discussão e votação, foi aprovado o requerimento. Item 4 - Requerimento nº 04, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando a convocação para oitiva das seguintes pessoas: a) Sr. Luiz Carlos Santos, ex-Vice-Presidente do CONDEPE no biênio 2016/2018, e suplente no biênio 2014/2016, condenado criminalmente e preso; b) Sr. Rildo Marques de Oliveira e Sr. Renê Ivo Gonçalves, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do CONDEPE no biênio 2016/2018; c) Sra. Maria Nazaré Cupertino e Sr. Wenderson Gasparotto, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do CONDEPE no biênio 2016/2018. Após discussão e votação, foi aprovado o requerimento. Item 5 - Requerimento nº 05, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando o envio de ofício para o CONDEPE requerendo todas as atas de reuniões, deliberações, nomeações e das eleições relativas aos biênios 2012/2014, 2014/2016 e 2016/2018 para conselheiros e suplentes. Após discussão e votação, foi aprovado o requerimento. Item 6 - Requerimento nº 06, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando o envio de ofício para as Corregedorias da Polícia Militar do Estado de São Paulo e da Polícia Civil do Estado de São Paulo, a Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo e a Secretaria de Administração Penitenciária para que informem o número e o tipo de denúncias realizadas a partir de 2014 contra os servidores de cada instituição realizadas e/ou acompanhadas pelo CONDEPE e pelo CODH (Conselho Ouvendor de Direitos Humanos e Cidadania). Após discussão e votação, foi aprovado o requerimento. Item 7 - Requerimento nº 07, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Marcio Fernando Elias Rosa, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Foi concedida vista ao Deputado André Soares. Item 8 - Requerimento nº 08, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Everson Aparecido Contelli, Delegado de Polícia que assinou o Auto de Qualificação e Interrogatório do Sr. Luiz Carlos dos Santos, que à época era Vice-Presidente do CONDEPE e fora então preso por associação ao tráfico, para prestar esclarecimentos sobre sua relação com a Operação Ethos. O presente requerimento foi retirado da pauta por solicitação da autora por ter perdido o objeto em razão da anterior aprovação de requerimento de idêntico teor. Item 9 - Requerimento nº 09, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Daniel Zulian, Promotor de Justiça membro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Estado de São Paulo, que participou da Operação Ethos. Após discussão e votação, foi aprovado o requerimento. Item 10 - Requerimento nº 10, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Mario Surrubbo, Subprocurador Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo, que acompanhou o desenvolvimento da Operação Ethos. Foi concedida vista ao Deputado André Soares. Item 11 - Requerimento nº 11, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Carlos Alberto Quadros de Bezerra Junior, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, filiado ao PSDB, membro do CONDEPE indicado pela ALESP para compor este órgão, que acompanhou o desenvolvimento da Operação Ethos. Após discussão e votação, foi aprovado o requerimento. Item 12 - Requerimento nº 12, de 2017, de autoria do Deputado Coronel Telhada, solicitando o convite para oitiva do Sr. Marcos da Costa, Presidente da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP). Após discussão e votação, foi aprovado o requerimento. Item 13 - Requerimento nº 13, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Marcos da Costa, Presidente da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), que indicou dois membros para a composição do CONDEPE na vaga destinada à OAB. O presente requerimento foi retirado da pauta por solicitação da autora por ter perdido o objeto em razão da anterior aprovação de requerimento de idêntico teor. Item 14 - Requerimento nº 14, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Samuel Moreira, Secretário da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo que indicou um membro para a composição do CONDEPE na vaga destinada ao Poder Executivo paulista. Foi concedida vista ao Deputado André Soares. Item 15 - Requerimento nº 15, de 2017, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicitando a convocação para oitiva do Sr. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP) que indicou um Desembargador para a composição do CONDEPE na vaga destinada ao Poder Judiciário paulista. Após discussão e votação, foi aprovado o requerimento. Por fim, o Presidente voltou a pôr em deliberação o item 1 da pauta, relativo ao Plano de Trabalho por ele mesmo apresentado, que foi aprovado com a seguinte ordenação de oitivas: "Dia 1 - Dr. Everson Aparecido Contelli, Delegado de Polícia, e Dr. Daniel Zulian, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo; Dia 2 - Sr. Luiz Carlos dos Santos, ex-Membro do CONDEPE; Dia 3 - Sr. Rildo Marques de Oliveira, Presidente do CONDEPE no biênio 2014/2016 e Sr. Renê Ivo Gonçalves, Vice-Presidente do CONDEPE no biênio 2014/2016; Dia 4 - Sra. Maria Nazaré Cupertino, Membro do CONDEPE no biênio 2014/2016 e atual Presidente no biênio 2016/2018 e Sr. Wenderson Gasparotto, Vice-Presidente do CONDEPE no biênio 2016/2018; Dia 5 - Dr. Marcos da Costa, Presidente da Seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP); Dia 6 - Sr. Carlos Alberto Quadros de Bezerra Jr, Deputado Estadual; Dia 7 - Dr. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP) e Dr. Mario Surrubbo, Subprocurador Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo; Dia 8 - Sr. Marcio Fernando Elias Rosa, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Alessandra Verrone Chimelli, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 28/02/2018.

Deputado Coronel Telhada

Presidente

Alessandra Verrone Chimelli

Secretária

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE - 18ª LEGISLATURA

28/02/2018 - 1. Apreciar requerimentos constantes da pauta; 2. Proceder à oitiva do Presidente da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), Dr. Marcos da Costa.

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE 'INVESTIGAR TODOS OS CITADOS NA OPERAÇÃO ETHOS E O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, VINCULADO À SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA, INCLUINDO TODOS OS SEUS MEMBROS'

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Quarta Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2110, de 2016, com a finalidade de "investigar todos os citados na operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros", sob a presidência do Deputado Coronel Telhada. Presentes a Senhora Deputada Beth Sahão e os Senhores Deputados Coronel Telhada, Ed Thomas, Doutor Ulysses, Coronel Camilo, Vitor Sapienza (membros efetivos). Ausente o Senhor Deputado Cezinha de Madureira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, convocada com a finalidade de: 1. Apreciar requerimentos constantes da pauta; 2. Proceder à oitiva do Presidente da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), Dr. Marcos da Costa. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Inicialmente, o Senhor Presidente passou à apreciação da Ordem do Dia: Item 1 - Requerimento nº 07, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga - Solicita a convocação para oitiva do Sr. Marcio

Fernando Elias Rosa, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Foi concedida vista ao Deputado Dr. Ulysses. Item 2 - Requerimento nº 10, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga - Requer a aprovação da convocação para oitiva do Sr. Mario Sarrubbo, Subprocurador Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo, que acompanhou o desenvolvimento da Operação Ethos. Em discussão, o Deputado Coronel Camilo sugeriu que o requerimento fosse alterado, de forma que o Subprocurador fosse convidado, e não convocado. Havendo a concordância da autora do requerimento, Deputada Beth Sahão, foi aprovado o requerimento, na forma de "convite". Item 3 - Requerimento nº 14, de autoria da Deputada Beth Sahão e dos Deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga - Requer a aprovação da convocação para oitiva do Sr. Samuel Moreira, Secretário da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, que indicou um membro para a composição do CONDEPE na vaga destinada ao Poder Executivo paulista. Foi concedida vista à Deputada Beth Sahão e ao Deputado Coronel Camilo. Item 4 - Requerimento nº 16, de autoria do Deputado Coronel Telhada - Requer o envio de ofício para o CONDEPE para que apresente cópia dos documentos de todas as entidades vinculadas e com direito de assento no Conselho, nas gestões 2014/2016 e 2016/2018. Foi concedida vista à Deputada Beth Sahão e ao Deputado Coronel Camilo. Item 5 - Requerimento nº 17, de autoria do Deputado Coronel Telhada - Requer a aprovação de convite ao Dr. Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça do GAECO - Núcleo Presidente Prudente, para prestar esclarecimentos sobre a operação Ethos/CONDEPE. Foi concedida vista à Deputada Beth Sahão e ao Deputado Coronel Camilo. Em seguida, o Sr. Presidente anunciou a presença do Secretário da Administração Penitenciária, Dr. Lourival Gomes, e o convidou, bem como ao Dr. Marcos da Costa, para que tomassem assento à Mesa dos trabalhos. O Senhor Presidente, Deputado Coronel Telhada, concedeu a palavra para o Dr. Marcos da Costa, Presidente da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando que o convidado abordasse o tema objeto da CPI, dentre eles como se dá a participação daquela instituição no Condepe. Fizeram uso da palavra, para questionar o depoente e discorrer sobre o tema, os Senhores Deputados: Coronel Camilo, Vitor Sapienza, Beth Sahão, Ed Thomas e Dr. Ulysses, seguidos pelos esclarecimentos do convidado, Dr. Marcos da Costa. Fim da oitiva, o Senhor Presidente agradeceu a presença do convidado e passou a palavra ao Dr. Lourival Gomes, Secretário da Administração Penitenciária, para que abordasse o tema objeto da CPI. A partir desse momento, a reunião passou a ter caráter "informal", tendo em vista a ausência de quorum regimental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Letícia Chamy Farkuh, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 07 de março de 2018.

Deputado Coronel Telhada

Presidente

Letícia Chamy Farkuh

Secretária

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE - 18ª LEGISLATURA

07/03/2018 - 1. Apreciar requerimentos constantes da pauta; 2. Proceder às seguintes oitivas: 2.1 - Sr. Rildo Marques de Oliveira, ex-Presidente do CONDEPE; 2.2 - Sr. Renê Ivo Gonçalves, ex Vice-Presidente do CONDEPE.

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE 'INVESTIGAR TODOS OS CITADOS NA OPERAÇÃO ETHOS E O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, VINCULADO À SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA, INCLUINDO TODOS OS SEUS MEMBROS"

Aos sete dias do mês de março de dois mil e dezoito, às catorze horas, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Quinta Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2110, de 2016, com a finalidade de investigar todos os citados na operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros, sob a presidência do Deputado Coronel Telhada. Presentes a Senhora Deputada Beth Sahão e os Senhores Deputados Coronel Telhada, Cezinha de Madureira, Ed Thomas, Coronel Camilo e Vitor Sapienza (membros efetivos). Ausente, por motivo justificado, o Senhor Deputado Doutor Ulysses. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. A seguir, o Presidente convidou para tomar assento à mesa dos trabalhos a Sra. Maria Nazaré Cupertino, Presidente do CONDEPE, e o Sr. Wenderson Gasparotto, Vice-Presidente do CONDEPE, que, sucessivamente, fizeram explanações e responderam a questionamentos apresentados pelos Deputados presentes acerca do tema objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Alessandra Verrone Chimelli, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 04 de abril de 2018.

Deputado Coronel Telhada
Presidente

Alessandra Verrone Chimelli
Secretária

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE - 18ª LEGISLATURA

28/03/2018 - Reunião Especial de Eleição de Presidente

CPI OPERAÇÃO ETHOS CONDEPE

Ata da Reunião Especial de Eleição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros.

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e dezoito, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Especial de Eleição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2110, de 2016, com a finalidade de investigar todos os citados na operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros, convocada nos termos regimentais. Presentes os Senhores Deputados Ed Thomas, Doutor Ulysses, Coronel Camilo, Vitor Sapienza e Coronel Telhada (membros efetivos). Ausentes a Senhora Deputada Beth Sahão e o Senhor Deputado Hélio Nishimoto. Havendo número regimental, sob a presidência do Deputado Doutor Ulysses, deu-se início aos trabalhos. O Presidente indagou aos membros sobre a existência de indicação de nomes para o cargo de Presidente da Comissão. O Deputado Coronel Camilo solicitou a palavra e indicou o nome do Deputado Coronel Telhada. Por unanimidade, foi reeleito para o cargo de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito o Deputado Coronel Telhada. O Deputado Doutor Ulysses anunciou o resultado e convidou o Deputado Coronel Telhada, reeleito, para que assumisse a presidência dos trabalhos. O Presidente reeleito agradeceu os votos e, ato contínuo, passou alguns informes, em especial a designação de data e hora para a reunião seguinte desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, que eu, Alessandra Verrone Chimelli, Analista Legislativo, secretariei, e a qual lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim. Os trabalhos foram gravados pelo Serviço de Audiofonia, e a correspondente transcrição taquigráfica, tão logo concluída, integrará para todos os fins esta ata. Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em vinte e oito de março de dois mil e dezoito.

Deputado Coronel Telhada

Presidente

Alessandra Verrone Chimelli

Secretária

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE - 18ª LEGISLATURA

14/03/2018 - apreciar a mesma pauta da reunião convocada para as 14:00 do mesmo dia e tratar de outros assuntos de interesse da Comissão

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE 'INVESTIGAR TODOS OS CITADOS NA OPERAÇÃO ETHOS E O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, VINCULADO À SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA, INCLUINDO TODOS OS SEUS MEMBROS'.

Aos catorze dias do mês de março de dois mil e dezoito, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário José Bonifácio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Sexta Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2110, de 2016, com a finalidade de investigar todos os citados na operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros, sob a presidência do Deputado Coronel Telhada. Presentes a Senhora Deputada Beth Sahão e os Senhores Deputados Coronel Telhada, Ed Thomas, Coronel Camilo e Vitor Sapienza (membros efetivos). Presente, ainda, na qualidade de substituto eventual, o Senhor Deputado Roberto Trípoli. Ausentes o Senhor Deputado Cezinha de Madureira e, por motivo justificado, o Senhor Deputado Doutor Ulysses. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. A seguir, o Presidente convidou para tomar assento à mesa dos trabalhos a Sra. Maria Nazaré Cupertino, Presidente do CONDEPE, e o Sr. Wenderson Gasparotto, Vice-Presidente do CONDEPE, que, sucessivamente, fizeram explanações e responderam a questionamentos apresentados pelos Deputados presentes acerca do tema objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Alessandra Verrone Chimelli, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 04 de abril de 2018.

Deputado Coronel Telhada

Presidente

Alessandra Verrone Chimelli

Secretária

Deputado Coronel Telhada

Presidente

Alessandra Verrone Chimelli

Secretária

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE - 18ª LEGISLATURA

04/04/2018 - Proceder às seguintes oitivas: 2.1 - Sr. Márcio Fernando Elias Rosa, Secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo; 2.2 - Dr. Mário Luiz Sarrubbo, Subprocurador Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo.

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE

Ata da Sétima Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros.

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às quinze horas e trinta minutos, no Plenário D. Pedro I da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Sétima Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2110, de 2016, com a finalidade de investigar todos os citados na operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros, sob a presidência do Deputado Coronel Telhada. Presentes os Senhores Deputados Hélio Nishimoto, Doutor Ulysses, Coronel Camilo, Vitor Sapienza e Coronel Telhada (membros efetivos), bem como o Senhor Deputado Marco Vinholi (membro substituto). Presente, ainda, na qualidade de substituto eventual, a Senhora Deputada Ana do Carmo. Ausentes a Senhora Deputada Beth Sahão e, por motivo justificado, o Senhor Deputado Ed Thomas. Havendo número regimental, o Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. A seguir, o Presidente convidou para tomar assento à mesa dos trabalhos o Secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Sr. Márcio Fernando Elias Rosa, que fez uma explanação a respeito de aspectos relacionados ao cerne da presente Comissão Parlamentar de Inquérito. Fizeram uso da palavra, para questionar o depoente e discorrer sobre o tema, os Senhores Deputados Coronel Camilo, Vitor Sapienza, Ana do Carmo, Doutor Ulysses e Hélio Nishimoto, além do próprio Presidente, seguidos de esclarecimentos feitos pelo convidado. Finda a oitiva, o Presidente agradeceu a presença do convidado e transmitiu alguns informes aos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Alessandra Verrone Chimelli, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 09 de maio de 2018.

Deputado Coronel Telhada

Presidente

Alessandra Verrone Chimelli

Secretária

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE - 18ª LEGISLATURA

24/04/2018 - ouvir os Excelentíssimos Senhores: 1- Subprocurador Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo, Sr. Dr. Mário Luiz Sarrubbo, e 2- Promotor de Justiça Membro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Núcleo de Presidente Prudente Sr. Dr. Lincoln Gakiya

CPI OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA COM A FINALIDADE DE 'INVESTIGAR TODOS OS CITADOS NA OPERAÇÃO ETHOS E O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, VINCULADO À SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA, INCLUINDO TODOS OS SEUS MEMBROS.'

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário D. Pedro I da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Oitava Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 91, de 2017, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2110, de 2016, com a finalidade de investigar todos os citados na operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros, sob a presidência do Deputado Coronel Telhada. Presentes os Senhores Deputados Hélio Nishimoto, Ed Thomas, Doutor Ulysses, Coronel Camilo, Vitor Sapienza e Coronel Telhada (membros efetivos). Ausente a Senhora Deputada Beth Sahão. Havendo número regimental, o Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. A seguir, o Presidente convidou para tomar assento à mesa dos trabalhos o Subprocurador Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo, Sr. Dr. Mario Luiz Sarrubbo, e o Promotor de Justiça e Membro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Núcleo de Presidente Prudente, Sr. Dr. Lincoln Gakiya, que fizeram a primeira de maneira mais sucinta e o segundo de forma mais pormenorizada e explanações a respeito de aspectos relacionados ao cerne da presente Comissão Parlamentar de Inquérito. Fizeram uso da palavra, para questionar as autoridades e discorrer sobre o tema, os Senhores Deputados Coronel Camilo, Vitor Sapienza, Doutor Ulysses e Ed Thomas, além do próprio Presidente, seguidos de esclarecimentos feitos pelo convidado. Finda a oitiva, o Presidente agradeceu a presença do convidado e transmitiu alguns informes aos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e a correspondente transcrição, tão logo seja concluída, fará parte desta ata que eu, Alessandra Verrone Chimelli, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 09 de maio de 2018.

Deputado Coronel Telhada

Presidente

Alessandra Verrone Chimelli

Secretária

2. Transcrição taquigráfica das reuniões**CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE****07.11.2017****CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE****07.11.2017**

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Muito boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberto a reunião especial de eleição de presidente e de vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato número 96, de 17 de outubro de 2017, com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros.

Registro com muito prazer a presença da nobre deputada Beth Sahão, dos nobres deputados Cezinha de Madureira, Coronel Telhada e Coronel Camilo, e este deputado que preside. Pergunto aos membros desse colegiado se há a indicação de algum nome para o cargo de presidente da Comissão.

O SR. – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer a indicação do Coronel Telhada para presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV – Algum deputado mais quer se manifestar? Coloco em votação o nome do nobre deputado Coronel Telhada. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado. Declaro eleito presidente o Sr. Deputado Coronel Telhada, a quem convido para assumir os trabalhos.

* * *

-Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada

* * *

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Boa tarde a todos. Agradeço a indicação, a responsabilidade pela presidência de uma CPI, espero contar com o apoio dos senhores e senhoras que estão conosco nessa árdua missão. Prosseguindo aqui na nossa votação, eu queria perguntar aos distintos membros desse Colegiado se há alguma indicação de nome de deputado para o cargo de vice-presidente da Comissão.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA – DEM – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Pois não, deputado Cezinha de Madureira

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA – DEM – Primeiro, cumprimentar V. Exa. pelo trabalho que é visto por todos neste estado e no país, através das redes, o trabalho que V. Exa. tem feito em defesa da Polícia Militar, tanto o senhor, quanto o Coronel Camilo, parabenizar V. Exa. pelo trabalho que tem feito pelo nosso povo. E agradecer pela indicação do partido para participar desta Comissão tão importante para os assuntos que serão tratados aqui.

Eu gostaria de usar de minhas prerrogativas parlamentares para apresentar e indicar, não falei com ele, mas pelo carinho que ele tem, indicar o deputado Doutor Ulysses a ser vice-presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Mais algum nome para indicação? Coloco em votação o nome do Sr. Deputado Doutor Ulysses. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado, declaro eleito como vice-presidente o Sr. Deputado Doutor Ulysses.

O SR. DOUTOR ULYSSES – PV – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Pela ordem, Doutor Ulysses.

O SR. DOUTOR ULYSSES – PV – Só para agradecer a indicação dos nobres deputados, colegas, e dizer que farei o possível para assumir esta responsabilidade e cumprir da melhor maneira possível tudo aquilo que me for devido. Senhor Presidente, conte conosco sempre.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Muito obrigado.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Pela ordem, Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Bom, cumprimentar aqui o nosso presidente, Coronel Telhada, parabéns aí por assumir a CPI, por ter proposto a CPI de um assunto tão importante, que eu repto de muita importância para o cidadão de São Paulo, tanto é que já apresentamos projetos nessa linha. Cumprimentar nossa querida Beth Sahão, deputada que faz parte da nossa CPI, Cezinha de Madureira, muito obrigada também pela colaboração com essa CPI, Doutor Ulysses, parabéns pela eleição como vice-presidente, conte

comigo também, no que eu puder ajudar, e da mesma forma, Coronel Telhada, estamos à disposição aí.

Vamos ver se conseguimos fazer mais, melhor, trazer os assuntos para serem discutidos na CPI, chegar a uma conclusão, e melhorarmos, se tudo der certo, não só essa parte da Secretaria da Justiça e do próprio Direitos Humanos, do próprio Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa, um órgão tão importante para a população de São Paulo. Foi muito bem-criado, tenho divergências quanto a algumas atividades, mas é um órgão que eu repto de muita importância para nossa sociedade paulista. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Obrigado, deputado. Eu queria consultar os senhores e senhora, a nossa pretensão seria primeiro acessarmos o processo, o inquérito referente ao caso para que tivéssemos, tomássemos pé realmente do que tem de concreto, para marcar uma reunião daqui aproximadamente uns 15 dias. Se os senhores e senhora concordarem, sempre por volta de 11 horas na terça ou na quarta-feira, eu sempre comunicarei com antecedência os senhores e senhoras, dizendo também contar com o apoio total de todos aqui para que façamos uma coisa isenta de qualquer paixão, mas que possamos chegar a uma solução adequada para um assunto tão importante e perigoso. Porque estamos falando de vidas humanas, de um Conselho de grande importância para o estado, que deverá ser inclusive valorizado com o nosso trabalho aqui de todos. Deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Pois não, senhora.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Queria solicitar a V. Exa. e aos demais deputados da possibilidade de fazermos, acho que os 15 dias que V. Exa. está propondo eu acho bom, de fazer nas quartas, às quartas. Porque terça é sempre um dia muito pesado para nós, eu venho do interior, sempre chego cedo, mas às vezes não sou responsável pelo trânsito dessa estrada e dessa cidade. Hoje mesmo tinha acidentes, atrasamos mais de 45 minutos para chegar aqui.

Então, se puder ser na quarta-feira, acho que seria um bom dia, um dia mais leve para nós. Nem tanto, mas não é como a terça que eu acho que é puxado para todos.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Perfeito.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Pela ordem, Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Eu também faço uma sugestão no mesmo sentido, vamos fazer de quarta-feira que eu acredito que é melhor para todos.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA – DEM – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Pela ordem, deputado Cezinha.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA – DEM – Eu quero concordar com a Beth Sahão com a questão da quarta-feira, terça-feira estou com bastante Comissões e assuntos em horários encavalados. E na quarta-feira seria ótimo para poder ter um desempenho da presença nossa aqui.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Perfeito. Eu quero marcar a presença, constar a presença do deputado Milton Vieira, seja bem-vindo, deputado. Fizemos a eleição com quórum regimental, onde fui eleito para presidente e o deputado Doutor Ulysses para vice-presidência. Então, estamos acertando aqui, possivelmente façamos uma reunião daqui 15 dias, de preferência nas quartas-feiras, sempre por volta de 11 horas.

O SR. MILTON VIEIRA – PRB – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Pois não, deputado.

O SR. MILTON VIEIRA – PRB – Cumprimentar V. Exa., cumprimentar aqui Coronel Camilo, deputado Ulysses, Cezinha de Madureira, e a Beth, e a todos que estão aqui presentes, parabéns por V. Exa. ter sido eleito.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Obrigado.

O SR. MILTON VIEIRA – PRB – Me desculpe um pouquinho do atraso, mas é tudo corrido. E o dia da Comissão ficou acertado no dia...

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – A princípio, quarta-feira, será às quartas-feiras por volta das 11 horas.

O SR. MILTON VIEIRA – PRB – 11 horas eu tenho Comissão de Transporte, presidente.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Bom, nós conversaremos, nós temos 15 dias, vamos conversar e fechamos isso.

O SR. MILTON VIEIRA – PRB – Faremos aí, porque não é toda quarta que tem a Comissão também. Então, de repente nós nos ajustamos. Então está bom, o que a Comissão decidiu, já era.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA – PSDB – Perfeito, tudo bem? Mais alguma coisa dos Srs. Deputados, Sra. Deputada?

Então, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos. Entrarei em contato através de suas assessorias, para marcarmos o dia da próxima reunião. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

06.12.2017

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

06.12.2017

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB – Boa tarde. Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Art. 96, de 17 de outubro de 2017, com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros.

Registro com muito prazer a presença nos nobres deputados: Doutor Ulysses, Ed Thomas, Coronel Camilo, Cezinha de Madureira e deputada Beth Sahão. Além deste deputado, Coronel Telhada, que preside os trabalhos.

Pauta para deliberação.

A SRA. BETH SAHAO - PT – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB – Pela ordem, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT – Queria fazer um questionamento à Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB – Pois não, deputada?

A SRA. BETH SAHÃO - PT – Quando fizemos a primeira reunião de instalação desta CPI, havíamos tido um acordo de que ela aconteceria de 15 em 15 dias. Me lembro muito bem disso, e acredito que o deputado Doutor Ulysses, que estava aqui na ocasião lembra - não me lembro se o Cezinha o Coronel Camilo estavam, acho que o Ed Thomas não estava. Havia um acordo de que ela seria de 15 em 15 dias. Se for o caso, solicito até a gravação da reunião daquela ocasião.

Eu gostaria de saber porque na semana passada já foram convocadas duas sessões, e essa semana também. Acontece que às quartas-feiras, eu particularmente, que sou membro da CPI, tenho no mesmo horário reunião da Comissão de Direitos Humanos. Isso ficou muito claro aqui, houve um acordo de que a CPI se reuniria de 15 em 15 dias. Eu questiono V. Exa. porque não houve nenhuma mudança explicitada para a Comissão. Eu gostaria de saber se vamos nos reunir toda semana, ou se é como ficou acordado na primeira reunião desta CPI, que seria de 15 em 15 dias. Às 11 da manhã.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB – Perfeito, Sra. Deputada. Exatamente, isso foi acordado. Mas o que ocorreu foi o seguinte, praticamente metade da Comissão pediu para sair e estamos tentando remontar. Então esse acordo perdeu a validade porque os deputados que o fizeram foram embora. Nós estamos tentando fazer essa reunião.

A outra que fizemos foi no dia sete de novembro e hoje é dia seis de dezembro, exatamente um mês depois. Não foram 15 dias, mas um mês. Estamos tentando fazer essa reunião para ter um novo acordo e ver como é que fica, porque até para conseguir quórum está difícil. Vamos rever esse acordo para vermos como ficarão nossas reuniões.

A SRA. BETH SAHÃO - PT – Ok. Então V. Exa. já entrou na Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB – Não, vou entrar agora.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB – Pela ordem, deputado Cezinha.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM – Nós temos outra CPI na Casa que também é às duas e meia às quartas-feiras, e eu participo da CPI na área da saúde. Eu não gostaria de ter conflito de horários. Se pudesse ser às 14, 14 e 15.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB – Mas está sendo às 14, deputado. Essa aqui é a segunda chamada de hoje.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM – Ok, desculpe. Acho que foi um erro da minha assessoria que não me avisou.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB – Não há problema. Pauta de deliberação. Antes de entrar na pauta, temos que designar o relator para a CPI.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB – Deputado Ed Thomas.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Os mais velhos primeiro, então.

O SR. ED THOMAS - PPS - Muito obrigado. Era para indicar como relator o digno deputado Coronel Camilo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado. Deputado Cezinha?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Também quero fazer coro ao meu amigo Ed Thomas, e indicar o deputado Coronel Camilo, que está me devendo um café.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputada Beth.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu gostaria de me auto indicar como relatora da CPI.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito bem, está indicada. Então havendo duas indicações à deputada Beth Sahão e ao deputado Coronel Camilo, eu coloco a votos para elegermos nosso relator. Deputado Doutor Ulysses.

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Coronel Camilo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Sim, senhor. Deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PPS - A indicação do Coronel Camilo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputada Beth Sahão?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu voto em mim mesma.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputado Cezinha de Madureira?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Com todo o respeito e elegância da minha amiga Beth Sahão, o deputado Coronel Camilo no dia da instalação desta CPI me comunicou e pediu que ajudasse o indicando para relator. Portanto, soube agora da vossa indicação. Voto no deputado Coronel Camilo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito obrigado. Deputado Coronel Camilo?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Voto em mim mesmo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Também voto no Coronel Camilo. Então havendo cinco votos contra um voto, está eleito o deputado Coronel Camilo para relator da presente CPI.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Só para agradecer aos nossos pares e também o apoio da nossa deputada Beth Sahão, que eu acredito que vai trabalhar junto para melhorarmos o Condepe.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado. Deputada Beth, muito obrigado pela também prontidão de Vossa Excelência. Senhores, temos aqui uma pauta em que foi apresentado alguns nomes por mim, e outra pela deputada Beth Sahão e os deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga. Gostaria de colocar os itens para conhecimento e votação dos deputados.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputada Beth.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Gostaria de pedir vistas de todos os itens, do um ao 12.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Todos os itens?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado Cezinha.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Gostaria de pedir vistas em conjunto.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Então estão concedidas vistas em conjunto à deputada Beth Sahão e ao deputado Cezinha de Madureira. Se todos os itens da pauta estão com vistas, gostaria de saber dos Srs. Deputados se há mais alguma coisa a ser discutida. Nós temos urgência no prazo. Devemos parar os trabalhos nesta Casa por volta do dia 22 de dezembro, assim esperamos, porque não sabemos o que está acontecendo, tem muita coisa para votar. Então temos dois dias, o dia 13 e 20, para deliberarmos sobre a pauta.

Eu proponho a Vs. Exas. uma reunião no dia 13, próxima quarta-feira, às 14 horas. Coloco em votação. Se os senhores forem favoráveis, manteremos para o dia 13, para deliberar essa pauta e começarmos a marcar as oitivas. Podemos marcar 14 horas? Vamos deixar 14 e 30 de standby. Tudo bem? Então é isso, marcamos nossa próxima reunião para dia 13, às 14 horas. Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença dos Srs. Deputados Doutor Ulysses, Ed Thomas, Beth Sahão, Cezinha de Madureira e Coronel Camilo. Muito obrigado a todos. Até quarta-feira, às 14 horas.

CPI - OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE

13.12.2017

CPI - OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE

13.12.2017

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Boa tarde senhores, cumprimentando a todos os presentes. Havendo número regimental,

eu declaro aberta a segunda reunião de Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo ato 96 de 17 de outubro de 2017...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT- ... Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Um minutinho, deixa eu abrir a reunião.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT- É porque não pode abrir a reunião.

O SR. PRESIDENTE CORONEL TELHADA - PSDB - Por que?

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT- Porquê deu duas horas e 16 minutos e não tinha quórum aqui.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Não, duas horas e 15. Eu agradeço a preocupação de V. Exa. muito obrigado pelo acompanhamento, deputado. Havendo número regimental eu declaro aberta a segunda reunião de Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo ato 96 de 17 de outubro de 2017, com a finalidade de investigar todos os citados na operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo a todos os seus membros.

Eu registro com muito prazer a presença dos nobres deputados: Dr. Ulysses, nosso vice-presidente; Ed Thomas; Roberto Morais; o Coronel Camilo; e o deputado João Paulo Rillo. Também fazendo questão de fazer a fala da presença aqui do prezado deputado Gil Lancaster, que acompanha as nossas reuniões e que possivelmente, futuramente passará a ser membro efetivo dessa CPI.

Solicito a Secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, Sr. Deputado.

O SR. - Pedir a dispensa da leitura, é de conhecimento de todos os deputados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito, é regimental, e considerada-se lida a Ata da reunião anterior.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pois não, Sr. Deputado.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT- Solicitar vistas do item um ao item 15.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Será feito. Deixa eu só eu abrir e dar entrada no assunto que o senhor já solicita. Então está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Segundo item, vamos entrar na pauta para a deliberação que é a lista de objetos citados do item um ao item...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT- ... 15.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Vossa Excelência pede então, pelo deputado João Paulo Rillo está sendo pedido vistas do item um ao item 15, é regimental... É 15 ou 14? Eu estou enganando aqui?

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT- 15.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - 15, está coberto.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Vistas conjuntas.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - É regimental. Então estão concedidas vistas conjuntas, senhora secretária, ao deputado João Paulo Rillo e ao deputado Coronel Camilo. Senhores, tendo em vista que a nossa reunião hoje se atém justamente a esses itens que foram pedidos vistas, eu queria saber de Vs. Exas. se mais alguém tem algum assunto que gostaria de tratar. Não havendo assunto, então eu estou pensando que na semana que vem, nós chamamos uma nova reunião na quarta-feira, no mesmo horário para deliberarmos essa pauta de 15 itens e se for do acordo dos senhores deputados, marcamos já para fevereiro a oitiva das pessoas que estão sendo solicitadas aqui.

Pode ser então? Então algum deputado quer dizer mais alguma coisa? Mais alguma declaração? Então, senhores deputados, eu agradeço muito a presença de todos, e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

* * *

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

20.12.2017

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

20.12.2017

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo ato 26, de 17 de outubro de 2017, com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados; Doutor Ulysses, Marta Costa, Beth Sahão, Vitor Sapienza e André Soares. Solicito à secretária que faça a leitura da Ata da sessão anterior.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para solicitar a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - É regimental. Está dispensada a leitura da Ata. Pauta para deliberação. Temos uma pauta que os senhores já devem ter em mãos, com 15 itens. Como a pauta é de minha solicitação, peço ao deputado Doutor Ulysses, meu vice-presidente, que faça a leitura do objeto e votação.

- Assume a Presidência o Sr. Doutor Ulysses.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Item um, do solicitante Coronel Telhada, requerimento 01/2017, que solicita aprovação do roteiro de investigação ou plano de trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Em discussão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Pela ordem.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Aqui tem um roteiro de investigação só citando, mas queríamos saber qual é a proposta desse roteiro e o conteúdo, porque não recebemos. Para podermos discutirmos.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora quer ler?

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Pode ler.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Será que a secretaria podia arrumar uma cópia para nós?

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Deixa ele ir lendo.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Item um - o secretário estadual da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Dr. Márcio Fernando Elias Rosa; o subprocurador geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo, Dr. Mário Surrubbo. Item dois - o delegado de polícia, Dr. Everson Aparecido Conteli; o promotor de justiça do Estado de São Paulo, Daniel Julian. Item três - Luiz Carlos dos Santos, membro do Condepe. Item quatro - Rildo Marcos Oliveira, presidente do Condepe biênio 2014-2016; Renê Ivo Gonçalves, vice-presidente do Condepe biênio 2014-2016.

Item cinco - a Sra. Maria Nazaré Cupertino, membro do Condepe biênio 2014-2016, e atual presidente biênio 2016-2018; Wenderson Gasparotto, vice-presidente do Condepe biênio 2016-2018. Item seis - Dr. Marcos da Costa, presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil - SP. Item sete - Carlos Alberto de Quadros Bezerra Júnior.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Terminou?

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Terminou.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu queria perguntar a V. Exa. se esse roteiro foi publicado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Eu não estou em condições de responder.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Primeiro precisa ser votado, para depois ser publicado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Eu devolvo a Presidência para o Coronel Telhada.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Retorno à Presidência. Pois não, deputada?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só queria ponderar o seguinte, todos os requerimentos que apresentamos, sempre são protocolados nas Comissões ou CPIs, e eles têm que ser publicados. Eles não sendo publicados, primeiro precisam ser publicados para depois votados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Ele é primeiro discutido, para depois ser publicado. Ele sendo agora aprovado, vamos publicá-lo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, pelo contrário. Eu gostaria de consultar os técnicos da Mesa e o regimento das CPIs, para verificar isso. Ao contrário, primeiro é a publicação.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Exatamente, deputados. É um plano de trabalho. Nós podemos inclusive modificar esse plano aqui, para ele ser publicado. Nós precisamos votar todos os requerimentos que estão aqui na pauta.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só me permite suspensão por um minutinho?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Lógico. Vamos suspender então, por um minutinho. Por gentileza.

- Sessão suspensa.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Vamos inverter a ordem. Vou retornar à Presidência o deputado Doutor Ulysses, e passamos ao item dois. Vamos aguardar, e votamos o item um ao final. Por favor, retorna à Presidência o Doutor Ulysses.

- Assume a Presidência o Sr. Doutor Ulysses.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Item dois, requerimento 02/2017, do deputado Coronel Telhada, solicita aprovação da prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Pela ordem, nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Queria questionar, porque ainda estamos na primeira fase desta Comissão, que na verdade está hoje tentando aprovar alguns requerimentos. Fico me perguntando como podemos prorrogar uma

Comissão na medida em que nós não sabemos como será o desenrolar do tempo que teremos aqui interno. Quanto tempo será gasto. Eu não estou me furtando de eventualmente, se for o caso, fazê-lo. Mas acho que nesse momento é uma coisa não muito comum. Nós temos o prazo dela, de se não me engano 120 dias.

Então antes de finalizar esse prazo, pelo menos nas outras CPIs que participei, a prática foi essa, umas duas semanas antes você faz um balanço e verifica se há necessidade de prorrogar o prazo ou não. Como aconteceu, por exemplo, na última CPI que participei, a da merenda. Quando estava próximo do término, foi discutido com os membros da CPI e solicitada uma prorrogação de mais 30 dias. Acredito que não estou enganada. Se nós votarmos agora, como vamos votar uma prorrogação se não sabemos a necessidade, se será 30 ou 60, se não haverá necessidade?

Então gostaria de solicitar para o autor, o Coronel Telhada - e não posso mais pedir vistas desse item - se ele pudesse deixar esse item para deliberarmos um pouco mais para frente, para dar o desenrolar dos nossos trabalhos verificando a real possibilidade dessa prorrogação. Só isso.

O SR. - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Pela ordem, nobre deputado.

O SR. - Acho que na questão da deputada Beth Sahão, teria então que haver uma inversão da ordem. Tem que apreciar, porque tem dois aqui e não podemos mudar itens só pela vontade dos membros da Comissão. Teria que haver uma inversão da ordem.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Pela ordem, nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Nas outras CPIs que participei foi perfeitamente normal essa prorrogação, inclusive é até uma prevenção para o caso de ir chegando ao final, justamente não haver quórum ou algum impedimento para que se façam as reuniões na época. Então a prevenção é sempre essa, de já deixar um requerimento de prorrogação votado. Não há impedimento legal ou regimental para que isso ocorra. Se V. Exa. achar bom, eu colocaria em votação.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Acho que o mais correto é colocarmos em votação. Se houver aprovação, permanece o item. Está em votação. Os deputados que forem favoráveis...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Pela ordem, deputada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para solicitar votação nominal.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Então como vota, nobre deputado Coronel Camilo?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Voto a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Nobre deputada Beth Sahão?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Voto contrário, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Nobre deputado Vitor Sapienza?

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Nobre deputado?

O SR. - Favorável.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Coronel Telhada?

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Este presidente também vota favorável. Cinco a um, aprovado o requerimento.

Item três, requerimento 03/2017, do deputado Coronel Telhada, solicita o convite para oitiva do Sr. Éverson Aparecido Contelli, delegado de polícia da Central de Polícia Judiciária de Presidente Venceslau. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Item quatro, requerimento 04/2017, do deputado Coronel Telhada, solicita convocação para oitiva das seguintes pessoas; Sr. Luiz Carlos Santos, ex vice-presidente do Condepe biênio 2016-2018, e suplente no biênio 2014-2016, condenado criminalmente e preso; Sr. Rildo Marques de Oliveira e Sr. Renê Ivo Gonçalves, respectivamente presidente e vice-presidente do Condepe biênio 2016-2018; Sra. Maria Nazaré Cupertino e Sr. Wenderson Gasparotto, respectivamente presidente e vice-presidente do Condepe biênio 2016-2018. Em discussão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Pela ordem, nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu gostaria de discutir o seguinte, normalmente como aqui me parece que o maior acusado é esse Sr. Luiz Carlos dos Santos, que inclusive já foi condenado e preso, eu queria sugerir ao Coronel Telhada para que ele pudesse ficar... Que essa CPI pudesse ouvir primeiro delegados, promotores, secretário de Justiça e Cidadania. Ele é quem desencadeou esse processo. Me parece que há um estabelecimento até pelo Código Penal, que ele como réu, deveria ser ouvido ao final desta CPI.

Portanto, queria fazer essa sugestão para o Coronel Telhada, se pudéssemos deixar o Sr. Luiz Carlos Santos para ouvi-lo após essas pessoas que estão sendo convocadas.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Pela ordem, presidente. Vou reiterar o apoio da forma que V. Exa. está propondo, mesmo porque me parece que o Luiz Carlos dos Santos era a cabeça de tudo isso. Então na hora que temos intenção de fazer uma pesquisa visando entender melhor, nada mais natural que primeiro ouvirmos a pessoa mais comprometida. Se for o caso depois, ele será chamado também para apurarmos os choques que por ventura tenham existido.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente. É justamente isso que vamos propor ao final no plano de trabalho. Esse requerimento é só para aprovarmos as intimações e oitivas. No final aprovamos o roteiro e fazemos isso. Concordo com o que a Beth falou e com o que o deputado Vitor falou. Fechamos isso ao final, no roteiro de trabalho. Ok?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ok.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Em votação.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Pela ordem, presidente. Na hora que V. Exa. estava fazendo uma exposição, me deram duas falhas. Vossa Excelência só falou sobre a primeira parte. Me parece que tem uma continuação. Não falou do Marcos da Costa.

O SR. - Isso é o item um, nós vamos votar ele depois.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - É o item quatro que está votando.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Em votação o item quatro. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Item cinco, requerimento 05/2017, do deputado Coronel Telhada, solicita o envio de ofício para o Condepe, requerendo todas as Atas de reuniões, deliberações, nomeações das eleições relativas aos biênios 2012-2014, 2014-2016 e 2016-2018, para conselheiros e suplentes. Em discussão. Em votação. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Item seis, requerimento 06/2017, do deputado Coronel Telhada, solicita o envio de ofício para as corregedorias da Polícia Militar do Estado de São Paulo e da Polícia Civil do Estado de São Paulo, às Ouvidorias de Polícia do Estado de São Paulo, e à Secretaria de Administração Penitenciária, para que informem o número e tipo de denúncias realizadas a partir de 2014, contra os servidores de cada instituição realizadas e/ou acompanhadas pelo Condepe e pelo CODH - Conselho Ouvidor de Direitos Humanos e Cidadania. Em discussão. Em votação. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Devolvo a Presidência ao nobre deputado Coronel Telhada. Muito agradecido.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito obrigado, Doutor Ulysses. Prosseguindo nos itens, vamos para o item sete.

O SR. ANDRÉ SOARES - DEM - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado.

O SR. ANDRÉ SOARES - DEM - Quero solicitar vistas.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Do item sete? Vistas ao deputado André Soares.

Item oito. Queria ver com a deputada Beth Sahão, que faz um requerimento solicitando o Sr. Éverson Aparecido Contelli, o delegado. A oitiva dele já foi aprovada no item três. Portanto, perde a finalidade. Queria ver com V. Exa. se a senhora retira.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Tudo bem, pode ser.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Retirado o item oito.

Item nove, requerimento 09/2017, da deputada Beth Sahão e dos deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicita a convocação para oitiva do Sr. Daniel Zulian, promotor de justiça membro do GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado de São Paulo, que participou da Operação Ethos. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Item dez.

O SR. ANDRÉ SOARES - DEM - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado André Soares.

O SR. ANDRÉ SOARES - DEM - Quero solicitar vistas.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Vistas concedidas ao deputado André Soares.

Item 11, requerimento 11/2017, da deputada Beth Sahão e dos deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicita a convocação para oitiva do Sr. Carlos Alberto Quadros de Bezerra Junior, deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo filiado ao PSDB, membro do Condepe indicado pela Alesp para controle desse órgão, que acompanhou o desenvolvimento da operação Ethos. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Devolvo a Presidência ao deputado Doutor Ulysses, tendo em vista que o item 12 é de minha autoria.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Doutor Ulysses.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Item 12, requerimento 12/2017, do deputado Coronel Telhada, solicita o convite para oitiva do Sr. Marcos da Costa, presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-SP. Em discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Devolvo a Presidência ao nobre deputado Coronel Telhada.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, deputado Doutor Ulysses. O item 13 é da deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, presidente. Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que pudéssemos assinar conjuntamente, porque os dois requerimentos são idênticos.

O SR. - Um é convocação e o outro é convite.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora pode transformar em convite.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu sou mais rigorosa, então eu convoco.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Podemos transformar em convite?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É nosso direito legal e constitucional, por que não fazê-lo?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora quer manter a convocação ou transformar em convite?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pode ser convite, não há problema algum. Eu acho também que ele não vai se furtar a vir.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Também acho que não. Então se todos forem de acordo, o item 13 perde a finalidade e a deputada Beth Sahão assina comigo o convite ao Sr. Marcos da Costa, presidente da seccional paulista da OAB. Tudo bem? Assessoria, por gentileza providenciar. Item 13 perde a finalidade e está retirado, ok deputada Beth Sahão?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ok.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Item 14.

O SR. ANDRE SOARES - DEM - Pela ordem, presidente. Quero solicitar vistas.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Vistas concedidas ao deputado André Soares.

Item 15, requerimento 15/2017, também da deputada Beth Sahão e dos deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, solicita a convocação para oitiva do Sr. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indicou um desembargador para composição do Condepe na vaga destinada ao Poder Judiciário paulista.

O SR. ANDRÉ SOARES - DEM - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado.

O SR. ANDRÉ SOARES - DEM - Questionar os deputados se podemos transformar em convite.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Podemos, inclusive porque... Vamos estabelecer um critério aqui, não sei se vocês concordam. Podemos até num primeiro momento, dependendo de quem estamos chamando, fazer um convite para sermos mais elegantes. Em seguida, se eles não atenderem o convite, aí sim podemos transformar em convocação. Podemos combinar assim? Porque senão vamos ficar em convite, convite e o cara não vem. Se vocês toparem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pelos deputados, tudo bem? Então transformamos o item 15 em convite ao Sr. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Portanto, vamos retornar ao item um. Antes de eu passar a Presidência ao deputado Doutor Ulysses, pelos itens aprovados aqui pela deputada Beth Sahão, entrou o Sr. Daniel Zulian, promotor de Justiça e também o Sr. Paulo Dimas Mascaretti.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O Márcio Elias Rosa também.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Então antes de colocar em votação, queria fechar com os senhores aqui.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Presidente, vamos suspender por mais 30 segundos só para vermos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Suspensão por dois minutos para fechamos o roteiro.

- Sessão suspensa.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Reaberta a sessão. Antes de passar a Presidência ao deputado Doutor Ulysses para votação, os senhores têm um plano de trabalho, o item um. A única alteração que fizemos em conjunto com os deputados é que depois do sétimo dia, no dia oito entraria o Dr. Márcio Elias Rosa e o Sr. Paulo Dimas Mascaretti. Perdão, ele já estava. Então no oitavo dia entraria só o Paulo Dimas Mascaretti. Se vocês olharem no roteiro, no dia primeiro já está o Dr. Márcio Elias Rosa, mas vamos ter que mudar isso aqui. Vamos deixar ele mais para a frente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O primeiro que vamos ouvir é o delegado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - No plano que os senhores têm em mãos, nós tiramos o Dr. Márcio Elias Rosa do dia um e passamos para o último dia, ok? O Dr. Mário Surubbo, que está nesse item, o

deputado André Soares pediu vistas, então não poderemos convocar nesse dia. Vamos votar novamente na próxima reunião. Então sendo aprovado esse plano de trabalho, começa a valer a partir do dia dois. Depois vou refazer e publico novamente. Tudo bem, Srs. Deputados?

Passo a Presidência ao Doutor Ulysses, para votação do item um da pauta.

- Assume a Presidência o Sr. Doutor Ulysses.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Em votação, item um da pauta. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado. Devolvo a Presidência ao nobre deputado Coronel Telhada.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito obrigado, Srs. Deputados. Agradeço a todos pela presença. Só informando a Vs. Exas. que tem que assinar a documentação. Nós marcaremos e avisaremos depois a data para fevereiro de 2018. Agradeço pela presença de todos. Bom Natal e ano novo a todos. Até fevereiro.

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

07.02.2018

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

07.02.2018

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Boa tarde. Nós estamos com nosso horário de 14 e 15 sem quórum, para variar, porque já está se tornando uma coisa normal nessa CPI, infelizmente. Não sei o que está levando a isso. Mas vamos ouvir informalmente para prestar informações, a oitiva do delegado de polícia Everson Aparecido Contelli. Por gentileza. Quero agradecer a presença dos deputados Doutor Ulysses e Coronel Camilo.

E agradecer a presença do Dr. Contelli, que se deslocou de Presidente Venceslau. Infelizmente é uma vergonha para esta Casa, quando fazemos um delegado de polícia se deslocar quase oito horas de viagem, deixando suas atribuições em dia de serviço, para vir aqui e não ter os deputados presentes para ouvi-lo. Essa situação é vergonhosa, infelizmente. Dr. Contelli, seja bem-vindo. O motivo desta CPI foi a Operação Ethos, que verificou a presença de vários advogados e pessoas envolvidas com o Condepe, e também com o

crime organizado. Inclusive temos aqui uma lista de aproximadamente 30 pessoas que estariam nessa situação.

Uma dessas pessoas, um dos principais envolvidos seria justamente o vice-presidente do Condepe. Então como o senhor foi o delegado que atuou diretamente nessa operação, queríamos que o senhor nos explicasse o que houve, nos elucidasse a maneira como foi feita, para que a partir dos seus depoimentos nós possamos também tomar algum rumo nesta CPI. Que baseado no seu trabalho, que foi primordial para isso, possamos chegar a outros componentes envolvidos com o crime organizado, e ao motivo que levou essas pessoas a agirem dessa maneira.

Há inclusive a notícia de uma lista com nome de funcionários da segurança pública que estariam sendo monitorados pelo crime organizado, na tentativa até de quem sabe praticar crimes contra esses agentes da Polícia Civil e da Polícia Militar, administração penitenciária. Enfim, o que o senhor puder nos fornecer além do que já colocou no próprio inquérito para que possamos trabalhar em cima dessas informações. Algum dos deputados quer falar alguma coisa antes do depoimento? Camilo? Doutor Ulysses.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Só agradecer pela presença do doutor. Vamos tentar ajudar a melhorar o Condepe, a partir desta CPI.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Com certeza. Doutor Ulysses?

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Somente para agradecer a disposição do delegado em vir, e enaltecer sua conduta para com esta CPI.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito obrigado. Então com a palavra, o delegado de polícia, Dr. Éverson Aparecido Contelli, do Núcleo Especial Criminal – NECRIM, da Delegacia Seccional de Polícia de Presidente Venceslau. Doutor, por favor.

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Obrigado, Exmo. Sr. Deputado Coronel Telhada, agradeço o convite. Uma boa tarde. Em seu nome, gostaria de estender o agradecimento aos demais membros da CPI, e aos demais presentes. Realmente nós conduzimos essa investigação, que inicialmente era despretensiosa. Eu prefiro contar como começou, para contextualizarmos. Começamos com a apreensão de uma carta manuscrita, que estava sendo passada...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, por gentileza, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem. Seja bem-vinda, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu gostaria apenas de dizer a V. Exa. que não temos quórum na reunião.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora chegou atrasada. Eu encerrei a primeira reunião. Estamos ouvindo pra prestar informações informalmente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Informalmente. É apenas para considerar que essas informações não terão validade.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Já foi dito. A senhora não estava aqui, não ouviu isso. Mas já foi dito. Ela terá validade porque vou pedir para anexar as informações da CPI.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas como o senhor pode pedir para anexar as informações?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora tem mais alguma informação? Por favor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Tenho, estou contestando Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Está contestado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Como V. Exa. pode pedir para validar essas informações se não temos quórum? Vossa Excelência está fazendo um novo regulamento aqui na Casa? Não é possível.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Vou repetir para Vossa Excelência. Se a senhora conhece o regulamento, sabe que podemos ouvir informalmente e depois podemos anexar ao processo. A senhora tem mais alguma reclamação?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, não podemos. Então a moda vai pegar, sem quórum não dá.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora tem mais alguma coisa?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não, estou apenas dizendo isso para o senhor.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Está anotada sua reclamação, senhora. Muito obrigado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não podemos, nós não temos quórum.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - É uma reunião informal. Eu vou ouvir o delegado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Vamos levar a uma questão de ordem no Plenário.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Fique à vontade. Muito obrigado pela sua interpelação. Prossiga doutor, por gentileza. Eu pediria para a senhora não agitar a reunião. A senhora já fez a...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não estou agitando, não coloque o meu direito legítimo de contestar V. Exa. com uma agitação.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputada, a sua contestação já foi anotada. Por favor, não vamos tumultuar a reunião.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Apenas estou lembrando para o senhor, porque talvez V. Exa. não tenha lembrado do regimento interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora tem mais alguma coisa? Muito obrigado, deputada. Doutor, por gentileza, prossiga.

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Obrigado. Então informalmente, a operação começa com a apreensão de uma carta manuscrita que estava sendo passada de um pavilhão para o outro. Nessa carta havia informação de um suposto pagamento de vantagem indevida, promovida e organizada por dois advogados. No caso esses advogados eram irmão, que estariam pagando, fazendo algum tipo de pagamento para o membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Então a partir daí nós começamos a investigação. A Polícia Civil instaurou um inquérito policial lá em 2015. Iniciamos as investigações preliminares com medida de busca de campo. Houve uma primeira fase da operação composta por mandados de busca e apreensão na região, inclusive na região de Araçatuba ao lado, onde esses advogados atuavam. E a partir daí se revelou um conjunto de informações que possibilitou que a Polícia Civil começasse a avançar um pouco mais. Então avançamos com outras medidas, como por exemplo escutas e o que consta dos autos. E tão logo iniciadas as escutas, não precisamos nem de 20 dias, e um pouco mais do que isso começamos a captar informações relacionadas a um pagamento mensal ao Sr. Luiz Carlos, então vice-presidente do Condepe.

E isso ficou bem evidente porque ele era muito insistente, então logo que começamos a captar percebemos que ele insistia nesse pagamento. E a partir daí então nós revelamos que o Sr. Luiz Carlos recebia um pagamento mensal

da organização criminosa. Ademais, a operação, como eu disse, começou acanhada porque visava identificar uma suposta conduta irregular dos dois advogados, e quem sabe de um agente, que não público, mas considero ele mais do que público, porque é o agente que fiscaliza o Estado. E então se revelou isso.

Nós conseguimos identificar também que em volta desses dois advogados parecia existir uma estrutura maior. Então foi necessário avançar um pouco mais com a investigação, identificando posteriormente toda uma célula na deflagração da operação, que era chamada de Célula R, com 40 advogados que foram presos. Dizemos advogado com tranquilidade, porque naquele momento exercia função criminosa, e não por ser advogado. Não tem problema algum. Mas naquele momento essas 40 pessoas, em tese, é isso que está sendo julgado, exerciam uma função criminosa.

Essa célula, para também facilitar um pouco o entendimento da CPI, por que se chamava Célula R? Era um código. Antes disso ela teve um código em números, em outras letras. E num momento da operação se identificava como R, por isso a denominação. Mas retrocedendo um pouquinho na origem dessas pessoas que atuavam, na verdade era chamada de Sintonia dos Gravatas, ou Núcleo dos Gravatas, que realizavam alguns trabalhos para além da atividade profissional. E então a operação avançou um pouco mais, e identificou essa Célula R, e um agente, como disse, que o considero mais do que um agente do Estado, porque é o agente que fiscaliza, no caso o Luiz Carlos.

Começamos a avançar um pouco em outra célula chamada Célula F, do setor financeiro, e inclusive teve prisão nessa célula. E definitivamente a investigação conseguiu revelar que todo esse sistema não funcionava em pé sozinho. Na verdade, ele sustentava toda uma organização criminosa, que recebia direcionamentos e ordens, coordenada por pessoas que estavam um pouco acima da pirâmide das demais pessoas. E essas demais pessoas são os líderes de uma organização criminosa que acabaram identificados e presos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Eu tenho alguns questionamentos. Durante a investigação, o Luiz Carlos foi ouvido?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Sim, foi ouvido.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - E além dele, mais algum membro do Condepe foi ouvido?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Não.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Mais nenhum membro do Condepe?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Não, nenhuma outra pessoa foi referida. A referência era o Luiz Carlos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. E quando o senhor falou que começou essa investigação com esses suspeitos, logo de imediato apareceu o nome do Luiz Carlos?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Sim, aparecia o nome de uma pessoa ligada ao Condepe, que no caso se revelou ser o Luiz Carlos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Quantos foram os investigados no final da Operação Ethos?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Terminamos a operação com 53 presos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Desses 53, seis condenados, é isso?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Não, desses 53 a maioria... Houve o desmembramento da operação, por conta de economia e eficiência processual, e acabou sendo desmembrado. Todos os processos julgados foram condenados até agora. Então não tenho um número exato, mas o que falta de julgamento são pessoas que estão fora do estado, em presídio federal.

Acabou tendo um problema técnico de videoconferência. Mas dos que foram julgados, já foram condenados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Na época a imprensa divulgou uma lista de agentes públicos que estariam sendo monitorados pelo crime organizado. O senhor teve acesso a essa lista?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Sim, tive acesso e essa foi uma das perguntas realizadas para o Luiz, porque nos chegou a notícia de que ele supostamente, em sua atividade de fiscalização do Estado, recebia informações de vítimas. E no seu processamento regular dentro do Condepe, além das informações de vítimas, ele acabava tendo acesso a informações de agentes públicos. E chegou a notícia de que ele estaria repassando essas informações para integrantes da organização. Mas a investigação não interceptou nada com esse conteúdo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - O senhor sabe informar se algum desses possíveis agentes que estivessem na lista, foi vítima de algum atentado, algum crime praticado contra sua pessoa?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Nesse caso específico não. Eu não tenho conhecimento. Mas nós perdemos vidas durante a operação, em decorrência do funcionamento da Célula R.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Vida de?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - De um agente penitenciário.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - O senhor lembra o nome dele?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Não lembro. É de outro estado, mas ela passou pela operação.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Essa morte esteve envolvida na Operação Ethos então?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Sim.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - O senhor lembra em qual estado era?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Certo. Coronel Camilo?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - O senhor disse que foram 53 presos né?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Isso.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - E investigados, o senhor tem ideia de quantos chegaram a ser, e quantos pertenciam ao Condepe ou entidades ligadas a ele?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Então, é interessante notar que eles começaram a organizar essa célula, até colocando em planilhas. Eles iam numerando essas planilhas. Então cada pessoa tinha um nome, um código - R1, R2. Essa numeração foi até R35. Depois disso, eles começavam a dar um nome a uma pessoa, um codinome como RX. Nós percebemos que o RX deveria ter pelo menos mais 15 ou 20 pessoas nessa categoria. Porque funciona assim deputado, a operação no final olhamos e enxergamos as pessoas. No começo nós olhávamos e não enxergávamos ninguém.

Enxergávamos lá “fulano de tal, R15 pagou o Luiz”. Um exemplo. Ok, mas quem é R15? O Luiz, como estava ao lado da célula, e não integrante, então tudo bem. O pessoal falava o nome Luiz, depois até orientaram ele a ter um

codinome. Mas o R tal, ou código usado nós não tínhamos. Estimamos que tenha só dentro da célula R, nesse RX, pelo menos 15 a 20 pessoas.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Certo. E mais uma coisa, chegou a se identificar há quanto tempo isso vinha sendo feito? Foi descoberto agora, mas há quanto tempo vinha sendo praticado em conluio com o Condepe, esse pagamento mensal ou irregularidades envolvendo principalmente o Condepe?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Sim, foi identificado nas investigações. O Luiz deve ter recebido, pelo menos do começo, o primeiro pagamento em janeiro de 2015.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Tem na investigação, vocês chegaram a apurar outras pessoas que recebiam uma mensalidade, ou algum recurso vindo do crime organizado, por alguma atividade desenvolvida?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Para além do Luiz, na célula do Luiz?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Isso, para além do Luiz. Não só na célula dele, mas dentre esses investigados e os que foram presos, alguém mais recebia esses recursos vindo do crime?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Dentro dessa célula não. Dentro dessa, esse dinheiro era direcionado para o Luiz, e não sabemos se ele repassava eventualmente para outras pessoas. Mas no contexto de atuação do crime organizado a operação acaba revelando pagamentos indevidos a outros agentes públicos.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Integrantes do Condepe ou não?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Não, integrantes do Condepe nós não alcançamos.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - E além desse fornecimento de endereços, dados de integrantes das forças policiais ou do sistema penitenciário, que conhecemos pela imprensa, se identificou outro tipo de atuação além dessa venda das informações para o crime?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Na verdade, o carro chefe do Luiz era outra... Ele recebia o pagamento para orientar as investigações. O Condepe, como sabemos, é o órgão que fiscaliza o Estado e deve fiscalizar mesmo. E promove investigações, levantamentos, faz visitas aos presídios. Então o pagamento do Luiz era para isso, para ele facilitar e inserir nessas investigações informações favoráveis ao crime organizado que estava lhe pagando.

Então por exemplo, sabemos que alimentação dos presos, pelo menos no estado de São Paulo, é razoável. Não é uma alimentação ruim, pelo menos não tenho notícia disso. Mas ele montava uma fiscalização num presídio desses com alimentação boa ou de excelência, e emitia relatórios dizendo que essa alimentação era ruim. Inclusive, uma das últimas perguntas no interrogatório do Luiz, falei, "Luiz, o senhor sempre visitava os presídios, e sabemos que a rotina do presídio muitas vezes eu não posso entrar com alimento, não pode sair. O senhor almoçava no presídio?", "ah eu almoçava". "E como que era a comida lá?", "boa, boa", "mas como era boa? Então tem alguma coisa errada". Ele mesmo reconhece que a comida era de qualidade, mas nos relatórios fazia, porque recebia da organização para denegrir a imagem do Estado em favor da organização.

Ademais, foi identificado no transcorrer da operação um suposto plano, que depois foi confirmado, não é suposto, e percebíamos que tinha um certo interesse em promover denúncias, entre aspas, procedimentos domésticos dentro do Estado, de apurações de violações de direitos para um projeto maior da organização, que era levar ou sustentar isso se não fosse possível por meio do Condepe, e juridicamente não é, mas sustentar uma denúncia formal do Brasil em outro organismo internacional.

Esse plano passava por uma ideia de um dos advogados presos e foi confirmado depois do Luiz, a existência desse projeto. O pagamento do Luiz está nesse contexto, de promover falsas investigações, ou levantar

informações que fossem favoráveis a organização criminosa em detrimento do Estado. Por isso concluímos que ele é mais do que um agente do Estado, ele fiscaliza os agentes do Estado.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Uma outra questão. Se identificou, além desse problema do Luiz, outro crime envolvendo esse pessoal preso com autorização do Condepe, que não só a fiscalização do sistema penitenciário, não só essa ideia de se forçar uma denúncia internacional? Algum outro crime ligado ao Condepe com utilização de recursos, ou envolvendo policiais, recursos do Estado, tentativa de interferência em outros órgãos do Estado?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Não teve essa identificação.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Da minha parte é só. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, Coronel Camilo. Deputado Doutor Ulysses, tem algum questionamento?

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Estou satisfeito, não tenho nada a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito obrigado. Tenho algumas, só para finalizar, doutor. O senhor falou dessa investigação, sabe se durante a investigação surgiu nome de algum partido político?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Não, não surgiu.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Nome de algum político?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Não.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Também não. Durante a investigação, foi verificada a situação dos membros da diretoria, tendo em vista que o vice-presidente, um membro chave, está envolvido em todo esse problema? Foram verificados os demais membros da diretoria do Condepe? A situação financeira deles, a idoneidade, foi feita alguma coisa desse tipo?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Não, nós não tivemos notícias de outros envolvidos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Então a princípio o Condepe em si não sofreu nenhuma investigação ou reavaliação? Não foi feito isso, por conhecimento do senhor?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Não, porque assim, nós consideramos o Condepe como um órgão essencial. É um órgão de defesa dos direitos humanos essencial, e inclusive respeitado. Então nós focamos naquelas denúncias e fatos criminosos que surgiram. Surgiu até informação no início de que o Luiz não iria sozinho, mas enfim, não se comprovou que outras pessoas tivessem, nessas fiscalizações, recebido vantagens indevidas. Então a investigação girava em torno do Sr. Luiz, assim como a investigação das pessoas que momentaneamente eram advogados, ficaram em torno daquelas pessoas que também faziam outras atividades, além da jurídica.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. O senhor é delegado há quantos anos?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Estou como delegado desde 2002.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - E no NECRIN o senhor tem atuado há quanto tempo?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Desde 2013.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - E antes disso o senhor havia recebido alguma notícia de tal situação, alguma suspensão ou informação desse tipo, envolvendo um órgão público junto ao crime organizado?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Sim, já atuei em outras investigações, e não é raro órgãos públicos... Aliás, a característica do crime organizado é solapar os alicerces do Estado, e para fazer isso o faz por meio de agentes corruptos, para atingir sua finalidade.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - No caso específico do Condepe foi a única situação que o senhor tomou conhecimento?

O SR. ÉVERSON APARECIDO CONTELLI - Sim, envolvendo o nome do Condepe essa foi a primeira investigação.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Pois não, Coronel Camilo?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para deixar bem claro para o Doutor Ulysses, nosso presidente e nosso delegado que o Condepe é extremamente importante para a sociedade paulista. A polícia de São Paulo inclusive tem como um dos seus três grandes princípios o respeito aos direitos humanos. Nós consideramos o Condepe importantíssimo, e inclusive nos propomos a participar da CPI para ver se melhoramos essa instituição. Ela tem um papel fundamental na defesa dos direitos humanos. Era só isso, presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito obrigado. O senhor tem mais alguma coisa a acrescentar doutor, que posso ilustrar alguma lembrança à CPI?

O SR. EVERSON APARECIDO CONTELLI - Não, é isso. Só confirmando realmente, como disse o deputado, os direitos humanos são sempre violados, então o Condepe existe exatamente para isso. Causou tristeza durante a investigação verificar que o órgão que fiscaliza o Estado estava também sofrendo violações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Muito obrigado, doutor. Quero agradecer aqui a presença do delegado de polícia, Dr. Everson Aparecido Contelli, do Núcleo Especial Criminal – NECRIM, da Delegacia Seccional de Polícia de Presidente Venceslau, que fez a gentileza de se deslocar praticamente mais de 600 quilômetros da sua cidade até aqui para pode nos passar algumas ideias de como foi essa investigação, e como se iniciou.

Peço mais uma vez desculpa ao senhor pelo não comparecimento pela maioria dos deputados, mas essa é outra coisa que está me preocupando. Parece que os deputados estão com medo de agir nesta CPI, é muito interessante isso. Quero dizer também que toda a nossa reunião foi gravada pelo som e pela televisão, e quero solicitar que as notas taquigráficas da oitiva do Dr. Contelli sejam encaminhadas para que posteriormente façamos a junção à documentação da CPI e aprovação dos deputados também. Doutor, muito obrigado pela presença.

Quero dizer aos senhores que hoje também haveria oitiva do Dr. Daniel Zulian, promotor de justiça membro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime – GAECO, da comarca de Campinas. Mas ele não pode comparecer, e encaminhou um ofício com o seguinte teor.

"Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Coronel Telhada, na oportunidade que cumprimento V. Exa. em atenção à convocação do ofício CPI - Operação Ethos/Condepe nº 03/2018, designada para o próximo dia sete de fevereiro, às 14 horas, venho prestar os seguintes esclarecimentos. Tendo em vista que o objeto dessa comissão diz respeito a Operação Ethos, informo que não participei da investigação que culminou com o oferecimento de denúncia, sendo que minha participação limitou-se ao apoio do cumprimento de mandado de busca e apreensão, e prisão temporária de um alvo na cidade de Campinas.

Por essa razão reputo que não terei como prestar qualquer informação acerca do fato, já que desconheço o teor da investigação conduzida pela Polícia Civil e o núcleo do GAECO de Presidente Prudente. Diante disso, considerando que na data para a qual fui convocado possuo atividades previamente agendadas no GAECO de Campinas, inclusive oitivas, solicito que seja dispensada a minha presença na reunião, já que desconheço qualquer informação capaz de auxiliar no trabalho dessa comissão, indicando a V. Exa. os integrantes do GAECO do núcleo de Presidente Prudente, como promotores de justiça que possivelmente poderão prestar informações necessárias para instruir o trabalho na CPI. Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. protesto de estima, de consideração e respeito". Assina o promotor de justiça, Daniel Zulian.

Esse pedido foi através de quem, nosso? Vou verificar quem fez, e na próxima reunião quanto estiverem todos os membros da CPI, e tivermos quórum, vamos colocar em votação a liberação da oitiva do Dr. Daniel Zulian, já que ele mesmo diz que não há o que acrescentar aos fatos, tendo em vista que ele não participou da investigação, e somente de prisão de alguém que estivesse na região de Campinas. Mais alguma coisa, Doutor Ulysses?

Então não havendo mais nada, agradeço a presença de todos. Mais uma vez, solicito que as notas taquigráficas desta reunião com a oitiva do Dr. Contelli sejam encaminhadas à CPI para que possamos fazer a devida juntada nas nossas notas. Muito obrigado a todos. Boa tarde.

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

CPI - OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE

28.02.2018

CPI - OPERAÇÃO ETHOS/CONDEPE

28.02.2018

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Declaro aberta a 4ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros.

Registro, com prazer, a presença dos nobres deputados Doutor Ulysses, Ed Thomas, Vitor Sapienza, Coronel Camilo, Beth Sahão e este deputado, que preside os trabalhos. Esta reunião foi convocada com a finalidade de deliberar sobre a pauta anexa. Creio que os deputados já tenham essa pauta.

Em seguida, vamos proceder à oitiva - e agradecer também a presença - do presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB São Paulo, Dr. Marcos da Costa. Doutor, seja muito bem-vindo. Obrigado pela presença e pela paciência do senhor. Também quero fazer notória a todos a presença do senhor secretário de Assuntos de Administração Penitenciária, Dr. Lourival Gomes, que foi convidado para acompanhar os nossos trabalhos hoje, e teve a grande gentileza de estar conosco nesta tarde.

Antes de chamar as pessoas à Mesa, eu queria fazer a deliberação da pauta para essa tarde. Temos aqui cinco itens.

A SRA. BETH SAHAO - PT - Eu gostaria de solicitar vista dos itens de número três, quatro e cinco.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Vista concedida à deputada Beth Sahão. Itens três, quatro e cinco.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Eu gostaria de pedir vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Concedida vista conjunta ao Coronel Camilo dos itens três, quatro e cinco.

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Eu gostaria de pedir vista do item um.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Item um, concedida vista ao Doutor Ulysses. Mais algum deputado?

O SR. ED THOMAS - PSB - Só para título de informação, geralmente pedimos a dispensa da leitura da Ata anterior. Este deputado está solicitando a dispensa da Ata.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Obrigado, Sr. Presidente.

Por mais que tenha sido pedida vista, eu faria uma sugestão aos membros desta comissão e à própria proponente, deputada Beth Sahão, que ao invés de convocação se trocasse para convite do secretário de Segurança.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Do item?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Do item um.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas já foi pedida vista.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Mas a senhora concorda em manter a convocação?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Olha, deputado Telhada, temos feito isso nas reuniões ordinárias das comissões temáticas e não temos conseguido obter resultado. Essa que é a verdade.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Em vários momentos fiz a substituição da convocação por convite, mas isso não deu nenhuma garantia da presença de quem estamos requerendo nas comissões temáticas. Eu gostaria de avaliar e verificar. Qualquer coisa, na próxima reunião nossa, posso até...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Então está mantida a convocação, mas vista concedida ao deputado Doutor Ulysses. Vamos fazer a deliberação do item número dois.

O item número dois, a solicitante é a deputada Beth Sahão e os deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga. Requerimento nº 10, de 2017, requer a aprovação da convocação para a oitiva do Sr. Mario Sarrubo, subprocurador geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo, que acompanhou o desenvolvimento da Operação Ethos. Em discussão.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - A mesma coisa venho solicitar aqui. Embora já deliberado sobre isso, venho pedir a esta comissão para que transformasse essa convocação em convite.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputada Beth?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O problema é que, na CPI, se transformarmos em convite, qual é a garantia que temos que esse pessoal vai vir? A CPI é datada, temos um início e temos um fim.

Diferentemente das comissões temáticas. Se às vezes se substitui, mas o convidado não vem naquele mês, vem no mês seguinte, no outro, no segundo semestre, não tem problema. A questão é que, aqui... Podemos fazer o seguinte: eu até substituiria - para não ser intransigente - desde que façamos o convite. A Secretaria da Comissão faz o convite e se a pessoa não comparecer, aí temos que combinar de substituir por convocação, porque se transformarmos tudo em convite, quem vai vir? Não tem obrigação nenhuma de vir.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Concordo plenamente. Vou até mais longe: se não responder o convite, já marca uma reunião extraordinária para os próximos dias com convocação.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Não há problema algum.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Tudo bem, então está substituído.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Aprova a substituição de convocação para convite da oitiva do Sr. Mário Sarrubo, subprocurador geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo. Em discussão. Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que estiverem de acordo com o convite para o Sr. Mário Sarrubo comparecer permaneçam como estão. Aprovado o item dois. Perfeito.

Seguindo o item regimental que foi lembrado pelo deputado Ed Thomas, solicito a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ED THOMAS - PSB - Gostaria de pedir a dispensa da leitura. É de conhecimento dos deputados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo a concordância de todos os deputados, está dispensada a leitura da Ata da sessão anterior e dada por aprovada.

Muito bem, senhores, vamos para o item dois. Convido, neste momento, para que venha à mesa e tome o lugar junto a este presidente, o Sr. Marcos da Costa, digníssimo presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB São Paulo.

Aproveito para convidar para que tome assento a esta mesa o distinto secretário de Assuntos Penitenciários, Dr. Lourival Gomes, para que acompanhe os nossos trabalhos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Com todo o respeito à presença do secretário, que eu saúdo e cumprimento, e também do Dr. Marcos, eu queria saber: nós estamos aqui ouvindo aquilo que estava na pauta inicial, que é o Dr. Marcos?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Sim, senhora. O Dr. Marcos da Costa.

Dr. Marcos, muito obrigado. Seja bem-vindo. Mais uma vez, peço desculpas aos senhores, mas houve alguns contratemplos que impediram que começássemos a reunião às 14 horas. Essa segunda chamada, às 14 horas e 30 minutos, foi iniciada, e é um prazer tê-los conosco aqui.

Dr. Marcos, o assunto dessa reunião é a Operação Ethos/Condepe, que V. Exa. deve ter tomado ciência através de jornais ou de um acompanhamento. Queria perguntar a V. Exa. sobre o que tem a falar dessa operação, algum envolvimento da OAB. Como foi a participação nisso? Gostaria que nos esclarecesse a respeito desses fatos. O que V. Exa. pode trazer para acrescentar ao nosso trabalho?

O SR. MARCOS DA COSTA - Boa tarde. Gostaria de agradecer por me convidar para participar desta audiência. Cumprimento todos os deputados presentes, o nosso secretário de Administração Penitenciária e os assessores presentes. Nós acompanhamos pela mídia aquilo que foi divulgado.

No caso da Ordem, especialmente, houve uma situação pontual, em que advogados sofreram mandados de prisão. Evidentemente, no caso desses advogados, a Ordem se preocupa no que diz respeito às prerrogativas e à ética profissional. Foi exclusivamente isso.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Eu tinha alguns questionamentos. Algum deputado quer fazer questionamentos antes? Porque eu já faria os meus questionamentos. Pode ser?

Dr. Marcos, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte: quantas cadeiras possui a Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, no Condepe - Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Humana?

O SR. MARCOS DA COSTA - São duas cadeiras.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Qual é o critério utilizado pela Ordem para a escolha desses advogados que exercerão as funções nessas cadeiras?

O SR. MARCOS DA COSTA - Advogados com notório saber e conhecimento na área de Direitos Humanos e que, evidentemente, tenham uma contribuição a dar nessa área. Hoje temos dois indicados. Um deles está aqui, o José Roberto Manesco, advogado conselheiro da Ordem. É um advogado extremamente qualificado, um dos grandes escritórios de São Paulo na área de Direito Administrativo. Ele tem uma vocação para lidar com direitos humanos.

Também temos o advogado Antônio Funari, que é um advogado extremamente conhecido e respeitado. Ele preside a Comissão de Justiça e Paz da Cúria e tem uma vida dedicada aos direitos humanos. Hoje, são os dois indicados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Os advogados escolhidos são membros de alguma comissão temática ou são escolhidos aleatoriamente ou só pelo saber jurídico?

O SR. MARCOS DA COSTA - Não há uma regra. Hoje, o advogado Manesco é conselheiro da Ordem. O Antônio Funari também participa de diversas atividades da Ordem ligadas a direitos humanos, mas não há uma regra. A escolha é da Diretoria ou do Conselho.

Há uma lei que regula e oferece à Ordem duas cadeiras. A Ordem procura contribuir, evidentemente, selecionando aqueles que entendem, que são os melhores quadros para oferecer em cada conselho em que haja cadeiras disponíveis.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Então, não há relação cadeira-comissão temática?

O SR. MARCOS DA COSTA - Não há relação. Evidentemente, nós procuramos, no caso do Condepe, indicar pessoas que tenham uma ligação profissional ou acadêmica com os direitos humanos e assim fazemos com cada conselho que a Ordem tenha participação.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Haveria alguma comissão temática que participasse dessa escolha dos advogados ou é a diretoria que escolhe?

O SR. MARCOS DA COSTA - Diretoria. A indicação é da Presidência, que representa a Ordem. Na verdade, é a Ordem que faz a indicação. Quem representa a Ordem é a Presidência.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A OAB fiscaliza e acompanha essa atividade dos membros da OAB no Condepe?

O SR. MARCOS DA COSTA - Não é que fiscaliza. Eles são representantes da Ordem. Nós temos conversas e diálogos constantes. Procuramos sempre servir ao Conselho. No caso dos direitos humanos, há uma situação especial. A Ordem, como entidade, tem por objetivo a defesa dos direitos humanos.

Então, o tema é extremamente caro para a Ordem. Mantemos diálogos constantes com todas as entidades ligadas a direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A OAB-SP recebe do Condepe relatórios relativos aos trabalhos realizados pelo órgão?

O SR. MARCOS DA COSTA - Os conselheiros nos informam dos trabalhos. São os próprios conselheiros que nos informam dos seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Mas através de relatórios escritos?

O SR. MARCOS DA COSTA - Daí depende do momento. Nós temos, constantemente, a informação dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Os advogados nomeados prestam contas periodicamente das atividades que integram? Sim. Vossa Excelência já respondeu.

O SR. MARCOS DA COSTA - E quando nós solicitamos também. É um tema caro para a Casa. Estamos em constante diálogo em relação à questão dos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Aqui, no caso, os dois conselheiros da OAB prestam contas ou esclarecimentos do que fazem diretamente ao presidente ou a alguma comissão?

O SR. MARCOS DA COSTA - Ao presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Ao presidente diretamente?

O SR. MARCOS DA COSTA - Eventualmente, participam também das comissões de direitos humanos, das comissões afetas à área, mas o diálogo é sempre com a Presidência.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Normamente é com a Comissão de Direitos Humanos?

O SR. MARCOS DA COSTA - Normalmente é com a Presidência. Em face da matéria, que algo que a Ordem tem como uma das suas prioridades, a defesa dos direitos humanos...

Temos muitos eventos e muitas reuniões, dos quais podem participar conselheiros. Aí, evidentemente, eles dialogam sobre itens ligados a direitos humanos, e a participação do Condepe nesse quadro é importante.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A OAB sugere pautas, práticas ou condutas para o Condepe?

O SR. MARCOS DA COSTA - Depende do momento, do tema. Recentemente, discutimos aqui na Casa a questão da composição do Condepe. Discutimos a alteração legislativa em relação à composição do Condepe. É um diálogo constante, porque - eu insisto - a defesa dos direitos humanos é, por lei federal, uma das atribuições da Ordem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A OAB acompanha as atividades de campo - no caso presídios, corregedorias - que são realizadas pelos membros do Condepe?

O SR. MARCOS DA COSTA - A OAB tem uma comissão especial ligada à Administração Penitenciária, que tem contato com a Secretaria de Administração Penitenciária e com o Conselho de Administração Penitenciária. No que diz respeito aos presídios, essa atuação dá-se por diversas frentes.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Não através do Condepe?

O SR. MARCOS DA COSTA - Não tenho segurança para afirmar, porque o trabalho é conjunto. Então, não tenho como confirmar se há participação, na Ordem, de membros do Condepe. O que posso assegurar é que a Ordem participa das discussões ligadas ao sistema penitenciário, inclusive na questão de direitos humanos, propondo, por exemplo, ações em relação aos detentos, como ações de ressocialização. Temos trabalhos em alguns presídios, com a Administração Penitenciária, em diversas frentes.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - O preso Luiz Carlos dos Santos, que era o vice-presidente do Condepe, qual é a postura adotada pela OAB em relação a ele? Foi tomada alguma providência?

O SR. MARCOS DA COSTA - Não, porque ele não diz respeito à Ordem, não é advogado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Porque constou em todos os jornais que ele seria advogado.

O SR. MARCOS DA COSTA - Não é advogado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Não é advogado nem bacharel?

O SR. MARCOS DA COSTA - Não. Não tenho a informação de ele se apresentar como advogado. Não sei de onde a mídia tirou. Se ele se apresentar como advogado, cumpre ao Ministério Público, evidentemente, verificar a necessidade, dependendo do que ele faz, sobre o exercício ilegal da profissão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Não houve qualquer participação da OAB em relação à indicação do Sr. Luiz Carlos dos Santos?

O SR. MARCOS DA COSTA - Não, rigorosamente nenhuma. Não é advogado e não tem ligação com a OAB.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito.

A postura da OAB em relação aos demais advogados presos na Operação Ethos/Condepe: o que está sendo feito? O que foi feito?

O SR. MARCOS DA COSTA - Ligado às prerrogativas profissionais e ligado à ética. Prerrogativas profissionais, para verificar se as prerrogativas, como advogados, foram atendidas. E a ética profissional, aí eu peço licença a todos porque há um dever de sigilo em relação ao processo ético.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Nem se eles foram cassados ou não... Isso vai acontecer com a realização do processo.

O SR. MARCOS DA COSTA - Isso. É um processo sigiloso, em que é dado o direito de defesa. É analisado à luz dos preceitos éticos da classe. Peço perdão, pois há um dever de ofício de sigilo por parte do processo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. A última pergunta que eu iria fazer o senhor já respondeu, dizendo que há o sigilo.

Srs. Deputados, algum questionamento? Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Primeiro, quero agradecer sua presença, Dr. Marcos, que está aqui participando, assim como o nosso secretário, Dr. Lourival. Parabéns aos dois pelo trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na mesma linha do que falou o Dr. Marcos da Costa, quero deixar bem claro para todos que a nossa ideia é melhorar o Condepe, a nossa ideia é uma proposta propositiva. Já conversei muito com o deputado Coronel Telhada.

Quero deixar bem claro para todos que a Polícia de São Paulo também tem como norte - sendo o principal deles, entre três - os Direitos Humanos, o respeito aos Direitos Humanos.

Como comandante-geral, eu recebi, logo em 2009, todos os representantes e militantes de Direitos Humanos, inclusive o Condepe. Eu os recebi também em casos graves, como a morte dos motoboys, a primeira, a segunda... Tudo o que teve de evento em que fui procurado pelo Condepe, estivemos presentes. Isso segue indefinidamente.

Todos nós temos o mesmo objetivo aqui, que é melhorar o Condepe, que reputo superimportante. Inclusive, a Ouvidoria... Não tenho dúvida de que está ligado o Condepe, isso é outra discussão em que estou pretendendo alterar a forma de indicação da lista tríplice. Em nenhum momento tirar a autonomia, nem do Condepe, nem da Ouvidoria, de maneira nenhuma, não mexe em nada disso. Por que estou falando isso? Porque houve alguns comentários de que estamos tentando interferir ou cercear ou tirar a autonomia do conselho. Isso não existe.

Estamos tentando melhorar, pois foi um caso gravíssimo, de uma pessoa que eu ouvi, inclusive, em alguns momentos, na imprensa, se declarar como advogado, em uma ação que infelizmente envolveu 41 profissionais, advogados, e que causou um estrago muito grande. Senão, algumas mortes no meio do caminho... Não sabemos que tipo de informação foi fornecida antes para alguns presidiários.

A minha questão é: não tinha alguma forma de a OAB ter tomado conhecimento, ou esses advogados que pertencem... Eu conheço o Dr. Funari particularmente, um grande defensor contra a tortura, que é sua linha de frente. Não tinha como identificarmos e não deixarmos que um caso tão grave envolvesse tantas pessoas ligadas à Ordem, que, nas suas palavras, é a responsável por defender os Direitos Humanos, como a Polícia de São Paulo e de todo Brasil? Não teria uma forma? Nada chegou ao conhecimento da Ordem antes?

O SR. MARCOS DA COSTA - Deputado, todas as informações que chegam à Ordem... Tem um estatuto, um Código de Ética, cuja violação prevê sanções que vão de censura até exclusão.

Toda denúncia que é apresentada à Ordem é investigada. Precisa ser uma denúncia formal. Denúncia anônima, pelo estatuto, que é uma lei federal, a Ordem não pode receber. É uma obrigação legal. Toda denúncia que chega, a Ordem fiscaliza, a Ordem apura, dentro dos preceitos do devido processo legal, evidentemente, com direito de defesa. Constatada uma situação de violação de nossas prerrogativas, o próprio tribunal define a pena aplicável. Então, se a denúncia chegou, a denúncia é apurada. Apurada e constatada, é punido o profissional, em caso de violação.

Não tenho como dar informações de casos concretos, pois há o dever de sigilo em relação ao procedimento ético.

O que posso assegurar é: primeiramente, temos algo em torno de 350 mil advogados em São Paulo. A grande maioria, a imensa maioria, é formada por pessoas que têm a ética como uma das bases de sua atuação profissional. A grande maioria. Aqueles que não têm - como infelizmente acontece em qualquer categoria profissional - são objeto de apuração, com direito de defesa. Caso constatada a infração, é aplicada a pena correspondente.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Perfeito. A minha questão era saber se alguma coisa tinha vindo antes. O senhor falou que não. Durante, não tem jeito...

O SR. MARCOS DA COSTA - Se veio alguma informação, alguma denúncia, com certeza ela será apurada.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Estou satisfeito, mas só para complementar: isso aconteceu durante algum tempo e tínhamos dois advogados pertencentes ao conselho, que participavam da reunião dos conselhos, que, em tese, acompanhavam as atividades do conselho.

Por que estou colocando isso? Porque vamos sugerir algumas ações da própria OAB para que melhore essa relação - não tenha dúvida nenhuma - e para que possamos melhorar o conselho. Reputo o conselho, volto a falar, como importantíssimo na defesa dos direitos da pessoa, que é o cerne da questão.

Por que estamos fazendo isso? Não é só para investigar, mas para propor. Para propor o quê? O que podemos melhorar para que esse conselho seja sempre... Para que ele fique blindado contra esse tipo de problema que aconteceu, exatamente uma violação grave dos Direitos Humanos dentro do próprio conselho. Então, por favor: não tem nada contra a Ordem. As questões envolvem o que vamos fazer, inclusive proposituras para a própria Ordem dos Advogados.

De minha parte, estou satisfeito.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Dr. Marcos, quero fazer uma indagação ao senhor. Sou praticamente recém-chegado à comissão. Porém, a imprensa, infelizmente, muitas vezes denigre as imagens. Ela sempre veiculou que o Luiz Carlos dos Santos seria advogado.

Dentro desse quadro, eu gostaria que o senhor, além de reafirmar o que disse, transmitisse à imprensa... Mesmo porque, antes de ser deputado, eu também fiz parte de entidades de classe. Sei que, muitas vezes, vale a primeira versão e não o fato em si. Se o senhor me permite, gostaria de sugerir que o senhor desse ênfase a que o mencionado senhor não é advogado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Vossa Excelência fala em uma nota? Uma nota seria interessante, até para tirar a OAB dessa situação tão difícil.

O SR. MARCOS DA COSTA - Eu queria só voltar ao que disse o deputado Coronel Camilo, a quem quero, mais uma vez, agradecer. É um deputado extremamente democrático, que nos convida para o diálogo, para as discussões sobre os projetos que apresenta. Eu só quero ponderar em relação aos colegas que representam a Ordem.

A Ordem tem total confiança nos dois. O Condepe é formado, salvo engano, por um representante do Poder Executivo, do Legislativo, um do Poder Judiciário, por dois representantes da OAB e por representantes de outras entidades.

Eu não participo das reuniões do Condepe, mas quero registrar a absoluta confiança que temos em relação aos dois profissionais.

Certamente soubessem de algo que não representasse aquilo que é a finalidade do Condepe, aquilo que é de interesse público, teriam denunciado. Fica este registro porque são dois excepcionais profissionais. Digo isso porque o ambiente... Não sei o que aconteceu dentro do Condepe, eu só acompanhei pela mídia a participação do vice-presidente do Condepe. Registro isto.

Em relação à questão do vice-presidente, toda vez que a imprensa noticia - naquele caso específico, não só naquele caso, em outros casos - como sendo advogado alguém que não é advogado, a Ordem imediatamente entra em contato com o veículo da imprensa e corrige a informação.

Houve num primeiro momento de fato... A primeira notícia que saiu é que seria advogado, mas, imediatamente após a comunicação da Ordem, a imprensa não tratou mais como advogado. Tenho acompanhado. Mas o senhor tem toda razão. É muito comum a imprensa confundir um bacharel de Direito. Nem sei se esse senhor, em especial, é bacharel em Direito, mas quando sai a informação, entramos em contato e fazemos a correção. É fundamental isso até porque é a imagem da classe que está em foco e não pode ser contaminada por ações de alguém que não é advogado.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - O que marcou, Dr. Marcos, foi o seguinte: Luiz Carlos dos Santos, o homônimo dele, foi presidente da Casa e como grande presidente foi ministro, por isso me chocou. Pensei comigo mesmo: puxa vida, ele, enterrado, deve estar pensando "o que fizeram com o meu nome". Esta a razão de fazer essa ponderação ao senhor.

O SR. MARCOS DA COSTA - É comum, infelizmente, sair informação de que determinada pessoa é advogado confundindo a figura do profissional advogado com a do bacharel em Direito. Como também, às vezes, sai em relação a alguns órgãos, como conselhos, por exemplo. Sai como juiz, e Poder Executivo não é juiz. O juiz é atividade privativa da Magistratura.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Estou dizendo isso ao senhor - talvez o coronel Telhada não tenha acompanhado - porque tivemos, recentemente, um problema envolvendo a Assembleia: o problema da merenda. E publicaram a minha fotografia. A "Folha" foi condenada, já me pagou a indenização...

O SR. MARCOS DA COSTA - Que bom.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - ... que destinei a uma entidade filantrópica. Mas eu paguei um preço por um bom tempo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito obrigado, deputado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quero agradecer a presença do Dr. Marcos, atendendo a um requerimento de nossa autoria. Tenho alguns questionamentos a fazer ao senhor. O primeiro deles é, se por ventura, a OAB tinha conhecimento anterior da Operação Ethos.

O SR. MARCOS DA COSTA - Não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Não tinha conhecimento nenhum. O senhor conhece o Condepe, o seu funcionamento ou o senhor conhece o Condepe também pelas informações que chegam através dos advogados. Aliás, conheço o Dr. Manesco, já participei de reuniões com a presença dele, conheço a seriedade dos indicados pela OAB que fazem parte do Condepe. Eles também honram a entidade porque trabalham com muita seriedade lá dentro. Todos partilham desta mesma visão.

O SR. MARCOS DA COSTA - Eu conheço pelos dois, pela representação que temos dentro do Condepe.

Particularmente, nunca participei de reunião do Condepe. Como a Ordem tem assentos, esses assentos são supridos pela presença desses colegas. Então, os colegas que representam a Ordem no Condepe.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu não me lembro se o Coronel Telhada falou alguma coisa a esse respeito, mas sobre as medidas adotadas pelos 36 advogados que estiveram envolvidos nesta Operação o senhor pode discorrer um pouco sobre isso, respeitando evidentemente todo o sigilo do processo.

O SR. MARCOS DA COSTA - Há questão de prerrogativa profissional como qualquer advogado, há uma preocupação com o cumprimento das prerrogativas que são verificadas num primeiro momento. Em havendo, no caso, indícios de comportamento não adequado aos preceitos éticos, qualquer profissional acaba respondendo processo ético.

Sobre o andamento do processo ético, infelizmente, não posso falar, deputada, porque sou obrigado, em razão do sigilo, pela lei. Mas havendo a denúncia, como aconteceu, ela é objeto de apuração em um processo ético.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sim. Dr. Marcos, desde o início dessa questão percebemos que o ato criminoso foi de uma pessoa do Condepe, o vice-presidente. Sabemos como é o processo democrático nas eleições do Condepe etc etc e pela primeira vez aconteceu de um, e apenas um de seus membros, isso é importante destacar, cometer um ato criminoso. Foi julgado, condenado e está preso - muito bem julgado e muito bem condenado por sinal, creio eu.

O senhor acha que este fato... O senhor acredita que a imagem do Condepe pode ser prejudicada por conta disso? O senhor acha que os trabalhos do Condepe podem ser prejudicados, o Condepe que presta um serviço importante - o próprio Coronel Camilo sempre faz questão de reiterar isso - na área dos Direitos Humanos, na defesa dos Direitos Humanos? Em que medida isso pode atrapalhar o exercício dos trabalhos? Porque mesmo durante essa Operação e mesmo após o encerramento pelo menos daquilo que dizia respeito ao Condepe, pelo que pude perceber o Condepe continuou trabalhando inclusive na elaboração do Plano Estadual dos Direitos Humanos etc etc Esta Casa mesmo recebeu uma reunião importante, da qual participamos, a esse respeito. Essa questão da imagem eu acho importante.

Eu queria que o senhor me dissesse se acha que isso pode comprometer a imagem do Condepe. Nós temos dois advogados lá que são da OAB. O senhor acha que o fato de haver dois advogados da OAB pode

comprometer a imagem da OAB também, uma instituição de tanta credibilidade?

O SR. MARCOS DA COSTA - Eu posso falar da minha visão pessoal. O Condepe exerce uma função importantíssima, o Condepe é um conselho constitucional, há previsão na Constituição de São Paulo, regulado por uma lei estadual que define inclusive quem são aqueles que vão ocupar suas cadeiras.

Não creio que haja possibilidade de macular a atuação de uma pessoa. Há a disponibilidade de todos os outros que, voluntariamente, lá comparecem procurando cumprir uma missão tão relevante que é a defesa dos direitos humanos. Acho também que isso permite uma reflexão que precisa ser feita. Até que ponto a participação dessa pessoa representa ou não uma necessidade de uma reflexão sobre a forma de composição do Condepe?

Eu acho que se houve no Condepe alguma indicação, precisa-se perquirir todo o caminho. Não estou dizendo que houve, mas estou dizendo que se aconteceu a participação de alguém com o grau de comprometimento como aquele que foi exposto pelo menos para a mídia - não vou nem falar da pessoa porque eu não a conheço - acho que merece uma reflexão sobre a forma de valorizar o Condepe, eventualmente extraíndo alguma possibilidade que exista - se é que existe - de uma indicação ser feita de forma a permitir a participação de alguém não comprometido com a causa dos direitos humanos.

Precisa ser valorizada a causa dos direitos humanos e se aconteceu a indicação por um contexto que levou a isso é preciso verificar e eventualmente alterar dentro desse conceito: valorização do Condepe e valorização dos direitos humanos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sim, mas sempre pensando que a indicação em sua opinião deve atender pessoas que são militantes ligadas e que têm um histórico de luta e de trabalho voltado para essa área.

O SR. MARCOS DA COSTA - Com responsabilidade, na defesa dos direitos humanos, que é uma defesa fundamental no estado democrático.

A SRA. BETH SAHAO - PT - Até porque os membros do Condepe, salvo engano, não são remunerados. É um trabalho voluntário. Isso também precisa ser destacado, porque ali também ninguém recebe salário.

O SR. MARCOS DA COSTA - Nós temos participação de dois desembargadores do Tribunal de Justiça, de um deputado, de uma pessoa indicada pelo conselho, de duas pessoas indicadas pela Ordem dos Advogados, que é uma entidade... Estou na Presidência da Ordem dos Advogados, mas é uma entidade que tem uma história de defesa dos direitos humanos que não preciso nem expor. Temos a participação de outras entidades também que eu tenho certeza que são relevantes.

Se houve uma indicação, se o sistema permitiu que alguém chegasse lá sem ter esse histórico ligado aos direitos humanos, acho que é o caso de refletir sobre isso, mas sempre valorizando evidentemente o órgão, valorizando o Condepe, valorizando a participação dessas pessoas que voluntariamente dedicam uma parte de suas vidas à causa de direitos humanos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ok, estou contemplada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, deputada. Mais algum dos Srs. Deputados? Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PSB - Quero cumprimentar o nosso presidente e ao mesmo tempo fazer uma saudação ao Dr. Marcos e ao Dr. Lourival. Eu não vou entrar em detalhes. Estou satisfeito até com as colocações do nosso presidente, com as perguntas e até porque eu gosto também de provocar boas notícias para a minha região, porque a imprensa, cujo papel é colocar notícias nem sempre de repente como acontecem, infelizmente, mas muito dessa operação que se transformou nessa CPI vem da região do Oeste Paulista, vem de Presidente Prudente.

Um trabalho de investigação grandioso e aqui nós buscando mais esclarecimentos, a CPI tem esse papel. Nós aprovamos um requerimento, um convite ao Dr. Lincoln Gakiya, promotor de Justiça do Gaeco, núcleo

Presidente Prudente, para prestar esclarecimentos sobre a operação Ethos/Condepe. Mais recentemente, nesta semana, tivemos a morte organizada que teria saído da nossa região. A ordem teria partido de dentro do presídio em uma guerra das facções por um suposto roubo descoberto e a ordem realmente para matar.

Quero fazer essa saudação à OAB, falar da nossa confiança, do nosso respeito, estender ao Dr. Malheiros, que está aqui, a seriedade a todos os profissionais. Esses poucos não podem de forma nenhuma tirar a credibilidade dos muitos que são do bem e que buscam com certeza não só a prática da justiça, mas o cumprimento da lei. Com certeza não há como se viver sem a presença do profissional, do advogado. Então, não podemos generalizar, da mesma forma que vivemos hoje na política o momento de ojeriza.

Você vê a história do doutor Vitor, que nesta Casa é uma referência de trabalho. Nós temos a Polícia Militar aqui apresentada, como temos a Polícia Civil, como temos a OAB, então é uma Casa de grandes representatividades e eu jamais entraria em detalhes para generalizar a presença desses profissionais na pessoa do senhor, que é outra referência.

Fica aqui o meu respeito e sempre a nossa disposição e ainda com a permissão do nosso comandante, do nosso presidente, Coronel Telhada, de fazer essa saudação especial ao Dr. Lourival. Esse, convocado com convite, está sempre por aqui. A secretaria dele vai ser difícil alguém querer, não é?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Eu perguntei isso a ele há pouco.

O SR. ED THOMAS - PSB - Nós teremos uma mudança de governo, o governador que busca campanha para presidente, o vice Márcio que assume, mas uma certeza eu tenho: a Secretaria da Administração Penitenciária é com esse trabalhador aí. É sempre uma alegria poder estar com o senhor, agradecer sempre o atendimento em especial à nossa região - que comporta ali a maior população carcerária e com certeza a maior população de trabalhadores, de agentes -, a sua atenção, o seu respeito a isso, o seu comprometimento.

Bem recentemente estive com o diretor Medina, outra pessoa competente da nossa região e para o estado de São Paulo e vi o trabalho desenvolvido ali da reforma de 300 carteiras escolares. Carteiras das escolas estaduais que são destruídas e que para não se perderem são enviadas para Presidente Venceslau. Lá, os presos, através da serralheria, da madeireira, enfim, das fórmicas, reformam-nas. Outro trabalho é o meio ambiente sustentável, que na verdade é a produção de mudas para que façamos o reflorestamento.

Eu estendo uma ideia muito importante que também não é só minha, que é do Dr. Lourival, que é o uso do preso para melhorar não só a vida dele, para uma reinserção na sociedade, mas de trabalhar, de realmente produzir. Tem um trabalho muito bonito de recuperação no qual a pessoa se sente muito útil.

Peço perdão por ter fugido do assunto, mas creio que, quando temos a presença do Lourival, é sempre para agradecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Para não ficar uma imagem errada, na realidade, essa questão nós estamos fazendo para todos os envolvidos do Condepe, eu pretendo fazer para o Judiciário e para o promotor público, a respeito de se, em algum momento, nós não identificamos isso.

De qualquer forma, eu queria fazer dois comentários a respeito do que foi falado. Eu acho que o trabalho do Condepe, em nenhum momento, foi atrapalhado por essa questão, de jeito nenhum.

Em relação à imagem, eu já discordo. Eu acho que a imagem ficou arranhada, mas ele se recupera fácil porque ele é muito importante.

Eu acho que o senhor falou a coisa mais importante aqui. É mais um assunto, mais uma questão que eu queria deixar bem claro para os nobres deputados e para o presidente. O fato de ser voluntário ou não, na minha opinião, tem a menor importância. Se assumiu responsabilidade de participar, que participe. Se não, fique em casa.

A outra coisa que eu gostaria de falar é que o senhor falou exatamente o que nós pretendemos: é uma reflexão sobre o Condepe.

E, para finalizar, volto a insistir: não temos nada contra o Condepe, nós achamos superimportante que o órgão se fortaleça e permaneça independente. Só temos que refletir para que esse fato não aconteça mais no futuro. É essa a ideia da CPI: propor uma reflexão.

Por último, eu faço uma sugestão. Embora não tenha sido convocado ou convidado - aliás, fui convidado só para acompanhar esta aqui -, eu gostaria de ouvir, ainda que não pertencente aos trabalhos, o Dr. Lourival, se ele tiver alguma questão que queira colocar para todos nós.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão.

A SR. BETH SAHÃO - PT - Eu só queria lembrar ao Dr. Marcos que, além de ter sido convidado para participar, nós entendemos a importância não só da OAB. Nós fizemos requerimentos também para trazer representantes da própria Alesp e do Executivo.

Quero lembrar que o objeto da CPI é para que nós façamos as investigações sobre a Operação Ethos - e não sobre o Condepe. Não que o Condepe não seja objeto também - ele pode ser questionado, não há problema nenhum. Apenas gostaria de lembrar que é um membro do Condepe que cometeu um ato criminoso.

Acho, sim, permita-me discordar do Coronel Camilo, importante destacar que são trabalhos voluntários. A gente sabe que, hoje, a sociedade é tão capitalista e tão brutal, muitas vezes. Fazer um trabalho dessa envergadura, de forma voluntária, precisa ser saudado e dignificado. Todo trabalho voluntário precisa ser dignificado, não só aqueles que estão no Condepe. Tem muita gente que faz trabalhos muito bons espalhados por esse país afora (muitas vezes, até deveria ser papel do Poder Público, mas como o Poder Público não assume, acaba sendo assumido pelo cidadão comum).

É importante, sim, ressaltar que as pessoas estão ali por convicção, por entenderem que é importante exercer esse tipo de tarefa na defesa dos Direitos Humanos.

Eu queria, apenas, fazer essa complementação da minha fala.

Muito obrigada.

O SR. ED THOMAS - PSB - Eu preciso agradecer - e esses dados são importantes. A região da onde eu venho, que é o Oeste Paulista, hoje é a mais segura do estado de São Paulo.

Eu não poderia deixar de registrar o meu agradecimento, na pessoa do Coronel Telhada, do Coronel Camilo e da digna Polícia Militar do Estado de São Paulo, de estender à Polícia Civil do Estado de São Paulo - porque os dados lá vêm caindo e não é por causa dos equipamentos (porque eles são importantes, mas o ser humano é muito mais importante).

Eu tinha que deixar esse registro; essa é a boa notícia. Eu não mancharia, de forma alguma, embora seja a nossa obrigação fiscalizar e estar aqui. Mas essa boa notícia precisa ser propagada. Embora seja a área com maior número de presídios, é a área mais segura do estado de São Paulo e devemos isso às nossas polícias.

Fica aqui esse registro dentro dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Quero registrar a presença do deputado Roberto Tripoli nesse momento. Seja bem-vindo.

Quero também constar a presença do secretário adjunto de Assuntos Penitenciários, Dr. Luiz Carlos Catirse. Muito obrigado.

Registro, também, a presença do Dr. Ernesto Puglia Neto. O coronel Ernesto foi o antigo diretor de Direitos Humanos da Polícia Militar - e hoje fez questão de estar na nossa reunião.

Muito obrigado a todos os senhores.

Tem a palavra o nobre deputado Doutor Ulysses.

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Gostaria de agradecer o Dr. Marcos e dizer que estou plenamente satisfeito com os esclarecimentos que foram prestados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Eu quero parabenizar o digno representante da OAB pelo objetivismo. Ele poderia ter feito um monte de demagogia, mas evitou e foi objetivo em todas as suas respostas. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão.

A SR. BETH SAHÃO - PT - Eu queria apenas tratar da pauta da semana que vem, antes de V. Exa. passar a palavra para o secretário.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Se não houver mais perguntas ao Dr. Marcos, eu vou passar às considerações finais. Eu vou liberá-lo.

Antes de passar a palavra ao nosso secretário, nós convidamos várias entidades que quisessem participar e, a primeira que compareceu de espontânea vontade, foi a do Dr. Lourival Gomes. É bom ouvi-lo sobre o assunto e, se algum deputado tiver alguma questão com relação a assuntos penitenciários, nós poderíamos... Se todos concordarem. Tudo bem?

Antes de prosseguirmos, eu passo à palavra ao Dr. Marcos para as suas considerações finais.

O SR. MARCOS DA COSTA - Eu quero agradecer o convite e dizer que a Ordem está à disposição sempre, não só dessa CPI, que é relevante, mas de outros trabalhos da Casa, buscando diálogo e reconhecendo esta Casa como a verdadeira Casa democrática do estado de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Eu queria corroborar as palavras do Coronel Camilo, da deputada Beth Sahão e do senhor.

Essa CPI não tem intenção de atacar ou desmerecer nenhum órgão. Aliás, a nossa intenção é preservar os órgãos para que eles trabalhem da melhor forma possível.

Eu vejo com muita paridade a situação da Condepe com a situação da Polícia Militar. A Condepe, hoje, tem um dos seus ex-membros envolvidos com o crime organizado, o que causou um dano muito sério a esse conselho. Realmente, é uma mácula terrível.

Às vezes, na Policia Militar, com 90 mil homens, alguns cometem erros e toda a corporação paga por isso.

Então, hoje o Condepe está sentindo na pele o que nós sentimos ao longo desses 39 anos. Realmente, o Condepe não deve ser desvalorizado por causa do erro de um ou dois envolvidos, como nenhuma organização deve passar por isso.

As organizações não podem pagar por erros de seus membros. Os membros que erram têm que ser localizados, julgados, condenados ou não, conforme a situação. Que fique bem clara essa situação: aqui, jamais, qualquer um de nós tem a intenção de prejudicar ninguém.

Dr. Marcos, muito obrigado por sua presença. Esta Casa está de portas abertas. Nossos gabinetes estão sempre abertos ao senhor. Sucesso na missão, e conte conosco aqui na Assembleia Legislativa. Muito obrigado pela presença.

Antes de passarmos a palavra ao Dr. Lourival Gomes, a deputada Beth Sahão falou sobre a nossa próxima pauta, da semana que vem. Estou pensando. Nós marcamos a reunião para a próxima quarta-feira, dia sete de março. Tudo bem para os senhores? Alguém tem alguma coisa contrária?

Se todos os deputados estiverem de acordo, os próximos a serem chamados seriam o Sr. Rildo Marques e o Sr. Renê Ivo, que são presidente e vice-presidente de 2016 e 2018. Também não sei se seria o caso de chamar nesse dia também a Sra. Maria Nazareth e o Sr. Wenderson, que são 2016 e 2018. O que vocês acham?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, eu queria pedir uma gentileza. Por conta do horário, coincide com a Comissão de Direitos

Humanos, da qual eu sou vice-presidente. Hoje mesmo eu não pude ir à comissão.

Se puder então fazer só duas oitivas, eu gostaria de pedir. Para mim, tudo bem.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Tudo bem, senhores? Chamamos então, na próxima reunião, o Sr. Rildo Marques de Oliveira e O Sr. Renê Ivo Gonçalves, que são o presidente e vice-presidente de 2016 a 2018.

Tudo bem? Todos de acordo? Então fica acertado. Na próxima reunião, quarta-feira, sete de março, chamaremos o Sr. Rildo Marques de Oliveira e o Sr. Renê Ivo Gonçalves.

O SR. ED THOMAS - PSB - O Dr. Lourival, é informal. Não precisa de...

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - O Dr. Lourival é informal. Ele não foi convocado para a reunião. Ele veio como convidado.

O SR. ED THOMAS - PSB - Eu participo da CPI da pílula do câncer, da fosfoetanolamina. Eu queria pedir, então...

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Tudo bem. É informal a partir de agora. Antes de V. Exa. sair, eu queria citar a presença dos alunos oficiais da Polícia Militar que estão aqui presentes. Serão futuros oficiais da nossa Polícia Militar. Sejam bem vindos, senhores e senhoras. É um prazer tê-los aqui conosco, não só nesta Casa, mas aqui na CPI, hoje exclusivamente ouvindo o nosso secretário de Assuntos Penitenciários, o Dr. Lourival Gomes.

Se V. Exa. precisa sair, fique à vontade.

O SR. ED THOMAS - PSB - Peço desculpas, Sr. Presidente.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - A deputada Beth Sahão tem um compromisso também?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Isso, Sr. Presidente. Peço licença.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Lembrando a todos que a nossa próxima reunião é no dia sete de março, quarta feira, às 14 horas.

Antes do Dr. Lourival falar, só para os nossos alunos. Esta CPI está visando a Operação Ethos/Condepe. Foi uma operação na qual foram presos mais de 40 advogados que estariam envolvidos com crime organizado. Nessa operação, acabou se chegando ao Sr. Luiz Carlos dos Santos, que todo mundo achava que era advogado, mas foi até confirmado que ele não é, não sei se foi bacharel ou não.

Ele era então o vice-presidente do Condepe, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana aqui no estado de São Paulo. Isso agravou muito a situação, porque havia informações de que ele não só passava, colaborava com o crime organizado, recebendo dinheiro, mas de que ele inclusive repassava dados pessoais de homens e mulheres da Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Secretaria de Administração Penitenciária. Enfim, pessoas envolvidas com a Segurança Pública.

Isso causou a mim e ao Coronel Camilo uma preocupação muito grande, porque esse Sr. Luiz Carlos Santos era um dos ferrenhos defensores de pessoas envolvidas com o crime, que atacavam diretamente, principalmente, a Polícia Militar.

Quando ocorreu a prisão dele, ficou claramente entendido o porquê dessa postura dele. Isso nos trouxe a preocupação. Quem indicou essa pessoa? Por que ele estaria lá? Tem mais alguém envolvido nessa operação? Foi esse motivo que levou a mim e ao Coronel Camilo a solicitarmos esta CPI, que foi instalada.

Agora nós estamos aqui, conversando com algumas autoridades. Eu sou o presidente, o Coronel Camilo é o relator, e ao final nós faremos um relatório de tudo que foi aqui proposto, dito, e iremos propor algumas medidas, sempre visando a melhoria do trabalho e a segurança de todos os cidadãos paulistas.

Só para que vocês se localizem no que está acontecendo aqui. Dr. Lourival Gomes, muito obrigado por estar presente aqui, por ter aceito esse convite de estar conosco hoje, acompanhando esta CPI. A palavra é sua, fique à vontade.

O SR. LOURIVAL GOMES - Eu quero o convite formulado pelo Coronel Telhada, quero saudar aqui os deputados, Doutor Ulysses, Vitor Sapienza, Coronel Camilo. Quero saudar os representantes do Condepe, na pessoa do Dimitri.

No ano de 2015, havia muitas denúncias contra a Secretaria, denúncias essas que iam para as Comissões de Direitos Humanos de Brasília, para a Ouvidoria de Brasília, para o Judiciário, de que o sistema prisional era extremamente violento, e que os presos estavam sendo maltratados, seja na assistência material, como com torturas psicológicas.

Toda operação tem uma certidão de nascimento. A Operação Ethos começou em maio de 2015, porque, no dia 12 de maio de 2015, nós apreendemos uma carta, um "salve" de um pavilhão para o outro, na Penitenciária II, de Presidente Venceslau.

Esse "salve" foi para nós o início da operação. Então nós, da secretaria, nos dedicamos de corpo e alma, junto com o Gaeco de Presidente Prudente, junto com a polícia de Presidente Venceslau, para que os fatos fossem apurados e os responsáveis punidos.

Eu vou ler para vocês na certidão de nascimento:

"Salve Geral. Rua quatro."

Quando falam "rua quatro", é o Pavilhão 4.

"Que ao chegar esta em suas mãos, possa lhe encontrar com muita paz, saúde e harmonia, como também todos os seus familiares. Vamos aos assuntos. Os dois irmãos gravatas..."

Os "gravatas", como vocês sabem, são advogados.

"da 18..."

A "18" é o código da área de DDD da região de Presidente Prudente.

"Vanilla e Davi.."

Vanilla e Davi são dois advogados irmãos.

"...que estão nos direitos humanos do Condepe, teve um retorno do amigo lá, o Luiz Carlos, do Condepe. Ele está trabalhando com nós. Já foi autorizado a inclusão do nome dele na folha de pagamento no quadro dos gravatas. Ficou acertado da seguinte forma: vai ganhar cinco mil reais por mês e alguns trabalhos diferenciados. Vai ser acertado os bônus extras."

A folha de pagamento era do PCC.

"Esse Luiz Carlos ajudou a colocar o Condepe aqui em Venceslau."

Como ele ajudou a colocar? Fazendo reuniões com as famílias dos presos, crime organizado, mais bandidos lá em Presidente Venceslau. A reunião era para ocorrer na Câmara Municipal, e nós informamos ao presidente da Câmara que isso era reunião de crime organizado. Ele impediu, mas saiu a passeata por Venceslau.

Repetindo: "Esse Luiz Carlos ajudou a colocar o Condepe aqui em Venceslau. Ocupa o cargo de ouvidor do Condepe e tem grande influência no conselho que está dentro da Secretaria da Justiça. Essa pessoa, agora trabalhando para família, vai ser de grande importância, inclusive no projeto da Restrita com as filmagens de opressão no sistema".

A "família" é o PCC. A "Restrita" é o grupo que cuida de difamar o sistema prisional.

"O Luiz Carlos vai poder ajudar não só na questão dos direitos dos presos, mas também com relação a alguns benefícios no Fórum. Conhece muitos juízes, inclusive desembargadores."

Eu avisei aos desembargadores que esse preso estava utilizando o nome deles. Usando o nome desses desembargadores, ele mostrava para o crime organizado que ele era uma pessoa de enorme influência junto ao Poder Judiciário.

"Hoje o objetivo principal é divulgar as opressões nas faculdades de todo o sistema."

"Faculdades" são as penitenciárias.

"A ideia seria minar o governo e a SAP com as filmagens que foram feitas nas cadeias, é para dar um salve geral nos JETs."

"JETs" são aqueles (Inaudível.) representantes em cada uma das unidades penais.

"É para carregar nas imagens. Se a cumbuca de boia vem cheia, é para jogar um pouco fora e mostrar que há pouco. Deixar lixo no pavilhão para mostrar que o local não tem condições para permanecerem presos. Tem que ser bem orquestrado. Esse Luiz Carlos do Condepe vai nos auxiliar como foi feito aqui em Presidente Venceslau em dezembro. Reuniões estamos

organizando nas próximas audiências, que vão ser no dia 29 de maio, na Praia Grande.”

Seria feito no escritório da Defensoria Pública.

“Em 24 de junho de 2015 em São Paulo.”

Seria no auditório da Avenida Nove de Julho.

“A locação de um telão bem grande para passar as filmagens. É importante deixar todas as equipes de reportagem avisadas, elas que vão filmar os telões e divulgar as imagens para toda a rede nacional. Não serão economizadas moedas para essa situação.”

Então o PCC estava investindo grande, investindo forte, e as moedas são dinheiros do tráfico, dinheiros de mortes.

“Tudo que for necessário de dinheiro pode ser usado, sem miséria. O quadro de gravatas também já foi avisado da prioridade desse projeto. Obrigado pelo empenho de todos, principalmente dos gravatas Vanilla e Davi, que conseguiu esse novo integrante do quadro.”

Para dizer que o Luiz Carlos, usando as prerrogativas de representante do Condepe, como elemento do Condepe, angariou a confiança do crime organizado através de dois advogados bandidos, presos. E o pior hoje, caro Coronel Telhada, caros deputados, é arrumar gente para combater crime organizado. Aqui em São Paulo são poucos, não vou divulgar o número, mas posso adiantar para vocês que não enche uma mão. E nós participamos noite e dia, dia e noite de combate ao crime organizado.

Por quê? Porque a ideia do crime organizado não é apenas aquela de denegrir a imagem do sistema prisional. A ideia do crime organizado não é apenas de nomear este ou aquele partido político quando ocorrer as eleições. A ideia do crime organizado é também eliminar as instituições que existem e que são instituições que oferecem segurança à população, que não oferecem segurança ao crime organizado.

E as coisas começaram. Isso aqui foi de 12 de maio de 2015, posso deixar para o senhor aqui, deputado. O original encontra-se nos autos. Depois, aos poucos, esse é o encaminhamento que fizemos. Eu pedi para encaminhar o Lincoln, que é esse que o senhor está convidando. Depois disso as coisas vão indo num crescente.

Logo a seguir, um preso... Eu não vou citar o nome dele porque ele está na Federal e eu não gosto de citar nome de presos que são bandidos. Eu gosto de falar o nome de Jesus, o nome de Deus, o nome da minha esposa e dos meus filhos, mas de bandido não, isso não me faz bem.

Ele soltou uma carta assim... É uma carta codificada, o senhor vai ver, só letras e mais letras, mas a nossa equipe está preparada para fazer a interpretação e decifrar os códigos. É mais ou menos assim:

“Em primeiro lugar, um forte abraço cheio de paz, saúde e vitória. Meu parceiro, não sei se você se recorda daqueles dados de alguns funcionários. Então, no meio desses tenho dados do Luluzinha...”.

O Luluzinha é diretor do Big, o Big é o CRP, Centro de Readaptação penitenciária de Presidente Bernardes.

“Peço para você fazer o favor de estar direcionando esses dados para o nosso irmão Jadson Naldinho, com urgência. Ele já está no aguardo, se possível esta semana. Ele é final externa”.

“Final externa” é alguém que tem poder aqui fora de fazer o que quiser, com o respaldo do núcleo central do crime organizado.

“Ele já sabe que isto vai chegar nas mãos dele. Conto com vocês. É nós. Observação: sobre o endereço do seu Cleber, você conseguiu? Bem, é isso. Aguardo retorno, assinado Gominho.”

Vou dizer quem é: Eric Gordão, que está na prisão federal. Bom, o que não podemos aceitar, meu amigo Dimitri, é que vocês não façam uma depuração daquilo lá, que aceitem bandidos. Eles serão para vocês sempre dóceis carneirinhos, mas para nós, grandes inimigos. São eles, ou através deles, ou com eles que se mata PM, que se matam agentes, e isso é muito triste para nós.

Nós tratamos todos os jogos com grande respeito, mas lamentavelmente nós somos tidos como opressores por aqueles até que não conhecem o nosso trabalho. Hoje haverá uma reunião na Defensoria Pública para dizer que o preso é um santo e que nós somos o diabo. Você sabe dessa reunião. Essa inversão de valor, enquanto eu estiver na Secretaria, não vou admitir, não vou aceitar.

O Condepe é um órgão sério, embora nunca tenha conversado com a presidente, que já marcou duas ou três audiências e não compareceu. Mas não

adianta ser um órgão sério com um ou outro elemento que é bandido. Essa depuração - e estou aqui por isso - é interessante para todos, não só para nós como também para o Condepe. Não se pode admitir que uma ovelha negra, maldosa, estrague o Condepe, crie uma rejeição do Condepe no sistema prisional.

Eu vou ser bem claro com vocês: o Condepe não é bem visto por nós. A recíproca agora é verdadeira, porque nós nunca fomos bem vistos pelo Condepe, infelizmente. Então se criam essas rusgas que não interessam a ninguém. Nós queremos viver de maneira harmônica, com todos os jogos de direitos humanos, com todas as pessoas que integram esse grupo de pessoas que querem, de fato, melhorar as condições dos presidiários.

Então, eu faço essa proposta para você ter como desabafo. A depuração é dentro de casa. Assim como a Polícia Militar depura, manda seus maus elementos embora, o sistema prisional depura, mandando seus maus elementos embora, que façam todos os órgãos, OAB, Defensoria Pública e outros.

Eu fui ameaçado por um advogado, e esse advogado está ativo, hoje, na OAB. É muito difícil se expulsar alguém da OAB, lamentavelmente. Esse advogado seguiu minha vida, com dois bandidos, esteve na minha cidade, com bandidos; esteve no Fórum para me matar, e não teve chance, não teve oportunidade. Está lá. É interessante para todos os órgãos, seja qual for, fazer a depuração. Fazendo a depuração tem a credibilidade. Tendo credibilidade, terão mais e mais parceiros.

Nós já evitamos mortes de juízes porque nós recebemos a informação primeiro. Nós gostaríamos que o Condepe também fizesse assim. Quando houver ameaça a alguém, que ajude a evitar essa morte. A vida de um membro do Condepe, de um juiz, do promotor, de um deputado e de um agente, tem o mesmo valor; não tem vida melhor que a outra, nem vida mais valiosa que a outra.

Nós estamos num momento muito importante, hoje, Coronel Telhada, Coronel Camilo, deputados, que é o momento da briga do crime organizado, porque nós sabemos que, recentemente, morreu um elemento em frente a um hotel aqui em São Paulo. Morto por quem? Pelo crime organizado. Alguns falam: “Está sendo morto pela facção adversa, inimiga.” Não. Está sendo morto pelo próprio crime organizado. Outros três - informação que nós temos - morreram também. Os corpos não foram localizados. Morreram o Baiano do Rap, o Nado e o Batata. Esses três, segundo consta aí no mundo, não estou afirmando que morreram, mas é o que os presos do sistema prisional estão dizendo. Esses três também foram eliminados.

Será que o crime organizado está fazendo depuração e nós não? Ou será que o crime organizado está queimando seus arquivos? Eu acredito mais nessa opção. Por que eu acredito mais nessa opção? Quando morre um bandido considerado, no meio do crime organizado, eles têm o luto deles: uma Ave Maria, um Pai Nosso, uma reza do crime ou alguma coisa assim, ou 15 minutos sem jogar bola, 15 minutos sem fazer barulho, 15 minutos sem nada. Eles têm o luto. Das 168 prisões, nenhuma delas teve o luto pela morte de Gegê, pela morte de Paca.

Então, por aí dá para se descobrir que eles estão se depurando dos interesses deles, com a violência deles e pelos motivos deles. E confesso para vocês que todas as forças públicas, os agentes públicos de São Paulo, todos os órgãos de Segurança procuraram o Paca, procuraram o Gegê do Mangue, como se procura uma agulha no palheiro. Para nossa surpresa, ele morreu aqui em Aquiraz, quando nós achávamos que ele estava na Bolívia ou no Paraguai. Gegê do Mangue era o número um aqui fora. Era ele quem dava as cartas. Era ele quem dizia o que era para fazer. Era ele quem era sintonia final da facção. É uma perda para a família. Para nós não. Para nós é um inimigo a menos contra nós.

Esse que morreu, o Agnaldo, agora recentemente, era o cabelo duro. Na gíria do crime organizado, ele é o pé quebrado. O que é pé quebrado no crime organizado? Pé quebrado é o cara que tem poderes da facção criminosa e de toda a organização criminosa para exercer o poder de disciplina dentro e fora das prisões, podendo julgar, condenar e executar a condenação. Morreu. É interessante para nós? É. Nenhuma vida que se perde é interessante, mas quando é o inimigo que vai, morto por inimigos, para nós é extremamente interessante, porque nós estamos aqui preservando vidas de gente boa.

Então, o que nós buscamos enquanto Secretaria? Parceria, mais parceria, parceira e mais parceria. Isso aqui para mim faz mal, Coronel Telhada. Fala de um membro do Condepe. Assim como eu ficaria muito triste o

Condepe falando de um membro da minha instituição. Mas eu quero dizer, viu, Dimitris, você que ficou como representante aqui, que nós estamos falando aqui do Luiz Carlos. Não estamos falando do Condepe. Espero que nunca falemos do Condepe. Espero que o Condepe veja que os presos têm seus direitos e que nós, agentes públicos, cidadãos, funcionários, também temos os nossos. Nós ganhamos não é para bater, mas também não ganhamos para apanhar. Nós não ganhamos para matar, mas também não ganhamos para morrer. Se amanhã ou depois tiver alguém que vá fazer mal à instituição Condepe, ou a outra qualquer, tenha certeza de que somos os primeiros a intervir e evitar. O que está sendo julgado não é o Condepe. O que está sendo julgado é a ação de um elemento integrante do Condepe e com cartas brancas do Condepe, ofícios e mais ofícios da direção do Condepe, autorizando o Luiz Carlos a fazer inspeções em prisão. Lógico que se vocês soubessem quem era ele, talvez não dessem um ofício e muito menos consentiriam que ele integrasse o grupo.

Então, meu caro amigo deputado Coronel Telhada, venho aqui porque isso interessa para nós. Interessa para nós enquanto profissional do sistema prisional. Queremos defender o sistema penitenciário, queremos defender os nossos funcionários, queremos defender a sociedade. Interessa para mim enquanto cidadão, porque o País já está uma porcaria em certos segmentos. Outros não podem seguir o mesmo caminho, e o Condepe é um deles, tem que fazer depuração, depuração e depuração. Cortar na carne, cortar na carne e cortar na carne. Só as instituições sérias serão respeitadas. As outras que não se comportarem serão eliminadas. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, doutor.

Quero lembrar a todos aqui, os senhores e senhoras, que o Dr. Lourival Gomes desde 2006 está à frente da Secretaria de Administração Penitenciária. De 2006 a 2009, ele esteve como secretário adjunto do então secretário Dr. Antônio Ferreira Pinto. Em 2009, ele assumiu de fato a Secretaria e se encontra até hoje à frente dessa tão preocupante Secretaria. Com a mudança de governo, agora, sei que ele está cansado, a família dele exige a presença dele, mas nós vemos, dependendo da atitude do próximo governador, um lapso aí na Secretaria de Administração Penitenciária.

Doutor, muito obrigado pela presença. O senhor nos trouxe aqui uma luz, porque vemos na imprensa, vemos documentos, mas não temos essa realidade que o senhor vive tão próxima ao crime organizado e da necessidade de até aprimorarmos mais o trabalho da nossa CPI. Como disse o Dimitris, sobre a importância do Condepe, sem dúvida é de suma importância, inclusive tê-lo como aliado nessa luta, porque se o Condepe tem interesse nos direitos humanos, tenho certeza de que tem interesse nos direitos dos agentes e dos policiais também. É uma entidade que tem de ser mantida e preservada. Tem de ser extirpado qualquer indivíduo que faça o que Luiz Carlos dos Santos fez.

Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Primeiramente, gostaria de repetir suas palavras... Não suas palavras, mas a forma que o senhor usou. Vou dizer ao senhor o seguinte: parabéns, parabéns e parabéns. Fizemos um trabalho forte, eu no Comando-Geral e o senhor já secretário da Administração Penitenciária. Foi feito esse trabalho conjunto da Polícia Militar, pelo estado de São Paulo e através da sua informação, da sua vontade de fazer, da sua disposição, do seu conhecimento. Ele assumiu a direção da secretaria, Coronel Telhada. Mas ele está no sistema desde 1971. Eu jogava bolinha de gude ainda, e o senhor já estava lá na secretaria. Agora não há mais isso; agora é videogame.

Então, parabéns pelo seu trabalho e pelas muitas informações que o senhor trouxe à Polícia Militar de São Paulo, ao Choque, à Rota e à nossa área de inteligência, juntamente com o Ministério Público e outras polícias. A gente evitou grandes problemas, e o senhor sabe disso. O senhor é uma pessoa que vai para casa e, com certeza, dorme com a consciência tranquila, porque o que o senhor evitou de morte no estado de São Paulo, fora outros estados... Sou testemunha disso, como comandante-geral. Participei de reuniões importantes.

Não só nesses momentos, mas em momentos sérios da polícia, como os ataques de 2006, nós trocamos bastantes informações. Eu ainda era major. A secretaria teve papel fundamental contra aqueles ataques. A forma de agir do gabinete de gestão integrada foi muito pautada pela Secretaria da

Administração Penitenciária: como agir e como fazer frente a esse grande problema, que era novo naquele momento. Parabéns.

Coloco a Assembleia Legislativa à disposição para tudo aquilo que pudermos fazer, que pudermos propor de projetos de lei, de ação e de moções que possam ajudar o seu trabalho - eu não diria "tornar mais fácil", porque acho difícil de isso acontecer. Mas, se pudermos ajudar nessa grande empreitada, o senhor conte conosco. Repito: parabéns, parabéns e parabéns. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito obrigado, Coronel Camilo. Tem a palavra o nobre deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Estou assustado com seu relato.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - O senhor não viu nada ainda.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Não sou da área. Estou participando a convite do Coronel Telhada. Tenho lidado com outro tipo de bandido: fui delegado tributário. Sei o que é uma penitenciária. Para vocês terem uma ideia... Só para quebrar um pouco a seriedade: fui assessor do Delfim Netto. Estou dizendo isso porque o Ed Thomas falou algo que me fez voltar ao passado. Coronel Telhada está vendo que não consigo ficar quieto.

Delfim Netto era secretário da Fazenda. Cheguei a ele e falei: "Delfim, nós poderíamos aproveitar os presos de uma forma mais inteligente." "O que você pensa?" "Vamos arrumar um pouco de madeira e fazer com que eles façam cadeiras para as escolas." Ele falou: "Boa ideia; dê um pulo na penitenciária de São Paulo e leve a sua ideia." Eu fui, mas esqueceram de falar que eu era da Secretaria e me colocaram para participar da comissão central de compras. Eu estava prestando atenção.

Meu avô foi macarroneiro. Em um belo momento, estávamos discutindo fábrica de padaria e fábrica de macarrão. Eu falei: "Esse equipamento pode também servir para isso". Dei palpites numa coisa quando eu tinha que ficar quieto... Em resumo, em meia hora eu estava com dois caras com metralhadora, explicando aos presos como se fazia macarrão. Eu falei: "Mas vim aqui para discutir outra coisa".

Hoje eu saio daqui assustado com o seu relato. Mas parabéns pela forma como o senhor transmitiu isso ao Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Doutor Ulysses.

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Gostaria de agradecer a presença do nobre secretário e dizer que também saio estarrecido com essas informações. Nós não temos, apenas através da imprensa, noção da gravidade da ação do crime organizado. Indiscutivelmente, é assustador sentirmos essa insegurança total em que vivemos em nossas atividades. Então, parabéns pelo seu trabalho. Que o senhor continue por mais algum tempo à frente dessa secretaria de tão grande importância para nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra o Dr. Lourival Gomes.

O SR. LOURIVAL GOMES - Não vim trazer a vocês algo que pudesse assustar. Vim mostrar o belo trabalho que as polícias de São Paulo fazem aqui. Essa ação que está ocorrendo e que poucos sabem.... Eu não posso dizer que fulano, beltrano e sicrano estão mortos, porque não se achou o corpo. Temos informações de presos. É só para mostrar o quanto a Segurança Pública de São Paulo é importante e boa. Muitas coisas boas são feitas. Pouco ou quase nada é divulgado. Às vezes, divulgam determinados erros e mazelas que não fazemos.

Nessa linha do deputado Ed Thomas, quem ficou sabendo que nas férias de janeiro e fevereiro nós pintamos 82 escolas públicas? Ninguém. E o potencial nosso... Sempre fazemos umas propostas. O mato está crescendo em todas as cidades. Temos mão de obra. Eu pago um pouquinho para eles, e eles vão fazer o corte do mato com excelente qualidade, sem nenhum aborrecimento à comunidade. Nós temos muita coisa para oferecer. E já fizemos muito.

Mas eu diria: aqui em São Paulo, nós ficamos sabendo de tudo porque vamos atrás. Isso que está acontecendo, de acerto de contas do próprio crime organizado, é algo que não causa nenhum mal para a sociedade. Absolutamente nenhum.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, Dr. Lourival Gomes, nosso secretário da Administração Penitenciária. Agradeço muito a sua presença. Quero parabenizar o senhor e toda a sua equipe pelo excelente serviço que o senhor tem realizado e pelo apoio que sempre tem dado a esta Casa e ao nosso mandato. Apesar de o senhor estar cansado, espero que continue conosco nessa missão. Deus proverá. Parabéns por tudo.

O SR. LOURIVAL GOMES - Obrigado.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a presença do Dimitri. Você será uma peça fundamental do nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Esteja como aliado nosso, Dimitri, porque estamos aqui de braços abertos. Tenha certeza disso.

Senhores, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

* * *

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

07.03.2018

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

07.03.2018

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça, Defesa e Cidadania, incluindo todos os seus membros.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Ed Thomas, Cezinha de Madureira, Vitor Sapienza, Coronel Camilo, Beth Sahão e Coronel Telhada. Solicito à secretaria a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. ED THOMAS - PPS - Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PPS - Solicitar a dispensa da Ata. É de conhecimento dos deputados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Se todos os deputados estiverem de acordo, está dispensada a leitura da Ata da sessão anterior, e aprovada. Essa reunião tem como finalidade deliberar sobre a pauta anexa, creio que os deputados já tenham, com quatro itens, e proceder à oitiva do Sr. Rildo Marques de Oliveira, ex-presidente do Condepe, e do Sr. Renê Ivo Gonçalves, ex-presidente do Condepe, a quem já antecipadamente agradeço a presença. Pauta para deliberação. Temos do item um ao quatro.

Item um, requerimento 07. Solicitantes, deputada Beth Sahão, e deputados João Paulo Rillo e Alencar Santana Braga, que requer a convocação para oitiva do Sr. Marcos Fernando Elias Rosa, secretário da Justiça, Defesa e Cidadania do Estado de São Paulo.

O SR. ED THOMAS - PPS - Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PPS - Em nossa reunião mais recente, na semana que se passou, teve uma situação de convocação e de convite. Como que ficamos, o que decidimos? Vamos direto para o debate do requerimento, ou vai ser transformado em convite?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Consulto a deputada Beth Sahão, quanto à convocação ou convite.

O SR. BETH SAHÃO - PT - Então, Sr. Presidente. Para ser coerente com o que conversamos semana passada, acho que vocês se recordam, transformar de convocação para convite. Mandamos o convite, a secretaria da CPI manda, e caso não seja atendido, automaticamente passamos para a convocação. Acho que houve uma concordância dos deputados naquela reunião, e gostaria que isso fosse mantido.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Então se todos os deputados...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Pela ordem, presidente. Deixa eu ver se entendi o pensamento da nobre deputada. Se ele não vir no convite, automaticamente...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Passamos para convocação.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Mas o regimento permite que automaticamente seja convocado?

O SR. BETH SAHÃO - PT - Não, automaticamente é modo de dizer. Me perdoe, deputado Cezinha.

O SR. ED THOMAS - PPS - É porque o regimento não permite, né?

O SR. BETH SAHÃO - PT - Um aparte na sua fala. Mas podemos reapresentar como convocação. Foi isso que combinamos semana passada.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Deixa eu só entender, nobre deputada Beth Sahão. A proposta seria o seguinte, uma vez que aprovou o convite, o convidado não se manifestou, aí apresentaremos novo requerimento de convocação. Esse é o acordo da Comissão, correto? Não com acordo de aprovar.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Eu entendo o seguinte, nós que somos deputados podemos acertar isso. Seja quem for que for convidado e não atender o convite, qualquer deputado aqui faremos uma nova convocação automática. Será apresentada a convocação.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Com todo respeito à V. Exa. que tem uma experiência vasta, além de coronel da polícia. Mas eu acho que deveríamos seguir o ritmo da Comissão. Uma vez que não aceitou o convite, faz um requerimento. Se esse requerimento for aprovado, sim. No meu entendimento, o que não dá...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Automaticamente foi uma palavra de força. Faremos a convocação, será colocada em votação...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - E no dia da reunião da Comissão que tiver o requerimento de convocação, sendo ele aprovado, sim, a convocação é aprovada. Senão, continua em discussão.

O SR. BETH SAHÃO - PT - Só quero dizer o seguinte, essa CPI é composta por deputados de vários partidos que precisam também ser respeitados quando enviamos um convite para as pessoas. É uma falta de respeito uma autoridade, seja ela quem for receber um requerimento e não comparecer. Aliás, muitos nem dão satisfação, nem justificativa da sua ausência. É mais nesse sentido, deputado Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputada, estou recebendo uma informação da parte técnica aqui dizendo o seguinte, o que ficarmos acordado aqui vai ficar registrado em Ata. Faremos o convite, e caso a pessoa não atenda o convite, haverá convocação. Segundo a parte técnica, não é necessário fazer essa nova convocação, porque já está no requerimento.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Justamente isso que ia falar, seria como alternativa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Exato.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Já está constando na Ata.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Mas aí V. Exa., estamos falando do item um, correto?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Sim senhor.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Então gostaria, já que esse é o entendimento do regimento técnico, se eu estiver sendo mal-entendido aqui, gostaria de entender um pouco mais. Uma vez que aprovou o requerimento, correto?

O SR. ED THOMAS - PPS - Estamos aprovando como convocação.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Não, é como convite. Houve um acordo aqui para ser convite.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Estou esperando para ver se vamos substituir ou não. Estamos em discussão.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Se a substituição desse convite for para uma convocação sem uma nova aprovação, não estou de acordo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Um minutinho, deputado. O que acontece é o seguinte, há um requerimento aqui que estamos concordando em passa-lo para convite, ao invés de convocação. Mas também está acertado que em não sendo atendendo o convite, essa pessoa será convocada. Isso vai constar em Ata, é automático. Não é necessário nós refazermos uma convocação e colocarmos em votação novamente.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pois não deputado, Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Nobre deputado Cezinha, Ed Thomas, professor Vitor e Beth Sahão. O pedido para transformar em convite foi de minha autoria. E até por uma questão de respeito à deputada Beth Sahão, que está abrindo mão de fazer um convite, por uma cortesia ao nosso secretário. Então eu também não concordo que se não aceitar o convite, tenhamos que fazer nova votação. Eu acho que está automaticamente autorizado pela Casa. Não veio, convoca na sequência diretamente, pela presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Exatamente. O que fica acordado regimentalmente, o ofício da deputada Beth é de convocação. É isso que está sendo discutido. Nós estamos acertando com anuênciada dela, que primeiro a pessoa seja convidada. Mas o que está sendo aprovado é a convocação. Está acertado entre nós, que ele não aceitando o convite, de imediato será convocado. Não é necessário novo requerimento, nova votação. Isso já fica acertado e já está constando em Ata. Tudo bem, senhores?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Tudo bem.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Não, para mim não está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Mas é regimental.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Eu gostaria de pedir vistas do item um.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Então vistas concedidas ao deputado Cezinha de Madureira.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Espera um pouquinho só. Ele pode pedir vistas? Não pode mais pedir vistas nesse item.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Cezinha de Madureira já pediu. A secretaria pode confirmar isso.

O SR. ED THOMAS - PPS - Então que conte o meu pedido de vistas no item um.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Vistas conjuntas para os deputados Cezinha de Madureira e Ed Thomas no item um. Tudo bem senhores?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, o deputado Cezinha de Madureira não pode nem pedir vistas conjunta, porque ele já pediu vista. Então se o deputado Ed Thomas mantiver vistas, ele tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora está correta, já havia pedido. Deputado Ed Thomas, mantém vistas?

O SR. ED THOMAS - PPS - Mantendo vistas.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Vistas para o deputado Ed Thomas do item um.

O SR. ED THOMAS - PPS - E vistas também do item dois, que é a mesma discussão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Então está bom. Deputado Ed Thomas, item dois.

O SR. ED THOMAS - PPS - Pela ordem, Sr. Presidente. Se for convite, que venha escrito.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Mas deputados, entendam o seguinte. Eu concordo com a deputada Beth Sahão. Realmente, não há problema nenhum convocar, não é nem falta de respeito. É um procedimento regimental. Até por questão de educação muitos deputados pedem para transformar esse documento de convocação em convite. É gentil, tudo bem não, não há problema. Mas normalmente as pessoas não atendem o convite. Então o que fica acordado aqui é que foi aprovado esse pedido do deputado, e ela autorizou que se passasse primeiro como convite. Mas é uma convocação. Ele não aceitando o convite, imediatamente é feita a convocação, e não é necessário novo documento e nova votação.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Deputado Ed Thomas, lembre-se que semana nós tivemos um acordo informal aqui, que faríamos isso. O deputado Cezinha não pode estar na reunião, mas isso foi acordado e hoje estamos tratando de um novo encaminhamento, diferente daquilo que V. Exa. concordou na reunião de quarta-feira passada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - E assim é feito nas demais Comissões.

O SR. ED THOMAS - PPS - Pela ordem, Sr. Presidente. Nas demais Comissões, como o presidente e a deputada Beth colocaram, no que participei, quando se falava de se transformar em convite, vinha escrito convite. Primeiro falou automaticamente, e não entendo que tenha essa palavra dentro do regimento.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pode ser transformado pelo próprio grupo em convite, não é necessário que venha convite, senão teríamos que passar isso para a próxima reunião.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Pela ordem, presidente. Estou estranhando o andamento dessa CPI. Vi e acompanhei a sua luta no sentido de fazer com que ela andasse. De repente para minha tristeza, vejo nós mesmo enrolarmos coisa que em detalhe nós tínhamos que avançar. Ou seja, esses detalhes não nos levam a nada. Então faço um apelo aos membros da Comissão, pela minha experiência, para que avancemos. Estamos discutindo sexo dos anjos, isso não existe. Vamos fazer as coisas andarem. E desse jeito não vai andar.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, deputado Vitor. Pela ordem.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Deputado Vitor, eu até peço desculpas aos nobres companheiros por conta da falta em algumas outras reuniões, e das questões de horário. Fica um pouco complicado por conta de outros compromissos na Casa para mim. Mas o senhor há de concordar comigo que todos nós temos direitos iguais aqui, tanto de pedir vista, discutir, etcetera, e discordar quando não concordamos com uma situação.

Eu quero reiterar aqui a minha fala. Falando com o Coronel Camilo, muito meu amigo, quero reiterar minha fala da seguinte forma, e se após minha fala o senhor concordar e suspender a reunião por um minuto, para acharmos um entendimento. A minha expressão acho que saiu errada. Eu concordo com o convite, eu não concordo é fazer aprovar o convite e automaticamente se não vir nele. Uma vez que o secretário quer vir, pelo convite ele vai vir. Se ele quer vir na Comissão prestar esclarecimentos para ouvirmos, ótimo, maravilha. Mas digamos que não deu certo o convite, aí eu mesmo faço um requerimento de convocação junto com a senhora.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Me permite um aparte, deputado Cezinha?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Por favor.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Se fizermos novo convite para uma convocação, abrimos nova oportunidade para que todos os integrantes possam pedir vistas novamente, cada um independente, e vamos procrastinar mais.

Essa é a visão. Outra coisa, a transformação em convite é uma concessão da altura do requerimento, ela está cedendo desde que não percamos mais tempo. E a troca de convocação para convite é pura cortesia, não tem diferente disso. Ou seja, se tivermos que fazer outro requerimento e votar novamente, e pedir vista novamente, não vamos acabar essa CPI. Essa é minha opinião, sobre deputado Cezinha de Madureira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito obrigado, deputados. Item três. Tenho para os senhores um ofício do deputado Doutor Ulysses, justificando a falta dele, porque se encontra presente numa reunião nesse momento, do Meio Ambiente. Ele é vice-presidente. Vou pedir ao deputado mais antigo, Vitor Sapienza, para que assuma a Presidência e leia os itens três e quatro. Pode ser daí mesmo.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Mas antes, pela ordem, presidente. Estou conversando com o deputado Ed Thomas aqui e ele também concorda. Acho que acabamos com esse problema hoje aqui. Aprova o convite, uma vez que o secretário quer vir.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É só você retirar o pedido de vistas.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Retiramos o pedido de vistas uma vez que não ficou aprovado automaticamente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Senhores, o plenário é soberano. O que nós acertamos aqui está acertado. Se nós acharmos por bem transformar o depoimento de qualquer deputado de uma convocação para convite, pode ser feito. Mas também fica acertado que em não aceitando o convite, a pessoa será convocada. Isso consta em Ata, senhores. Entenda uma coisa, não é necessário um novo ofício ou nova votação. O plenário é soberano.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Me permite um aparte, presidente? Retiro o meu pedido para transformar em convite. Permanece convocação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputada Beth, continua as vistas?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Acho que tem que manter as vistas.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Bom, itens três e quatro. Deputado Vitor Sapienza, com V. Exa., por gentileza.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Vitor Sapienza.

* * *

O SR. PRESIDENTE - VITOR SAPIENZA - PPS - Vamos apreciar o requerimento do nobre deputado, Coronel Telhada.

Item três. Requerimento 16, requer o envio de ofício ao Condepe, para que apresente cópia dos documentos de todas as entidades vinculadas, com direito de assento no conselho, nas gestões 2014-2016, e 2016-2018. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado o requerimento.

Item quatro. Requerimento 17, do mesmo deputado, requer aprovação do convite ao Dr. Olimpio Garcia, promotor de Justiça do GAEKO de Presidente Prudente, para prestar esclarecimentos sobre a Operação Ethos-Condepe. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado o requerimento.

Com muita satisfação, devolvo a Presidência ao deputado Coronel Telhada.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, deputado Vitor Sapienza. Pela ordem, deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PPS - Meu presidente Coronel Telhada, a minha dúvida foi que transformamos em convite, e o requerimento viesse já como convite, e voltou como convocação. Então também acredito e concordo que o plenário seja sempre soberano, mas há uma preocupação sempre com o regimento. Havendo essa preocupação, sabendo do empenho, principalmente de V. Exa., porque essa CPI é muito importante, e sempre serei a favor de convocação, até porque quem não deve, não teme. É convocado, vem e realmente fala.

Já agi dessa forma principalmente na Comissão de Meio Ambiente, onde queriam convidar, e eu gostaria de convocar. A deputada Beth foi muito objetiva e sucinta na reunião anterior, transformando em convite. Então peço esses dois pedidos de vistas do item um e dois, e que sejam transformados em convite, seja para o secretário de Justiça e da Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - O senhor retira as vistas então? Perfeito. Deputado Cezinha?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Assim que o senhor seguir o protocolo vou pedir votação nominal.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Então como houve retirada de vistas, vou colocar novamente. Item um, Requerimento 07, da deputada Beth Sahão, requerendo aprovação do convite para oitiva do Sr. Márcio Fernando Elias Rosa, secretário de Justiça, Defesa e Cidadania do Estado de São Paulo. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Pela ordem, presidente. Para pedir votação nominal.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Vamos então para a votação nominal para o item um. Como vota, deputada Beth Sahão?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Favorável. Deputado Coronel Camilo?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - A favor.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Favorável. Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Favorável.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Favorável. Deputado Cezinha?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Contra.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Contra. Deputado Ed Thomas?

O SR. ED THOMAS - PPS - Favorável.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Favorável. Este deputado também é favorável. Então está aprovado o item um.

Item dois, também da deputada Beth Sahão, Requerimento 14, requerendo aprovação de convite para oitiva do Sr. Samuel Moreira, secretário da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, que indicou um membro para composição do Condepe, na vaga destinada ao Poder Executivo paulista. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permanecem como se encontram. (Pausa). Aprovado o item dois.

Muito bem, vamos então entrar na parte dos nossos amigos chamados. Queria convidar para vir à Mesa o Sr. Rildo Marques de Oliveira, ex-presidente do Condepe. Seja bem-vindo, por gentileza. E também já convido o Sr. Renê Ivo Gonçalves, ex vice-presidente do Condepe. Seja bem-vindo, muito obrigado e fique à vontade. Primeiro conversaremos com o senhor Rildo Marques de Oliveira, ex-presidente do Condepe. Boa tarde, agradeço novamente pela presença do senhor. Eu gostaria que o senhor por gentileza dissesse aos deputados o que o senhor fez, ou quando trabalhou no Condepe. Que fizesse uma pequena síntese da sua carreira pessoal junto ao Condepe, em rápidas palavras.

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Boa tarde, presidente da CPI, Coronel Telhada, e demais deputados, todos aqui presentes. Em primeiro lugar eu queria agradecer imensamente pelo convite para estar aqui hoje nessa CPI. Reportamos como ela é de extrema importância, sobretudo por conta da macula que se abateu sobre um conselho de Estado tão importante, como é o Condepe, em razão da existência de um sujeito que agiu de maneira contrária inclusive às próprias regras do conselho. E maculou de forma bastante incômoda para todas as pessoas, que há muitos anos militam e se dedicam às causas dos direitos humanos. E que fizeram, estiveram na construção do próprio conselho, como uma grande ferramenta de defesa dos direitos das pessoas.

Acho que foi muito importante e oportuno que a Assembleia Legislativa procurasse de alguma maneira verificar o que se passou, o que não se passou, exatamente para deixar mais claro para todas as autoridades públicas do estado, e para a sociedade, da importância desse conselho, mas também oportunidade para que possamos lamentar que uma das pessoas tivessem no caminho um desvio de conduta. Eu queria registrar isso.

Queria registrar também o brilhante trabalho da Polícia Civil e do Ministério Público, que assim que teve os primeiros indícios e notícias da participação de um dos membros daquele conselho envolvidos com o crime organizado, imediatamente realizou as investigações, apuração e o que culminou com um trabalho magnífico do Ministério Público na condenação dessa pessoa, além de outras que segundo tive conhecimento pelas outras regionais, já foram condenadas em primeira instância. Para nós militantes de direitos humanos, é até motivo de segurança, saber que a polícia e o Ministério Público agem com rigor quando pessoas não cumprem seu papel ou tarefa para o qual lhe foi atribuída no caso específico do Condepe.

Isso pessoalmente me trouxe bastante segurança de saber, e quero deixar registrado o importante trabalho da Polícia Civil do Estado de São Paulo, especificamente nesse caso. Também ficamos preocupados com a quantidade de advogados envolvidos nessa situação e organização do crime, o que faz com que toda a sociedade e os órgãos públicos, inclusive o Dr. Marcos da Costa da OAB, me parece que também está preocupado com essa situação e pretende fazer com que a OAB adote medidas no sentido de coibir e verificar que a OAB, que é também um importante instrumento da sociedade não seja maculada pelo exercício de profissionais que não agem conforme o estatuto da OAB e a lei.

Volto a dizer que ficamos bastante contentes com a ação da Polícia Civil, que conseguiu, enfim, botar fim a esse tipo de crime e de uso, seja do acusado, como de advogados dessas instituições importantes. Obviamente é muito importante para nós que eles sejam retirados dessas instituições, para que não maculem ainda mais essas instituições, do qual reputamos serem de suma importância. Venho de uma trajetória de muito tempo na luta pelos direitos humanos, deputado. Desde 1984, quando passei a atuar junto a Pastoral da Moradia, na Região Episcopal Belém, junto com Dom Luciano Mendes de Almeida, que é uma pessoa que tinha um trabalho pastoral muito forte no sentido de fazer acolhida e atendimento às famílias que não possuíam moradia naquele primeiro momento.

Também tive oportunidade, junto com o Dom Luciano, de trabalhar na Pastoral do Menor, de 1985 até 1990. Trabalhei e atuei em diversos movimentos sociais de moradia e habitação, no Movimento da Infância e da Juventude. Trabalhei por muito tempo com o padre Júlio Lancelotti. Venho dessa formação das comunidades eclesiásticas de base da igreja católica, com muito orgulho. E participei junto com Dom Paulo, arcebispo de São Paulo, como membro do Centro Santo Dias da Arquidiocese de São Paulo, o que me levou a ser uma das pessoas escolhidas pelo próprio centro para representá-lo no conselho, ainda no ano de 2006 a 2008.

Então tenho uma relação com o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Humana, praticamente desde o período de 2006 a 2008, como atuante. Mas também ajudei a participar da fundação do conselho, da construção do projeto de lei junto com o ex-secretário Belisário dos Santos Junior, que então era secretário de Justiça, salvo engano, no governo do Dr. Mário Covas, quando foi aprovada a lei 7576, que institui o conselho à mercê do Art. 110 da Constituição do Estado de São Paulo. Atuei e acredito que naquele momento histórico em que o Brasil acabava de sair de uma reunião da ONU, salvo engano em 1990, com uma série de recomendações das Nações Unidas, entre elas um dos itens que o Brasil deveria cumprir seria a criação de espaços e mecanismos, em que tivesse presente a maioria da sociedade civil para que funcionasse como espaço de controle social das políticas de direitos humanos no estado.

Então nesse contexto eu venho ser conduzido à presidente do Condepe, salvo engano em 2014, função que exerci até 2016.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. O senhor teve quais funções no Condepe?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - É muito importante que todos saibam que o Condepe não pode se traduzir apenas naquele conjunto de 11 conselheiros, que são efetivamente eleitos e nomeados pelo governador do Estado. O Condepe tem em que que chamamos hoje de colégio de entidades, um círculo de instituições tradicionalmente militantes na área dos direitos humanos, e sempre convidadas para as reuniões. Algumas delas tomam assento e outras acabam não tomado. Como na sociedade civil a maioria das pessoas que trabalham na causa dos direitos humanos são voluntárias, não profissionalizadas, há uma rotatividade de pessoas muito grande e intensa.

A sociedade civil é muito dinâmica. Hoje um tem um tempo para ficar fazendo um trabalho, e amanhã ele é chamado para trabalhar em outro setor, e acaba não podendo se dedicar tanto tempo para aquela instituição. Então ele acaba deixando de fazer atuação em nome da entidade. Mas a entidade sempre tem alguma relação com o conselho. No meu caso específico o Centro Santo Dias me indicou para representa-los no conselho. E eu comecei a fazer isso a partir de 2004, mais organicamente. Mas não era conselheiro, eu apenas acompanhava as ações do conselho, ajudava a opinar e construir os documentos, ajudava nas reuniões. Mas não era membro efetivo.

Me tornei membro efetivo do Condepe e eleito com um cargo, de acordo com os editais e regimento interno, no ano de 2012. Então eu passei a ser conselheiro efetivo nesse ano. Mas de 2006 até 2012 sempre fui um colaborador, e nunca quis assumir nenhum cargo efetivo, em razão dos meus compromissos profissionais, e de não ter tanto tempo assim para se dedicar ao conselho.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - O senhor foi presidente por somente uma vez?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Isso, fui uma vez. E pelo regimento do conselho, só pode haver uma única possibilidade. O regimento do conselho hoje em vigor diz que qualquer conselheiro efetivo só pode ter um mandato e mais uma condução. Não pode repetir. Então fui conselheiro efetivo de 2012 a 2014, e de 2014 a 2016.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Só repetindo, o senhor fez parte das entidades Santo Dias e?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Eu fiz parte de várias entidades, Coronel Telhada. Eu comecei mesmo no Centro de Defesa de Direitos Humanos Padre Ezequiel Ramim, associação em defesa da moradia.

Mas no Condepe eu iniciei representando o Centro Santo Dias, da Arquidiocese de São Paulo. E quando presidente, fui representando a Ação Cristão de Combate à Tortura - ACAT Brasil, uma instituição filial, que tem representação internacional, cuja sede fica em Paris, na França.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. O senhor poderia explicar para nós, qual o critério para a escolha das entidades sociais que fazem parte do Condepe? Essas pessoas se apresentam voluntariamente? Existe algum critério de escolha para que elas participem? Como funciona isso?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Funciona assim, a lei 7665 impõe os critérios. Os critérios que ela coloca é que participarão ou poderão pleitear a vaga de conselheiro por instituição. Não é possível que uma pessoa simplesmente apareça e fale, "eu quero ser conselheiro do Condepe". A lei remete que para que as pessoas sejam eleitas conselheiras, precisam fazer parte de alguma entidade ou instituição que tenha, em seus princípios objetivos, a defesa, a proteção ou promoção dos direitos humanos.

E quando se lê isso, deve-se reportar obviamente para o conceito trazido, sobretudo a partir da Convenção de Viena de 1969, da ONU, que classifica o que é defesa, proteção e promoção dos direitos humanos. Então apenas a partir de uma instituição que indica a entidade e a pessoa. Ou seja, não é possível uma pessoa acessar o Condepe no cargo diretivo se não tiver uma entidade que também venha compor o cenário desse conselho. Além disso, a lei estipula que essa instituição, além de ter que ter os critérios definidos da proteção e promoção dos direitos humanos, ter no mínimo cinco anos de existência antes de fazer parte de disputar um assento no conselho. E assim a lei determina.

O regimento interno do conselho, esqueci o número do decreto do governador, organiza como é feito o certame da sociedade civil. Porque os cinco outros membros do conselho, ou seja, Tribunal de Justiça, Governo do Estado, Assembleia Legislativa do Estado e OAB, são indicados pelas próprias instituições públicas. E no caso da OAB, autarquia. No caso dos outros representantes da sociedade civil o regimento estabelece um certame de organização, em que a sociedade civil promove através de um edital público, então não é direcionado especificamente para algum setor, mas é público, em que as entidades deverão indicar um concorrente, se ela quer ou não ter assento numa das vagas do conselho.

A entidade se inscreve, e junto ela traz o nome do representante da entidade, que o representará no conselho para aquele certame. E depois é marcada uma assembleia, em que as demais instituições e entidades comparecem para votar nos seis conselheiros efetivos e suplentes. E aí as entidades que já têm um certo conhecimento de quais entidades são, por uma série de fóruns de direitos humanos que ocorrem em todo o estado de São Paulo, conferências que ocorrem em diversos espaços públicos, basicamente as entidades pouco se conhecem. Eu não posso dizer que conhecemos todas, mas as entidades em sua grande maioria conhecem quem são seus representantes.

E a partir dessa assembleia, há momentos que há um debate prévio, outros que esse debate não é possível de ser feito, e ali as pessoas recebem uma cédula. O voto é da instituição, então uma única vota em até seis candidatos. Os seis mais votados viram conselheiros efetivos empossados pelo Governo do Estado, e os outros seis permanecem na regra da suplência. E assim são escolhidos os representantes para o conselho, por parte da sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Então pelo que o senhor está me informando, todo conselheiro do Condepe vem através de uma entidade, é isso?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - E esse conselheiro, Sr. Rildo, apesar de estar sendo indicado por uma entidade, ele sofre algum tipo de investigação por parte do Condepe? Um levantamento da vida pregressa, apresentação de alguma documentação de títulos, se ele teve algum problema com a justiça? É feito esse levantamento ou não? Basta indicação da entidade?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Historicamente não, Coronel Telhada, e por um motivo isso não é feito. Aliás, tem dois ou três motivos básicos para isso não ser feito. Primeiro porque se a lei reputa as entidades e o próprio regimento interno reputa as próprias entidades a escolha de seus representantes, dentro da dinâmica daqueles que militam há muitos anos na luta pela causa de direitos humanos, o primeiro pressuposto é a solidariedade da confiança entre aquelas pessoas que estão do lado, em tese, da mesma causa.

Segundo, que nós estaríamos fazendo uma interferência interna corporis, uma vez que as pessoas não vão ocupar um cargo público. É um cargo de relevância, mas não chega a ser público. E terceiro, que nessa relação até de solidariedade mesmo, dessa fraternidade muitas vezes religiosa de acreditar mais nas pessoas que desconfiar. Então de fato não é exigido antecedentes criminais, como é solicitado para cargo de ouvidoria de polícia, ou da Defensoria Pública, até pela razão do seu próprio cargo que vai ocupar. Esse é um dos motivos.

O segundo motivo é que muitos militantes de direitos humanos, por sua própria trajetória e atitude de resistência, em razão dos embates e posicionamentos em grandes conflitos existentes, como por exemplo nas causas contrárias, é muito comum termos militantes que passaram por algum tipo de processo ou inquérito, seja por desacato ou por desobediência, ou outros tipos de investigação prévia feita. É muito mais grave, por exemplo, nos municípios do interior, quando mulheres, pessoas que estão em assentamentos, mulheres que lutam contra o machismo, pessoas de orientação LGBT e sofrem diversos preconceitos, inclusive de autoridades municipais locais, e acabam de alguma maneira sendo criminalizadas.

Se o Condepe ou qualquer órgão de direitos humanos nesse país exigir antecedentes criminais, nós estaremos promovendo um processo de exclusão, e tirando diversas pessoas militantes da possibilidade de estar num conselho. Então esse é outro motivo que se debateu muito. E eu posso falar isso para vocês, porque fui uma das pessoas que mais estudou junto com diversos companheiros, sobre os tratados da ONU quando fazem a resolução dos princípios de Paris, que cria institutos nacionais de direitos humanos. E uma das grandes preocupações da ONU no mundo inteiro é exatamente isso, que o Estado passe a controlar a participação política de pessoas em conselhos como esse, a partir de um corte ou proibição por conta de sua vida prévia, em razão de sua causa e luta.

É evidente que o conselho, nós tivemos dois presidentes de Condepe, posso citar aqui a Rose Nogueira, que foi presa política na década de 60. E o último presidente que me sucedeu, o Ivan Seixas, também foi preso político aos 16 anos de idade. Ou seja, certamente essas duas pessoas que prestaram grandes serviços ao Conselho Estadual da Pessoa Humana, não poderiam ter sido, se um dos critérios fosse efetivamente a questão da ficha de antecedentes. São esses os conceitos e motivos pelos quais não se pede antecedentes criminais, porque a responsabilidade é da entidade que acabou indicando.

Nós compreendemos que as comunidades, que os movimentos sociais devem fazer esse filtro. Por exemplo, seria inimaginável que no Centro Santo Dias de Direitos Humanos de onde vim, do Centro Ezequiel Ramin, da ACAT, entidades que participei, entre outras, tivéssemos uma pessoa que tivesse tido algum tipo de ligação do qual foi feita a apuração aqui, e que se constatou infelizmente e lamentavelmente, uma pessoa que ao longo de sua trajetória e história acabou se misturando com esse tipo de prática criminosa. Lamentamos profundamente, e ficamos amargurados que em nosso meio esse tipo de coisa infelizmente também acabou acontecendo.

Então coronel, nós hoje, a sociedade civil, acredito, não sei qual é o pensamento do Renê, que é de outra entidade e instituição, estamos mais atentos para isso. Para que esse tipo de organização não se contamine ou penetre para dentro das instituições de direitos humanos. Tenho certeza que várias entidades, inclusive a que eu pertenço, hoje estão tomando extremos cuidados em relação a isso. Porque mais do que pedir ficha de antecedentes, as nossas instituições, pelo menos algumas que conheço, estão de fato pedindo a origem; de onde você vem, o que faz. Estão tendo um pouco mais de cuidado exatamente para que não contamine a luta dos direitos humanos com esse tipo de situação que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Eu tenho mais quesitos. O senhor quer fazer algum?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Só para não perder a oportunidade. Dr. Rildo, muito obrigado por sua permanência. Deixar bem claro desde já que nós somos defensores incontestes dos direitos humanos. A primeira coisa que fiz como comandante geral foi chamar o Ivan para ser recebido no comando geral da instituição, como presidente do Condepe. Isso foi em 2009. Mas faço só uma pergunta, e depois farei mais. Que entidade indicou o Luiz Carlos?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Coronel Camilo, nessa reunião eu estava presente e me lembro. Sempre tivemos no conselho o seu comando como um daqueles que mais se preocupou de fato com a questão dos direitos humanos. Salvo engano, o senhor foi o último comandante geral da Polícia Militar que recebeu o conselho, por solicitação. E por isso o senhor é sempre lembrado lá no conselho, por ter feito esse paradigma. Porque de lá para cá mais nenhum outro comandante quis receber nenhum presidente do conselho. Embora no seu período nós também lhe enviamos uma série de situações que o senhor acabou, de alguma maneira, direta ou indiretamente, resolvendo e atendendo aquilo que o conselho lhe dizia como situações problemáticas.

A entidade do Luiz Carlos é o Centro de Ouvidor de Direitos Humanos de Cotia, acho que é essa. Esse centro era nos referendado pela OAB de Cotia, pelo prefeito municipal de Cotia, pela Câmara de Vereadores de Cotia, inclusive por membros do Ministério Público de Cotia. Eu mesmo, na qualidade de presidente do Condepe, participei de duas ou três audiências públicas em Cotia, organizadas pelo CODE, com participação do presidente da OAB, da promotora de justiça que esqueci o nome agora, do prefeito municipal e do presidente da Câmara. Como que o Condepe vai estabelecer qualquer relação de julgamento de valor para uma instituição dessa, que coloca numa mesa instituições sérias, como essas que acabei de relatar?

Eu acho até, Coronel Camilo, o senhor não me perguntou, mas já vou lhe antecipar a resposta, que tanto para a câmara, para a OAB, para o Ministério Público e para o prefeito, essa notícia do Luiz Carlos, que nos abateu com surpresa e tristeza, eu não tenho dúvida que a OAB de Cotia, a Câmara Municipal e o prefeito da mesma maneira se abateram e ficaram surpresos com tudo que aconteceu. Então a entidade dele, posteriormente, o que eu sei, porque saí do conselho - durante a prisão dele eu já não estava mais, mas soube que o Condepe fez um procedimento de apuração interna, e me parece que essa instituição foi retirada do conselho.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Que ótimo.

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Não posso afirmar, porque não sei. Como vocês também convidaram as pessoas atuais, acho que eles podem confirmar para o senhor. Mas como fomos suspeitar dessa instituição se no próprio município de onde ela vem, todos os poderes constituídos estavam juntos? Quem seríamos nós para questionar a idoneidade dessa instituição? Então essas são as respostas que eu queria lhe dar, porque realmente todos ficamos surpresos.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Obrigado.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado Vitor.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Eu gostaria de saber se o conselho recebia remuneração.

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Deputado Vitor Sapienza, é um prazer. Quero dizer para o senhor que nunca nenhum conselheiro recebe remuneração, até porque é vedado por lei. A lei estadual, e agora mais recentemente a lei federal que não me recordo, proíbe que qualquer pessoa que participe de conselhos deliberativos, consultivos ou de direitos, salvo aqueles previstos num sistema, como é o caso do Conselho Tutelar, que é bem específico do Estatuto da Criança, sejam remunerados, exatamente em razão de suas atividades basicamente público-privada, porque são pessoas da

sociedade que acabam prestando indiretamente um serviço público. Mas nunca fomos remunerados.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Mais um detalhezinho.

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - E só para dizer uma coisa, eu pessoalmente, se algum dia alguém quiser me remunerar, eu serei contra, porque se alguém pretende ser remunerado em situação de conselho, vai se candidatar a vereador, deputado, para outro cargo mais importante no sentido de atuar na política.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Quando o senhor mencionou a dispensa de antecedentes, informação, entendo que é ponderável. Porém, se eu fosse membro da comissão, eu exigiria. Explico, porque tem antecedentes e antecedentes. Tem aquele antecedente que quem brigou pelo direito na época da ditadura é uma situação, outro é se a pessoa responde um processo, como tudo leva a crer que o Luiz Carlos tenha respondido, é outro tipo de problema. Então dentro desse contexto, nós tivemos aqui a presença da OAB, e eles disseram que o Luiz Carlos nunca disse que era advogado.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Não, ele disse na imprensa, mas a OAB confirmou que ele nunca foi.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Então dentro desse contexto, a participação dele logicamente, e acredito que quando estava discutindo alguma coisa surgia alguma matéria de direito. Qual era o posicionamento dele? Normalmente num conselho, damos a cada conselheiro uma função, "se acontecer essa matéria o senhor decide", e assim sucessivamente. Pergunto, matéria jurídica era destinado a ele decidir?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Quando eu era presidente do conselho, o Luiz Carlos era suplente. Ele participava de uma comissão. Como funciona o conselho? Primeiro, a entrevista a repórteres, jornais, televisões, só é viável à mesa diretora. Essa é a deliberação do conselho. Só o presidente ou o vice-presidente, ou quem o presidente outorgar, "você pode dar entrevista sobre esse assunto". Porque todos os assuntos que são trazidos ao conselho, pressupõem-se prévio debate interno em seu pleno. Ou seja, não há possibilidade de um conselheiro decidir sozinho o que ele vai ou não fazer. É vedado pelo regimento interno que um conselheiro tome ações de atitudes isoladamente em seu nome próprio.

Obviamente não conheço essa matéria que você está me dizendo. Mas o Luiz Carlos nunca foi advogado, não era dado a ele nenhum papel que não fosse o de eventualmente atender algumas pessoas e trazer os casos para o debate nas reuniões do conselho. Se todos os membros do conselho entendessem que era um caso de intervenção do Condepe, aí a mesa diretora fazia algum tipo de intervenção. Agora na minha gestão, o Luiz Carlos era proibido de dar entrevistas para jornais e televisão, que não fosse autorizado pela mesa diretora. Soubemos que ele fez isso e foi repreendido por duas vezes, no sentido de não fazer mais. E acatou a decisão e não deu nenhuma entrevista, pelo menos que fosse de conhecimento da mesa diretora.

Agora que ele se apresentasse como advogado, eu desconheço. Nunca vi, nem li nada sobre isso. Mas ele não era advogado. E aliás, no Condepe a pessoa não pode se apresentar como advogado, mas como membro conselheiro do Condepe, nas discussões e debates em que muitas vezes são chamados ou convocados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Eu ia deixar mais para o final as perguntas do Luiz Carlos, mas como houve interpelação dos deputados, vou aproveitar. Eu ia perguntar quem indicou o Luiz Carlos, e o senhor já falou que foi essa entidade de Cotia. No seu mandato como presidente, ele atuou como suplente de conselheiro?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Então quando o senhor encerrou em 2016, ele ainda era suplente de conselheiro?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Ele era suplente, mas quase terminou efetivo, porque um efetivo teve problema de saúde, o Renato Simões pediu licença para disputar a eleição, que inclusive foi aqui, e acho que subiu Sheila Olala, mas eventualmente ele substituiu aqueles conselheiros que faltavam as reuniões. Mas ele era suplente.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Eu tenho algumas questões.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tenho mais algumas também. Podemos intercalar. Queria perguntar ao senhor, o Condepe presta informações via relatórios para a Secretaria da Justiça e Cidadania? São encaminhados relatórios do trabalho mensal, das atividades? Como funciona isso?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Quando eu era presidente, o relatório era solicitado anualmente. E nós fazíamos questão de mandar. Nós informávamos, porque salvo engano num período era o Dr. Cesar Toledo, desembargador, e depois num outro ano já era o Dr. Márcio Elias Rosa. E nós prestamos, porque a secretaria faz uma espécie de apanhado de todas as suas áreas, do que estão fazendo. Embora o Condepe não devesse fazer isso, por uma interpretação legal. Mas sempre fomos cordiais e sempre fizemos essa contribuição para todos os secretários.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. O senhor falou que um membro do Condepe não recebe remuneração. Mas ele tem alguma carteira de membro, de presidente, conselheiro? Existe alguma identificação desse senhor ou senhora como membro efetivo do Condepe?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Sim, existe. Nós recebemos uma carteirinha com prazo de validade, com foto, da Secretaria da Justiça, escrito Conselho Estadual da Defesa da Pessoa Humana. Atrás é colocado a lei, sobre responsabilidade da apresentação dessa funcional, etcetera. Ela tem um prazo de validade. Quando o conselheiro recebe, ele tem que assinar um termo, e depois quando sai tem que devolver a carteirinha e assinar outro termo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Minha próxima pergunta, como os membros se identificariam quando fossem em presídios. Mas se ele tem a carteira, lógico que ele apresenta.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Presidente, dentro da linha que você está seguindo, qual era a periodicidade de reuniões? E em que local?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Deputado, obrigado. O Condepe tem, até para atribuição regimental, uma reunião ordinária mensal. Então todo mês temos uma reunião ordinária obrigatória, faça chuva ou faça sol. Existe um dia por mês que todos os 11 conselheiros têm que se reunir. E há reuniões mensais por conta das comissões que recebem uma quantidade de trabalho. Como funciona isso? As gestões vão construindo suas comissões conforme as necessidades que vão aparecendo. Então por exemplo, comissão de educação, que foi criada no meu tempo. Juntava um grupo de profissionais da área da educação, acadêmicos, universitários e entidades que trabalham com educação não formal para discutirmos a educação e direitos humanos. Recentemente o Condepe aprovou seu Plano Estadual de Educação e Direitos Humanos.

Então há uma comissão que se reunia semanalmente. Havia outra comissão da saúde mental, que trabalhava na questão dos hospitais psiquiátricos que ainda existiam no estado de São Paulo, e promoviam uma série de tratamentos desumanos e contrários à legislação federal e internacional. Que culminou na desinstitucionalização das pessoas com transtorno mental. Essa comissão apurava os hospitais psiquiátricos, e combinava com o Ministério Público, que depois terminou numa TAC - Termo de Ajuste de Conduta, com os hospitais psiquiátricos de Sorocaba, por exemplo. Tinha a comissão de violência e letalidade policial, que tratava dos casos e denúncias de familiares, vítimas, pessoas em confronto. E o pleno do conselho sabia fazer exatamente essa separação do que era um caso do outro,

e era trabalhado às vezes na comissão atendendo familiares, encaminhando ofícios e conversando com o Ministério Público.

Uma vez por semana pelo menos essas comissões se reuniam sempre na sede do conselho. Inicialmente a sede era na própria Secretaria da Justiça, no terceiro andar, no palácio onde fica parte do colégio, e depois o conselho foi transferido para a Rua Antônio de Godoy, prédio dos conselhos. Tem um conselho dos índios, das mulheres, o Condeca. Nós fomos para lá e depois voltamos para a Secretaria da Justiça. E recentemente soube que foi de novo para a Rua Antônio de Godoy. Mas sempre tem as reuniões, a não ser quando se tratasse de uma audiência pública que o Condepe ou era convidado ou convocava em alguma localidade para tratar de algum tema.

Então as reuniões eram sempre feitas, mas sempre com caráter de audiência pública. Ou seja, o Condepe nunca funcionou fora desses espaços.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito, muito obrigado.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - O senhor disse aqui que eles se reuniam em espaços do próprio Estado, e tinham uma carteira da Secretaria da Justiça que identificavam como tal. Veja bem, para eu entender, porque nossa ideia aqui é melhorar o Condepe, estou sendo bem honesto. Eu reputo o Condepe como um órgão extremamente importante, e temos que nessa CPI, além de investigar, fazer proposições para modificações, até para que esse fato não ocorra novamente. Concordo plenamente com nosso professor Vitor Sapienza, existem antecedentes diferenciados. Lógico que o Condepe não vai rejeitar alguém que tenha sido preso politicamente ou por defender os direitos de alguém. Mas não pode pegar alguém que tenha antecedente de estelionato, por exemplo. De qualquer forma tinha que ser feito.

Dr. Rildo, o senhor falou que acha uma interferência interna porque não é cargo público. Na minha visão é cargo público sim, está investido de uma função pública dentro de um órgão público, representando a própria Secretaria da Justiça. Podemos até questionar, mas é um agente e está investido sim de um cargo público, embora não receba por isso, o que não independe. Eu concordo com nossa deputada Beth Sahão, voluntariado é espetacular e deve ser incentivado em todo lugar, mas é uma função de extrema importância. Por que falo isso? Porque devo fazer sugestões nesse sentido.

E outra, se em algum momento... E aí fica minha pergunta, eu não encaro pegar um antecedente e ser analisado pelo próprio Condepe de quem tem que participar do próprio Condepe, como interferência do Estado. O Condepe pela própria lei não tem subordinação nenhuma com a Secretaria da Justiça ou qualquer órgão do Estado. Na minha visão, cabia sim à mesa diretora do Condepe avaliar as pessoas que estão sendo indicadas para pertencer ao Condepe, para evitar o caso do Luiz Carlos. É a minha visão. E outra coisa, o senhor falou que já aconteceu, mas uma das propostas que estávamos vendo é assim, ou avaliamos os antecedentes ou proibimos em definitivo qualquer entidade que indique um membro que tenha problema, de participar novamente.

Agora o ideal seria nos antever. Então na minha visão, e gostaria que o senhor comentasse a respeito disso, porque é uma coisa que estou sugerindo no relatório, dizendo que deveria haver uma checagem de alguém que entre no Condepe. Não pelo Estado, mas pelo próprio Condepe, porque ele valida esse nome. E é muito simplório também, porque tem uma série de organizações que se dizem militantes de direitos humanos, e estão usando o manto dos direitos humanos e não estão fazendo a coisa certa. Sinto muito, isso é uma realidade nossa. Usam o manto sagrado dos direitos humanos para fazer bobagem. O Condepe é um órgão importante e aconteceu isso dentro, e pretendemos fazer essas sugestões.

E a minha questão é exatamente essa, o senhor foi presidente e conhece o Condepe. E se o senhor acha que de alguma forma agride o Condepe, que ele mesmo cheque as pessoas que possam ou não fazer parte, seja de qual entidade for.

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Coronel Camilo, obrigado pela pergunta. Eu acho que a do Coronel Telhada foi sobre o que o Condepe fazia e por que não fazia. Eu falei por que não fazia. É claro que eu pessoalmente, como muitas pessoas ficaram extremamente surpresas com o que aconteceu. E eu pessoalmente disse até que muitas entidades hoje de direitos humanos pensam em suas próprias instituições. Porque espera lá, que coisa é essa?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Até a OAB.

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Exatamente. Nós não podemos comprometer mais uma causa tão importante, tão controversa como é a questão dos direitos humanos, que vira e mexe dizem que somos direitos e defensores de bandidos, aí aparece um no meio e isso macula a história centenária de quem é militante dos direitos humanos há muitos anos. Por mais que dissemos que não defendemos bandidos, e o outro diz, "não, mas vocês defendem", nós defendemos os direitos. Porque até um preso não é condenado a perder sua dignidade, mas sua liberdade. E aí as pessoas dizem que defendemos o bandido preso, e não é bem assim.

De repente no meio do negócio aparece um sujeito que confessa inclusive. O que me aliviou é que no processo ele confessou o que fez, e para mim ficou até justo de um lado, mas de outro, "a pessoa é tão assim que até confessa". Ou seja, que sociedade nós estamos se nem em nosso meio estamos livres desse tipo de coisa? Então claro que ocorreu um susto, pelo menos nas organizações, e acho sim que daqui para a frente o Condepe deve adotar medidas e meios de verificar e filtrar, não permitir que uma instituição encaminhe esse tipo de candidato para o conselho. Eu pessoalmente não sou contrário à isso, mas acho que precisa ser uma filtragem como o senhor mesmo disse, flexibilizada.

Eu preciso separar o sujeito que numa desocupação de moradia acabou sendo processado por desacato no confronto com a PM, do sujeito que é envolvido com homicídio, estupro, estelionato. Aliás, é contrassenso com a luta dos direitos humanos. O crime organizado é uma luta em contrassenso com os direitos humanos. Nós não apoiamos o crime organizado, pelo contrário. Achamos que o crime organizado é um dos piores crimes que existem no estado e na sociedade atual. Só não nos metemos nisso porque não é muito nossa praia ficar discutindo o que tem que fazer ou não, porque é assustador o crime organizado. Ele nos torna reféns.

Nós temos comunidades que são reféns, e muitas vezes não sabemos o que fazer. Muitas vezes as pessoas chegam "o que posso fazer?", "não faz nada", porque desculpa a expressão, mas se nem a polícia muitas vezes consegue, quem dirá nós conseguiremos estabelecer qualquer tipo de orientação. Então não tenha dúvida Coronel Camilo, que não sei os pares que estão hoje no conselho e virão aqui, mas eu pessoalmente, a minha instrução acha que deve ter algum tipo outro, mas que esse filtro seja flexibilizado, estudado, dialogado para que ao invés de dar o tiro para matar a pulga, acabamos matando o elefante. Não é bem essa proposta. É tirar a pulga.

Eu posso afirmar para vocês que nesses últimos dois anos percorri e ocupei outros tipos de cargo, que fui parado pessoalmente e perguntado, porque eu tinha uma identificação pública com o conselho para explicar sobre isso. Não foi fácil, machucou a minha imagem e de muitos colegas, ex-presidentes, futuros presidentes que vão ter que ficar até tendo que explicar. Eu diria para o senhor que essa situação que aconteceu foi muito ruim para o conselho. E agora acho que o conselho tende, não tendo mais esse tipo de coisa em seu interior, a recuperar sua imagem, mesmo tendo nesse tempo todo, estou vendo e atuando, e continuando a fazer sua missão, que sempre foi de suas atribuições legais.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Ótimo. E por último Dr. Rildo, deixando bem claro, a minha instituição que você conheceu e esteve lá comigo tem três princípios básicos, e o primeiro deles é respeito incondicional aos direitos humanos. Isso é incontestável. "Mas não aconteceu isso lá", não aconteceu porque a organização é feita de pessoas e isso sempre dá problema. Não vai evitar pedirmos o antecedente, porque o Luiz Carlos pode ter cometido tudo isso depois. Mas pelo menos é uma precaução. Na minha visão tem duas situações que o Condepe, e aí segunda questão, tem que internalizar em todos os seus membros. Primeiro, nós temos que cuidar do Condepe, e o Condepe tem que cuidar do Condepe.

Volto de novo à minha instituição, nós montamos uma corregedoria extremamente forte que ajudou muito o Condepe, e o Condepe tem que criar alguma coisa para se proteger, até para não deixar que isso aconteça. E o segundo momento é a visão que o senhor mesmo trouxe, que eu discordo. Temos que pensar nisso, o Condepe é uma função pública extremamente importante para o nosso estado. Trabalha dentro de uma Secretaria da Justiça. E o que eu vejo normalmente de outros membros do Condepe é falar, "não tem

nada a ver com o Estado, o Condepe é totalmente independente". Ele é independente, mas não pode ser irresponsável. Ele tem responsabilidade maior que os outros que não estão, porque todo mundo espera muito do Condepe.

Então eu não sei, de alguma forma, alguma coisa tem que ser mudada lá dentro. Primeiro a checagem de quem vai, e segundo, para quem esteja lá, tenha a consciência que o senhor tem. Embora o senhor tenha falado aqui, o seu espírito mais público do que talvez outras pessoas que estão no serviço público. Inclusive o senhor não está mais, mas isso tem que permear o Condepe. Eu vi pessoas do Condepe falarem, "não tem nada a ver com isso aí, não somos funcionários públicos". Então assim, acredito que isso vá melhorar o Condepe. É por aí. E a última questão, volto à essa reflexão. O integrante do Condepe não está respondendo ou exercendo uma função pública dentro do contexto nacional?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Coronel Camilo, obrigado pela pergunta. Eu acho que o membro do Condepe exerce uma função pública. O que eu acho é que ele não tem um cargo público, porque o cargo público é evado legalmente inclusive com uma série de outras obrigações, da própria ordem estatutária do servidor público, como os senhores por exemplo, que exercem cargo eletivo. O Condepe não. O conselheiro faz sim e tem responsabilidade pública pelo órgão, e ele tem sim responsabilidade enquanto à função que exerce. Então eu acho que é uma questão de nomenclatura.

Mas acho que na questão da seriedade da responsabilidade, estou inteiramente de acordo com o senhor. Pelo menos nós ou algumas instituições pensam que para ocupar essa vaga, não pode ser, com todo respeito a todo mundo que está me ouvindo, qualquer aventureiro. Por isso que, inclusive no Condepe hoje, algumas pessoas e membros do movimento, têm conversado abertamente no sentido de que os futuros membros do Condepe, devam ser pessoas que tenham não só uma ilibada reputação, serviços prestados e reconhecidos para a comunidade e a sociedade, mas também pessoas que tenham um compromisso e responsabilidade pela própria instituição pelo qual ele vai representar.

Eu concordo com o senhor, o conselho nós temos que fazer mais e melhor, até por conta da causa que pegamos e apanhamos todos os dias do Datena. Porque todo dia o Datena diz que defendemos bandidos. E eu pessoalmente, como advogado, nunca defendi nenhum bandido. Nunca fui lá no fórum criminal dar procuração para alguém que tivesse algum tipo de crime hediondo, etcetera. O que nós defendemos coronel, e o senhor sabe muito bem, são os direitos humanos iguais para as pessoas. Que as pessoas tenham acesso aos serviços públicos, que as políticas públicas atendam todas as pessoas para que todos sejam, perante a lei, de fato iguais. Esses são os direitos humanos que nós de fato defendemos.

E é certo que o serviço público, seja do serviço prisional, segurança pública, educação e saúde, eles têm que pautar todas as suas ações em respeito à dignidade das pessoas. Isso nós vamos sempre estar entrincheirados. Então concordo com o senhor, um membro do conselho hoje tem papel dobrado. O primeiro de fazer com que essa causa continue no centro da sociedade para que um dia tenhamos uma sociedade mais fraterna, solidária e igualitária, e por outro lado defender o órgão, porque ele não pode ser contaminado por esse tipo de situação pelo qual ele foi. Eu pessoalmente reconheço a fragilidade do conselho, mas volto a falar para os senhores, que era inimaginável que alguém fosse lá no conselho fazer o que o senhor confessou no processo penal.

Os senhores não sabem como ficamos perplexos. Num primeiro momento alguns companheiros da Conectas, por exemplo, foram à Folha de São Paulo dizer, "mas isso pode ser uma retaliação". Fui o primeiro a dar entrevista. Falei, "pode ser retaliação, mas se não for, que ele seja punido exemplarmente", porque não pode no meio dos lutadores e lutadoras, defensores de direitos humanos, as pessoas trocarem sua dignidade e luta de muitos anos por qualquer outra coisa que seja, coronel. A luta dos direitos humanos é feita por princípios forjados por muitos anos. Um militante de direitos humanos, você não constrói na faculdade ou amanhã. Leva anos para formar um defensor de direitos humanos, às vezes 15, 20 anos. Isso é o que temos discutido nos movimentos.

Para estar no conselho agora, não pode ser, desculpa a expressão aqui, não me vem outra na cabeça, qualquer aventureiro. Tem que ser gente com princípios, compromisso de fato com essa responsabilidade por um órgão tão importante. Porque nós não podemos errar. O conselheiro do Condepe não

pode errar, ele tem que ser o primeiro a dar o exemplo. E isso é o que defendo e vou inclusive transmitir para as outras entidades que pretendam nos próximos tempos, ocupar a vaga da entidade. Mas eu concordo com o senhor, acho que não temos um cargo, mas uma função. Por exemplo, eu faço voluntário, e às vezes não posso estar lá. Muitas vezes a pessoa chega, "não posso estar aí porque estou trabalhando". Já o cargo não, você é obrigado a estar lá. Não tem negociação.

Mas a responsabilidade é a mesma.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sim.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Só um minuto Beth, por favor. Na realidade, a colocação é exatamente essa. É a responsabilidade que ele tem que ter sabendo que ele desempenha uma função tão importante para a sociedade. E alguns se escudam nisso para dizer, "vocês não têm nada a ver com isso, não devo sofrer nenhum tipo de auditoria de ninguém, estou livre para fazer o que eu quiser". Não é verdade, não é assim totalmente independente. Tem que responder sim, que seja para a própria mesa do Condepe, não importa. Mas não pode ser dessa forma.

Muito obrigado pelo esclarecimento, parabéns por sua postura e por essa luta. E registro, é a mesma da Polícia Militar de São Paulo, a dignidade da pessoa é pelo que mais brigamos. Todo documento da PM tem lá, o senhor conhece, nós policiais militares, sob a proteção de Deus, estamos compromissados com a defesa da vida, da integridade física da pessoa humana. Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputada Beth, pediu pela ordem?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Primeiramente quero cumprimentar o Dr. Rildo, pelos importantes esclarecimentos que traz a essa CPI, demonstrando uma vivência e experiência muito profunda. É um acúmulo de luta na área de direitos humanos importantíssimo. E o que você coloca a respeito do Condepe é profundamente elucidativo, naquilo que essa CPI está pretendendo buscar. Nessa questão dos conselhos eu sempre penso, sou uma pessoa que defendo muito a formação de conselhos, desde quando eu estava como secretária de governo na Prefeitura de Catanduva. Defendia muito a instalação de novos conselhos, porque acho que os conselhos são importantes instrumentos da democratização das relações entre o poder público e a sociedade civil organizada. E mesmo a que não está organizada.

Sempre defendo que os conselhos, embora até tenham essa discussão, Coronel Camilo, me parece que ela é mais profunda do que imaginamos, porque eles podem ter uma função pública, mas precisam ter autonomia. O que caracteriza os conselhos é exatamente autonomia. Se ele não tiver autonomia, se for um conselho subordinado ao poder público, ele deixa de ter sua principal função, que é exatamente essa independência e autonomia para atuar. Isso não significa que ele não pode ser acompanhado, que não possa sofrer auditorias. Pode e deve na medida em que se levanta algo suspeito sobre um de seus membros, sobre algo de sua atuação.

Me parece que o Condepe tem uma função muito ampla. E uma das coisas que eu gostaria de saber, em primeiro lugar, é como são abertos os procedimentos de apuração relativos à violação de direitos humanos. Como o Condepe faz isso na medida em que tem uma denúncia, que houve uma violação de direitos humanos. Quais são as primeiras medidas, ou iniciativas que o conselho tem nesse sentido?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Boa tarde. Obrigado, deputada Beth. A demanda vem por várias portas. Vem por e-mail, cartas, pessoalmente pelas vítimas se dirigindo, e algumas delas da própria Secretaria da Justiça, outras do Ministério Público, da Defensoria Pública, de conselhos tutelares ou municipais. Ou seja, são muitas as portas. Algumas até da Comissão de Direitos Humanos aqui dessa Casa. Já tivemos inclusive demandas vindo da própria DHPP.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Da PM também, conheço um caso da própria polícia.

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Eu pessoalmente já tive a oportunidade de atender quase 30 policiais militares, que depois não sei se foi o melhor caminho, mas tivemos a oportunidade de ouvi-los e dar algum tipo de encaminhamento. Então quando chega uma causa, seja por onde for, obrigatoriamente a secretaria executiva tem que organizar essas denúncias, e remeter à mesa diretora. Então a mesa diretora faz uma espécie de filtro, “isso é aqui, isso é ali”. Porque às vezes chegam causas que são para a própria Defensoria Pública.

A pessoa às vezes vai lá, “estou com problema de pensão de alimento”, e isso vai direto no fórum. “Estou aqui sem moradia”, mas já foi na assistência social, na prefeitura? Então tem muitos casos que iam lá.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - É só uma orientação.

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Havia uma orientação e faziam uma espécie de triagem. Os casos que ficavam eram sempre aqueles, vamos imaginar que o sujeito foi lá, aí foi encaminhado para a secretaria da assistência, que não atendeu. Aí virou uma violação. Você pega o caso e abre uma pastinha de procedimento, que entra no mês, na reunião do pleno. Então esse caso é relatado para todos os 11 conselheiros. Ou seja, o Tribunal de Justiça lá representado escuta, a OAB escuta, o governo, a Assembleia, a sociedade civil escuta. E mais uma coisa importante, no regimento interno, ainda que não faça parte como membro efetivo do conselho, toma assento também um membro do Ministério Público e um da Defensoria Pública.

O caso é relatado e todos palpitam, vira quase que um laboratório. O promotor fala “isso é meu caso”, aí o defensor fala “não, é caso do desembargador”, “não, isso não é nem comigo, é com o governo”, aí o governo “não, tem que passar para a justiça”. Então existe um debate e os conselheiros acabam opinando. Depois isso é relatado e feito o encaminhamento, para ser publicado em Ata inclusive. Então se for para a Defensoria Pública, se faz um requerimento para atender esse caso. Se for uma denúncia ao Ministério Público, e assim vai. Se vai à Corregedoria de Polícia ou Ouvidoria da Polícia, já são feitos esses casos. Assim que é feito quando chega um caso, esse é o procedimento padrão adotado inclusive regimentalmente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - O senhor citou a questão da relação das atividades junto ao Ministério Público, Promotoria, Defensoria, o próprio TJ. Como se dá esse trabalho? Ele se desenvolve de forma integrada? Eles têm tido contribuições importantes no desenvolvimento do trabalho do Condepe? São parceiros importantes do Condepe? Como tem se dado isso?

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Sim, esses órgãos que lá representam são extremamente importantes na medida em que, a partir de um caso que seja individual, que precisa ter bastante seriedade no campo da violação, não somos um escritório modelo de atender problema jurídico, isso que eu quero que vocês entendam. Os casos individuais é quando são extremamente sérios, ou há qualquer negação de direitos por eles. Isso comprovado. Porque nós também recebemos muitas pessoas que têm transtorno, e aí vamos ver e não é bem aquilo. Temos muitas dificuldades, e por isso é feito um filtro prévio pela secretaria executiva e depois pela mesa diretora.

Só os casos sérios, identificados e com muita clareza na violação dos direitos humanos com comprovação é que são relatados ao pleno. E lá é feito sim, dependendo dos casos coletivos ou de grande repercussão, uma ação conjunta com esses poderes que estão lá, no sentido de buscar muitas vezes não o debate do mérito da questão, mas de se evitar problemas maiores. Posso dar um exemplo claro para a senhora, o caso da ocupação das escolas pelos jovens, e aí não me recordo em que ano foi. Muitas escolas foram ocupadas pelos alunos e a Secretaria da Educação pediu reintegração de posse numas escolas. Eu me lembro que estive numa escola e me lembro de conversar com o comandante e falar, “pois é, parece que não tenho mais nada a fazer, sou obrigado a ter que resolver um problema com indefinição da Secretaria da Educação”. O comandante até falou, “os meninos estão certos, mas tenho que cumprir”.

Então o que acontece? O Condepe entra e acaba criando uma certa mediação com promotores e o próprio Tribunal de Justiça. Acho que isso

acabou bem porque num determinado momento o próprio tribunal convoca uma audiência e resolve a pacificação da ocupação das escolas de outra maneira, porque não era um caso de polícia, por exemplo. Então às vezes por um erro de cálculo, não estou dizendo que está errado, o secretário de Educação na época envolve polícia, adolescentes, todo mundo, e acho que o Condepe teve uma participação importante com a Defensoria Pública, para terminar tudo razoavelmente bem. Pelo menos eu tenho essa crença.

Teve outros casos da mesma natureza, o despejo das 460 famílias na Favela das Torres, na Zona Norte de São Paulo, quase divisa com Guarulhos, em que conseguimos produzir um relatório e o juiz entendeu. E logo em seguida oficiamos o CDHU, a prefeitura e o governo federal, e logo em seguida o governo aparece com a proposta do projeto Minha Casa Minha Vida, contemplando aquelas famílias. Que fez o juiz enfim resolver. Quer dizer, não precisou nem polícia, nem nada. O juiz e o proprietário ficaram contentes. Quer dizer, essas soluções mediadoras que o Condepe faz muito com esses órgãos. Alguns não se consegue.

No caso da última, da ocupação do Centro Paula Souza, por causa da merenda, infelizmente não conseguimos fazer nada, e aí acabou acontecendo o que aconteceu. Por exemplo.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para finalizar, ao longo da sua história, queria saber quais são as contribuições do Condepe na defesa dos direitos humanos. Você tem alguns exemplos emblemáticos aqui, para que possamos ilustrar nossos conteúdos.

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Vou falar bem rápido, a pedido do presidente. Acho que conseguimos ter uma atuação junto com as autoridades de São José dos Campos no caso do Pinheirinho, por exemplo. Então ficamos muito felizes quando vemos aquelas tantas mil famílias hoje em suas casas, apesar de terem passado por aquela situação muito complicada. Eu acho que o Condepe contribuiu muito para a construção, infelizmente hoje terminada pelo prefeito Doria, do Projeto Braços Abertos. Alguns concordam, outros não, mas acho que foi uma experiência bastante exitosa e contribuímos muito. O prefeito Haddad ouviu muito as entidades, não o Condepe, mas ajudou a fazer esse meio campo.

E o Condepe hoje trabalha muito no sentido de fazer com que o Estado de São Paulo tenha um sistema de direitos humanos, um plano de educação de direitos humanos. E que o plano de direitos humanos atual passe por um processo de revisão e seja atualizado. Mas eu acho deputada, que a principal contribuição que o Condepe deu, por incrível que pareça, foi fazer com que a Assembleia tivesse uma Comissão de Direitos Humanos. O Condepe é mais velho do que a Comissão de Direitos Humanos dessa Casa. Ainda que na oportunidade em que foi criado previu a possibilidade de que houvesse a presença de um deputado.

A Assembleia, a sociedade civil e o governo, esses três poderes são fundamentais para que possamos vencer as causas e consequências das violações de direitos humanos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ok, obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA- PSDB - Só para finalizar, queria perguntar ao senhor se conhecia os advogados e demais envolvidos na Operação Ethos, além do Luiz Carlos dos Santos.

O SR. RILDO MARQUES DE OLIVEIRA - Nunca conheci ninguém, não sei nem quem são. Não tenho qualquer conhecimento desses outros advogados que apareceram envolvidos nessa operação. Eventualmente podem estar em algum evento que eu estava, mas nunca conversei formalmente, ou fui apresentado. Que eu tivesse memória pelo menos, não nos conhecíamos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA- PSDB - Perfeito, muito obrigado. Eu creio que é o suficiente, o senhor já nos trouxe bastante informações e detalhes. Foi muito importante a sua vinda aqui hoje Rildo, muito obrigado. O senhor quer falar alguma coisa? Podemos parar por aqui? Agradeço a presença.

Com as declarações do Sr. Rildo, acho que nós tivemos, quem tinha alguma dúvida ou pergunta, acho que já teve dirimidas. Mas temos aqui a

presença do Sr. Renê. Gostaria que ele se apresentasse e falasse sobre suas funções no Condepe. Por gentileza.

O SR. RENÊ IVO GONÇALVES - Boa tarde. Meu nome é Renê, trabalho numa entidade chamada Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Nós trabalhamos com a questão da moradia, e temos um convênio com a Defensoria Pública do Estado. Nós temos um convênio também com a Secretaria de Assistência Social, com um trabalho junto à população em situação de rua. Nossa entidade sempre participou de vários fóruns, o Conselho Municipal de Habitação, todos os fóruns possíveis. Esse diálogo entre sociedade civil e Estado é fundamental. E o Condepe para nós sempre foi um espaço muito importante para esse diálogo, de contato.

Esse colégio de entidades é uma coisa viva. Quando me indicaram eu relutei, porque exerce um papel administrativo na entidade, e não sei se daria conta, tanto que fiquei um ano e pedi para me afasta, porque não dava conta do papel que eu deveria, na minha cabeça, desempenhar no Condepe. Então fiquei um ano e me afastei, pedi para sair no sentido não de retirar o Centro Gaspar Garcia, mas a minha pessoa como conselheira, porque vi que não conseguia. Porque tinha tanta coisa. Como o senhor falou, somos votados por organizações.

É uma responsabilidade tremenda. Quando apareceu gente de organização, eu atuo muito na região central, e confiam em você. "Leva no Condepe, tem isso, ajuda nisso", colocamos pessoas em contato, e isso é muito importante. O Estado era mais permeável no Ministério Público. Então o meu papel foi muito esse.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - O senhor ficou um ano então, como vice-presidente?

O SR. RENÊ IVO GONÇALVES - Sim, como vice-presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - O senhor conheceu o Luiz Carlos do Santos? Teve algum contato com ele?

O SR. RENE IVO GONÇALVES - Vi lá como suplente, ele não votava. Era uma pessoa muito discreta e calada, não era de se manifestar muito. E só. Foi uma surpresa para nós quando soube depois do ocorrido.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Quanto aos demais envolvidos na Operação Ethos, conheceu algum deles, teve algum relacionamento?

O SR. RENÊ IVO GONÇALVES - Nenhum, porque sou engenheiro de formação. A minha atuação na nossa organização é muito de base, de prestação de serviço, articulação, de estar junto, de propor com a Defensoria jornadas de moradia, conscientização. É um pouco por aí.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Os deputados querem fazer alguma pergunta?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Em nenhum momento antes disso vir à tona, nunca tomaram conhecimento de nenhuma irregularidade do Luiz Carlos ou alguém ligado a ele?

O SR. RENÊ IVO GONÇALVES - Olha, depois que a coisa acontece ficamos pensando, "podia ter tomado algumas...". As próprias organizações têm que pensar em dar uma filtrada nas pessoas. Mas ninguém desconfiava, eu pelo menos.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Além do que conversamos aqui com o Dr. Rildo, a nossa deputada Beth e o presidente, tem alguma sugestão que seria importante para melhorar essa reflexão que estamos fazendo sobre o Condepe? Algo que não tenhamos discutido? E os senhores vivenciam isso, "se eu tivesse tomado essa atitude ou se o Condepe tivesse esse tipo de procedimento, provavelmente isso não aconteceria"?

O SR. RENÊ IVO GONÇALVES - Eu sempre fui um batalhador da participação. Como a deputada falou, conselho é fundamental nesse país,

porque você permeia o Estado. O cargo que eu exercia era de representação, e não pessoal para mim. Nem minha entidade teve algum favor. Eu quando fui lá me senti privilegiado de poder ter um contato com o alto comando da Polícia Militar de maneira tranquila, de você trabalhar na prevenção dos direitos, não só na violação. Às vezes quem trabalha com população de rua, você trabalha no cotidiano da violação, gente morando na rua é muito triste. Mas o Condepe propicia a você ter alguma ação preventiva, educação, trazer mais entidades que trabalham com criança, adolescente e idoso. Porque nessa família da criação tem idoso. Você trabalha numa dimensão mais plural. E o Condepe tinha que ser isso, tem que ser isso, temos que brigar para que o Condepe tenha esse papel fundamental.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Satisfeito, presidente. Muito obrigado, Renê.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu só queria fazer uma colocação. Eu fico pensando desde quando fui indicada para participar dessa CPI. Eu sou psicóloga, e acho que quando discutimos os critérios de indicação, como são feitos, como deixam de ser feitos, como as entidades trabalham, os nomes que indicam. Eu acho que não tem nenhuma entidade, dada sua seriedade, seu compromisso com a luta na defesa dos direitos humanos, contra qualquer violação de direitos. E quando falamos em direitos humanos, muitas vezes as pessoas ficam falando de "defender bandido", como o Rildo falou. Ficou meio estigmatizado.

Não, direitos humanos defende mulher que sofre violência, criança que sofre violência, é contra a exploração sexual de adolescentes, defende a comunidade LGBT, negros. Enfim, todos aqueles que por ventura podem sofrer qualquer violação sobre si ou suas entidades. Quando uma entidade indica, ela pega aquilo que ela tem de melhor, ou aquela pessoa que tem mais identidade e disponibilidade, também. É um trabalho voluntário e você precisa ser disponível. O Renê mesmo colocou que ele ficou um ano, e depois não estava dando para compatibilizar, pelo que entendi, as suas funções corriqueiras e cotidianas com atividades no Condepe.

E eu fico me perguntando às vezes sobre esse rapaz que veio, o Luiz Carlos, condenado posteriormente. Não se sabe se ele chegou lá já com má fé, ou se posteriormente foi cooptado pelo crime organizado. Isso também temos que peneirar, até por conta de que tem coisas que dependem muito mais do caráter da pessoa, da sua formação, do que daquilo que ela está representando. Às vezes as pessoas podem se curvar a determinadas ofertas e influências. Podem ceder. E não estou justificando, acho que a pessoa errou e graças a Deus foi julgada, condenada e presa. Porque prejudicou a imagem de uma entidade que presta um serviço inestimável na área de preservação, proteção, defesa e promoção dos direitos humanos. Isso é indiscutível.

Aqui todos me parecem ser unânimes quando se referem ao Condepe. Então queria só que você desse uma falinha sobre isso, que precisamos levar isso em conta. É difícil mensurar isso, será que ele já chegou predestinado a efetuar os desvios de conduta que teve, ou foi durante o caminho cooptado pelo crime organizado a fazê-lo? Não sei se vocês têm alguma resposta no sentido, ou se tem alguma suspeita de que isso de fato pode ter ocorrido.

O SR. RENÊ IVO GONÇALVES - Eu acho que precisamos resgatar a ideia da representatividade, da fiscalização de quem elegeu aquela pessoa. Isso serve para todas as esferas do poder. Se eu voto num deputado, tenho que saber o que ele está fazendo. Essa cultura é importante. Não é delegar, "eu votei num coronel, e tomara que ele faça tudo para mim". Não, eu tenho que saber, e ele quer que eu saiba, porque é importante. Os conselhos, infelizmente as pessoas às vezes, não vou dizer de todos, mas conheço alguns deles, às vezes são conselheiros e se perpetuam naquilo. Porque as outras pessoas não querem participar, "ah que saco tenho que ir em reunião da prefeitura, Conselho Municipal de Habitação".

Mas se você pudesse ter um conselho que fiscalizasse aquele conselheiro, tipo "você não pode dizer 'eu acho', tem que ir lá, ouvir, voltar para o seu espaço e discutir". Na Assembleia eu participei de um conselho X e eles querem uma opinião sobre isso, o que nós achamos? Não é minha opinião, mas daquele coletivo. Eu acho que isso é educação em direitos humanos que precisamos, e essa Casa pode ajudar muito. Precisamos resgatar a participação cidadã ativa. É isso que eu penso.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, Srs. Deputados. Também estou satisfeito. Sr. Renê, como o Sr. Rildo praticamente sanou toda as dúvidas, o senhor queria dizer alguma coisa?

O SR. RENÊ IVO GONÇALVES - Só agradecer. Acho que estamos à disposição, e não só nós, mas falo em nome das outras organizações que fazem parte do Condepe e também foram pegas de surpresa nesse episódio. Tenho certeza que quaisquer outras que vocês queiram chamar, eu e o Rildo podemos até intermediar. É tranquilo, acho que todo mundo quer construir um Condepe forte. Como o coronel falou, é a importância de ter esse diálogo entre Estado, instituições e sociedade civil de uma forma qualificada e preventiva.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Foram quase duas horas de reunião. Quero agradecer os deputados que compareceram. O Dimitri do Condepe, sempre conosco. E quero agradecer principalmente a presença dos senhores.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem. Só queria saber quais são as próximas oitivas.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Já vou falar. Quero agradecer a presença do Sr. Rildo Marques Oliveira, o senhor foi muito esclarecedor. Muito obrigado. E também a presença do Sr. Renê Ivo Gonçalves. Muito obrigado aos dois, foi muito importante a participação dos senhores aqui, tenham certeza disso. Aos deputados, nossa pretensão é uma reunião na próxima quarta-feira solicitando a presença da atual presidente, Sra. Maria Nazaré Cupertino, e o Sr. Venderson Gasparatto.

Agradeço a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Obrigado a todos.

- Encerra-se a sessão.

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

14.03.2017

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

14.03.2017

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - São 14 e 17, encerrou o primeiro tempo para começar a CPI. Nós faremos uma nova chamada às 14 e 30. Muito obrigado a todos. Constando a presença dos deputados Coronel Camilo, Ed Thomas e Coronel Telhada. E também a presença da Sra. Maria Nazaré Cupertino, e do Sr. Venderson Gasparatto. Nova chamada às 14 e 30. Muito obrigado.

- Aguardo da segunda chamada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça, Defesa e Cidadania, incluindo todos os seus membros. Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Ed Thomas, Vitor Sapienza, Coronel Camilo, Roberto Tripoli e a deputada Beth Sahão.

Solicito à secretaria que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ED THOMAS - PPS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PPS - Solicito a dispensa da Ata da reunião anterior, porque é de conhecimento de todos os deputados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Se todos os deputados estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa). Está dispensada a leitura da Ata da sessão anterior, e aprovada.

Essa reunião foi convocada com a finalidade de proceder à oitiva da Sra. Maria Nazaré Cupertino, presidente do Condepe, e o Sr. Wanderson Gasparotto, vice-presidente do Condepe. Solicito a presença da Sra. Maria Nazaré Cupertino, e do Sr. Wanderson também. Por gentileza, sejam bem-vindos. Semana passada tivemos a presença do Sr. Rildo e do ex vice-presidente, que já nos elucidaram numa série de dúvidas que tínhamos, ou perguntas que queríamos fazer. Farei algumas perguntas, e queria que antes a Sra. Maria Nazaré rapidamente se apresentasse, por gentileza.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Boa tarde a todas e a todos os presentes. Boa tarde Coronel Telhada e demais deputados aqui presentes na CPI. Primeiro, antes de qualquer coisa, quero agradecer por esse processo. Acho que ele é muito importante para a sociedade civil como um todo, para esclarecermos tudo que aconteceu no interior do Condepe. Então já foi feita uma investigação policial e do Ministério Público, mas é importante também que a Assembleia cumpra seu papel, e também faça uma leitura e investigação dos fatos que ali aconteceram. Então já começamos com esse sentimento de gratidão a essa CPI, no sentido de esclarecimentos que se fizerem necessários.

Temos acompanhado um pouco o trabalho da CPI, e ouvido com insistência, dos deputados e deputadas aqui presentes, de que a ideia é fortalecer esse órgão, que precisa ser fortalecido para continuidade da defesa dos direitos humanos no estado de São Paulo. Meu nome é Maria Nazaré Cupertino, e sou assistente social de formação. Fiz especialização em violência doméstica contra criança e adolescente na USP. Há muitos anos que participo de movimentos sociais, de luta e de defesa. Participei de outros conselhos além do Condepe, fui conselheira tutelar logo no início, quando se criou o Estatuto, e se pensou num conselho de tutela de direitos das crianças e adolescentes. Fui conselheira tutelar nessa época, numa cidade do interior.

Compus os conselhos municipais de Lorena e Cotia, no interior de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Eu servi lá.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Então, em Lorena também trabalhei com adolescentes em conflito com a lei. Num programa comunitário e construído pelo Conseg de Lorena, pelo Conselho Tutelar e municipal. Foi um projeto muito interessante, Coronel Telhada. Envolveu vários atores de defesa de direitos, na construção de uma proposta de proteção para os adolescentes da cidade de Lorena. Então participei disso. Vim para São Paulo, tomei minha vida aqui em 2005, e trabalhei nessa Casa, na Comissão de Direitos Humanos, com o deputado Ítalo Cardoso, que na época presidia a Comissão.

Trabalhei também na Câmara Municipal, também na Comissão de Direitos Humanos. E depois voltei a trabalhar com a sociedade civil, trabalhando no CDHEP - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de

Campo Limpo. Atualmente estou na Associação Rede Rua, que trabalha com população em situação de rua. Gerencio um projeto, um núcleo de convivência para pessoas em situação de rua. Oferecemos um espaço de convivência, organizamos essa população na busca de seus direitos, no repensar a sua própria história. E oferecemos também alimentação, café da manhã, almoço e jantar.

Então a minha trajetória vem de longa data. Já passei por vários outros conselhos municipais, e no Condepe estou na segunda gestão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. A senhora está no Condepe desde?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - 2014.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora teve outras funções no Condepe, além da atual presidência?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eu era relatora da Comissão de População em Situação de Rua, criada na gestão de 2014.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. A senhora falou que já fez parte de entidades sociais. Uma pergunta que fizemos para o antigo presidente e retorno para a senhora, quando a pessoa é designada para o Condepe, existe alguma situação de averiguação da vida pregressa da pessoa? É feito um levantamento de quem é essa pessoa, se ela tem algum envolvimento, problemas com a justiça?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - A pessoa é indicada para o Condepe por uma entidade de defesa de direitos humanos. E a entidade faz esse processo internamente. Nós do Condepe não fazemos essa investigação, porque nossa relação com as entidades, com o colégio de entidades de defesa de direitos é de confiança. Então nós entendemos que se a entidade existe há mais de cinco anos, e tem em seu estatuto o compromisso com a defesa de direitos humanos, e comprova atuação, entendemos que a entidade ao indicar aquela pessoa, teria feito o processo de averiguação do indicado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora conheceu o Luiz Carlos dos Santos?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Conheci ele no Condepe.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Além dele, a senhora conhecia alguma das demais pessoas envolvidas na Operação Ethos?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Não.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - A senhora teria alguma coisa contra o Condepe, ou qualquer órgão que tenha ligação direta com serviço público, fazer um levantamento de quem for designado para qualquer missão ou função? Que faça um levantamento da vida pregressa, que a pessoa apresente... Falaram aqui em atestado de antecedentes. Não seria isso, mas um levantamento de quem é essa pessoa, só ver se tem alguma coisa contra. Não só o Condepe, mas qualquer órgão social e público, que ele tivesse esse tipo de averiguação na vida das pessoas que forem designadas para as missões?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Tendo em vista todo o processo que aconteceu no Condepe, no novo edital de convocação das eleições do Condepe, acrescentamos esse item, pedindo certidões e antecedentes criminais.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito bom.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Entre todas as documentações, uma delas é essa que estava para esse edital de 2016.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Interessante. Dona Maria Nazaré, foi a senhora que indicou o Sr. Luiz Carlos dos Santos para vice-presidente do Condepe?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Na verdade, o que aconteceu é que o ex-conselheiro Luiz Carlos acabou sendo indicado como vice por um acidente. Nós tínhamos dois candidatos, e um renunciou no momento do processo eleitoral. E aí ele ficou candidato.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Ele era candidato?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Ele era candidato. Tinha outro candidato que no momento das discussões e apresentações para se chegar ao processo eleitoral do vice-presidente, se retirou da candidatura. Por isso foi um nome único, o do Luiz Carlos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - E a senhora sabe o nome desse outro candidato?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Ariel de Castro.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito, ele tirou a candidatura. Eu ia perguntar se a senhora sabe, alguém indicou o Luiz Carlos dos Santos diretamente? Ou só com a retirada do Ariel ele acabou sendo o candidato nato, porque eram dois voluntários para a missão?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eram dois voluntários. Ele se colocou como vice-presidente, apresentou as motivações, o Ariel também se colocou. No momento da discussão e apresentações, o Ariel retirou sua candidatura, ficando o Luiz Carlos como candidato único.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Perfeito. Estou satisfeito, Srs. Deputados. Porque quando ouvimos o Rildo, ele foi bem claro em suas posições, e deu um esclarecimento muito grande de como funciona o Condepe. Com a dona Maria Nazaré estou satisfeito, porque queria saber se havia sido ela ou outra pessoa que indicou o Sr. Luiz Carlos dos Santos. Mas ela me esclareceu também que haviam dois voluntários para serem vice-presidente, o Sr. Luiz Carlos dos Santos e o Sr. Ariel de Castro, que retirou sua candidatura e automaticamente o Luiz Carlos foi levado à vice-presidência do Condepe.

Era essa pergunta que eu tinha. No meu caso estou satisfeito. Srs. Deputados?

O SR. VITOR APIENZA - PPS - Gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputado Vitor Sapienza, por gentileza.

O SR. VITOR APIENZA - PPS - Boa tarde. Gostei do resumo que você deu. Na época que você estava com o Ítalo, eu já estava na Casa. Eu lembro bem de você, sempre atuante. Qual era a função do Luiz Carlos? Porque normalmente numa comissão, cada membro tem uma incumbência. Qual era a dele?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - O Luiz Carlos tinha a incumbência, era relator da comissão de violência policial. Como relator, ele acompanhava as denúncias que chegavam. E ele tinha as mesmas incumbências que todos os outros conselheiros, de averiguar violação de direitos humanos, de apurar as denúncias que chegam no Condepe, acompanhar a comissão de violência policial. E acompanhava também a comissão do sistema prisional. Participava das reuniões mensais do Condepe, refletindo e votando nas deliberações do Condepe. Então ele tinha uma função como outro conselheiro qualquer.

Enquanto vice-presidente, ele assumia a presidência no caso da minha ausência, para coordenar reuniões ou responder pelo Condepe. Mas no período que ele ficou como vice-presidente, ele não teve essa atribuição,

porque não me afastei no Condepe nesse período. Então ele fica no apoio à presidência, mas era eu que assumia a coordenação.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - No dia a dia começamos a analisar a performance da pessoa, e tirar conclusões a respeito do que ela poderia estar escondendo, ou do que era na realidade. Transpirou alguma vez esse posicionamento estranho dele?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Não, nós não desconfiávamos disso, porque ele tinha as atribuições e correspondia. Então não tínhamos conhecimento da investigação, e nem desconfiava da relação dele com qualquer ato ilícito. Dentro do âmbito do Condepe, nunca percebemos isso.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Estou satisfeito, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, deputado Vitor Sapienza. Antes de passar às palavras, quero fazer ciência da presença do Dimitri, do Condepe, que está sempre conosco. Obrigado mais uma vez. Também foi anunciada a presença do coronel Ernesto, da Defenda, uma associação de policiais militares. Se tiver mais alguém para ser anunciado, por favor me tragam.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Trabalha na defesa dos nossos policiais.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Dr. Charles também, nome do príncipe, que trabalha na defesa dos policiais militares. Se tiverem mais alguém para ser anunciado me tragam o nome que anuncio com maior prazer. Antes de passar a palavra para o Coronel Camilo, o Dimitri me entregou, e acho que os senhores receberam, uma cópia do Diário Oficial da data de hoje. Muito bom Dimitri, está ligeiro. Publicou sobre o Condepe, edital 01/2018, que diz em um de seus itens...

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sete e oito.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Currículo contendo histórico, para a pessoa ser do Condepe. Histórico de atuação em defesa dos direitos. A letra é muito pequena, eu já sou velho, mas vamos lá. E o oito é justamente o que estamos falando aqui, certidões de distribuição cível, criminal e de execução criminal nos âmbitos estadual e federal. Obrigado Dimitri. Parabéns Maria. Sr. Deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Vamos lá. Boa tarde Sr. Presidente, nossos professores Vitor Sapienza, Roberto Tripoli e Ed Thomas, que estava por aqui até agora, e a Beth. Maria, nós sempre trabalhamos na Polícia Militar, e isso falo com veemência aqui muitas vezes. E repito, um dos princípios da nossa instituição é respeito aos direitos humanos. E fui um defensor, um batalhador muito forte disso. Convidei e recebi o Condepe várias vezes, quando convidei e vocês foram, e quando me procuraram. Recebi como comandante geral.

Antes de começar minha questão, quero parabenizar nosso presidente Coronel Telhada, e nossa CPI. O que foi publicado aqui hoje é resultado de uma das coisas que estávamos sugerindo no relatório, porque sou relator da CPI, que era a modificação de uma análise dos membros do Condepe. Já falei isso para o Rildo, e repito a você Maria, eu reputo o Condepe como um dos principais órgãos de defesa dos direitos da pessoa mesmo, está alinhado com os princípios da Polícia Militar de São Paulo. É respeitar os direitos individuais, punir aqueles que não os cumpram, e assim por diante.

Agora o que somos contra é exatamente ao que aconteceu com o Luiz Carlos. Ou seja, alguém sob os mantos dos direitos humanos defendendo e praticando crime. É isso que nós somos contra. E a minha pergunta vai nessa linha, já vi o Rildo falando, e ele foi muito bem, falou a respeito do Condepe, o Dr. Marcos da Costa inclusive citou que precisamos fazer uma reflexão, e acho que vocês já começaram a fazer, de quem entra e quem não entra, como chega. Como que o Condepe conseguiu ter um vice-presidente, que não é pouca coisa dentro da estrutura do conselho, que fizesse tanta coisa errada de baixo dos olhos de todos ali. Eu sei que não é fácil de ver e acompanhar, e não

culpo nenhum dos presidentes ou os diretores, porque uma boa parte até os conheço.

Estou tentando, e a CPI tem esse objetivo de ser propositiva, evitar que isso aconteça de novo. Como isso aconteceu? Volto a falar, não culpo você e nem ninguém, mas precisamos pensar, nós todos, sociedade, órgãos públicos, os cidadãos, e fazer uma forma com que esse conselho seja mais blindado para esse tipo de problema. E minha questão vai nessa linha, além dessa parte de você pedir oficialmente as questões, antecedentes criminais. E outra sugestão que você como presidente nos pode trazer aqui de modificações, que a Assembleia Legislativa pudesse ajudar o Condepe a melhorar, e evitar que problemas desse tipo acontecessem no futuro. O que pode ser feito pela Assembleia, que ajude o Condepe?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eu acho que parte do que nós entendemos que precisaria fazer, nós o fizemos no edital. Além da mudança no edital, no momento em que o Luiz foi preso, confessou o envolvimento dele, tomamos algumas decisões internas no Condepe. A primeira delas, imediatamente, foi a extinção dele do hall de membros do Condepe. Logo que ele foi preso, independente da confissão dele, já tínhamos feito essa deliberação. No princípio era um afastamento temporário, porque tínhamos recebido a notícia naquele momento. Mas no pleno a opção foi pela extinção dele como membro do Condepe, e consequentemente da entidade que ele representava ali no Condepe.

Uma segunda questão colocada é que instituímos uma comissão interna para avaliar todo o processo de atendimento dos casos em que o Luiz atuou, então pegamos processo por processo. E eram muitos processos, se contarmos que ele começou a ser investigado em 2014. Estourou em 2015 na nossa gestão, mas o processo já vinha numa investigação sigilosa há algum tempo. Então pegar os processos de 2014, olhar um a um, ver se tinha alguma inconsistência, se não tinha, fizemos essa...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pente fino.

A SRA. MARIA NAZARE CUPERTINO - Comissão também, nesse sentido de averiguar. E depois, justamente para responder um pouco essas demandas, criamos uma outra comissão, que é a do regimento interno do Condepe. Nós temos um entendimento que a lei do Condepe é boa e tranquila. E o que aconteceu tem muito mais a ver também com um processo interno que entendemos que pelo regimento, pelo novo edital nós resolvemos isso. Eu acho que a Assembleia se debruçar sobre a lei e propor mudanças que mantenham a autonomia do Condepe, é essencial para um conselho que faz controle social de políticas públicas.

Manter a autonomia é uma coisa que no estudo, na averiguação que os deputados irão fazer da lei ou do próprio Condepe, pedimos que se garanta isso. Somos ligados administrativamente à Secretaria da Justiça. É só uma relação administrativa para o suporte do Condepe. Então não abrimos mão da autonomia desse órgão, de como ele está configurado agora, como um órgão autônomo que tem a representação do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria, do Tribunal de Justiça. Isso é muito importante para dar suporte às ações do Condepe. Entendo faria apenas essa ressalva, que nesse estudo não se retire essa autonomia do conselho, porque acho que isso é importante para as instituições.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Bom Maria, uma coisa eu posso deixar bem claro para você e todos do Condepe. Até como relator aqui, vou propor ao presidente, não existe nenhuma possibilidade de interferirmos na autonomia e independência do Condepe. Pelo contrário, queremos ajudar o Condepe a melhorar. Julgo ser de extrema importância o Condepe. E na minha opinião, tanto o Condepe, quanto a Ouvidoria, deveriam ter orçamento para fazer algumas demandas que não têm. Estou falando, mas aí não é da Comissão, mas uma opinião pessoal minha como profissional de segurança. Os dois poderiam ter uma liberdade maior nisso. Então não está em questão nem a independência, e nem a autonomia.

Tem uma questão do ouvidor na montagem da lista tríplice, que é um outro problema que discuto fora daqui. Não é do Condepe, mas é uma atribuição a mais que o Condepe poderia não ser monopolista disso. Mas isso é outra questão. Agora sim, dentro dessa linha, e isso vai na sugestão do que

vamos fazer, pensando no que aconteceu. E sabemos que todas as instituições fortes, têm um órgão interno de depuração. Não está na hora do Condepe pensar? Não é interferência externa, mas vocês mesmos dentro do próprio conselho, baseado no regimento, ter dentro do Condepe uma estrutura de auditoria, ou um conselho que olhe para dentro. Ou seja, olhar os membros do Condepe.

Não adianta ter um membro da OAB, da Assembleia Legislativa, um desembargador, ou seja, Judiciário, Legislativo, Ministério Público, e o cara fez esse estrago no conselho. Então o conselho tem que ter um órgão, não precisa ser juiz ou promotor, mas para olhar para dentro do Condepe, tal a importância do Condepe para a nossa sociedade. E até para que se mantenha no tempo e seja confiável. Porque hoje, estou sendo bem honesto, quando se fala em Condepe para a Polícia Militar, e não foram minhas palavras, mas do secretário de Administração Penitenciária, nesse lugar que você está, falam que não é um órgão confiável. Ou seja, que ele tem divergências com o Condepe hoje, por tudo que aconteceu.

Tanto é que toda essa investigação em cima do Luiz Carlos começou de um salve dentro do sistema penitenciário. Não está na hora de se pensar num órgão, ou já que estão mexendo no regimento, e mais uma vez parabenizo a CPI, porque isso é resultado da discussão que está sendo feita aqui, não vejo por que o Condepe mudar isso aí. Então parabéns. Não está na hora de pensar, seja auditoria, um conselho interno, uma comissão de assuntos internos, o nome que queira dar. Um órgão, como reputo, de extrema importância. Fui comandante da polícia e tinha Corregedoria da Polícia Militar, e aliás, grande parceria do Condepe e da ouvidoria. Não está na hora do Condepe olhar para dentro?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Acabamos fazendo uma ação dessas muito em função do que aconteceu. Temos hoje a comissão de auditoria que tem avaliado o procedimento do ex-conselheiro Luiz Carlos, que tem trazido um resultado bom para o próprio Condepe, de se voltar para essa situação que aconteceu. Eu acho que essa é uma questão a ser discutida dentro do Condepe, sem nenhum problema. Mas eu ressaltaria ainda, como proposta para a Assembleia discutir dentro do Condepe, que é preciso fortalecer a estrutura do Condepe.

Isso que o senhor falou é muito importante. O Condepe não tem nenhum orçamento. Ele se utiliza da estrutura da Secretaria, que nem sempre é o suficiente para manter o Condepe. Temos uma secretaria executiva e uma servidora, para tratar do estado inteiro, de violação de todos os municípios de São Paulo. Então precisamos pensar numa estrutura que dê condições e suporte para os conselheiros. Acho que já foi falado aqui também, nenhum de nós recebe remuneração para atuar no Condepe. Nós temos outras atividades de subsistência e sobrevivência nossa, e atuamos também no Condepe. Acho que se no projeto de lei determinamos, ou nas sugestões que vêm aí, sugerimos uma infraestrutura para o Condepe, acho que também fortalecemos esse órgão.

O senhor tocou bem nessa questão do orçamento, que estamos nesse sentido de comum acordo. Não tem um orçamento específico para o Condepe.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Entendo é mais uma coisa, dando até continuidade ao que estamos falando. A partir do momento que você, como Estado, dá condições ao Condepe, vamos dizer que pense melhor na estrutura, também acho que precisa uma resposta do Condepe para que ele tenha realmente que embora sejam voluntários, e eles são bem-vindos, defendendo voluntariado, nós temos um trabalho fantástico em dois hospitais da Polícia Militar de São Paulo, na Cruz Azul que cuida da parte dos familiares. É muito bacana, defendo, e até brinco em casa que se não tivesse nada para fazer na vida, ia fazer alguma coisa social e voluntária.

Mas o Condepe, pela importância que tem, e não senti isso dos demais que passaram por aqui, ele precisa, para ter esse aporte do próprio Estado, entender que cada membro do Condepe, seja ele voluntário, indicado, porque ninguém está lá obrigado pelo que sei, todos são voluntários, inclusive indicação da Assembleia aqui, que é o Carlos Bezerra, indicações da promotora. São todos voluntários. Mas que o Condepe se revestisse, entendesse que, a partir do momento que aceitaram, e isso tem que estar escrito no regimento de vocês, eles são agentes públicos. Eles respondem, têm responsabilidade.

Então na medida em que o governo e a sociedade dá ao Condepe independência e autonomia, não posso falar assim, “mas não tem cargo”. Lógico que não tem cargo, mas é uma função pública relevante para a sociedade brasileira. E eu não senti isso dos que vieram aqui, estou sendo bem honesto, exceto pelo Dr. Rildo, que concordou conosco. Ou seja, não é porque, “ah sou voluntário”. É a mesma coisa, um desembargador faz parte e não viu, não acompanhou. O membro do MP não viu, não acompanhou. Aconteceu isso aí. Ou seja, eles têm que ser chamados, “a partir do momento que você aceitou ser membro do Condepe, você responde como agente público”.

Senão, não aceitem. Isso precisa ser claro no regimento, para não se escudar e falar “estou lá, mas sou voluntário”. É que nem síndico de prédio, tem quem não ganhe, mas você aceitou ser síndico, então tem que exercer a função. Então vai uma outra sugestão que também vai constar no meu relatório, que os membros do Condepe sejam encarados como agentes públicos, e ter responsabilidade de um. E responder por isso. Até para que, em contrapartida, o Condepe tenha condições, estrutura para se desenvolver.

E volto a falar, se fosse em termos de orçamento, é para a estrutura do Condepe. Ou seja, os membros, na minha opinião, devem sempre continuar sendo escolhidos entre militantes com mais de cinco anos de entidades defensoras dos direitos humanos, voluntários. Isso é uma sugestão para que vocês que estão mexendo no regimento, e já fizeram uma boa modificação, na minha visão, talvez a mais importante sugerida. Mas que encarem cada integrante como um agente público, e sendo assim, com responsabilidades. Tendo responsabilidades, que sejam auditados.

Alguém tem que de vez em quando ver o que está sendo feito, alguém tem que entregar relatório e acompanhar as funções do que está sendo feito, para evitarmos esses problemas durante vários anos, fazendo coisa errada junto com OAB, MP, Judiciário, Assembleia. E ninguém conseguiu perceber. Tudo bem? É uma sugestão.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Pela ordem, presidente.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Acho que o relatório da CPI deve inclusive reforçar isso, porque já está na lei. Acho que reforçar tanto no relatório da CPI, como o Condepe no seu processo de eleição, de posse e trabalho, reafirmar isso. Porque isso está na lei e no regimento, e é um dispositivo legal. Todos nós aqui participamos de conselhos, seja qual for, e temos isso por lei. Nós respondemos como agentes públicos. E isso está dentro da legalidade, e acho que é importante que a CPI reforce em seu relatório. E que o Condepe reforce isso em suas intervenções.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - No seu regimento, não esqueça da auditoria. Era só, presidente. Muito obrigado, Maria.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Sr. Presidente, Srs. Deputados e deputadas, convidados. As pessoas me conhecem muito na questão animal, mas fui fundador e presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara Municipal de São Paulo, e prefeito interino de São Paulo. Mas ajudei Italo Cardoso a criar, e em seguida ele foi presidente da comissão e deu sequência.

Militando nas entidades de proteção animal sem fins lucrativos e voluntárias, a questão do voluntário é difícil, porque quando precisa, ele não vai estar lá. Isso no nosso meio de proteção animal, quando vai fazer castração, precisa de um advogado para nos representar lá fora. Enfim, naquele dia o advogado voluntário não tem como estar presente. Então concordo plenamente com o coronel, mas acho que deveria ter uma rubrica no orçamento do Estado, para esse departamento. Para infraestrutura, refeição, transportes. Coronel Camilo, o desembargador com certeza deve ganhar muito bem, e é voluntário. Agora as outras pessoas não ganham bem e são voluntárias.

Isso começou quando criamos o Centro de Animais Silvestres no Parque Ibirapuera, e não tinha rubrica, dependia da Secretaria do Meio Ambiente. Então tinha dinheiro para os animais, não tinha dinheiro para os animais. Nós criamos uma rubrica no orçamento do município, e todo deputado pode colocar emenda, o próprio Governo do Estado. Quer dizer, é obrigado ter algum custo para colaborar com esse departamento, que é muito importante. Claro que esse departamento caiu na desgraça nesses últimos tempos, com a prisão

desse sujeito. Na imprensa foi uma coisa triste de ver quem defende a ligação de um advogado, como que pode. Mas acompanho e acredito muito nos membros dessa Comissão. Só cito que acho ser possível no orçamento que vem, abrir uma rubrica para ter alguma condição de trabalho. Contando com os voluntários, mas acho que seria importante que tivesse alguma coisa.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Me permite um aparte?

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Claro, não há dúvida.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - O defensor tem que ter uma rubrica não só no Condepe, mas para a ouvidoria da polícia. Não para os conselheiros, mas para a estrutura para eles poderem trabalhar.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Um corpo técnico.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Até porque depender da boa vontade do secretário em tirar computador, tudo, fica muito dependente. Como o coronel defende a independência, não é deputado?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem. Mais alguma coisa, deputado Roberto Tripoli?

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu concluo para ouvir a deputada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, deputado Tripoli. Deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Já terminou, Tripoli? Muito obrigada. Quer falar Vitor?

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Eu queria dentro do que expôs o Coronel Camilo, dizer o seguinte. O problema que o Coronel Camilo levantou é típico de todos os conselhos, não só desse. Até brincando outro dia eu disse o seguinte, que está na hora das diversas entidades copiarem um pouco o que existe na produção industrial no chamado controle de qualidade. Nós não controlamos a qualidade de nada nesse país. Não se controla nada. Por exemplo, pegamos a Secretaria da Educação. Vem qualquer projeto aqui para fazer uma reforma, nós apoiamos. Aumentar o ordenado do pessoal nós apoiamos. Mas ninguém vem aqui propor para sentirmos o tipo de aluno que estamos soltando na rede pública.

Há necessidade de controle de qualidade de todo serviço público. E isso já começa dentro da Assembleia Legislativa, quando de repente alguém quer fazer parte de uma Comissão e o cara não tem nada a ver com aquela Comissão que quer fazer parte. Então dentro desse quadro, estou de acordo com o que você está propondo. Tem que estender isso para todos os serviços, inclusive Beth, fui um pouco grosso com você atravessando, mas o negócio é o seguinte, senão eu perderia o entusiasmo sobre o que estou propondo, no seguinte sentido. Depois de uma certa experiência fui delegado tributário da Grande São Paulo, e tenho uma certa experiência em administração. O que ocorre é que ninguém controla nada nesse país.

Então de repente o Coronel Camilo faz uma proposta e estou de acordo com ele, porém todas as comissões que conheço, nenhuma delas têm isso daí que você está propondo. É uma falha grande, que deveria ser sanada numa discussão que começa desse jeito. É isso, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado. Deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Quero cumprimentá-lo presidente, e demais deputados dessa Comissão, a Nazaré, o Wanderson. Agradeço pela presença. A Nazaré que até o momento trouxe informações esclarecedoras a essa CPI. Antes de eu entrar nas questões que gostaria de indagar, volto a dizer que conselhos, no meu entendimento, são órgãos de controle social, independentemente das áreas que atuam. Tem conselho da mulher, do idoso,

de combate às drogas, combate ao racismo, de segurança. Tem conselhos que não acabam mais, e são instrumentos importantíssimos que começaram a ser implementados desde a abertura democrática desse país, seja pelo governo da União, do Estado e as próprias prefeituras.

Muitos conselhos estão só no papel e funcionam muito pouco. Não é o caso de conselhos que são efetivos, como é o caso do Condepe, que pelo que acompanho, tem uma atuação bastante importante na defesa dos direitos da pessoa humana. Eu concordo com a Nazaré quando ela fala que é preciso dotar os conselhos de infraestrutura, porque eles não têm. Vamos combinar, trabalhar com uma secretaria executiva é difícil, para atender todo o estado de São Paulo. As demandas são enormes, sobretudo numa época de crise econômica, como a que vivemos, de aumento e recrudescimento da violência.

O Condepe é acionado com muito mais frequência. A intensidade dos seus trabalhos e demanda aumentam muito. Portanto, a estrutura que se tem é muito pequena. Agora, nós sempre temos que aprimorar os trabalhos dos conselhos? Não tenho dúvida. Democratizá-los, radicalizar nessa democracia, e sobretudo, fazer com que os conselhos sejam de fato órgãos de defesa, representatividade, controle dos segmentos que eles representam, também não tenho dúvida. Agora só temos que tomar cuidado, Coronel Camilo, para não tirar autonomia dos conselhos, seja do Condepe ou qualquer outro. Porque aí eles vão perder a razão de ser, aí não podemos mais ter conselhos. Aí vamos ter conselhos com outros conselhos que vão supervisionar o trabalho dos conselhos.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Me permite um aparte?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Permito, claro.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Falamos a mesma língua. Não tenho dúvida nenhuma, não sou contra nenhuma modificação na autonomia e na independência, tanto é que acho que quem tem que se fiscalizar é o próprio conselho. Ou seja, ele tem que criar um mecanismo para não acontecer o que aconteceu, é isso que queremos. Mas de jeito nenhum, pelo contrário, até sugerir, como também sugeriu nosso sempre presidente Vitor Sapienza, que tem que ter até um orçamento para que isso seja feito, como também falou nosso professor Ricardo Tripoli. De maneira nenhuma, não entendam diferente. A CPI não tem essa finalidade, e também não comentamos isso não.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Dito isso na minha introdução, queria iniciar meus questionamentos, Nazaré. Primeiro queria saber de você quais atitudes você tomou após a prisão do Luiz Carlos, se você teria condição de elencar pelo menos algumas delas que você considera que foram importantes depois desse ato fatídico que, de certo modo, também mexe com a imagem do Condepe.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eu acho que é importante lembrarmos que o Condepe existe há muitos anos, desde 92. E infelizmente esse fato aconteceu depois de tanto tempo. Esse fato foi importante, negativamente, vamos dizer, mas para o Condepe também reforçar e reafirmar o seu compromisso com os direitos humanos. Esse fato reafirmou nosso compromisso, apesar de ser tão lamentável. Tão logo o Luiz foi preso, no mesmo dia o conselho se reuniu numa plenária extraordinária, com a presença de todos os conselheiros. Ele emitiu uma nota pública para a sociedade dizendo que estava acompanhando a investigação, que lamentava. Até aquele momento não tínhamos muita informação, era a prisão do Luiz que estourou.

Nós fizemos uma reunião extraordinária, e elaboramos uma nota pública para a população, inclusive dizendo que estávamos à disposição para acompanhar as investigações e contribuir. Então na sequência nós afastamos e extinguimos o Luiz entre os membros do Condepe. Nós ficamos com uma vacância na vice-presidência. Imediatamente demos posse ao primeiro conselheiro suplente, o Wanderson. Ele assumiu imediatamente, assim que afastamos o Luiz. Na sequência, criamos uma comissão de auditoria de todos os processos que o Luiz estava atuando.

Nós fizemos visita para o Luiz, para fazer sua oitiva enquanto conselho, para entender o que ele havia feito no interior do conselho. Fui eu e o conselheiro Dimitri, que é da comissão de auditoria. Fui na condição de presidente do Condepe, para fazer sua escuta. Fizemos esse processo. E na sequência fizemos uma nova eleição do vice-presidente. E também na

sequência criamos a comissão para rever o regimento interno, muito preocupados com essa dinâmica dos conselheiros, do processo eleitoral. Essa coisa toda. Então as medidas internas nós tomamos imediatamente. Também imediatamente nós convocamos uma reunião do colégio de entidades.

É importante que se saiba que o Condepe é composto pelos conselheiros e pelo colégio de entidades. O que compete a ele? Acompanhar as atribuições do trabalho do Condepe. Esse colégio de entidades é composto por entidades de defesa, promoção de direitos humanos, e tem no estatuto tudo registrado, tem mais de cinco anos de atuação no estado de São Paulo, e acompanha os trabalhos da comissão. Isso é importante de falar, porque talvez ajude a responder à questão do Coronel Camilo, de quem fiscaliza e acompanha o Condepe. O colégio de entidades também tem essa finalidade, não só de levar a pauta, mas também compor as comissões e acompanhar o trabalho do Condepe.

A primeira explicação a ser dada era para o colégio de entidades no Condepe, e no mesmo dia convocamos uma reunião com o colégio, que claro, na emergência a maior parte das entidades que puderam comparecer, compareceram. E aí elaboramos a nota junto com o colégio de entidades, e tomamos essas medidas imediatas, que era garantir que, apesar dele estar no Condepe, e termos sido vítimas, porque eu entendo que o Condepe foi vítima do crime organizado em seu interior. O crime organizado tem se expandido e criado suas raízes em todos os espaços, e um deles foi o Condepe. Isso nos preocupou bastante.

Então fizemos um pouco essa leitura interna do que estava acontecendo, olhando processo por processo, lendo encaminhamento por encaminhamento. E o relatório dessa comissão deve estar para sair por esses dias, e deverá ser aprovado no Condepe. Essas foram as medidas principais e emergenciais.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - A senhora apurou para saber se essas ações trouxeram prejuízos, as ações do Luiz Carlos acabaram mexendo com imagem do Condepe, maculando um pouco essa imagem. A senhora acha que além do Condepe, se ele teve prejuízo, outras entidades do governo foram prejudicadas? Ou alguma autoridade específica pode ter sido prejudicada por conta desse acontecimento?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Não, acho que tivemos um mal-estar muito grande quando deflagraram toda essa situação, não só para os conselheiros, como para o colégio de entidades e todo e qualquer militante de direitos humanos. "Poxa, o que aconteceu? Onde o crime organizado chegou? Como que vamos reestruturar?". A partir disso fizemos algumas reuniões muito importantes nesse processo de investigação. Fizemos a reunião com o secretário Márcio Elias, cuja pasta estamos vinculados. Fizemos essa primeira conversa com ele, que inclusive nos orientou em algumas situações.

Nós fizemos uma reunião com o subprocurador que estava acompanhando as investigações, e ele reafirmou, como também já falou na imprensa, de que nenhum outro membro do Condepe estava envolvido. Foi um ato isolado desse ex-conselheiro e dessa pessoa. Então fizemos reunião com o subprocurador. Um pouco mais tarde, para tratar de outras questões, mas acabamos voltando nisso, fizemos reunião com o Comando Geral da Polícia Militar, onde fomos tratar do plano estadual, mas lógico que esse assunto fica na pauta por um bom tempo.

Então em termos de relação institucional, não tivemos grandes prejuízos. Teve aquela coisa, "poxa, como que isso acontece?". Mas as relações institucionais foram mantidas. Claro que a maior dificuldade é com o sistema prisional, porque foi de lá que deu origem a tudo isso. Então temos esse cuidado cada vez mais redobrado ao atuar no campo do sistema prisional.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Me permite um aparte, só para não perder? Posso? Está na sua fala ainda.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pode, minha fala é longa.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Existe nessas entidades que participam, seja do conselho, algum representante do sistema prisional, formalmente?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Do Estado nas comissões? Não. No colégio eleitoral são entidades da sociedade civil.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nazaré, aqui falamos um pouco sobre a questão de analisar a vida pregressa da pessoa que vem indicada por entidades, etcetera. Ao longo da sua convivência, não foi tanto tempo assim, foi curto, na verdade, na diretoria executiva, você percebeu algum indício de irregularidade na conduta do Luiz Carlos, que pudesse suscitar alguma prática criminosa? Porque às vezes olhamos para uma pessoa e temos impressões sobre ela. E essas impressões são muito causadas pelo juízo de valor que nós temos. Eu cito um exemplo, de quando eu tinha 16 anos e entrei na faculdade. Eu tinha uma pessoa que entrou na minha classe, olhei para ela e pensei, "que moça chata, vou ter que conviver com ela por cinco anos aqui", e ela se tornou a melhor amiga que tive. Fui madrinha de casamento, etcetera.

Então aquele exemplo serviu para que eu nunca fizesse mais isso, para que eu primeiro pudesse conhecer bem as pessoas, para depois poder estabelecer algum juízo de valor. Eu acho que às vezes podemos nos surpreender com o ser humano, até de quem está do nosso lado, às vezes com o companheiro, um filho, pai, mãe, marido. Não é verdade? Imagina uma pessoa da qual convivemos uma vez por mês, porque não é uma convivência diária. E ainda que fosse, você pode se surpreender tanto positivamente, que foi o caso desse exemplo que citei, quanto negativamente, porque às vezes ela pode apresentar práticas com as quais nós não concordamos. Inclusive de delitos e práticas consideradas criminosas.

Você conseguiu perceber alguma coisa nesse rapaz, nesse Luiz Carlos no período em que ele ficou com você?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eu já falei que conheci o Luiz no âmbito do Condepe, como conselheira relatora da comissão Pop Rua, participando dos plenários, e ele como conselheiro suplente que atuava ali também nas comissões. Depois ele veio para a mesa diretora num segundo mandato, e tivemos uma convivência muito curta nesse período. Mas anteriormente a isso o Luiz Carlos militava nos espaços de direitos humanos, participava aqui das Comissões da Assembleia, de outros espaços. Então ele era um militante, como tantos outros que víamos por aí, embora eu tivesse conhecido só no âmbito do conselho. Mas acabamos conhecendo um pouco a história e por onde a pessoa passa e se articula.

E eu pessoalmente não desconfiei e não vi nada que suspeitasse de alguma conduta irregular dele, no prazo que convivi. Eu preciso dizer que convivi mais de perto com ele no período em que ele foi o meu vice-presidente, que foi de agosto, quando assumiu, até novembro, quando foi preso. Então nesse prazo curto não percebi nada. Ele atuava na comissão, acompanhava as denúncias, averiguava, trazia para o conselho, fazia os relatórios. Então não tínhamos como desconfiar ali no âmbito da nossa convivência. Em nenhum momento desconfiamos. Até porque se tivéssemos desconfiado, por uma obrigação legal tinha que ter feito alguma coisa, criado uma comissão e investigado melhor os fatos. Mas não tivemos essa desconfiança dele, porque o que ele trazia de denúncia que apurava, vinha para o pleno, que avaliava e fazia o acompanhamento.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Ok. Após a prisão do Luiz Carlos, a senhora esteve na penitenciária que ele foi preso, em Presidente Venceslau. O que foi dito pelo Sr. Luiz Carlos?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Fui eu e o conselheiro Dimitri. Ele repetiu toda a confissão que fez para a polícia, de que tinha agido sozinho, de que estava à serviço, que recebia dinheiro, que tentou sair, mas depois não conseguiu. Tudo que está no inquérito ele repetiu para o conselheiro Dimitri e para mim. Ele não trouxe nenhuma novidade. Insistimos, "teve algum envolvimento? Você utilizou o nome do Condepe? Tem outro conselheiro que sabia?", e ele negou todas essas informações, repetindo simplesmente o que tinha dito no inquérito e na investigação.

Nesse dia, até para esclarecer também, fizemos a oitiva do Luiz no período da manhã, e no dia seguinte acompanhamos a perícia no computador do Condepe. Acompanhamos o delegado na perícia, e no computador não foi encontrado nada que envolvesse o Condepe dentro do processo da investigação da Operação Ethos.

A SRA. BETH SAHAO - PT - Como as denúncias de violação de direitos humanos no sistema prisional chegavam até o Condepe, e como eram apuradas?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - As denúncias chegam ao Condepe de várias formas. São denúncias individuais, de grupos ou outras organizações. As denúncias chegam por e-mail, por telefone ou presencialmente. As denúncias do sistema prisional geralmente chegam pelo Condepe a partir da visita de seus familiares nas unidades prisionais, que retorna relatando que teve violação. Aí os fatos que vão sendo colocados, de uma abordagem mais violenta, do grupo de intervenção rápida. Então eles vão fazendo essas denúncias e o Condepe faz a visita, se entende que é necessário fazer. Essa visita é sempre institucional e agendada, e passa pelo secretário da pasta.

E o Condepe faz a escuta dos detentos, de quem está no sistema prisional. Faz a escuta do diretor do presídio, dos funcionários, e elabora o relatório. Esse relatório passa para o pleno. E nos relatórios são feitas as recomendações que o conselho sugere para a pasta, para o secretário do sistema prisional, e é feita uma devolutiva para a família. Então as denúncias do sistema prisional geralmente chegam por familiares de presos, ou entidades, pastoral carcerária é uma que traz denúncias porque faz a visita. Então ela pode vir do individual ou outras organizações que têm atuação no sistema prisional.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Entendi. A relação entre o Condepe e órgãos do governo, autoridades, na sua opinião, foi abalada com a prisão do Luiz Carlos? Se caso afirmativo, o que foi feito para reparar os danos? O Condepe atuou, ou não precisou fazer nada, porque não houve esse abalo e influência nas relações?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Na verdade, não houve influência nas relações institucionais, porque à medida em que a investigação chegou e o Luiz confessou, que todo o processo foi feito, os próprios órgãos de Estado inicialmente já afirmavam, “não há ninguém mais envolvido nesse ato, foi isolado do ex-conselheiro Luiz Carlos”. O tempo todo as próprias autoridades reportavam para o Condepe, essa leitura. Porque nós entendemos que no processo de investigação, todos nós fomos investigados.

A investigação corria em sigilo, então para se chegar à conclusão de que nenhum outro membro do Condepe estava envolvido, supõe-se que cada um de nós fomos pessoalmente investigados nesse processo. Então não teve esse arranhamento ou estranhamento com os órgãos de Estado. Foi bem tranquilo, apesar da gravidade da coisa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - E a relação do Condepe com entidades da sociedade civil? É a mesma pergunta que faço, só que com outra...

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - As entidades conhecem e reconhecem o Condepe. O Condepe tem uma trajetória histórica no estado de São Paulo, como referência para todos os outros estados. Eu tive a oportunidade de ir no Encontro Nacional de Direitos Humanos, onde encontramos com todos os conselhos de direitos humanos de todos os estados do país. E quando apresentamos a lei e a composição do Condepe, é referência para todo o país. Quando apresentamos que na composição do Condepe, ele tem uma base de colégio de entidades comprometidas e atuantes na defesa de direitos humanos, é uma referência para o país, e não para São Paulo.

Acho que se entendermos a grandeza do Conselho Estadual de São Paulo para o país, teríamos muito orgulho desse estado, porque é referência. Então não fomos abalados do ponto de vista de relação com a sociedade civil, porque ela é muito próxima do Condepe. A sociedade civil indefere, acompanha e contribui com o Condepe através de suas convicções e do trabalho. Não tivemos esse estranhamento também com a sociedade civil. O que nós tivemos foi muita preocupação com o que estava acontecendo. Num primeiro momento muita preocupação quando o computador do Condepe saiu do Condepe, porque ali nós supúnhamos que tinham dados importantes, e na perícia que acompanhamos, a Operação Ethos se deteve àquilo que interessava a eles, e não fizeram uso de outras informações.

Ficamos um tempo apreensivos com isso, com o desdobramento disso para a sociedade, que confiou. Acompanhamos esse processo de perícia e não foi abalado, não tivemos nenhuma notícia de qualquer abalo em relação a isso, não só com as entidades, quanto com as pessoas que procuraram o Condepe para formalizar suas denúncias. Estamos há um bom tempo monitorando isso, as denúncias que estavam no Condepe nesse período, e como ia desenvolver isso a partir da denúncia. Não tivemos nenhum arranhão nesse período.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sra. Nazaré, as medidas adotadas para escolha dos próximos conselheiros da sociedade civil, para que não corra o risco de ter criminosos oportunistas nos quadros do conselho eu não li ainda. É isso que a senhora distribuiu aqui, essa cópia do Diário Oficial? Aqui estão todas as ações que o conselho pretende desenvolver a partir de agora?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Isso, está aí.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Está explicado. A senhora quer fazer alguma observação?

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eu gostaria de fazer a observação que temos os documentos das entidades que indicam, aqueles documentos que já é comum, a ata de eleição da diretoria, o estatuto registrado, o currículo da pessoa que a entidade está indicando. Fizemos nesse processo do edital, dois momentos. Um momento formamos o colégio eleitoral, as entidades que vão votar no Condepe. Eles têm um período bem amplo para apresentar documentação. Por que fizemos isso? Porque no dia da eleição muitas entidades acabaram não conseguiram votar, porque não estavam com a documentação completa. Então a partir disso estabelecemos a documentação.

As entidades vão apresentar antes a documentação e indicação de quem vai votar. Fechado esse momento do colégio eleitoral, abrimos o processo para indicação dos candidatos. Vamos organizar a eleição nesses dois momentos. Fechamos o colégio eleitoral e depois abrimos para os candidatos. Fazemos o mesmo processo que fizemos para as ouvidorias da defensoria, e da polícia. É apresentação do currículo da pessoa indicada, da atuação que ela tem, onde atua, quanto tempo está na defesa, e a questão das certidões civil e criminal, que acrescentamos no edital. Vamos fazer esses dois processos para conseguirmos analisar com calma a documentação da entidade. Um processo distinto do outro criando uma isonomia e tranquilidade no processo eleitoral. Essas são as principais modificações.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu tenho as duas últimas questões. Qual ou quais problemas o Condepe enfrenta para promoção de seus objetivos? E a principal marca da sua gestão, que se encaminha para o término. Gostaria que a senhora respondesse essas duas questões.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Encaminha para o término dessa gestão bastante intensa, eu diria. Eu acho que do ponto de vista das dificuldades, acho que a questão mais difícil que temos enfrentado é estrutural. Eu acho que esse é o grande calcanhar de Aquiles nosso. Como que num estado como São Paulo, com tantos municípios, cada um com uma realidade diferente da outra, como o conselho estadual consegue atuar nesses espaços com a parca infraestrutura que tem?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Me permite, só para não perder também? Desculpa interrompê-la. Você falou isso da outra vez, e acabei não interrompendo, e está falando novamente. O conselho tem uma série de órgãos que o ajuda, a mesma coisa que te falei e falei esses dias para o nosso ouvidor, Benedito Mariano. Ou seja, o conselho não precisa resolver tudo em todos os municípios. Ele tem braços para ação nas corregedorias, tanto é que o conselho é independente de governo e pode cobrar questões da Polícia Militar, da Corregedoria, da Polícia Civil.

Precisamos tomar cuidado para não criar uma estrutura. Eu não preciso atender o estado todo, e falo isso também para o nosso defensor. Não precisa ter defensoria em todos, mas que a Defensoria gerencie contratos com advogados do estado todo. E nesse caso do conselho, é naqueles pontos onde os órgãos normais - ouvidoria, corregedoria, e outros que possam ação no conselho estejam presentes. Precisamos tomar cuidado para não criar um

conselho, porque não precisa estar presente em todos os municípios. É só uma observação. Muito obrigado.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Sem dúvidas. Eu acho que você está coberto de razão. E uma das questões que está colocada para nós como desafio, é nos municípios instituir os Conselhos Municipais de Direitos Humanos. Nos municípios em que conseguimos, tanto fortalecer ou promover a criação, esse vínculo é direto com o conselho municipal, e fazemos essa ponte. Mas a maior parte dos municípios não tem esses mecanismos. Claro que temos o entendimento de que não dá para chegar em todos os lugares. Mas quando falamos de infraestrutura do Condepe, é uma infraestrutura básica e mínima. Não temos nenhum corpo técnico que colabore com as comissões.

Por exemplo, cada conselheiro, cada comissão funciona com o conselho ali. Não tem um suporte técnico, um aporte para ajudar a fazer os relatórios, análises de dados, pesquisa e diagnóstico. Uma das funções do conselho é fazer o diagnóstico de violação dos direitos humanos, e isso precisa de um corpo técnico que contribua para essa leitura e atribuições. Acho que é necessário urgente que o Condepe tenha uma infraestrutura básica para funcionamento, que comporte assessoria técnica para desenvolver e dar suporte à ação conselheira. Essa assessoria técnica não faz ação conselheira, é única e exclusivamente do conselho eleito, nomeado e empossado para essa finalidade.

Mas uma assessoria técnica daria conta de fazer uma leitura e um diagnóstico muito mais apropriado. Eu acho que parte das nossas dificuldades está aí, e concordo com o deputado.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Eu queria fazer uma observação. Muitas vezes perdemos a noção do que é o estado de São Paulo, que tem regiões administrativas. Na hora que você, ao invés de buscar solução para um determinado município, poderia se eleger uma série de regiões administrativas, que cuidaria dos municípios sujeitos a essa regional. Fica muito mais fácil. Porque de repente o que ocorre é o seguinte, no seu entusiasmo, e quero parabenizar por isso quando você, perante os demais estados, mostrou que ao contrário do que muitas vezes criticamos, São Paulo é líder em tudo.

Com todos os defeitos que possa ter, ainda estamos à frente dos demais estados do Brasil praticamente de 10x1. Então você mostrou que acima de tudo é paulista, porque chegou e disse “nós somos o melhor de todos”. É verdade. Mas dentro desse contexto, eu vibro quando alguém dá valor ao nosso estado. Agora minha sugestão, dentro da linha do Coronel Camilo é o seguinte, temos que aproveitar. Regiões administrativas não têm mais do que 15, temos que começar a fazer um trabalho em cima da região. Não há possibilidade de cobrir os 645 municípios, mesmo porque como você disse muito bem, são disformes.

Você não consegue colocar numa região administrativa um padrão de comportamento. Então fica a sugestão, dentro da linha do Coronel Camilo, de que consigamos explorar o que é região administrativa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Com todo respeito ao nosso querido decano, deputado Vitor Sapienza, as regiões administrativas não dão conta nem do que elas precisam fazer das tarefas cotidianas delas. O DR não consegue tapar um buraco numa rodovia vicinal. Eu sei, mas não vou entrar nesse mérito deputado. Não, por favor.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputados, estamos divagando do tema.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Não, mas eu queria dentro da linha. Olha, o que falta nessa Casa é um pouco de vibração. Parece que o pessoal está morto. Quando eu brigo com a Beth, já brigo há muitos anos com ela, é gostoso de fazer isso. Então dentro desse quadro, existem as chamadas audiências públicas por orçamentos. Eu fui mais ou menos durante 16 anos em todos. Era eu e a bancada do PT. Ninguém mais ia.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu já te acompanhei em várias.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - É verdade. Então dentro desse contexto, estou propondo que se faça audiência pública regional. Porque se

você for tabular, é tudo a mesma coisa. Beth, em todos os anos ninguém faz a pinguela da rua que eu moro. Isso não é coisa de orçamento.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Isso é coisa de conseg.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Então dentro desse contexto, na hora que está se avançando, tem que avançar no sentido de resolver. Nada de paliativo. E olha, fico contente de participar de uma reunião com a Beth, porque na hora que estou com ela é sempre desse jeito.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só para finalizar.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, deputado. Só para finalizar.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só para finalizar, sua marca. E agradecê-la pelas informações prestadas a essa CPI.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Então, eu gostaria só de retomar dizendo que temos um entendimento de que enquanto conselheiros, não vamos chegar em todos os municípios. No entanto, temos também que assumir a responsabilidade de um conselho estadual, que responde por um estado todo. E aí precisa criar estratégias e alternativas para chegar no estado. Em nosso regimento interno, é previsto que o Condepe tem como uma de suas atribuições, o fortalecimento e criação, o incentivo da criação dos Conselhos Municipais de Direitos Humanos. Para que se faça o controle social do estado através dos órgãos de controle. E aí vamos fazendo essa relação.

Recentemente estivemos na audiência pública na cidade de Lins, onde estava para ser extinto o Conselho Municipal de Direitos Humanos. Com uma intervenção do Condepe, conseguimos manter esse conselho. Estava extinto por quê? Porque não cumpriram prazo para a próxima eleição, por questões que não eram de gravidade para se extinguir um Conselho Municipal de Direitos Humanos. Conseguimos reverter isso, porque está na nossa função e missão estimular a criação dos conselhos municipais, como forma de mantermos o controle social e políticas de direitos humanos em todo o estado.

Então como legado, o que deixamos? Primeiro gostaria de apresentar um pouco as comissões que temos no Condepe. Porque quando fala Condepe, as questões vêm muito forte para nós. “O Condepe é aquele que só atua na violência policial”, não é verdade. “O Condepe só atua no sistema prisional”, não é verdade. Como não é verdade, temos repetido isso sistematicamente, que defendemos, entre aspas, bandidos. Nós defendemos pessoas humanas, estando elas livremente andando na rua ou em privação de liberdade, porque a liberdade não retirou a humanidade de ninguém. E aí seguimos os tratados assinados pelo país e a constituição.

No Condepe temos a ampliação das comissões, que foi um legado que o ex-presidente que já veio depor aqui, Rildo Marques, trouxe, e ampliamos também nessa gestão. Temos uma comissão que trata de moradia e questões urbanas; não tem nada que fira mais os direitos humanos, do que o direito de não poder morar na cidade, o direito de conviver, estar na cidade. Então temos essa comissão. Temos a comissão de educação e direitos humanos, e logo após vou falar um pouco melhor dela, porque deixa um legado. Temos a comissão de direitos humanos e sistema prisional, abolição da tortura e mecanismo estadual.

Temos a comissão do trabalho decente, que na gestão passada era tratado como trabalho informal, e foi substituída pelo direito a um trabalho decente. Nessa comissão são discutidas algumas questões chaves para nós, como as reformas trabalhistas que vêm aí. A comissão de direitos humanos e pessoa em situação de rua, que é uma demanda muito cara para a cidade de São Paulo, mas também para alguns municípios onde já há crescimento e presença de população em situação de rua. Temos a comissão de direitos humanos e saúde mental, que é outra questão muito séria. Temos inúmeras denúncias em relação a atendimento, tratamento e cuidado com pessoas com problemas mentais.

A comissão de direitos humanos da criança e do adolescente, que também é muito cara para o Condepe. Essas são as comissões que atuamos. Fora isso, temos os grupos de trabalho e comissões que já falamos aqui, a do regimento interno e da auditoria. Eu gostaria de falar de dois principais legados

que essa gestão vai deixar para o estado de São Paulo. O primeiro é a aprovação do Plano Estadual de Educação e Direitos Humanos, e aqui não dá para dizer da importância desse movimento e da metodologia que foi utilizada para construção do plano.

Nós realizamos 22 audiências no estado de São Paulo, apresentando a proposta inicial. Esse plano tem cinco eixos; educação básica, ensino superior, edocomunicação e direitos humanos, educação popular e sistema de segurança e justiça. Nesse eixo do sistema de segurança tivemos a participação da Secretaria de Segurança, da Polícia Militar e da Polícia Civil, do Ministério Público e da Defensoria, pegando o eixo de segurança e de sistema de justiça. Nessas audiências esses órgãos participaram efetivamente, e de modo particular a Polícia Militar, que hora havia mais conflito, hora menos, e com muito respeito às instituições, conseguimos construir um processo de escuta mútua entre sociedade civil e órgãos de segurança e sistema de justiça.

Nesse sentido recebemos, dentro do Condepe, os currículos de formação das polícias e escola de magistrado. Aí começamos a partir disso, fazer uma análise e elaboramos o plano estadual. Inclusive uma das audiências aconteceu nessa Casa. Esse plano foi aprovado acatando algumas modificações que vieram das audiências públicas, e da Secretaria de Segurança, dentre aquelas propostas que foram possíveis de serem aceitas. Tinham propostas completamente ao contrário dos tratados assinados pelo país na defesa de direitos humanos e nos princípios de educação. Deixamos esse legado.

Estamos fazendo agora a revisão do Programa Estadual de Direitos Humanos, nesse mesmo formato de audiências públicas ao longo do estado. Naturalmente estamos fazendo um novo calendário, e talvez não consigamos fazer 22 audiências. Mas estamos bem perto dessas audiências, levando o Programa de Direitos Humanos do Estado de São Paulo para consulta pública, para discussão nas comunidades e nos grupos. Acreditamos que fechamos a nossa gestão entregando uma proposta de revisão do programa. E uma grande atuação que também tivemos, até pelo contexto da capital, foi o relatório das ações na Cracolândia. Foi uma atuação muito interessante que realizamos com os conselhos de categoria profissional, com o Condepe, Ministério Público e Comuda, tentando entender um pouco a dinâmica desses grandes aglomerados de pessoas usuárias de droga. E a medida como a cidade de São Paulo e alguns municípios essa situação vem sendo tratada.

Esse relatório está pronto, e já foi inclusive publicado numa coletiva de imprensa. A partir desse relatório conseguimos construir, o Condepe assina isso, um Termo de Ajustamento de Conduta para a Prefeitura de São Paulo. Inclusive referente aos hospitais psiquiátricos. É um conselho que trabalha muito, e que vai deixar um legado muito importante para a cidade e o estado de São Paulo. Embora tenhamos o atendimento das denúncias individuais que são parâmetros para analisarmos a violação de direitos humanos, nós assumimos uma postura de construir políticas públicas de direitos humanos. De interferir na política pública, de modo que a denúncia individual é subsídio.

O que percebemos no Condepe, coronel? Você recebe uma denúncia e vem mais dez. Aí você atende dez, vem mais 20. Se não tomarmos cuidado e fazermos uma leitura adequada dessas denúncias, ficamos quase que como um bombeiro apagando o fogo, e não contribui efetivamente para construção de uma política pública que garanta direitos. Claro que o atendimento das denúncias individuais é importante e deve acontecer. É por isso que optamos por fazer uma revisão do programa e do que está colocado para direitos humanos, de apresentar uma proposta do plano de educação, porque temos o entendimento de que é necessário mudar mentes em relação a essa temática.

Para sairmos do senso comum, é necessário que ultrapassemos essa medida e começemos a entender mais profundamente, trazendo para a convivência nas escolas e espaços de educação e cultura, nos espaços de comunicação e sistemas de segurança e justiça, a concepção de direitos humanos trabalhada desde sua formação.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Nazaré, me permita só um ponto. Só mais uma observação. Aí faço minhas as palavras do nosso Dr. Rildo Marques, o conselho deve atuar naqueles casos onde os outros órgãos não agiram. Então essa questão de receber todas as denúncias e atender todo mundo, não necessariamente vai ser tudo resolvido pelo conselho. Pelo contrário, 90% não vai ser dele. O conselho tem que ir naquilo onde a corregedoria não resolveu, onde houve flagrância de violação, onde não tomaram providências. Então por favor, isso também tem que ficar escrito lá, senão vai virar uma corregedoria lá.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Eu gostaria só de contribuir.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Só um minutinho, o deputado tem uma missão.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - É que eu tenho outros compromissos importantes, mas se eu me retirar cai o quórum.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Mas eu já vou encerrar.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Então eu aguardo o encerramento.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Só queria que a senhora encerrasse suas palavras, porque estamos com outras missões. Acho que já ficou bem esclarecida a sua situação como presidente. Acho que o que a dona Nazaré esclareceu aqui ficou bem tranquilo para todos os deputados, mas com a presença do Sr. Wanderson, não queria despedi-lo sem que ele se apresentasse. Seria desleigante da nossa parte. Então queria que a senhora encerrasse rapidamente, para que ouvíssemos o Sr. Wanderson rapidamente.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Isso nós temos muito claro, a ação do conselho não é isolada dos outros órgãos. Ela é articulada, e isso para nós está muito claro. Articulada com a ouvidoria da Defensoria Pública, com a ouvidoria de polícia, com as secretarias e órgãos de controle nos municípios. O fato é que optamos também por fazer essa leitura mais da política pública, e uma intervenção mais geral, porque achamos que é aí que vamos efetivar de verdade as mudanças. Inclusive quando chega a denúncia, ela vai para a mesa diretora, que olha e diz, "essa denúncia é do Condepe, vamos tocar. A outra não é do Condepe, vamos encaminhar para órgãos responsáveis".

Então Coronel Camilo, esse filtro já fazemos pela mesa diretora, inclusive no fluxo que tratamos aqui. E assim eu me despeço, agradecendo a oportunidade de estar aqui e contribuir com a CPI.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Pela ordem, presidente. Eu acho que ela está se preparando para ser candidata à deputada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Não é difícil não.

A SRA. MARIA NAZARÉ CUPERTINO - Não, não tenho essa vontade.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Foi dito para ela falar alguma coisa sobre a CPI? Ela fez uma defesa de como deve ser, e está de parabéns. Com toda a sinceridade, fiquei entendendo um monte de coisas que eu não entendia. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado. Agradeço a presença da Sra. Maria Nazaré Cupertino, que começou no Conseg de Lorena. Uma grata notícia. Antes de encerrar, só queria dar ciência aos Srs. Deputados que o Doutor Ulysses encaminhou um documento, devido a sua ausência, informando que ele está na Secretaria da Justiça, Defesa e Cidadania, tratando de assuntos referentes ao mandato.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Presidente, lembrando que estou aqui...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Sem dúvida, quero agradecer a presença do deputado Roberto Tripoli. Ele justificou a falta, mas V. Exa. cobre. Então senhores, quero fazer ciência da presença do Sr. Wanderson Gasparotto, vice-presidente do Condepe. Gostaria que se apresentasse rapidamente, porque acho que as questões e quesitos que haviam já foram solucionados.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputada.

A SRA. BETH SAHAO - PT - Queria tecer elogios à Nazaré.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Fez uma propaganda né?

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Dá para escrever um livro, porque as informações são ricas. Parabéns pelo trabalho que você está quase concluindo. Boa sorte na vida. E espero que quem te suceder possa dar continuidade a esse trabalho, obviamente com todas as observações que você está colocando, e que vocês pretendem mudar. É salutar que isso ocorra, porque a vida é assim, a sociedade evolui e muda a dinâmica, e evidentemente que isso se reflete no exercício de nossas tarefas, sejam elas quais forem. Mas queria deixar registrado meus cumprimentos a você. O Wanderson vai falar, mas não sei se sobrou algo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Não sobrou nada, é só apresentação. Por favor, Wanderson.

O SR. WANDERSON GASPAROTTO - Meu nome é Wanderson Gasparotto, e sou tesoureiro da Unisol, uma entidade de economia solidária. Estou vice-presidente do Condepe. Acho que a Nazaré respondeu bem todas as perguntas. Queria fazer alguns registros aqui de uma preocupação pessoal minha. Primeiro, deixar claro que a pena do Luiz foi aumentada porque já somos considerados e equiparados a servidores públicos. Essa preocupação está passada.

A principal preocupação que eu tenho é que o Condepe precisa sim evoluir e avançar, e acho que estamos fazendo isso. Por exemplo, a exigência de apresentações de certidões é anterior a essa CPI. Nós não esperamos a CPI para começar a alterar as coisas e melhorar o Condepe. Estamos fazendo isso desde o momento que houve problema. Eu acho que ficar exposto a esse tipo de coisa, infelizmente todos os militantes de direitos humanos se sentiram um pouco traídos. Foi um susto para nós. Para mim é inédito ver alguém do movimento de direitos humanos, do conjunto de defensores de direitos humanos envolvido nessa forma com o crime organizado. Nós temos a compreensão de que o crime organizado é o maior agressor dos direitos humanos no estado e no país.

Causou estranheza para nós, como causa estranheza quando existe corrupção na Casa Legislativa. Ninguém espera isso. As pessoas parecem que cobram de nós que deveríamos saber que o Luiz é um criminoso. A inocência é uma divisão...

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Não posso perder a oportunidade...

O SR. WANDERSON GASPAROTTO - Deixa eu só terminar, deputado? Tenho certeza que o senhor vai poder falar.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Você citou a Casa Legislativa. Aqui tem ouvidoria, corregedoria. Por isso estou sugerindo que seja criado um órgão desses.

O SR. WANDERSON GASPAROTTO - Sim, nós discutimos dentro do Condepe, inclusive. Já houve a proposta, dentro dessas comissões, de existir uma ouvidoria do conselho. Nós fizemos essa discussão e achamos importante que exista uma ouvidoria. Tem que mudar algumas coisas ainda. Eu acho que a eleição dos ouvidores tem que ser pelo colégio de entidades. Todas essas mudanças têm que acontecer. A minha preocupação é a forma que fazemos essas mudanças.

O Conselho Estadual de Direitos Humanos, junto com a Assembleia, deu alguns exemplos de coisas com transparência. Acho que um exemplo é a realização das conferências para o Plano Estadual de Direitos Humanos, e outra as 22 conferências em todo o estado de São Paulo, para discutir o plano. Então ressaltar nossa preocupação de que qualquer alteração que seja feita no Condepe, tem que passar pela discussão com a sociedade civil. Tem que passar por uma discussão de fórum e diretamente com a sociedade. Nós não podemos nos isolar e achar que esse ou aquele deve fazer as mudanças, mas deixar isso transparente. Porque é a transparência que vai garantir ao Condepe que ele continue mantendo sua autonomia e isenção.

E continuar fazendo o serviço que tem feito tão bem, na medida do possível. Quando a Nazaré fala das verbas, nós nunca requisitamos verbas para pagamento de honorário ou salário para conselheiro. Isso não. Nós achamos que o trabalho dos conselheiros tem que ser da forma que é, voluntária. Mas existe a necessidade de ter assessoria técnica, apoio. Às vezes falta transporte para irmos em alguma cidade fazer uma visita. Muitas vezes os conselheiros tiram dinheiro do bolso para poder executar suas funções. Isso não é o ideal. É nesse sentido que tem que aumentar e melhorar a estrutura do Condepe, para que possa atender melhor essas questões.

Tem uma coisa aí que é função do Condepe e acaba ficando de lado, a proposta de soluções e políticas públicas para resolver os problemas que existem. As denúncias individuais nós encaminhamos para os órgãos competentes. Quando chega denúncia por questão de violência policial nós encaminhamos para a ouvidoria e corregedoria. Agora, precisamos criar uma política para evitar isso. E esse debate fica fragilizado justamente por conta desse atropelo de tarefas que temos, e a falta de estrutura. Só isso, para ser rápido e não tomar mais tempo dos senhores.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Deputado Vitor.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Quero parabenizar meu amigo Coronel Camilo, porque o expositor foi infeliz quando quis dar um exemplo. Ele deu exemplo de falcatrua citando a Assembleia Legislativa. Foi infeliz, porque me senti de certa forma ofendido. Podia falar de muitas outras coisas, V. Exa. foi infeliz. Gostaria que V. Exa. retirasse a objeção.

O SR. WANDERSON GASPAROTTO - A minha intenção não foi dizer dessa Casa, não. Desculpa...

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - A intenção não foi, mas foi dito isso aí.

O SR. WANDERSON GASPAROTTO - Não foi essa minha intenção. Se foi isso que dei a entender, peço desculpas. Não foi diretamente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O que vemos hoje que é notícia todo dia é uma série de corrupção em todo o sistema, de todos os lugares. Foi a isso que me referi.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Pela ordem, presidente. Só para complementar também. A nossa ideia aqui é ajudar o Condepe a melhorar. Não encare de outra forma. Você falou que tem que ouvir a sociedade civil. As propostas que nós estamos fazendo, nós representamos a sociedade civil. Todos os deputados aqui representam o povo de São Paulo, então vamos fazer propostas para melhorias no Condepe. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Fale no microfone, por questão da taquigrafia.

O SR. WANDERSON GASPAROTTO - O registro é que seriam necessários mais debates com a sociedade civil organizada, audiências públicas para que a própria sociedade civil pudesse apresentar mais propostas. Acho que audiências públicas para discutir isso, não necessariamente uma CPI, mas uma audiência com mais deputados que possam participar, os outros movimentos - são mais de 200 entidades registradas no conselho hoje, isso é importante.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Sem dúvida. Isso é feito Wanderson, porque é só o deputado apresentar essa questão e normalmente são feitas essas audiências públicas. Deputado Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Presidente, primeiro elogiar o trabalho dos conselheiros. E dizer que de fato nós passamos por um processo delicado no país, por causa de corrupção no Poder Legislativo, Executivo, e muito no Judiciário.

A SRA. BETH SAHAO - PT - Esse último fica escondido.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Esse que me preocupa muito, porque o juiz é quem decide se vai preso ou não vai. Veja esse juiz que pediu a prisão do Rio de Janeiro, o Eike Batista. O juiz pegou o piano do Eike, colocou na casa do vizinho de cima, pegou a Porshe e saiu dirigindo. Quer dizer, é um juiz, como chega a esse ponto? E de fato a sociedade civil não está participando mais. Desculpa, eu venho da sociedade civil e pós ditadura militar, ela teve um grande trabalho a fazer. Em seguida vem diminuindo, e vou mais longe ainda, nosso antigo deputado. O parlamento se deteriorou de uma forma nos últimos anos, que Deus que me perdoe.

Eu tive meu primeiro mandato em 1988, ano que eu tinha meus companheiros Pedro da Lari, Aldo Rebelo, Marcos Mendonça, Arnaldo Madeira, Brasil Vita, Antônio Sampaio. Estou dizendo aqui, independente da sua posição política, existia o debate e a sociedade civil participava. No primeiro mandato fui vice-presidente do Eduardo Suplicy, que também abriu a Casa para a população. Então estamos vendo uma deterioração no movimento da sociedade civil que não tem participado, por causa de todos esses escândalos. E o pior, as pessoas de bem não querem disputar mandato eletivo. Então isso é o que mais me preocupa.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Nós também somos do bem e estamos aqui.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Mas somos pouco, porque a maioria não quer disputar para não ser chamado de ladrão. As pessoas boas que temos coitado não querem disputar, porque virou uma coisa que generalizou. O rapaz mesmo falou em Poder Legislativo. Então precisamos valorizar mais o Poder Legislativo e ouvir mais a sociedade civil. Desculpa a forma italiana de colocar. Obrigado, senhor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, só para informação, queria saber quem que V. Exa. convidou ou convocou para vir na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, só queria constar que a dona Maria Nazaré está colocando alguns documentos aqui, e vamos anexar a nossa CPI. São fluxogramas de abertura, programa coletivo e também algumas deliberações do Condepe. Ata da última eleição também.

Estamos com um problema para a próxima reunião. Seria chamado o Dr. Márcio Elias Rosa, mas não vou te chamar, e vou explicar o porquê. Como sabem, estou saindo do PSDB e indo para o PP. Então possivelmente numa próxima reunião o PP está pleiteando uma vaga para que eu possa ficar, e teremos que fazer uma nova eleição da presidência e vice-presidência. Eu saindo do PSDB, perco a vaga do partido. Então se todos estiverem de acordo, na próxima quarta-feira, das 14 às 14 e 30...

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Então na próxima quarta não vamos ter ninguém para ouvir, porque vai ser uma reunião, não sei se ordinária ou extraordinária. Precisa ver o regimento.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - É ordinária, mas interna.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Só para decidir isso.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tudo bem? É presidência e vice-presidência.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Por mim tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Se houver por bem outro deputado ser conduzido, ou a permanência deste deputado.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pois não, deputado?

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - É regimento, mas não necessariamente. Porque se os próprios deputados da Comissão deliberarem que V. Exa. teria que continuar...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Mas o regimento determina que seja feita uma nova reunião.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - O PSDB pode abrir mão da vaga.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Mas precisa ser pautado, deputado.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu não vou votar, também não quero ser candidato.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Eu consultei o regimento agora, e ele determina que seja feita uma nova eleição.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV - E a nova eleição pode reconduzi-lo à presidência? Desculpa, por favor.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Se assim for desejo dos deputados. Quero agradecer a presença da dona Maria Nazaré Cupertino e do Sr. Wanderson Gasparotto. Contém com essa Casa. Muito obrigado. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

* * *

CPI – OPERAÇÃO ETHOS – CONDEPE

28.03.2018

CPI – OPERAÇÃO ETHOS – CONDEPE

28.03.2018

O SR. PRESIDENTE – Muito boa tarde, havendo número regimental, declaro aberta a reunião especial de eleição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato número 96, de 17 de outubro de 2017, e com a finalidade de investigar todos os citados na operação Ethos, e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça, e da defesa da cidadania, incluindo todos os seus membros.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados: Coronel Camilo, Coronel Telhada, Vitor Sapienza e Ed Thomas. Pergunto aos membros deste Colegiado se há a indicação de algum nome para o cargo de Presidente da Comissão.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Pela ordem, nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Eu indico o nome do nobre Coronel Telhada, nosso deputado para Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Eu coloco em votação o nome do Sr. Deputado Coronel Telhada. Os senhores deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Declaro eleito o Presidente, o Sr. Deputado Coronel Telhada, a quem eu convidado para assumir os trabalhos.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Boa tarde a todos, eu agradeço a indicação dos senhores deputados e para retomarmos a Presidência tendo em vista a nossa mudança de partido, saímos do PSDB e fomos para o Partido Progressista, senhores, eu estou pensando na semana que vem em chamarmos para ser ouvido o Dr. Márcio Elias Rosa, que é o secretário estadual de justiça e o subprocurador geral de Justiça, o Dr. Mário Sarrubbo, tem o acordo dos senhores? O que todos acham?

O SR. – Eu queria fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Por favor.

O SR. – Passe o novo horário, o Presidente que estava em exercício sugeriu às 16 horas, e nós convocarmos ou convidarmos...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Não dá tempo de ouvir os dois.

O SR. – Perfeitamente. Então a minha ponderação é que fosse...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Camilo, pessoal propôs de nós mantermos o horário das 16 horas. E aí teríamos no máximo meia hora ou 40 minutos para a CPI, mas é melhor do jeito que está indo, porque às 16 horas todo mundo está aqui.

O SR. – Concordo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Tudo bem, gente? Terça ou quarta? Vamos manter quarta. Quarta às 16 horas.

O SR. – Eu prefiro quarta pelo Colégio de Líderes.

O SR. – Dentro daquela ponderação se tivermos condições de ver 16 e passar 15 e 30, talvez tenhamos condições de ouvir dois...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Tudo bem, eu acho que é ponderável. Vamos marcar sábado dia 03...

O SR. – Sábado não.

O SR. – Sábado só o senhor, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Isso que é vontade de trabalhar. Vamos marcar então quarta-feira dia 04, às 15 horas e 30 minutos, tudo bem pelos senhores. Então senhores, a próxima reunião será...

O SR. – Trabalhador...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Na quarta-feira. Isso que eu quero trabalhar. Já pensou nós virmos sábado, o pessoal do interior vai ficar bravo. Então a próxima reunião será na quarta-feira dia 04 de abril, às 15 horas e 30 minutos, e, nós convocaremos a presença ou convidaremos o Dr. Márcio Fernando Elias Rosa, tudo bem? Um convocado só?

O SR. – Dá para convidar dois.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Tudo bem? E o Dr. Mário Sarrubbo, tudo bem pelos senhores?

O SR. – Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Pois não, senhor.

O SR. – Me permita mais uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Por favor, é uma intervenção muito bem-vinda.

O SR. – Eu queria sugerir a V. Exa. que isso não é falta de educação, mas quando desse a palavra ao depoente, que fixasse um prazo...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – O senhor já me orientou quanto a isso...

O SR. – Porque dentro desse quadro o camarada vem aqui e parece que quer ser candidato a alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Sim, senhor, faremos isso então.

O SR. – Verdade.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – O Dr. Vitor Sapienza nosso decano aqui na Comissão, ele já havia me orientado quanto a isso.

O SR. – Sempre Presidente desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Sempre Presidente. Entendo, faremos nas próximas reuniões e eu vou fixar o tempo de 15 minutos, para que a pessoa faça os seus primeiros esclarecimentos e já entramos nas perguntas, tudo bem?

O SR. – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Então fica marcada a reunião de quarta-feira dia 04 de abril às 15 horas e 30 minutos, com a presença do secretário estadual Márcio Fernando Elias Rosa, e do senhor subprocurador Mário Sarrubbo, estando todos de acordo, não há mais nada para que possamos...

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Pela ordem, Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – O senhor não vai fazer um convite a nós? O que vai ter sábado?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PP – Olha, sábado eu não sei, eu estou pensando aqui, eu sei que a minha mulher está trabalhando na igreja e eu ia ficar sozinho, vou dar uma volta de camionete, estão todos convidados a darem uma volta comigo no sábado. Senhores, mais alguma coisa? Agradeço a presença de todos, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

O SR. – Presidente, faz o pessoal assinar. Não tem que assinar a eleição? Tem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP – Não, não tem, é feita a Ata.

CPI - ETHOS/CONDEPE

04.04.2018

CPI - ETHOS/CONDEPE

04.04.2018

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP – Boa tarde a todos. Sejam bem-vindos. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar todos os citados na Operação Ethos e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, incluindo todos os seus membros.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Doutor Ulysses, Vitor Sapienza, Hélio Nishimoto, Coronel Camilo, e a deputada Ana do Carmo. Senhores, só para ciência, a deputada Beth Sahão estava com compromisso e me avisou que não poderia estar presente. E indicou, nos termos do Art. 43 da 14ª consolidação do Regimento Interno, a Sra. Deputada Ana do Carmo como substituta eventual da CPI, a ser realizada hoje dia quatro. Seja muito bem-vinda, obrigado pela presença da senhora.

Senhores, convidamos hoje para que fizesse esclarecimentos, inclusive convite feito pela deputada Beth Sahão, o Sr. Márcio Elias Rosa, secretário de Justiça, que estava aqui, mas como os senhores estavam em reunião, pedi para ele tomar um café e não ficar esperando. Mas enquanto isso, já pedi para chama-lo, também havíamos chamado o Sr. Mário Luiz Sarrubbo. Ele nos enviou um documento que vou ler para os senhores, para que possamos deliberar. Ele justificou a ausência dele com o seguinte teor. Para quem não conhece, o Mário Luiz Sarrubbo é subprocurador geral de justiça, de políticas criminais e institucionais. O que ele diz no Ofício 289.

“Srs. Deputados Estaduais, com o presente documento em atenção ao ofício e referência, venho à presença de V. Exa. comunicar que na condição de subprocurador geral de políticas criminais e institucionais do Ministério Público de São Paulo, não tenho informações detalhadas a respeito da Operação Ethos, deflagrada pelo GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado de Presidente Prudente, em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Esclareço que maiores informações a respeito da operação poderão ser fornecidas pelos promotores do grupo especial mencionado, em especial o Dr. Lincoln Gakiya, promotor de justiça de Presidente Prudente, telefone tal. Solicito desta forma a especial gentileza de que seja autorizado o não comparecimento do signatário, também por conta de compromissos institucionais anteriormente assumidos. Esclareço por fim, que estou à disposição dessa Casa Legislativa, e prevaleço da oportunidade para desejar a todos sucesso e elevados votos de respeito e consideração”.

Queria colocar em votação com os senhores o seguinte, o Dr. Lincoln Gakiya já está convidado para comparecer, só não marcamos a data. E aqui o Dr. Sarrubbo fala que não tem nada a acrescentar em nossa CPI. Então queria propor aos senhores, através de uma votação, se pudéssemos considerar dispensado o Dr. Mário Luiz Sarrubbo desse convite, e na próxima reunião chamarmos o Dr. Lincoln Gakiya, que já está intimado.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Esse senhor seria chefe do Lincoln?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Ele é, mas aqui em São Paulo. Ele não participou das diligências e nem da operação propriamente dita.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Você diz São Paulo cidade ou estado?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Estado, porque ele é subprocurador geral de políticas criminais e institucionais.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Minha proposta é suspender por ora, e vamos ouvir o Lincoln, para ver se depois há necessidade de ouvi-lo. É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Por mim tudo bem, o que os senhores acham?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Faço coro com nosso deputado Vitor Sapienza. Isso não prejudica em nada os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Eu também. Doutor Ulysses, Ana? Concordam? Então já que todos concordam, vamos suspender por ora o convite ao Dr. Mário Luiz Sarrubbo. E após ouvir o promotor, Dr. Lincoln Gakiya, que conheço desde quando eu comandava a Rota, e faz um trabalho muito forte, estudaremos se há necessidade de traze-lo aqui ou não. Tudo bem, senhores e senhora? Então se estiverem de acordo, vamos marcar para semana que vem para convidar o Sr. Lincoln Gakiya, da região de Presidente Prudente. Acho que o depoimento dele vai ser bem esclarecedor, porque ele trabalha forte contra o crime organizado.

Peço para a assessora Alessandra verificar isso, de modo que possamos deixar o Dr. Lincoln para semana que vem. Caso ele não possa vir e tenha alguma agenda, proporia que nós convidássemos... Temos três pessoas para ouvirmos ainda; o deputado estadual Bezerra, que faz parte do Condepe, o Sr. Samuel Moreira, e o Sr. Paulo Dimas Mascaretti. Todos solicitados pela deputada Beth Sahão. O que os senhores acham de já deixarmos em standby um desses nomes, caso o Dr. Lincoln não possa vir? Tudo bem?

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Sugiro que chame primeiro o Samuel Moreira, que é mais difícil de conseguir. Os outros dois estão em atividade na Assembleia, e é mais fácil.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Perfeito. Deputados, podemos convidar semana que vem o Dr. Lincoln Gakiya, e caso não possa vir, o Samuel Moreira? Adriana, verifica depois com a Casa Civil uma agenda com o secretário Samuel, por gentileza. Já decidido sobre isso e falado sobre a deputada Beth, que está com outro compromisso e designou a deputada Ana como sua substituta, e já registrada a presença dos deputados, solicito à secretaria que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, Doutor Ulysses.

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Solicitamos a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É regimental. Se todos os deputados estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa). Está dispensada a leitura e aprovada a Ata da reunião anterior.

Neste momento convido nosso secretário de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Dr. Márcio Fernando Elias Rosa. Seja bem-vindo, é um prazer receber-lo aqui. Muito obrigado por atender o nosso convite. A presente CPI fala sobre a Operação Ethos/Condepe, e o senhor deve estar lembrado dessa situação. Quero saudar o Rildo e o Dimitri, sejam bem-vindos novamente. O Sr. Luiz Carlos dos Santos, então na função de vice-presidente do Condepe, foi preso envolvido com o crime organizado. Não só recebendo mensalmente do crime, como fornecendo dados de agentes da segurança pública para os criminosos.

A presença do senhor aqui foi solicitada pela deputada Beth Sahão, hoje representada pela deputada Ana do Carmo. Pediria para que o senhor não se apresentasse, porque todos já o conhecem, mas que em no máximo dez minutos esclarecesse a participação do senhor, hoje como secretário, junto ao Condepe. O que acontece, o que deixa de acontecer, explique para nós em rápidas palavras.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Boa tarde a todos, minhas senhoras e meus senhores. É uma honra e um privilégio atender a essa convocação da CPI, e também da nossa Assembleia Legislativa, na pessoa dos Srs. Deputados. Gostaria só de registrar meu respeito e admiração ao deputado Coronel Telhada, que preside esta Comissão, ao deputado Coronel Camilo, meu estimado colega e amigo, ao Doutor Ulysses, eminentíssimo deputado, ao deputado Vitor Sapienza por toda sua trajetória política, minha admiração e respeito, e a querida deputada Ana do Carmo. Cumprimentar o deputado Hélio Nishimoto, que recentemente esteve lá conosco na secretaria, e também os membros e ex-membros do Condepe, que hoje estão presentes na pessoa do Rildo, que foi presidente.

Rapidamente deputado, o Condepe é um órgão previsto na constituição paulista, salvo engano o Art. 110, cuja regulamentação ocorreu ainda na década de 90, em 1991. A lei estadual regulamentou o dispositivo constitucional dando conformação de um órgão representativo da sociedade civil para exercer uma espécie de controle externo da atividade do Estado e do Poder Executivo, mas propriamente das polícias, tendo em vista a necessidade de preservação do efetivo respeito aos chamados direitos humanos, prevendo a participação obrigatória de alguns representantes do próprio Estado e preferencialmente da sociedade civil. A lei paulista estabelece que esse órgão de controle assegure a participação de seis representantes da sociedade civil indicados pela sociedade civil, e outros seis suplentes - são 12, com alguns representantes; um da Assembleia Legislativa, um do Tribunal de Justiça, um do Poder Executivo, além de membros convidados do Ministério Público e da Defensoria Pública para compor o colegiado.

Esse colegiado atua com absoluta autonomia, não financeira, mas administrativa e política. São três espécies de autonomia possíveis; política para escolher seu presidente, diretor, e seu gestor; administrativa para conduzir seus trabalhos e realizar seus atos; financeira e orçamentária não tem, porque ele foi criado e está localizado na estrutura orgânica da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania. O Condepe vive dentro da secretaria, e seu funcionamento depende da secretaria, mas não há nenhuma relação de subordinação, seja hierárquica ou de controle.

Quando assume, o Condepe funcionava dentro do próprio prédio da secretaria, e achei por bem, junto com os outros conselhos representativos da sociedade civil, que eles fossem para um prédio em outra sede, que fica ali no centro perto da Santa Efigênia, na Rua Antônio de Godoy, onde tem condição de funcionamento. A respeito do que é o Condepe, acho que eram essas as minhas observações. A respeito da relação com a secretaria, posso dizer que tem feito reuniões com alguma periodicidade, diria que talvez trimestral, não mais que isso, com a presidente do Condepe, para resolver pontualmente uma ou outra questão que diz respeito ao funcionamento. Mas nem ela debate

comigo os assuntos internos do Condepe, e nem eu procuro saber, porque não me é dado saber dos mesmos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Dr. Márcio. O senhor já explicou da independência, mas insisto em perguntar. O senhor indicou ou participou da indicação do presidente ou vice-presidente do Condepe?

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Não, em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Quando houve a notícia do crime praticado pelo Sr. Luiz Carlos dos Santos, a Secretaria de Justiça tomou alguma atitude?

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Eu não era secretário da Justiça na época em que o Luiz Carlos foi apontado como integrante e eleito vice-presidente. Eu era procurador geral de justiça. Aliás, corrigindo em parte o que eu disse para o senhor, eu já tive oportunidade de indicar membro do Condepe na condição de procurador geral. Eu lembro que tive oportunidade de indicar um promotor brilhante aqui de São Paulo, Eduardo Ferreira Valério, para integrar o conselho. Mas a secretaria tomou providência transmitindo a informação ao Condepe, já para a atual presidente, quando teve a notícia da prisão provisória do Luiz Carlos, isso em novembro de 2016. E na sequência o próprio Condepe determinou o afastamento. Foi essa a indicação. Antes disso, não.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Perfeito. Após prisão do Sr. Luiz Carlos dos Santos, a Secretaria de Justiça, com o senhor já secretário, tomou alguma medida para que se evite que tal fato torne a ocorrer, ou que haja infiltração de outras pessoas não só ligadas ao crime, mas com passado envolvendo algum tipo de crime que possa vir a prejudicar o nome do Condepe?

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Algumas, sim. É desnecessário qualquer intervenção externa, porque o próprio conselho acabou por deliberar que havia necessidade de aperfeiçoar o mecanismo de escolha dos representantes. Eu me reuni imediatamente com a atual composição, com exceção do Luiz Carlos evidentemente, que estava preso naquela altura, quando todos lamentavam o ocorrido, muito assustados e preocupados com os fatos. Solicitei ao juiz da comarca que nos encaminhasse cópia integral do processo e a sentença, e disponibilizei para o Condepe, para que pudesse fazer uma fiscalização em torno dos atos praticados pelo Luiz na condição de vice-presidente. Foi feito.

Me reuni com o presidente Marcos da Costa da OAB, para discutir de que modo a Ordem dos Advogados do Brasil poderia nos auxiliar nesse aperfeiçoamento do mecanismo de escolha. Coronel Telhada, o que me preocupou quando soube do fato é que a ausência de uma norma clara e adequada permitiu que alguém que não tivesse nenhuma representação das entidades que defendem e atuem na área, viesse a ocupar um cargo de conselheiro e depois de vice-presidente. O erro foi esse. Eu reclamei com o Condepe no sentido de dizer, mas já havia um consenso dos próprios membros do Condepe, de que era preciso que exigíssemos pelo menos atendimento de dois requisitos - a pré-constituição da entidade, que já existisse há algum tempo, e acho que ficou deliberado que deveria existir há pelo menos cinco anos, e a pertinência temática para saber se atua naquela área ou não.

No caso específico da entidade de Cotia, me parece que ela foi constituída quase que por encomenda para permitir a chegada desse sujeito que hoje cumpre pena.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Perfeito, estou satisfeito. Srs. Deputados.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Cumprimentando nossos nobres deputados, todos meus professores nesta Casa, porque eu e o Telhada somos neófitos aqui. Queria parabenizar pela sua disposição Dr. Márcio. Primeiro um

grande abraço de um amigo que te admira. Quando eu estava no comando, o senhor assumiu a PGE, e foi um trabalho muito profícuo junto com a Polícia Militar. Mas de pronto quero deixar bem claro ao senhor, e faço questão de dizer a todos aqui, repetir à presidente do Condepe, ao Rildo e todos que participaram, que nossa intenção aqui, minha como relator e do Telhada como presidente, é melhorar o Condepe.

Nós consideramos, e falo inclusive como comandante geral da polícia que fui, um órgão extremamente importante para a defesa dos direitos humanos, um dos princípios da Polícia Militar de São Paulo. E por outro lado sempre fomos críticos daqueles que usam e se escondem no manto dos direitos humanos para defender bandido e infrator da lei, que foi exatamente o que aconteceu dentro do Condepe. Por incrível que pareça, acabou prejudicando tudo. E como foi falado aqui pelo próprio Dr. Rildo lá atrás, o pior problema para os direitos humanos é o crime. Quem mais desrespeita os direitos humanos são os próprios criminosos, não tenho dúvida nenhuma.

Então deixar bem claro que não queremos tirar autonomia, interferir nas atividades do Condepe ou a extinção do Condepe, como se propagou aqui indevidamente. O que nós queremos é ajudar a Secretaria de Segurança a melhorar o Condepe. Tem outras discussões sobre as atribuições do Condepe que não vamos discutir aqui, uma delas que eu discordo, que é a indicação da lista tríplice para o ouvidor. Eu discordo, mas não é momento aqui. Mas em suma, o Condepe é superimportante. Deixar bem claro como profissional de segurança, acho que o Condepe tem que existir e não devem participar integrantes das polícias, como é feito hoje. A ideia é regrar.

Palavras do próprio Dr. Marcos da Costa aqui, o Condepe precisa ser revisto, porque aconteceu e não podemos fugir dos fatos. Então nessa linha, o senhor não estava lá, mas temos um deputado estadual que participa do Condepe, integrantes do Ministério Público e da OAB participando do Condepe, e mesmo assim não foi possível evitar um problema desse tipo. Nossa ideia é regrar, e nessa linha ouvi as duas propostas que o senhor fez, que é a pré-constituição e pertinência temática, não tenho dúvida de que é uma forma, mas em cima das pessoas que vão participar, eu não teria que ter de alguma forma, talvez até pelo próprio Condepe, uma aferição, alguma forma de eu além de pedir antecedentes criminais... E lógico, antecedentes criminais que não sejam envolvidos com a temática específica, porque pode ter alguém sendo acusado de um crime que não tem nada a ver e poderia participar.

Ou seja, tem que ter uma análise para que essas pessoas possam entrar, evitando o que aconteceu com o Luiz Carlos. Não teria alguma coisa a mais, na sua visão como secretário da Justiça, para evitar, não atrapalhando o Condepe, pelo contrário, para ajudar o Condepe, mas que as pessoas que participassem do Condepe sem que isso se tornasse uma censura prévia, fossem realmente comprometidas com a causa que o Luiz não era.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Coronel, primeiro obrigado.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Me permite um aparte?

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Claro deputado, por favor.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Complementando a ponderação do coronel, e na minha experiência também como funcionário público, o grande problema que vejo quando criamos algumas Comissões, de repente a mesma não tem a quem prestar conta. Ela praticamente passa a ter uma autonomia, e temo por ela. De repente sou presidente da Comissão e me julgo como se fosse o rei da cocada preta ou branca, mas não presto contas a ninguém, e de repente a coisa... Só estou dizendo isso com base na minha experiência. Na própria Secretaria da Fazenda existe o Codecon. De repente o presidente do Codecon se julga um super secretário, pelo fato de poder opinar em algumas coisas, muitas vezes até invadindo outras áreas.

Me permiti interromper vossa exposição, porque entendi que com minha ponderação eu podia complementar a fala do meu amigo coronel.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Excelente a sua colocação. Por favor, Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Começo concordando com o senhor, acho que tem toda a razão. Um elemento essencial de controle é a necessidade de prestação de contas. É a partir do controle que se faz a

fiscalização. A não necessidade de prestar contas gera muitas vezes no executando, um sentimento de irresponsabilidade. Quem não deve nada a ninguém acaba por fazer tudo ao seu modo. Então eu começo concordando com o senhor.

Queria só prestar uma homenagem e lembrar algo que esqueci de mencionar. Quando esses fatos sucederam, talvez o Coronel Camilo não se recorde, nós conversamos por telefone. O senhor me ligou com essa preocupação já, "precisamos aperfeiçoar o Condepe, não podemos atuar sem que exista o Condepe, ele é bom para a defesa da cidadania, e meu propósito é saber em que medida posso ajudar". O senhor acabou até apresentando um projeto para debater a questão da escolha do ouvidor, mas lamentando o ocorrido e se colocando para sugestões. O Coronel Camilo fez isso na ocasião. Acho que precisamos normatizar e talvez estabelecer procedimentos de atuação dos conselheiros, para evitar ações isoladas.

Mas eu lamento informar que os crimes praticados pelo Luiz Carlos ainda assim não seriam evitados, porque ele o fazia na ilicitude, na calada da noite, estabelecendo contatos à revelia do conselho. Ele se apresentou para o crime organizado como um possível integrante do conselho, depois como conselheiro e depois como vice-presidente. Mas ele atuava fora do conselho para obtenção de vantagem, ao estabelecer relação com o crime organizado, com familiares de presos, com visitas nas delegacias. O Condepe foi vítima da ação do Luiz Carlos, acho que há um consenso em torno disso. Nós todos fomos vítimas do crime praticado pelo Luiz Carlos.

Acho que temos que normatizar, e uma boa normatização é impedir a atuação isolada. Então o conselheiro não visita estabelecimento prisional sozinho, precisa ser designado e ir numa comissão de três. A requisição de informações para juiz ou para a polícia talvez não deva ser feita só por outro, mas tem necessidade de aprovação da presidência, por exemplo. Hoje nós temos uma presidente do Condepe que tem por regra - e não estou deixando de fazer elogios a nenhum outro, como o Rildo, por exemplo, que presidiu o Condepe e se saiu muito bem - atuar sem a espetacularização da atuação. Está preocupada com a eficiência. E essa atuação da Nazaré fortalece o Condepe a ponto de vermos hoje aqui todo mundo reconhecer o que podemos fazer para melhorar o conselho.

Essa é a única perspectiva, o que podemos fazer para melhorar? Acho que estabelecer, como o senhor disse, normatização, procedimento e rito para atuação, evitar atuação isolada e estabelecer prestação de contas. Mas vamos lembrar, o que o Luiz Carlos fez não foi no conselho, mas usou o título de conselheiro para cometer crime, e cometeu.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Só um aparte dentro dessa linha. Por isso que nossa preocupação é trabalhar com aqueles que vão compor o Condepe, porque nós teríamos evitado a ação e tirado o agente antes de cometer.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Me perdoe, me esqueci desse aspecto que o senhor mencionou. Hoje acabou nas discussões do próprio conselho e eu concordei, ficando estabelecido que além da existência há cinco anos da entidade, o conselheiro quando concorre tem que apresentar um currículo, e a comissão examina se ele atua e já prestou algum serviço efetivo na área. Então um currículo de atuação por um prazo determinado, e já há essa previsão. Não havia, e passou a existir agora para escolha da nova composição.

Eu não fiz a saudação ao deputado Marco Vinholi, porque sei que o senhor fará. Mas fica já a minha homenagem ao eminente deputado.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Líder Marco Vinholi.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Quero citar a presença do querido amigo, o jovem deputado Marco Vinholi, nosso líder do PSDB. Muito obrigado pela presença do senhor. Também quero citar a presença do capitão Pelegatti, que trabalha direto com o Dr. Márcio e foi meu tenente de Rota, um oficial brilhante e nosso amigo. Obrigado pela presença, o senhor é muito bem-vindo aqui. Deputados?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Da minha parte estou satisfeito, só deixar que coloco à disposição essa Casa de Leis, e acredito que falo por todos, para aquilo que pudermos ajudar. E deixo mais uma vez, deputada Ana

do Carmo, a ideia de que não temos pretensão de tirar autonomia ou mexer no Condepe. Nada disso. A mesma coisa da ouvidoria, embora não seja o assunto. Também não tenho pretensão nenhuma de mexer na autonomia do ouvidor, e sim regrar para que o ouvidor, assim como o integrante do Condepe, seja uma pessoa que efetivamente lute pelos direitos humanos.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Presidente.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem Dr. Vitor, e em seguida a senhora, dona Ana. Cedeu a palavra para a Dra. Ana.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Quero cumprimentar todos os nobres deputados que compõem essa CPI, o presidente e o secretário. Dizer que é um prazer tê-lo aqui, já é a segunda vez que nos encontramos aqui na Assembleia. Aliás, pelo menos para mim é pouco visto o secretário nessa Casa, então quero dizer da minha satisfação e dar os parabéns.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Obrigado.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Na verdade, como é de conhecimento de todos que trabalham nesse sentido nessa linha, o Condepe é um órgão importante, e ninguém aqui em nenhum momento está falando em destitui-lo. Mas o aperfeiçoamento é sempre importante e bem-vindo, sem dúvida nenhuma. Eu costumo dizer que ninguém sabe tudo, e nem é melhor do que ninguém. Sempre vamos nos somando para ir melhorando. E quem fez o errado, infelizmente usa uma instituição importante para querer que isso seja destruído. E não podemos aceitar. Então os nobres deputados que aqui estão nessa CPI, estão de parabéns. Especialmente o secretário pela sabedoria em estar conduzindo esse fato. Quero deixar os parabéns, e que seja muito bem-vindo. Dizer que a deputada Beth teve uma agenda externa e não pode estar aqui, e me pediu para vir representá-la. Estou aqui com muito orgulho. Obrigada a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Muito obrigado, a senhora nos enobrece. Deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Quando fiz a ponderação secretário, sobre o meu receio de o conselho ficar meio solto, ou não entendi bem ou V. Exa. não explicou o que eu temo. Eu gostaria de saber o seguinte, o conselho funciona e de repente presta contas a quem? Me parece que ainda continua solto. Eu entendo que deva existir alguém acima do conselho que tenha condições de colocar aquilo que está sendo discutido em prática. Porque vamos admitir, eu não estava aqui no episódio do Luiz Carlos dos Santos, eu entrei praticamente na metade do assunto.

Então dentro desse contexto, a minha preocupação é que aqui na Casa dos presentes, o único que participou de forma administrativa no governo - logicamente militar também participa, mas é mais de execução - fui eu. Já sentia dentro da Secretaria da Fazenda a dificuldade de você fazer um casamento entre o conselho e a prática. Minha preocupação, eu gostaria de ouvir uma opinião do senhor a respeito desse problema que levantei.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Só pela ordem, um minutinho, porque não vi o que a nossa assessoria passou. Como o nobre deputado, não participei ainda desse debate aqui. Mas o Condepe presta contas através de seus relatórios, e há um colégio de entidades formado por mais de cem entidades que também apresentam esses relatórios.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Na prática, quando se presta contas mais de uma entidade, fica um pouco pior, porque há dispersão e não tem ninguém responsável numa confusão dessas.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Pois é, mas na verdade o responsável é o Condepe.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Dentro do meu questionamento, deveria ter alguém que mandasse, porque na hora que você presta contas a cem, pode ser cem com C e cem com S. Aninha, não estou questionando a assessoria...

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Mas o Condepe não é órgão executivo, não recebe recursos públicos...

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Mais uma razão para eu ter certeza, não é um órgão executivo. Ele é assessor, deveria assessorar. Pois não?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Me permite um aparte? Eu entendo a posição dela e do nosso deputado Vitor, mas o Condepe se estivesse tudo bem e dando certo, não estávamos aqui. A ideia é melhorar.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Está aqui por conta de uma pessoa.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Uma pessoa que pertencia ao Condepe. Então eu gostaria de ouvir o nosso secretário com relação à posição do deputado Vitor, de uma forma de prestação de contas. O senhor mesmo concordou que é necessário. Como isso poderia ser feito na prática?

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Se me permitem, primeiro quero lembrar, deputada Ana do Carmo, que estivemos juntos quando estávamos lançando a Campanha da Fraternidade, que é direito humano. E hoje voltamos a nos encontrar para debater direitos humanos. Então a temática está perfeita. O deputado Vitor tem razão numa crítica, e se permite, o que acontece é o seguinte. O Condepe foi imaginado para privilegiar a sociedade civil com atuação absolutamente independente com relação aos poderes do Estado, e num universo de entidades, mais de uma centena, que seriam entidades legítimas para indicar representantes e estabelecer o controle.

Então ele publica os relatórios e essas cem entidades fazem a fiscalização. Isso foi idealizado, mas a crítica é procedente. Até hoje não havia esses requisitos para saber se essas cem entidades de fato atuam nessa área. Se essas cem entidades estão acompanhando os atos do seu representante no Condepe. Porque ela se limita a indicar e depois não quer saber, não acompanha. E acho, com todo o carinho e respeito, que não podemos estabelecer vinculação hierárquica do poder público e Executivo, de quaisquer poderes do Estado em relação ao Condepe, porque senão ele deixa de ser um órgão da sociedade civil e passa a ser do Estado. Mas também não podemos esquecer que o Condepe, muito embora seja da sociedade civil, indica agentes públicos, porque exercem função pública. A própria lei considera.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Eles próprios são agentes públicos.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Então eles também não podem ficar à revelia de algum tipo de controle ou fiscalização. Melhor seria se o Condepe tivesse dentro dele um conselho fiscal. Vamos imaginar que hoje haja um recurso, uma impugnação contra um ato da presidente. Quem é que decide? É o colegiado. Agora, ele não tem dentro dele uma autotutela, um corregedor e um ouvidor do Condepe. Nós temos corregedor e ouvidor para os outros, mas não para si. Acho que falta isso, a indicação de um mecanismo de controle dentro do Condepe. Mas não do Estado, não o representante do Ministério Público ou da polícia, da Assembleia, do Executivo. Um representante do próprio Condepe para fazer essa autotutela.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Só um aparte. Todos os órgãos que funcionam bem, inclusive as empresas têm setor de auditoria, o próprio Ministério Público tem ouvidoria, a Polícia Militar tem corregedoria, Tribunal de Justiça tem, e acho que essa linha seria melhor. Ou seja, o próprio Condepe se policiar de alguma forma para não acontecer isso. Não teria interferência externa, e teria um jeito de apurar seus próprios quadros.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Com certeza, e essa será uma das propostas do nosso relator. Srs. Deputados, mais alguma coisa?

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, querido deputado Doutor Ulysses.

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Só para agradecer ao Dr. Márcio pela disponibilidade e boa vontade que tem em estar sempre na Assembleia. Estivemos juntos em vários eventos pelo interior.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Se todos os secretários fossem assim né?

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Agradecer imensamente, e dizer que as informações prestadas foram muito esclarecedoras. Muito obrigado, Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Eu que agradeço. De fato, tenho tido o privilégio de me encontrar com os senhores além da Assembleia. Na região de Itapeva, por exemplo, se bobejar o Doutor Ulysses quer que estejamos toda semana entregando título e fazendo regulamentação fundiária.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Vamos torcer para o Dr. Márcio não sair deputado, senão vamos perder voto para caramba. É conhecido o homem.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Não tem perigo. O Doutor Ulysses já não é nem médico mais, mas advogado daquela região toda do Alto do Ribeira.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Ele é forte. Deputado Marco Vinholi?

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Para cumprimentar o seu trabalho presidente Coronel Telhada, nosso presidente Vitor Sapienza, nosso Doutor Ulysses, nosso Hélio Nishimoto, nosso Coronel Camilo, nossa Ana do Carmo. E vim aqui para cumprimentar pelo conjunto da obra do Dr. Márcio Elias Rosa, que foi um dos destaques desse governo. Foi uma gestão importante que teve na justiça do nosso Estado. Acredito que essa CPI tem um papel fundamental de aperfeiçoar esse conselho importante para o nosso estado. Os deputados tocando com seriedade esse tema sensível a todos nós.

E deixar nosso sincero agradecimento pelos serviços prestados no estado de São Paulo. Você é um grande quadro produzido nessa gestão do governador Geraldo Alckmin, que orgulha não só a nós, mas toda a população paulista que acompanhou esse serviço prestado pelo senhor com excelência.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, deputado Hélio Nishimoto.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Antes que eu perca a oportunidade, também cumprimentar V. Exa. presidente, pelo trabalho que vem fazendo com os demais deputados aqui da CPI. E de uma maneira especial cumprimentar o Dr. Márcio Elias Rosa, porque sempre que procuramos, a gentileza é a marca da sua pessoa. E atendendo na medida do possível aquilo que levamos como demanda às cidades de Jacareí, Caraguatatuba. Tudo que foi possível nós recebemos da Secretaria da Justiça. E até quando fala não, fala com uma gentileza tremenda, que ficamos satisfeitos. Mas é uma alegria estar aqui nessa Comissão com V. Exa., e agradecendo também por toda a atenção e clareza com que coloca cada ponto.

Sou fã mesmo. Acredito que o governador Geraldo Alckmin fez a melhor escolha no caso da secretaria, tendo o senhor na pasta à frente. E também fã dos programas dos quais o senhor participa, nos debates em telejornais. É muito bom. Sou realmente fã da sua participação. Obrigado.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Eu que agradeço.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Pela ordem, presidente. Sou obrigado também a reconhecer o seu grande trabalho, Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Está parecendo um bota fora já.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Isso é despedida?

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Senhoras e senhores, não sabemos o que vai acontecer semana que vem, mas de qualquer forma Dr. Márcio, aprendi a admirá-lo lá atrás através de suas obras, que o senhor acabou presenteando minha filha, que também é uma estudiosa de Direito. Mas aos Srs. Deputados, dificilmente temos um secretário disponível. Essa semana ele veio aqui umas três vezes, no interior em todo lugar que vamos ele tem ido e recebido as pessoas, e não tem pouca coisa na Secretaria da Justiça. Por si só a secretaria já é um grande trabalho. Mas ele é presidente também da Fundação Casa, que acumula.

Tem lá o Itesp que é superimportante, o Imesc, os CICs, além dos conselhos da própria casa. Não tem só o Condepe, mas tem o da defesa do negro, da mulher, população indígena. Com tudo isso o senhor ainda está disponível e sempre presente, no interior do estado também. Além do seu catedral de conhecimento jurídico levado a isso, e a disponibilidade e franqueza como o próprio Nishimoto falou, em tratar dos assuntos. Parabéns, tenho certeza que foi um grande avanço que tivemos na justiça com sua presença lá. E o que pudermos ajudar dessa Casa a nossa Secretaria da Justiça, estamos sempre à disposição. Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Dr. Márcio, aproveito para agradecer a sua presença. Desculpa deputado, por favor.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Queria também fazer uma saudação, secretário. Eu não tinha tido a oportunidade de conviver, porém as informações que tinha a seu respeito eram todas do nível do Hélio. E dentro desse contexto, o fato de você ser desse jeito aberto só enriquece. Entendo que quando ocara é bom, ele é bom. E você é bom.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Dr. Márcio, não vou agradecer porque todo mundo já agradeceu.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, deputada Ana do Carmo, por gentileza.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Também quero fazer meus agradecimentos ao secretário, e dizer que as palavras dele aqui foram muito sábias. Temos também conhecimento de que o Condepe precisa de mais recursos, mais infraestrutura. Só tem um funcionário. Então na medida do possível, também deixar essa demanda posta para que também tenha o olhar carinhoso do secretário e do governo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Quero também agradecer pela presença do senhor aqui, e torcer para que continue no governo. Não sei se é desejo do senhor ou não, mas enfim, se não ficar, parabéns por tudo que fez. Se ficar, continuaremos contando com seu apoio e o senhor com o nosso. Muito obrigado pela presença. Convido o senhor para as considerações finais.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Serei objetivo, porque sei que todos os senhores também têm agenda parlamentar. Queria repetir aqui, Coronel Camilo e Telhada, o que ontem falei na TV Alesp, num programa que participamos juntos.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Ainda mais essa, ele participa dos programas de TV aqui.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Tem outro hoje à tarde sobre educação e racismo. Ontem fizemos um trabalho, e pude falar deputado Vitor, o que realmente sinto. Eu tenho orgulho de ser paulista, e na condição de ser paulista, ter essa Assembleia Legislativa com essa composição. Eu me sinto dignamente representado pela senhora e todos os senhores, não apenas como secretário da Justiça ou membro do Ministério Público que sou há mais de 30

anos, mas como cidadão. Eu não tenho razão nenhuma para me arrepender de nenhum voto que dei nas eleições para o parlamento estadual.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Eu é que agradeço.

O SR. MÁRCIO ELIAS ROSA - Se eu tivesse votado em todos, teria anulado o voto. Mas o fato é que não tenho razão alguma para me envergonhar dos políticos com os quais estabeleço contato cotidiano. E devo só fazer um registro, deputado Marco. Se podemos todos nos orgulhar do trabalho feito nesse período de quase dois anos em que estou à frente da Secretaria da Justiça, se deve muito ao parlamento estadual. Aqui nós aprovamos a Lei de Regularização Fundiária para o Alto do Ribeira, por exemplo. Aqui nós modificamos a Lei de Regularização Fundiária do Pontal do Paranapanema. Aqui nós criamos o fundo para o Imesc, que garante assistência judiciária em todo o estado. Aqui nós aprovamos uma série de leis que encaminhamos nesse período para a Casa, e todas aprovadas com rapidez e celeridade que o tema demandava.

E se de fato conseguimos produzir um tanto mais, foi porque estive o tempo todo na boa companhia de cada um dos senhores e da senhora. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado. Antes de liberar os senhores, só queria deliberar dois assuntos. A próxima reunião, acho que o horário de hoje agradou a todos, e poderíamos manter na próxima quarta-feira às 15 e 30? Os senhores estão de acordo? Então fica marcada para dia 11. Senhores, queria antes de fechar a reunião, dizer que marcamos de ouvir o preso Luiz Carlos dos Santos.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Tem a pauta da próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Nós vamos chamar o Dr. Lincoln Gakiya, e o Samuel Moreira, caso não possa vir. Vamos chamar o preso para ser ouvido, e isso demanda uma série de providências, inclusive escolta. Então queria que os senhores me ajudassem para pensar numa data que não houvesse problema para ouvirmos essa pessoa. E quanto mais rápido melhor, porque até conseguimos quórum facilmente. Quando o preso está fora do estabelecimento, não só ele corre perigo, como todos à volta. É uma questão de segurança. Então queria que os senhores me ajudassem nessa data.

Agradeço pelo comparecimento de todos. Hoje só sentimos a falta do deputado Ed Thomas, que com certeza deve ter tido algum problema, porque ele não falta. Mas que nas próximas reuniões fossemos mais céleres, porque acho que já estamos chegando ao final da CPI e algumas decisões já estão tomadas. Acho que está todo mundo de acordo. Mas enquanto não ouvirmos o preso Luiz Carlos dos Santos, não poderemos fechar essa CPI. Então me ajudem a pensar numa data, e vamos conversando sobre isso. A próxima reunião ficou para o dia 11, às 15 e 30.

Dr. Márcio, mais uma vez muito obrigado pela presença. Parabéns pelo seu serviço. Quero saudar os policiais de Rota aqui presentes, muito obrigado pela presença dos senhores, é um prazer em vê-los. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

24.04.2018

CPI - OPERAÇÃO ETHOS-CONDEPE

24.04.2018

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar todos os citados na operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça, e da defesa da cidadania, incluindo todos os seus membros.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados: Doutor Ulysses; Hélio Nishimoto; Vitor Sapienza; Coronel Camilo e Coronel Telhada. Solicito a secretaria a leitura da Ata da sessão da reunião anterior.

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, deputado Ulysses.

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Solicitamos a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Se todos os deputados estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está dispensada, portanto, por solicitação dos deputados a leitura da Ata e está aprovada a Ata da reunião anterior.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de proceder a oitiva do excelentíssimo Sr. Dr. Mário Luiz Sarrubbo, subprocurador geral da Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Estado de São Paulo, e do excelentíssimo Sr. Dr. Lincoln Gakiya, promotor de justiça e membro do grupo de atuação especial de combate ao crime organizado, Gaeco, do núcleo de Presidente Prudente.

Eles se encontram presentes e eu quero agradecer a presença dos dois promotores, e procuradores, e então eu vou pedir a presença do procurador Mário Luiz Sarrubbo, por favor. Marquinhos, o Hélio está aqui, obrigado pelo apoio, irmão. Sentem os dois aqui, por favor, Dr. Lincoln também, por gentileza. Primeiramente vamos ouvir o Dr. Mário Luiz Sarrubbo, subprocurador geral de justiça de políticas criminais e institucionais do Estado de São Paulo. Doutor, por gentileza.

O SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO - Muito boa tarde a todos, eu cumprimento o Coronel Telhada, deputado, e aos demais parlamentares que aqui se encontram. É um prazer e uma obrigação do Ministério Público prestar contas à essa Casa Legislativa, por isso a nossa presença aqui com muito prazer para trazer um pouco do que foi a chamada operação Ethos.

Da minha parte como subprocurador geral de políticas criminais, incumbe dentro da instituição do Ministério Público, traçar a linha de atuação na esfera penal de todos os promotores de justiça criminais, e, organizar e coordenar todos os grupos de atuação especial dentre eles, o Gaeco que é o grupo especial de combate ao crime organizado. E o Gaeco tem como secretário

executivo o colega promotor de justiça Amauri Silveira Filho, e a quem incumbe a coordenação efetiva dos trabalhos.

E junto comigo, sempre que há uma operação do tamanho e da envergadura da operação Ethos, trabalhamos muito mais na organização administrativa da operação, no contato com as demais autoridades e na oportunidade, o secretário de administração penitenciária e Secretaria de Segurança Pública, delegado geral de polícia, comandante geral da Polícia Militar. E todas as corporações envolvidas já que a operação foi muito grande e envolveu vários colegas e, principalmente, várias corporações de Estado.

E feito isso, nós até por conta da condição de subprocurador geral de justiça procuramos não nos intuir de muitos detalhes das operações que vão acontecer e até para preservar o sigilo que é necessário e importante, e, para podermos na sequência aí sim trabalharmos nos eventuais trabalhos que possam ocorrer de rescaldo e de enfim, tudo que decorre e que vem na sequência da operação e até mesmo como trabalhos junto aos Tribunais Superiores e ao Tribunal de Justiça.

E respondermos aos habeas corpus e assim por diante. De modo que, Coronel Telhada, da nossa parte podemos dizer que em relação a operação Ethos quando fomos provocados pelo Dr. Lincoln Gakiya que é esse sim o grande coordenador e artífice, cuidamos apenas de providências administrativas e aquilo que nos incumbia de contatos com Secretaria e com comando da Polícia Militar, delegacia geral, e assim por diante, e ficamos ali de plantão no dia, a partir das quatro horas da manhã, para eventuais intercorrências.

A operação acabou resultando em um sucesso. E maiores detalhes eu creio que nosso querido amigo e colega promotor de justiça Lincoln Gakiya poderá responder aos senhores. Acho que era isso que eu tinha a dizer, e eu estou evidentemente à disposição dessa Casa Legislativa para qualquer outro esclarecimento, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Perfeito, doutor. Muito obrigado. Eu queria propor aos deputados que ouvíssemos os dois e ao final fizéssemos as perguntas, tudo bem? Eu só queria aqui ler, por favor e citar, a ausência do deputado Ed Thomas, ele faz um documento comunicando que não poderá estar presente nessa data pois estará acompanhando o juiz Marcos Frazon, em agenda como presidente do Tribunal de Justiça.

Então, por esse motivo, o deputado Ed Thomas não se encontra presente. Eu queria nesse momento convidar para dar as suas palavras o Dr. Lincoln Gakiya, um dos grandes promotores da Polícia Militar, e eu o conheço desde o tempo em que eu comandava a Rota, e temos um respeito imenso pelo seu trabalho doutor, e eu queria aqui publicamente parabeniza-lo por tudo que o senhor tem feito pelo estado de São Paulo.

O senhor tem feito muito e é lógico que deve ser um serviço muitas vezes desconhecido da grande massa, não só da população como dos políticos também. Mas, o seu serviço é essencial e o senhor tem salvado muitas vidas. Muito obrigado por tudo que o senhor tem feito.

O SR. LINCOLN GAKIYA - Bom, boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar também o meu amigo, meu irmão, Coronel Telhada, por tantas operações que pudemos fazer juntos e na pessoa do senhor cumprimentar aos demais integrantes desta Casa. E dizer que é uma honra poder comparecer e para fazer alguns esclarecimentos a respeito da operação que fizemos no final do ano de 2016, que foi denominada operação Ethos.

E é um exemplo de cooperação entre as Secretarias e as instituições policiais do Estado de São Paulo. E eu cito a Secretaria de Administração Penitenciária, cujo o titular, o Dr. Lourival Gomes nos tem sido muito prestativo, temos um trabalho de troca de informações de inteligência muito importante e que tem realmente nos auxiliado muito no combate ao crime organizado.

Também as instituições policiais e a Polícia Militar que sempre nos deu apoio e a Polícia Civil. Essa operação que foi denominada como Ethos, que vem de ética, ela teve início em 2014 a partir de cartas que foram apreendidas no interior da penitenciária dois de Presidente Venceslau. Essas cartas inclusive pelo nosso relacionamento com o secretário e com o setor de inteligência da Secretaria de Administração Penitenciária nós firmamos um convênio para que todas essas informações fossem passadas também ao Ministério Público, e porque algumas delas realmente interessam a questão de instrução criminal.

Em algumas dessas correspondências elas faziam alusão a eventual cooptação de algum integrante do Condepe e pedia a autorização da cúpula, ou algo parecido, fazendo um resumo do que estava se tratando ali. Eu de posse dessa carta solicitei a instauração de inquérito policial e fizemos uma reunião com o diretor na época do Deinter de Presidente Prudente, porque nós temos muito trabalho lá em conjunto e em concurso com a Polícia Civil.

E aí instauramos um inquérito do qual eu participei desde o início e junto com o Dr. Everson que eu acho que já esteve aqui, o Dr. Everson Contelli, que eu acho que já esteve aqui e, aliás, é um dos melhores jovens delegados de polícia aqui do Estado de São Paulo. Fez um brilhante trabalho nesse caso e nós acompanhamos a par e passo o desenvolvimento desse inquérito policial.

O inquérito inicialmente, a carta mencionava dois advogados da região dos quais já recaiam suspeitas e que estivessem trabalhando para facção criminosa PCC, porque comumente atendiam presos na penitenciária dois na região da qual eu trabalho e eu faço apenas um parêntese ao deputado, para lembrar que eu também sou promotor de execuções criminais de Presidente Prudente.

Eu estou no Gaeco sempre prejuízo das minhas funções e, portanto, eu participo de correição de 23 presídios da região. E os pedidos também que são elaborados com relação a alguns direitos de presos e etcetera que acabam de alguma maneira passando sob o meu crivo como promotor de execução criminal. Então já sabíamos de antemão que alguns advogados que atendiam apenas alguns elementos que já sabíamos que eram fencionados e alguns inclusive que sequer tinham procuração. Tivemos várias denúncias de que às vezes o advogado chegava para atender o preso e ele nem sabia quem era o advogado.

Enfim, de qualquer forma o inquérito prosseguiu, e, nós conseguimos acessar em determinado momento os e-mails desses advogados. Foi feito um trabalho de interceptação telemática muito importante e depurado pela Polícia Civil que acompanhamos. Foi produzido mais de um terabyte de informações e são centenas de milhares de e-mails trocados com minúcias que deixariam e como deixaram alguns representantes da Ordem dos Advogados que acompanharam também no dia as operações, e deixaram a todos muito preocupados com o envolvimento que alguns profissionais tiveram com o crime organizado.

Eu poderia começar a exemplificar, mas, na verdade eles montaram uma operação e um determinado integrante do PCC de confiança do líder máximo que é o Marcola que seria o Valdecir, vulgo CI, que também é um bacharel em direito, um advogado e ele havia saído da P2 com pena cumprida. Ele estava estabelecido na região de Campinas e então ele saiu para estruturar esse setor que não era só um setor de assistência jurídica para os presidiários no que seria até aceitável em face a alguns problemas que nós temos deficiência às vezes a própria defensoria pública que não consegue suprir algumas lacunas.

Mas, o que se via ali, na verdade, era um entra e sai de advogados dentro da penitenciária dois de Venceslau e apenas atendendo integrantes da cúpula. E aí isso começou a gerar um tipo de desconfiança porque não havia na maioria dos casos nenhum trabalho jurídico, só o atendimento nas penitenciárias e sem que houvesse alguma contraprestação que justificasse a presença do advogado naquele local, por exemplo, um pedido de progressão ou algo parecido.

O que víamos era o contrário. Às vezes o mesmo advogado atendia três ou quatro líderes em um dia só. E dali ia em outra unidade prisional, e, então começamos a fazer essa investigação e acompanhar com a polícia e conseguimos acesso aos e-mails, e esse Valdecir estruturou um setor que era um conselho administrativo que foi ele que denominou, não fomos nós, e, inclusive tem um organograma que foi montado por eles e tudo isso copiaram nos e-mails.

Ele contratou duas advogadas que são ligadas a presos, a Marcela Fortuna e a Ana Marques são esposas de sentenciados e por isso faziam visitas em presídios, e elas seriam as gestoras do setor dos advogados. Paralelo a isso, veio descendo no organograma e contratando os advogados para cada região e cada tipo de trabalho. Então tínhamos advogados, por exemplo, para apenas atuar em casos de flagrantes envolvendo fencionados do PCC, e foi preso com drogas e armas do PCC, já era encaminhado o flagrante e determinado o advogado que ficava de plantão para aquilo.

Então ele recebia mensalmente da organização criminosa e ele possuía normalmente, esse recebimento era feito através de contas-correntes ou em

nome de laranja ou em nome de esposa, de filhos, de terceiros, e os e-mails eram utilizados com perfil falso e a troca de e-mail era diária, e tudo em planilhas. Tínhamos a contabilidade do setor, deputado, e, que, por exemplo, nesses casos de acompanhamento de flagrantes eles colocavam um item que se chamava, denominado por eles, de “liberdade alternativa”, e que nada mais era do que pagamento de propina aos policiais e que eventualmente liberavam alguns desses fencionados no flagrante.

Quando não era possível a liberação eles seriam acompanhados pelo setor. Isso foram atingidos 39 advogados, na operação toda ela pega desde o Marcola que são 54 réus, 14 indivíduos presos que estavam na penitenciária dois de Presidente Venceslau, mais 39 advogados e o vice-presidente do Condepe. E aonde é que entrou o Condepe nisso tudo? Dois dos advogados são irmãos inclusive, a Vanila e o Davi que tinham acesso a cúpula, e de início eles queriam concorrer para tentar um cargo no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos, o Condepe.

Viram depois que não seria acessível a eles esse concurso porque dependia de uma eleição e que participariam outras ONGs, etcetera. Então eles se aproximaram do vice-presidente do Condepe, o Luiz Carlos dos Santos. Essa aproximação e depois os contatos foram feitos por e-mail, todos nós temos comprovados nos autos, e acabou havendo uma cooptação do Luiz Carlos, ele aceitou trabalhar para o PCC. Basicamente a função dele seria na condição de vice-presidente do Condepe ele pedia apoio do PCC inclusive, para que ele pudesse ser galgado a posição de presidente do conselho e apoio financeiro, e, várias vezes esse apoio foi dado a ele.

A função dele seria fazer as vistorias nos presídios do Estado de São Paulo e notadamente na penitenciária dois de Presidente Venceslau na qual o senhor já esteve lá conosco, e que é o calcanhar de Aquiles das organizações criminosas. Porque os presos mais perigosos do Estado de São Paulo são encaminhados para lá, desde que eu trabalho com isso, ou seja, após 2006 eles são encaminhados para a penitenciária dois, o Coronel Camilo também como comandante da Polícia Militar participou de várias operações conosco nesse sentido.

De lá para cá o PCC tem tentado diminuir os rigores do regime da penitenciária dois sem sucesso. Então já tentaram no Supremo Tribunal Federal, no Tribunal de Justiça, e acharam que com essa influência do Condepe eles poderiam ter mais algum sucesso nisso. Porque lá realmente não há nenhuma quebra de direitos, na verdade, o que existe lá como eu disse, os presos mais perigosos do país e obviamente lá é um presídio de contenção e cujas as regras de disciplina eram mais rígidas do que as dos demais presídios.

Os presos queriam derrubar isso aí, e então a função do Condepe seria através do Sr. Luiz Carlos, denunciar abusos que não ocorriam, maus tratos, comida estragada, más condições de higiene nas celas, inhabilitade, e nada disso ocorria. Para se ter uma ideia, hoje o Marcola está em uma situação para um preso, até que confortável no Estado de São Paulo, porque ele divide a cela com uma pessoa só. E no raio um ou dois da penitenciária dois são dois presos por cela.

Uma condição excepcional para o resto do país, porque temos cadeião de Pinheiros chega a ter 50 presos em uma cela. Então vejam que a situação na realidade é quebrar a rigidez do sistema e conseguir benesses. Um detalhe também que eu queria deixar bem frisado é que desde 2012 deputado, o bloqueador de sinais de celulares está funcionando adequadamente na penitenciária dois de Venceslau.

A vida inteira eu trabalhei com interceptações telefônicas, e obviamente que judicialmente permitidas e a partir de 2012 não se intercepta mais telefones na penitenciária dois de Venceslau e então a única maneira do fluxo de informações e de ordens entrar e sair nessas unidades prisionais seria através das visitas e que isso toda semana, é só os senhores pedirem para a Secretaria de Administração Penitenciária algum documento nesse sentido, mas, vão ver que todas as semanas nós apreendemos a contabilidade e as ordens mais diversas com familiares de presos.

Fora essa questão do fluxo de informação, o segundo meio seria através de advogados. Então quando a ordem era mais urgente e não dá para aguardar, porque eu digo o seguinte, que com a instalação dos bloqueadores de celulares, a ordem parou de ser imediata porque era online e ela passou a ter um delay de uma semana que é o tempo necessário para a visita ir e voltar.

Mas, nos casos mais urgentes esse delay não existia porque os advogados atendem de segunda a sexta lá. Podem não atender ao Marcola,

precisa agendar, mas, vai atender alguém do raio um. Essa cooptação, na nossa opinião era importante para podermos manter o fluxo de informações. O Condepe, o Sr. Luiz Carlos foi cooptado, mas, como eu disse, para esse tipo de influência e de tráfico de influência isso ele fazia muito bem, inclusive ele montou um instituto se é em Barueri ou a cidade em que ele residia que se chamava COD, não lembro, mas, era uma ouvidoria dos Direitos Humanos, mas, que meio que se confundia até a sigla com o Condepe.

Ele emitia umas carteirinhas desse COD e fornecia para os advogados, forneceu para esses irmãos e eles deram carteirada para entrar em presídio quando não podiam porque mesmo a visita do advogado ela tem que ser agendada e eles chegaram a entrar com esse documento falso e foi fornecido por eles, do COD, e pasme, ele chegou também nessa questão de tráfico de influência nós achamos muitas fotos nos e-mails do Luiz Carlos e que foi mandado para os advogados e de lá então para a P2, como é que ele comprovava que estava fazendo jus ao pagamento de cinco mil e dez mil depois por vistoria que ele recebia por mês depois do PCC.

Temos muitas fotos, tem fotos com senadores, temos fotos com o Presidente do Tribunal de Justiça, porque ele chamava lá para ser homenageado. E o desembargador Malheiros acabou envolvido nessa situação indevidamente. E o próprio procurador de justiça, o Dr. Márcio Elias Rosa seria homenageado e ele não foi no dia da homenagem porque eu o alertei, e essas fotos depois chegavam na penitenciária e demonstrando a influência que esse indivíduo tinha junto a essas autoridades.

Vejam que no conselho também temos a participação de desembargadores pelo TJ, tem promotores e inclusive temos colegas nossos que são testemunhas de defesa do conselheiro. E ele quando foi descoberto e teve mais, por exemplo, ele tentou justificar o pedido dos advogados e ele tentou justificar e queria afastar o delegado Everson e queria puni-lo, e inclusive ele inventou um ofício com o layout e com o brasão do Ministério Público como se fosse o procurador-geral de justiça e dizendo que iria atender ao pedido dele e iria punir ou algo parecido com o delegado Everson Contelli e ele falsificou um ofício e inclusive na hora de colocar o nome do procurador geral de justiça e ele puxou do site e colocou o nome de um colega nosso que é assessor, que é o Dr. Everton.

Assessor da designação, então procurador geral de justiça Dr. Everton Zanella que é um colega nosso que é assessor, não era procurador geral. Mas, essa missiva desse ofício foi para dentro da penitenciária dois, e então, os presos acreditavam e eu acho até deputado que ele também chegou a enganar inclusive os presos. E com relação a ele e eu já havia sido condenado anteriormente por vários crimes e inclusive por estelionato, ele é egresso do sistema prisional e eu acho que até que o conselho, o Condepe deveria quando houvessem as indicações fazer uma depuração disso aí.

O sujeito se visse ele conversando tinha jargão de preso. Ele era egresso do sistema, e então eu não tenho dúvida, os presos me disseram depois que eles foram enganados também. Porque ele vendeu uma fumaça, mas de qualquer forma ele confessou, ele está jurado de morte obviamente, e ele está sob proteção, enfim, e com o resultado disso tudo, como eu disse, foi a descoberta de uma cadeia e eu sempre deixei bem claro, nós sempre pedimos um envolvimento da OAB, e por ocasião da deflagração da operação.

É claro que eu não fiz isso antes porque poderia frustrar o resultado disso, e quando fomos deflagrar a operação, deputado, foram mais de 550 policiais que participaram dessa operação e foram 55 promotores para cada advogado que foi no estado todo, como eu disse, são 39 e foi um promotor acompanhando e um representante da OAB. E às 05 horas e 30 minutos da manhã estavam todos no local marcado e não sabiam qual era o alvo. E saíram para fazer as buscas em escritórios e residências, e encontramos inclusive em alguns casos armas, e, outras coisas, mas, enfim, a prova é basicamente toda ela toda documental.

Não quisemos e eu deixo isso muito bem claro, nunca foi a nossa intenção criminalizar a advocacia, pelo contrário eu louvo o papel da OAB, só que também temos que depurar quando há alguma influência negativa e eu acho que isso precisa ser apurado e coibido e punido inclusive. E vimos que isso aconteceu. No caso dos 39 advogados nós tivemos 36 condenações e até um advogado ainda que está para ser julgado, e houve apenas uma absolvição.

E inclusive que o Ministério Público recorreu também dessa absolvição e o Sr. Luiz Carlos foi condenado há 16 anos e dois meses de reclusão pela participação da organização criminosa e corrupção passiva. E os dois

advogados que o cooptaram, os irmãos Vanila e Davi também foram condenados, cada um a 17 anos de reclusão pela corrupção ativa e pela participação e organização criminosa.

Conseguimos renovar a participação e a estadia do Marcola na penitenciária dois por mais 30 anos, ele foi condenado agora há 30 anos no começo do ano, e, portanto, ele tem hoje 332 anos de pena para cumprir e a maioria disso já depois que ele estava preso, os crimes de 2006 para cá, o assassinato do juiz Machado Dias, e então todo aquele lapso de 30 anos que já foi rompido. Então, o que eu queria dizer, na verdade, é que se dão 54 réus e temos apenas um processo que amanhã inclusive às 09 da manhã eu tenho audiência e são três réus e mandamos 14 deles, os que estavam presos, e imediatamente foram para o RDD em Presidente Bernardes.

Alguns foram para o sistema federal, que tinham um envolvimento inclusive na ordem de assassinato de agentes públicos, principalmente penitenciários. Então nesses caso o Estado de São Paulo tem feito a opção de mandar para o sistema federal e três desses presos que estão no sistema federal e tentamos fazer a audiência por videoconferência e caiu o sistema, tocamos a audiência do jeito que deu e o tribunal anulou, nós vamos refazer amanhã.

De tal sorte que já temos 46 condenações e uma absolvição do qual recorremos. Os pedidos que eram feitos os mais estapafúrdios e eu acompanhei isso na execução quando cheguei na execução, cirurgia plástica, implante de cabelo, o seu Marcola teve pedidos para colocar Botox no rosto que negamos, mas, tinha uma determinação médica dizendo que ele sofria de nevralgia do nervo trigêmeo que indicava... Era uma mentira deslavada porque quem tem isso tem uma dor lancinante e nunca se referiu nas fichas médicas dele.

Então basicamente é a utilização de uma estrutura que é lícita e que é bem-vinda e que é o contato com os advogados, mas que alguns deles acabaram cooptados e como eu disse, trabalhando para o crime organizado. Eu disse trabalhando porque se tiver um contador e já teve na mesma situação embora o trabalho de contabilidade seja lícito, se você estiver recebendo do PCC e se sabe para quem está fazendo aquela contabilidade e o dinheiro que vem do que? Do tráfico de drogas, de roubos a carros fortes e etcetera.

Então para mim isso é participar, não é nem para mim, está na legislação de organização criminosa. Com certeza está participando do braço jurídico do PCC. E eu ainda faço uma última observação e depois eu fico aberto a perguntas, de qual é a importância também e um preso colaborador me disse isso. Boa tarde deputado, tudo bem?

O SR. ED THOMAS – PSB - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Aproveitar o lapso e dizer da presença e chegada do deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS – PSB - Não queria lhe interromper Dr. Lincoln, de jeito nenhum, eu mandei uma justificativa. Não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Sim, já foi lida.

O SR. ED THOMAS – PSB - E o Presidente do Tribunal de Justiça, o Dr. Manoel Calças está no Colégio de Líderes e eu consegui dar uma adiantada na agenda que é da cidade de Dracena, e a oportunidade de fazer essa saudação a um trabalhador da justiça. A minha região tem muito orgulho desse trabalhador da justiça, e eu peço a humildade de chama-lo dessa forma. Porque é assim que ele é, a atitude e a coragem, certo, a nossa região hoje é a mais segura do Estado por causa da nossa Polícia Militar, da nossa Polícia Civil e não é verdade? E de todo esse aparato de inteligência, mas acima de tudo por causa de homens como o nosso Presidente, o querido Coronel Telhada e o nosso querido Dr. Lincoln e então seja bem-vindo à Assembleia Legislativa e um privilégio poder estar aqui com o senhor, e em nome do Estado de São Paulo, muito obrigado pelo trabalho de coragem que o senhor vem executando. Muito obrigado.

O SR. LINCOLN GAKIYA - Obrigado, deputado. Apenas para finalizar e depois eu coloco à disposição eu queria mencionar que eu vim de uma testemunha colaboradora e protegida e que inclusive foi um dos líderes do PCC e hoje está jurado de morte e que criou o primeiro setor jurídico, "mas, por

que vocês criaram o setor? ", o Orlando Mota Júnior o nome desse preso, que é o macarrão.

E ele me disse "olha, doutor, o setor é imprescindível para o funcionamento do PCC, porque como é que se vai pagar uma missão ou dar uma missão para um indivíduo que acabou de sair do presídio, por exemplo, de atentar contra o policial militar e contra um agente penitenciário, e de transportar armas e drogas e se esse sujeito é pego em flagrante o que vamos deixar? Vamos deixar ele desamparado? ".

Então para isso foi criado o setor, e esses advogados eles só atendem quem eles, da liderança, indicam. Temos 228 mil presos no Estado de São Paulo, e agora se eles prestassem esse atendimento para todos seria louvável, e verifiquem tem alguns que já entraram 600 vezes na penitenciária, tem uma moça de Avaré e ela fez 660 atendimentos. Sempre com lideranças do PCC.

Nenhum pedido jurídico de benefício e ajuizado e então isso é um absurdo e agora é importante que se tenha isso em mente, o próprio criador do setor me disse que esse setor é indispensável, porque senão a base rui, ela não tem estrutura. O sujeito tem de saber que se ele for pego pela polícia e principalmente em uma missão dessas para matar um agente público na qual ele pode morrer e pode ser perseguido depois, ele vai ter todo o benefício, inclusive o jurídico, o médico, a família ganha uma pensão mensal.

E o Funchal que é um dos assassinos do juiz Machado Dias, ele ganha dez mil, a família ganha dez mil por mês de pensão do PCC. Ele é um dos atendidos por esses advogados e então precisa-se se ter em mente que não é só uma advocacia e se fosse pro bono para esses presos que são carentes nós até aceitávamos mesmo que fosse uma propaganda do crime, estamos dando o pão e o vinho, mas, não é o caso. Esses advogados eles só atendem aos fencionados que caem em missão. Ou aqueles que a liderança indicar.

Fora isso, o sujeito fica lá ao Deus dará e se tiver o atendimento da defensoria que não atinge a todos os presídios, a verdade é essa, a maioria são convênios com universidades e estagiários que tem atendido. E que ainda há um corpo de defensores que ainda é deficiente para atender esse volume de presos, agora, eu queria deixar isso bem claro e dito por um dos próprios criadores do setor, é que o setor é imprescindível para a existência da organização.

E por quanto os presos que trabalham para ela e que não podem ficar desassistidos, e eu acho que basicamente é esse o resumo que eu precisava fazer, deputado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Muito bom, eu estava pensando aqui Coronel Camilo, eu entrei com um projeto e o senhor também, de assistência jurídica aos PMs e tem outro deputado também, e o senhor vê que o PCC é mais rápido do que nós, porque os assegurados deles tem uma assessoria jurídica.

O SR. - Até o crime sabe da importância.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Brincadeira. Eu vou fazer algumas perguntas se os senhores me permitirem e em seguida abrirei a pergunta aos deputados.

O SR. - Pela ordem, Presidente, só para um registro.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Por favor.

O SR. - É que o nosso prefeito de Martinópolis...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – ... Quem é o prefeito de Martinópolis?

O SR. - Delegado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Seja bem-vindo...

O SR. - ... Delegado de polícia, o Dr. Cristiano faz uma visita a nós.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – É delegado de polícia também?

O SR. - Delegado de polícia e prefeito de Martinópolis.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Doutor, seja bem-vindo, se acomode, seja sempre bem-vindo, junte-se ao nosso grupo. Muito obrigado pela presença.

O SR. - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Dr. Lincoln, o senhor saberia informar em quantos processos foi desmembrado o processo judicial da operação Ethos?

O SR. LINCOLN GAKIYA - Dez processos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Dez? Até o presente o senhor falou que já foram condenadas 36 pessoas, é isso?

O SR. LINCOLN GAKIYA - Não, foram condenados 46 e um absolvido.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - E um absolvido. Ok.

O SR. LINCOLN GAKIYA - 45, eu estou refazendo, um, dois, três, quatro, cinco, seis, faltam oito para serem julgados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - E o Gaeco está acompanhando todos esses processos?

O SR. LINCOLN GAKIYA - Sou eu pessoalmente que toco os processos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Pessoalmente. E além do condenado Luiz Carlos dos Santos, outros membros do Condepe foram ouvidos na fase de inquérito policial e do processo judicial, ou só o Luiz Carlos, de membros do Condepe?

O SR. LINCOLN GAKIYA - Olha, pelo que eu me lembre foi ouvido, se eu não me engano a presidente do Condepe, mas, eu deixo bem claro ali deputado que o próprio conteúdo dos e-mails e de tudo, apontava para uma participação pessoal do Luiz Carlos nesse envolvimento para essa organização, não víamos qualquer participação de outros integrantes, enfim, o que havia assim é que se faz uma visita e eles já passam um outro resultado. Essa é a situação, eu não...

E também não cheguei a ver se houve a utilização desses relatórios de visita porque a intenção do PCC pelo menos o que foi passado lá para a liderança que era utilizar esses relatórios forjados para se poder denunciar o Brasil e o Estado de São Paulo, em organismos internacionais de defesa aos direitos humanos. No jargão deles para fazer o governador do Estado e os secretários, etcetera passarem vergonha internacional.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Então à princípio não há qualquer suspeita de outros membros do Condepe envolvidos, perfeito. E o senhor ouviu falar da existência de uma lista de agentes responsáveis pela aplicação da lei e policiais militares, agentes penitenciários e etcetera marcados para morrer?

O SR. LINCOLN GAKIYA - Olha, eu não sei se havia uma lista, mas eu mesmo concomitantemente a operação Ethos e nós fizemos também com a apreensão de cartas uma outra operação que envivia o Andinho, e mais quatro ou três presos da P2. O Andinho tinha a função de ser a sintonia do interior, e ele é de Campinas, que era o maior sequestrador do país.

E cuja a família inclusive está morando lá em Presidente Prudente em um condomínio de luxo, a esposa e as filhas estudam no Anglo, no mesmo colégio dos meus filhos, para o meu desprazer, veja como são as coisas. Mas, esses indivíduos eles estavam mandando ordens para matar agentes penitenciários e policiais militares, também conseguimos apreender essas cartas e nós fizemos uma prisão com ação controlada e com a participação da Polícia Militar em

Ribeirão Preto onde foram presos três ou quatro indivíduos do PCC e que eram os responsáveis da rua por executar esse plano.

Na casa de um deles foi apreendido no computador fotos do agente e eu tenho lá inclusive dados pessoais de quando em um período de trabalho dele da penitenciária um deles trabalhava na sub portaria da penitenciária de Presidente Bernardes. Fotos deles com os filhos e com a esposa, um bico que ele tinha de chaveiro, algo parecido com fotos e prestação de contas do indivíduo que foi fazer a campanha, o levantamento do local para depois assassinar esse integrante e temos foto de um policial de Araraquara, e, inclusive com o Google Maps para chegar até a casa dele.

Todas as fotos, ou a maioria delas retiradas do Facebook e eu tenho feito palestras no país todo e inclusive normalmente são palestras fechadas em que eu digo para o pessoal tomar cuidado com a rede social, porque eles também fazem essas pesquisas na rede social. E nós temos a indicação de mais três ou quatro agentes que estavam nessa lista e esses presos tiveram a preventiva decretada e eu mesmo pedi a transferência deles para o sistema federal.

E os três estão no sistema federal, os que foram presos antes em Ribeirão Preto e estão presos lá. Mas, eles eram foragidos e o Andinho e mais dois estão se eu não me engano em Mossoró ou em Porto Velho, mas, isso existia e é comum deputado, não é a primeira e nem a última e eu acho que inclusive se eu não me engano, a primeira transferência de um preso do PCC para o sistema federal fui eu quem pedi e foi do Roberto Soriano, Tiriba, que tinha uma ordem, uma lista de dez policiais da Rota, que o senhor deve ter tido o conhecimento.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Eu acho que eu era um deles inclusive.

O SR. LINCOLN GAKIYA - E queriam mortos. E ele tacou essa lista por cima de um raio, para a sala do Daniel Canônico e a lista ficou enrolada e o agente pegou e nos passou, fizemos o fotográfico e ele leu. E ele estava no presídio federal já há mais de cinco anos. Detalhe, já foi processado agora como responsável pelo assassinato do agente policial penitenciário federal lá em Cascavel em Catanduva. Então veja que esse nível de pessoas que estamos tratando, esse nível de criminosos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Eu ia perguntar ao senhor se algum agente policial ou militar, civil, agente penitenciário foi morto e que tenha talvez o envolvimento com toda essa operação, na época em que o Dr. Lourival esteve aqui ele falou desse agente de Cascavel. O senhor tem o conhecimento se algum agente foi morto devido a essa ação desses criminosos da operação Ethos?

O SR. LINCOLN GAKIYA - Olha, os criminosos da operação Ethos, infelizmente são os mesmos que eu acompanho desde 2005. Nós tivemos aqui para recordar o deputado Coronel Camilo deve se lembrar bem e o senhor também, que em 2012, mais de 177 se eu não me engano, policiais militares foram assassinados no Estado de São Paulo. Nós sabíamos através de algumas investigações que parte desses policiais foram mortos a mando do PCC com simulação de latrocínio e que a ordem era essa, encosta na moto do policial, leva a moto e eles comemoram essa morte depois dentro do presídio.

Nós tivemos também um salve, que talvez o senhor vá se lembrar, que para cada bandido morto deveriam morrer dois policiais e ainda está vigente, como se fosse uma ordem, uma lei do PCC. Tivemos um caso bem emblemático também, e da prisão do Piauí, foi o segundo preso do sistema penitenciário federal e responsável pelo assassinato de um policial da cavalaria, não foi isso comandante? Na época conseguimos também o apoio da Polícia Civil, uma operação nossa de Presidente Prudente com a inteligência da Polícia Militar em localizar esse preso em Itajaí, estava vivendo tranquilamente lá em Santa Catarina.

Inclusive estava financiando um time de futebol e ele foi preso no Piauí durante um jogo de um time de futebol no qual um sobrinho também fazia parte do time. Eu me lembro bem que a Polícia Militar mandou um avião do Estado busca-lo lá e a cavalaria foi escolta-lo na pista do aeroporto de Congonhas, e então é já há muito que acompanhamos o pessoal e não é de agora, muitos já morreram e infelizmente eu posso citar o diretor de Praia Grande, e, vários.

Isso agora se espalhou pelo país todo, eu estive no Ceará em Fortaleza, e estávamos dando um apoio lá também para a polícia do Ceará porque todo mundo já acompanhou que morreram os dois líderes do PCC, o Gegê do Mangue e o Paca, nós que estamos assessorando o pessoal do Ceará, eles tinham mais de 100 milhões em investimento, e que já está começando a ser levantado e só de veículos tinha-se mais de quatro milhões e casas de luxo, etcetera com documentos falsos, aliás, documentos emitidos pela Secretaria de Segurança do Ceará, mas com certidão de nascimento falsa.

Quer dizer, levando a vida de um cidadão comum, e eu faço essa observação e essa ressalva porque é preciso também e eu aproveito a oportunidade, deputado de que o Poder Legislativo também tenha essa consciência e que com relação a essas lideranças, precisamos ter algum tipo de controle, e a questão da privação da liberdade por si só da maneira como está sendo feita não é o suficiente, o RDD e eu tenho levado isso e obviamente não está no âmbito do Poder Legislativo estadual, mas, já levei isso para a Câmara e o próprio major Olímpio nos apoiou lá em uma dessas oportunidades e que o RDD precisa ser aumentado, o Marcola já cumpriu com oito RDDs.

O Soriano está no sétimo, quer dizer, já mandou matar outro agente e agora no ano passado morreu uma moça que nem era agente, era psicóloga, ela foi confundida com uma agente, estava vestida de preto e foi assassinada. E em Mossoró a dois ou três anos atrás, nós conseguimos localizar um plano que envolvia integrantes aqui de São Paulo para matar um agente penitenciário de lá.

Avisamos na época o Depen e a Polícia Federal, foram feitas investigações e o plano foi desmobilizado e o mesmo agente foi assassinado no ano passado, o mesmo. Então dá para se ver que hoje a forma de atuação dessa organização é essa, é o terror, e eles não farão, isso eu garanto para os senhores, não vão haver ataques como em 2006, não se preocupem, isso foi ruim e o PCC perdeu a guerra, o senhor estava na guerra àquela época e o comandante Camilo também.

O PCC teve mais baixas do que teve as forças policiais, e então o que eles fazem hoje é esse ataque covarde, e então vai matar um sub porteiro da penitenciária que nem contato com presos tinha. Vai matar uma moça que é psicóloga e que ajudava eles nos exames. Mas, isso causa um terror indiscriminado em toda a turma, em todos os agentes, em todos os policiais, eu me lembro bem em 2012 que imaginem, em uma tropa de 100 mil policiais militares e ninguém sabia quem poderia ser assassinado, e não tínhamos como informar, não tínhamos essa informação.

Se tivéssemos passaríamos, então, é isso que precisa ser levado em conta.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – O senhor respondeu mais ou menos a próxima pergunta, mas, eu vou perguntar, quando o Gaeco tem informação de que um agente ou um policial vai ser morto, ele é informado?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Imediatamente. Só para fazer uma alusão, como eu disse, na semana passada informamos o Acre, e na semana retrasada informamos o Rio Grande do Norte, e se for verificar pelo Google, o senhor vai ver que foram apreendidos dois fuzis e nove pistolas que tinham ido para lá, nove milímetros, no assassinato de um agente penitenciário. E no Acre a mesma coisa, no Ceará, a mesma coisa, e então assim, hoje no Brasil inteiro, se soubermos é óbvio que não vem detalhes, quando conseguimos captar, não vem detalhes, mas, vai atentar contra um agente da penitenciária de Monte Cristo no Pará ou no Acre, eu não me lembro e aí passamos essas informações, normalmente para a Secretaria de Segurança ou algum contato desse nível e aí é óbvio que cada local tem que fazer as suas investigações, porque aí infelizmente não temos esses detalhes.

Salvo nesse caso que eu mencionei para o senhor e em que os detalhes estavam no próprio computador do bandido, mas, fora isso, é genérico.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Perfeito, eu queria só constar aos deputados que quando eu comandava a Rota, graças a uma ação do Dr. Lincoln salvamos um soldado que estava jurado de morte com todas as informações, fotos, e graças a essa informação mudamos o soldado e ele foi para uma outra cidade na casa de um outro oficial, que era a casa de campo, e ali o deixamos por uma semana até que se acalmasse a situação.

Porque ele seria morto naquele final de semana, e nos autos em todo esse procedimento além das falsas denúncias de maus tratos e direitos humanos que o Luiz Carlos pretendiam utilizar o Condepe, ficou registrado que o título e o intuito dessa organização criminosa seriam também a morte de policiais e agentes?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Eu não digo que seria através do Condepe, vamos separar...

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – ... Não, na operação.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Mas, na operação, com certeza. Temos pelo menos algumas correspondências, alguns e-mails que indicavam a morte de um agente penitenciário de Presidente Bernardes, inclusive o responsável nesse caso era o Eric Gordão, que é um dos líderes do PCC e cujo o apelido lá era Gomo ou Gominho, mas, pelo menos um caso na operação Ethos havia sim.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Perfeito. E menores de idade são utilizados pelo PCC também, e para esse tipo de missão?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Não. Veja, esse é um dado interessante, o PCC hoje ele tem em torno de 20 a quase 20 mil integrantes fora do Estado de São Paulo. E ele tem em torno hoje de dez mil integrantes, sendo oito mil presos e dois mil em liberdade. Embora eles estejam espalhados, 90% do sistema penitenciário paulista, uns oito mil estão em 90% das cadeias, e todas as outras facções rivais estão em 10% das cadeias, que são a oposição. O PCC no Estado de São Paulo ele não batiza menores, e ele não aceita o batismo de menor.

Portanto, quando às vezes há muita informação desencontrada a respeito disso, o menor às vezes fala que é do crime e do PCC, mas, ele não tem esse tipo de utilização de menor e isso no Estado de São Paulo. Por outro lado, como eu disse, no Brasil, o PCC tinha em 2014, quando começamos algumas investigações 3.200 integrantes fora do Estado de São Paulo. Hoje tem 20.448 em fevereiro.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – E dentro do Estado?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Veja que o crescimento... Dez mil. O crescimento foi exponencial, mas qual a diferença? Dentro do Estado de São Paulo não cresceu tanto assim, porque aqui o PCC tem uma certa seletividade para cooptar os seus integrantes, para regimentar os seus integrantes. Fora do Estado de São Paulo, por conta da guerra com o comando vermelho eles tem pego praticamente qualquer um e inclusive menores. Então, no Ceará eu vi vários casos de batismo de menores que aqui não são aceitos.

Então, no Estado de São Paulo não são utilizados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Perfeito. Deputados.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Pela ordem, deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Primeiro, parabéns, Dr. Lincoln por esse grande trabalho e até deixar registrado para todos qual é o procedimento da Polícia Militar e que eu acredito que seja na científica e na civil quando vem uma informação no Ministério Público, já era no meu comando. Continua desse jeito, a primeira coisa que fazemos é que já avisamos o próprio policial, e que ele está sendo alvo, como aconteceu com os senhores, e como aconteceu com todos os policiais, chegou lá e já avisa o policial e ele já toma as medidas para proteger os agentes e se for o caso já tira ele daquela localidade, tira de unidade. Em 2012 nesse dois por um, nós até na Polícia Militar começamos e teve um período, algumas vezes acionamos um plano que tem S1, S2, S3, e as viaturas

vão para todas as ocorrências sempre em dupla, as bases são protegidas quando tinha essa informação do Dr. Lincoln.

Mas, por que eu estou falando disso? Porque Dr. Lincoln, talvez nem eu saiba e nem o senhor, mas, nós temos evitado a morte de muito mais policiais quando essas informações saíram e a polícia começou a trabalhar e reforçar em alguns momentos, não foram muitos, mas, em alguns do Estado de São Paulo. Bom, parabéns pelo seu trabalho.

As questões que eu a maioria o senhor já respondeu, mas, só para frisar, das informações passadas pelo Luiz Carlos, não se tem ciência de que nenhuma delas resultou em alguma morte de algum agente público?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Não, especificamente do Luiz Carlos não havia nenhum envolvimento com morte de agentes, o que ele estava oferecendo e tentando era a questão de forjar alguns laudos de vistoria que depois seriam chancelados pelo Condepe e também fazendo esse tráfego de influências, ele começava a prometer que ia conseguir algumas progressões, e alguns benefícios para esses presos, e, mostrando essas fotos com essas autoridades, por exemplo, no Tribunal, algum desembargador.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Então o objetivo maior dele era poder relaxar o RDD.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Não era o RDD só, era a penitenciária e o regime da penitenciária dois de Presidente Venceslau, que ela tinha um regime diferenciado e com entrada do GIR, para a soltura através dele, e hoje não se tem mais. Porque hoje está automatizado, não sei se o senhor esteve lá, acho que não teve a oportunidade de estar...

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – ... Recentemente não.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Acho que o senhor esteve lá, a penitenciária dois...

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – ... Não fui.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Ela está toda automatizada hoje e então nem essa alegação que os presos tinham de que eles eram constrangidos pela presença do GIR durante a soltura e a recolha deles no final da tarde pela periculosidade, não existe mais, hoje é eletrônico. Os fechamentos das portas são eletrônicos, não há contato conosco, inclusive, e isso é bom que se diga, foram funcionários da penitenciária de Bernardes que criaram esse sistema e que está sendo implantado no Estado todo de São Paulo.

Inclusive, na penitenciária federal de Campo Grande que já está implantando com a equipe da SAP de São Paulo. Quer ver a eficiência, então, por exemplo, eles reclamavam muito porque o horário de banho de sol é o mesmo, só que como eram bandidos muito perigosos não entravam lá como entram no sistema normal, dois agentes penitenciários, com aqueles presos, então entrava o GIR para solta-los e prende-los, que seria o pelotão de choque da SAP. Hoje não tem contato mais é tudo otimizado.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Ótimo. Outra coisa, pela sua visão também que aí é mais o nosso objetivo aqui, temos como proposição dessa CPI melhorar o Condepe, somos a favor dele e já deixamos isso claro, mas, o senhor falou uma coisa muito importante e que ninguém tinha falado ainda. O Luiz tinha passagem pelo sistema penitenciário, ou seja, na sua visão também integrantes, não só do Condepe, mas de outras organizações que envolvem a militância e os direitos humanos, já que o crime organizado eu acho que é o pior problema para quem defende-os.

Onde mais se comete, vamos dizer, contra os direitos humanos é o crime. Então, na sua visão isso também teria de ser modificado, e que é uma das sugestões que vamos apresentar, ou seja, eu tenho que triar ainda, e na sua visão eu não sei o que o senhor pensa, mas interfere, ou seja, o senhor vê como um cerceamento e como foi falado em algum momento, checar alguém que vai entrar no Condepe na minha visão que sou profissional de segurança, não vejo nenhum problema.

O senhor vê algum problema em checar essa informação dos membros que vão pertencer a uma organização como o Condepe?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Em absoluto.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Algum vamos dizer assim... Olha, "fazendo isso eu estou agredindo a área de direitos humanos por estar conferindo se ele tem antecedentes ou não para entrar, eu estou tirando a liberdade", isso na sua visão não existe, não é?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Olha, na minha visão não existe, mas eu queria deixar deputado, uma coisa bem clara, eu tenho um trabalho até acadêmico e de estudos de organizações criminosas e nesse trabalho, nessas exposições que eu costumo fazer, nós temos algumas classificações para considerar o PCC como uma organização criminosa e não apenas como uma facção. São vários requisitos, a maioria deles que são comuns as máfias, o Dr. Mário Sarrubbo é professor e sabe bem disso, o primeiro deles é a ausência do Estado.

Então quer dizer, tudo só se fortalece e tem propiciado esse crescimento exponencial porque o Estado falta dentro das unidades prisionais e fora delas, mas, há um outro requisito muito importante que é a corrupção de agentes públicos, e, no caso o conselheiro do Condepe também não está imune a isso, já tivemos e não vou citar nomes, mas já tivemos desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo, que foi aposentado compulsoriamente com pelo menos suspeita de envolvimento de venda de HCs e apenas para exemplificar em casos, os meus, o mesmo desembargador e soltou três criminosos importantes em plantão judiciário, deu o HC e liberou esses grandes traficantes, um deles foi o Capuava, que tinha mais de uma tonelada de cocaína e havia sido preso.

Foi recapturado agora novamente. Então, essa infiltração no Poder do Estado, ela é muito séria, não só no Condepe, mas, hoje ele precisa entender também e houve uma crítica no início pelos próprios órgãos que desconheciam obviamente pelos próprios integrantes do Condepe e alguns que desconheciam a extensão da investigação e do envolvimento do Luiz Carlos que achavam que poderia ser uma certa perseguição policial por ele estar fazendo algumas denúncias contra policiais ou grupos de extermínio e em absoluto não havia nada disso.

Então, todos esses órgãos, e principalmente um órgão da estatura do Condepe, eles precisam ser sim livres de infiltração desses criminosos, porque dinheiro temos ideia de uma arrecadação anual de mais de 300 milhões por ano, e então o dinheiro para corromper agente público e mau agente público, mau conselheiro eles têm, a verdade é essa.

Agora eu não acho, veja, não é porque o sujeito foi condenado e cumpriu a pena que ele está inabilitado para qualquer função pública. Mas, eu acho que deveria, não o caso desse mas deveria ser melhor verificado e o órgão é muito importante. Eu registro inclusive que havia talvez o delegado tenha dito isso, suspeita de pedofilia por parte desse conselheiro, o computador dele tinha muita coisa lá. Vejam, o computador é o que estava no Condepe. Até nós fomos acusados "olha, eles vão ver os dados do Condepe", e isso foi colocado lá sob guarda e cautela e o próprio Dr. Sarrubbo falou e eu falei, "Mário, fique tranquilo, ninguém vai acessar nada do Condepe em termos de denúncias de policiais e etcetera".

Agora, tinham imagens de pedofilia, então quer dizer, como que um sujeito desse pode levar... E tinha trânsito aqui na Assembleia Legislativa, no Tribunal de Justiça e utilizou várias vezes salas do Ministério Público, o auditório do Ministério Público para fazer audiências. O Dr. Mário Sarrubbo sabe disso. Então veja, todos nós estamos sujeitos a isso.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – O Condepe na realidade tem um poder muito grande de requisitar e estar presente e eu recebi o Luiz Carlos no comando geral da instituição. Eu vou contar um fato curioso agora, e que foi a única pessoa que eu quase coloquei para fora do meu gabinete, eu não o conhecia, recebi o Condepe após a morte do primeiro motoboy que aconteceu em 2010, e foi um caso grave e a polícia realmente cometeu um deslize e prendemos dez policiais de cara, e depois mais dois.

Ao todo foram 12 policiais que foram expulsos, mas eu recebi o pessoal do Condepe até para dizer que a polícia era transparente e que estava tomando providências. E o Luiz Carlos me fez uma pergunta que eu falei, "se o senhor repetir isso aqui o senhor está convidado a se retirar, ir embora, eu não admito que seja feito aquilo". Ele perguntou se a Polícia Militar para comemorar a morte de um motoboy tinha matado outro. Por que na sequência tinha

acontecido uma morte. E eu lembro que eu discuti com ele e eu nem imaginava que seria...

E ele se identificou para mim como advogado do Condepe e ele não é advogado. Então naquele momento eu acredito que ele nem era o vice-presidente ainda, isso foi em 2010, em abril mais ou menos, mas, só para ver como ele é um órgão importante, por isso que fizemos a CPI e pretendemos que esses integrantes e a nossa sugestão é inclusive que o Condepe se autopolicie, ou seja, que ele crie um...

O SR. LINCOLN GAKIYA – ... Eu vou fazer uma outra observação e o senhor me desculpe interrompe-lo, mas nos autos temos algumas reuniões que foram utilizados no auditório da PUC, da USP, e quer dizer, acabou se usando a academia, a universidade que é um centro que está sempre disposto a receber esse tipo de demanda e ali foram recebidos senadores, se eu não me engano, pelo menos um senador que estava lá e está na foto e tem pelo menos um senador.

Então eles têm... O órgão é muito importante, porque ele tem uma participação da comunidade muito grande e eu sei que isso também depois acaba refletindo em votos e etcetera. Então tem uma voz muito importante, e desacreditar um órgão desse é muito perigoso e complicado, porque é o que foi eleito pela Constituição para ser um órgão paritário de representação e de defesa dos direitos humanos.

Agora, quando você faz um mal-uso desse conselho, quer dizer, acaba se desacreditando, então assim, muita gente foi utilizada e usada indevidamente por esse cidadão.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – O que fica de bom de tudo isso, é que de todos os depoimentos aqui são na mesma linha do senhor, “ele é que fez tudo sozinho, planejou sozinho, enganou todo mundo”, ele enganou dentro e fora do Condepe. Ele enganou os criminosos, o Condepe, e enganou as autoridades públicas até onde ele conseguiu. Mas, na minha linha era isso, eu agradeço muito a sua presença, e mais uma vez eu faço o coro com o nosso deputado Ed Thomas, parabéns, Dr. Lincoln pela sua coragem, e pela sua forma de trabalhar.

Trabalhamos muito juntos na Polícia Militar, e no Comando da Polícia Militar, eu tenho certeza de que fizemos um grande... O senhor principalmente com sua equipe e com a coragem de fazer, com a confiança que o Ministério Público naquele momento deu a própria Polícia Militar de acompanhar as ações e que fez a diferença no Estado de São Paulo, e que talvez estejamos hoje melhores um pouco do que os outros, e por causa do senhor, do Ministério Público, do Dr. Ferreira naquele momento e o secretário de segurança pública que tem que reconhecer esse grande trabalho feito pela segurança de São Paulo.

E sempre terá o nosso apoio, parabéns e quero parabenizar ao Dr. Sarrubbo que eu conheci como comandante geral, o senhor estava na chefia da escola, do Ministério Público e tivemos a oportunidade de estarmos juntos em algumas questões, e dizer para os senhores que contem na Assembleia Legislativa conosco. E eu fico aberto para que aquilo na área estadual pudermos modificar em termos de legislação e que melhore esse trabalho que os senhores fazem, e, junto a acompanhamentos de crime e ajudar a população de São Paulo e da população brasileira, contem sempre conosco, eu tenho certeza de que falo em nome dos outros deputados. Dessa forma, Dr. Lincoln e Dr. Sarrubbo e Presidente, eu pediria porque tenho o Colégio de Líderes agora, sou líder do PSD e precisava comparecer.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Fica à vontade. Muito obrigado.

O SR. CORONEL CAMILO – PSD – Parabéns, muito obrigado. E disponham de nós por aqui.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Obrigado, Dr. Vitor.

O SR. VITOR SAPIENZA – PPS – A maioria do pessoal que aqui está sabe bem que eu sou decano dessa Casa, nunca tive oportunidade de participar de uma CPI envolvendo segurança pública. Eu acompanhei o Carandiru e recentemente o que aconteceu no Pará, e, ouvi um depoimento de

um desembargador de uma forma simplista dizendo o seguinte, que para resolver o problema dos presídios bastaria a construção de mais presídios e pagar melhor os funcionários, ou seja, é uma forma infelizmente brasileira de empurrar as coisas com a barriga.

Nós temos um grande problema brasileiro, chamado de direitos humanos e serve para esconder um monte de falcatrudas e se faz um monte de besteiras sempre se indicando os direitos humanos. É a primeira vez que eu vejo um promotor o Dr. Lincoln, abordar um problema com a seriedade como foi abordado, porém, eu tenho um temor, que é o seguinte, que o seu trabalho não fique simplesmente registrado no relatório.

O meu pedido é no sentido de que o senhor apresente sugestões para tentarmos mesmo através do relato da Comissão, mudar as coisas, porque infelizmente nós brasileiros só temos direito quando se trata de obrigações e todo mundo tira o corpo fora. Então eu entendo e tenho acompanhado inclusive se eu não me engano o jornal de hoje ou de ontem, um depoimento do Valério sobre a penitenciária, e no qual ele aborda e procura desqualificar totalmente a fiscalização que deveria existir e ele deu até um exemplo do tipo de revista que é feita em mulheres.

Quer dizer, se o cara quer contribuir e colaborar, não tem que descer nesse ponto, tem que também ter coragem de mostrar as coisas direitas que são feitas. Então, eu quero primeiro parabenizar a ambos pela coragem, porque se precisa de coragem para enfrentar isso aí, e eu quero dizer e reforçar o seguinte, Coronel Telhada, eu entendo que com a presença sua, e, com a presença do Coronel, conseguimos ganhar alguma coisa na área de segurança. Mesmo porque aquilo que foi feito até hoje dentro de segurança no sentido de Assembleia Legislativa apresentar alguma coisa, eu acho que não tem nota.

Ou seja, é zero, então dentro desse quadro eu quero parabenizá-lo pela coragem e pela iniciativa. E quero reafirmar e pedir ao senhor Lincoln, que não deixe a coisa ficar somente no discurso, traga por favor ao nosso coronel sugestões e vamos procurar dentro do possível fazer com que isso seja uma realidade. Parabéns Coronel, parabéns depoentes.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Obrigado, deputado. Senhores, mais alguma coisa? Podemos encerrar? Deputado Doutor Ulysses.

O SR. DOUTOR ULYSSES – PV – Eu queria parabenizar o Dr. Sarrubbo e o Dr. Lincoln, pela excelência do trabalho porque hoje eu ouvi esclarecimentos muito preciosos, eu não tinha o pleno conhecimento da situação e hoje eu estou bem a par de toda a situação. Eu quero parabenizar os pela disposição de virem até aqui darem essas informações, muito obrigado e continuem tendo o sucesso que os senhores estão tendo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA – PSDB – Obrigado, deputado.

O SR. – Presidente, pela ordem. Eu só queria tentar aqui tirar uma dúvida diante de todas essas investigações grandiosas e o trabalho grandioso que eu já pude colocar aqui. Agentes penitenciários, ameaças e algumas mortes aconteceram e já debatemos Coronel Telhada, na Comissão de Segurança, uma tragédia que tem acontecido e é claro que os números trazem assim, que a cada dois dias temos um suicídio. A notícia até de hoje Dr. Sarrubbo, é que depois da baleia azul, tem hoje uma investigação dentro da rede onde as pessoas estão sendo incentivadas a cometerem um suicídio.

Ou seja, elas mapeiam ali por publicações e incentivam ao suicídio, é algo que não queremos realmente encarar muito e choca muito. Aonde é que eu quero chegar? É que no sistema penitenciário os números de agentes que cometem suicídio e estão cometendo, não são pequenos, já debatemos isso na Comissão, então eu tenho o relato de irmãos, de mães, e até porque a região de onde nós viemos é aquela que ofereceu para o Estado o maior número de presídios, a maior população carcerária e que, por sua vez, o maior número de trabalhadores do sistema, é simples desta forma.

Então os pedidos de transferência são todos os dias que acontecem e principalmente no meu gabinete, mas, o que vemos parece que é uma classe trabalhadora que está em uma pressão muito grande, e, qual é a pergunta? Que eu gostaria se o senhor pudesse dentro dessa investigação se assim o

puder, essas facções agem nessa pressão também e com essa ameaça a esses agentes? Aos familiares, e foi detectado alguma coisa dessa forma, ou é o próprio sistema que deixa essas pessoas doentes e algumas estão doentes e precisando realmente de tratamento?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Bom, deputado, eu ingressei no Ministério Público em 1991 e em 1992 eu assumi a comarca de Presidente Bernardes que o senhor conhece bem, e eu já em 1992 a diante eu peguei quatro rebeliões e destruíram completamente o presídio e depois a P1 de Venceslau e assim por diante. E essa classe trabalhadora ainda que tenha melhorado a questão de segurança, eles precisam ser olhados com mais cuidado, não é por má vontade do secretário e o Dr. Lourival é um amigo pessoal meu, e, um colaborador nosso.

O SR. - Competente demais.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Mas, vejam a situação que esses indivíduos, esses trabalhadores como eu disse, até pouco tempo atrás eles tinham o contato diário com esses presos. O número de agressões de presos a funcionários cresceu, fora as mortes, mas, assustadoramente. Então havia uma determinação do PCC que se fosse para agredir, e era muito comum jogar café quente no guarda. Então se fosse para agredir não era para jogar café quente, era para arranjar sangue. Então o que aumentou o número de agressões com lesões graves a esses trabalhadores é uma enormidade, então eles trabalham com um estresse muito grande.

A penitenciária feminina de Tupi Paulista que eu também faço a correição mensal, a visita, tivemos um ataque a algumas agentes, a um tempo atrás, e se vocês vissem deputados, os cortes, eu tenho as fotos, que essas moças receberam de quase arrancar o pulso fora.

O SR. - Eu pude apresentar aqui Dr. Lincoln, eu apresentei.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Então é um absurdo, e o que eu queria dizer de 1991 é que quando entravamos na cadeia, na penitenciária o preso abaixava a cabeça e colocava as mãos para trás. Hoje se forem entrar na penitenciária dois, é o agente quem baixa a cabeça quando ele cruza com o preso. Porque está tratando de um preso de alto poder aquisitivo e de um preso que tem integrantes e tem gente fora do presídio trabalhando para ele e que ameaça esse pessoal constantemente. “Vou pegar você, sua família, pegar isso ou aquilo”.

Tem a questão das revistas que os senhores tocaram, mas que foi aprovada uma lei, em São Paulo é um dos poucos estados que aprovou essa lei e que proíbe a revista vexatória no qual eu também acho que ela era uma situação indigna, mas, eu conheço as agentes que faziam e não é feita por homens, eu já vi filmagens no Amazonas de revistas a senhoras feitas por homens.

Se um agente penitenciário tocar algum órgão genital de maneira indevida e de algum familiar de preso ela está morta no outro dia, isso não ocorria. E então esse pessoal, deputado, precisa ser olhado com mais carinho pela Assembleia Legislativa e eles tem uma remuneração que eu acho que não é condizente com o perigo da função. Eles precisariam de um pouco mais de capacitação, e se verificar o nível de um agente penitenciário do Depen, o sistema penitenciário federal, é um nível muito maior.

Eu tive a oportunidade estar em Alcaçuz, no Rio Grande do Norte logo depois que teve aquela tragédia e com aquelas mortes todas de integrantes de facção e o Depen foi chamado a intervir no sistema penitenciário do Estado. E eu faço até o convite que os senhores verifiquem como ficou Alcaçuz, eu estive lá depois e só com a capacitação dos agentes do Estado.

Eles ficaram lá e eu acho que dois ou três meses, inteira o treinamento da polícia de choque, deram armamento e é isso, eu acho que o servidor precisa ter essa capacitação e melhorar a autoestima. Então, é esse nível de estresse ele é constante, então se precisa também eu acho que melhorar as condições de trabalho desse pessoal.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB – Obrigado. Senhores deputados, o que o nosso querido Dr. Lincoln falou aqui é a ponta do iceberg. Se ele fosse realmente falar tudo que tem conhecimento dos problemas e dos envolvimentos do crime organizado, apesar de que essa CPI

fica baseada na situação do Condepe, mas, é sempre ilustrativo que os senhores conheçam um pouco da realidade do que acontece nos presídios e de organizações que acabam sendo infiltradas por criminosos e como ele falou, não é exclusividade do Condepe, a polícia nós temos, e na justiça, na igreja, o crime organizado se infiltrou em todos os setores, não duvidem disso.

E a principal mola motriz de tudo isso é o fator financeiro. Quero aqui agradecer a presença do Dr. Lincoln, eu queria saber se os senhores querem fazer alguma consideração final, fiquem à vontade, Dr. Sarrubbo. Agradecer a presença do Dr. Sarrubbo e do Dr. Lincoln, em especial ao Dr. Lincoln que veio de Presidente Prudente, mais de oito horas de viagem para poder...

O SR. LINCOLN GAKIYA – ... Pertinho.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB – Pertinho, para poder nos presentear com essa aula e para os senhores verem a necessidade de uma CPI nesses termos, e, porque muitas vezes quando pedimos a CPI, o grito foi que queríamos acabar com o Condepe. E de maneira alguma, não temos nada contra nenhum órgão que esteja trabalhando adequadamente. Agora, a partir do momento em que houve o problema temos que averiguar sim, e sabermos se não há mais pessoas envolvidas como foi dito aqui hoje e tranquilamente de quem presidiu toda essa investigação dizendo que não um envolvimento.

Trazendo mudanças, como o próprio Coronel Camilo vai propor no seu relatório e que já foram feitas algumas mudanças do próprio Condepe quando esteve aqui a presidente presente, e que já apresentou inclusive a publicação do “Diário Oficial”, algumas mudanças para indicações ao Condepe, inclusive a investigação da vida pregressa dos futuros membros e dos que estão lá atualmente.

A recomendação do deputado Vitor Sapienza, Dr. Lincoln e Dr. Sarrubbo, por favor, se os senhores tiverem alguma proposta ou alguma coisa que possa ajudar no nosso relatório nos encaminhem também, porque a excelência do trabalho e do conhecimento dos senhores aqui só abrillanta e nos ajuda muito a chegar em um resultado satisfatório. Então eu quero publicamente agradecer a presença dos dois e dizer que em 2010 eu sofri um atentado na porta da minha casa, fui alvejado com 11 tiros, e por incrível que pareça muitos colegas disseram que fui eu que fiz esse atentado que foi montado por mim, para que eu me promovesse.

Mas, está aqui um homem que acompanhou tudo e sabe a realidade das coisas, eu saí da Rota ameaçado de morte, tanto que fiquei um tempo com escolta da Secretaria de Segurança Pública. E eu tenho meu nome constado em várias listas para morrer. Então, sabemos da dificuldade, mas eu sou coronel, é difícil e então já tem um atendimento especial. Agora, imaginem a situação do agente penitenciário, do soldado da Polícia Militar e do policial investigador, do carcereiro da Polícia Civil.

Nós temos que voltar os olhos para o crime organizado, todos nós somos vítimas, a começar deste Presidente, desses promotores, todos somos, e o que esse homem passa é uma coisa que não sei se ele vai escrever um livro um dia. Mas, a atenção de vida e da família é uma coisa que merece toda a nossa atenção e o nosso apreço porque não é fácil o que ele faz há muitos anos, não só a ele como a toda a sua equipe e os demais promotores do Estado de São Paulo.

Então, Dr. Lincoln, Dr. Sarrubbo, muito obrigado pela presença dos senhores. Eu quero agradecer imensamente e dizer que os senhores têm aqui nessa Casa aliados, e no que pudermos fazer pelos senhores contem com o nosso apoio. Senhores deputados, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

PARTE IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A Operação Ethos, que teve início em maio de 2015, quando foi apreendida uma carta enviada de um pavilhão a outro, na Penitenciária II, de Presidente Venceslau, terminou por desvendar um esquema criminoso, com a prisão de vários advogados, suspeitos de colaborar com o Primeiro Comando da Capital (PCC) para os crimes de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e corrupção. A operação deteve também o vice-presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Estado de São Paulo (CONDEPE), Luiz Carlos dos Santos, ex-vice-presidente do Conselho, acusado de receber propina para fazer supostas denúncias falsas contra a polícia e o sistema carcerário paulista, e outras duas pessoas.

Os advogados envolvidos simulavam visitas jurídicas e serviam como elo de comunicação das atividades criminosas entre os presos e os integrantes em liberdade. Embora não fossem os advogados que estão cadastrados no Tribunal de Justiça como os defensores dos presos, esses profissionais usaram suas prerrogativas de advogados para entrar nas cadeias, afirmando serem representantes daqueles detentos e, desse modo, tinham acesso a eles.

O Senhor Luiz Carlos, ex-vice-presidente do CONDEPE foi detido e depois condenado por integrar a organização criminosa e corrupção passiva.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi criado pela Lei nº 7576, de 27 de novembro de 1991. Posteriormente, o Decreto nº 57234, de 15 de agosto de 2011, instituiu o Cadastro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo e regulamentou os incisos I e III do artigo 5º dessa lei.

Elaborado nos termos do artigo 110 da Constituição do Estado, tem a finalidade de investigar as violações de direitos humanos no território do Estado, encaminhar às autoridades competentes as denúncias e representações que lhe sejam dirigidas, bem como estudar e propor soluções de ordem geral para os problemas referentes à defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana.

É composto por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da OAB e de representantes da sociedade civil, indicados por entidades de defesa dos direitos humanos.

Este Conselho, portanto, por sua finalidade e composição, constitui um valioso instrumento de diálogo entre os poderes do Estado e a sociedade. Como órgão de controle externo, é inegável sua importância na defesa de um dos preceitos basilares da democracia: os direitos humanos.

Justamente por sua importância, é gravíssimo que tenhamos tido um membro desse órgão envolvido em atividades criminosas utilizando-se do cargo que ocupava no referido Conselho.

A Operação Ethos não detectou em suas investigações envolvimento de outros membros do CONDEPE nas atividades criminosas. Essa entidade, foi portanto, lamentavelmente, vítima de um crime.

Há que se reconhecer que as ações delituosas cometidas pelo Senhor Luiz Carlos dos Santos, membro do CONDEPE, não poderiam ter sido evitadas. Apesar do fato de ter se utilizado do cargo para fazê-lo, atuava fora do âmbito do Conselho. No entanto, embora nada pudesse ter sido feito para evitar a prática da ação, poder-se-ia ter sido afastado o agente antes de cometê-la.

Destaque-se que a presente CPI não foi criada para investigar a atuação do CONDEPE enquanto instituição, pelo contrário, o intento foi analisar, discutir e sugerir meios para evitar que outras práticas desse tipo venham a ocorrer e assim proteger o seu trabalho.

Inicialmente, é necessário destacar as ações do Conselho em relação ao ocorrido.

Depois da confissão do Senhor Luiz Carlos em atividades criminosas, o Conselho decidiu, em seu pleno, por sua exclusão como membro e consequentemente da entidade que ele representava.

A formação de uma comissão de auditoria visando analisar todos os casos atendidos pelo ex-presidente preso foi, sem dúvida, também, uma medida reveladora da seriedade da instituição.

Ainda, o Edital Condepe 1- 2018, para a nova eleição, ao exigir apresentação de documentos comprovando que a entidade, como personalidade jurídica, atue há mais de cinco anos e tenha dentre seus fins institucionais a defesa dos direitos humanos, demonstrando sua efetiva atuação na área, verificará se a instituição realmente apresenta a pertinência temática pretendida.

O processo eleitoral impõe que, além da obrigatoriedade de apresentação do *curriculum* contendo histórico de atuação em defesa dos direitos, os candidatos apresentem certidões de distribuição cível, criminal e de execução criminal, nos âmbitos estadual e federal, impedirá que pessoas que já tenham problemas com a justiça sejam futuros membros.

Considerando que os membros do CONDEPE, embora não remunerados, exercem, conforme determinação legal, funções consideradas de serviço público relevante, a criação de uma comissão de Auditoria Interna permanente, além de uma Ouvidoria e uma Corregedoria traria maior transparência e confiança nas ações realizadas na Comissão.

Esse são mecanismos que trazem maior segurança não só ao corpo diretivo como a todos os membros, na medida em que contribuem para eliminar a possibilidade de erros e fraudes em todas as áreas e processos de trabalho, além de trazer a necessária transparência.

Esse é, ao nosso ver, o caminho. Todas as instituições fortes tem órgão de depuração. Instrumentos internos de controle e de avaliação sistemáticos fortalecem o órgão como um todo e são comprovadamente ferramentas eficazes de proteção ao trabalho da entidade.

Claro está que o crime cometido pelo membro do Conselho não contou com a participação deste. Mas há que se pensar como o Senhor Luiz Carlos se apresentou como candidato, foi conselheiro e chegou à vice-presidência do Conselho praticando atividades além das estabelecidas para o cargo sem nenhuma desconfiança dos demais membros.

Em razão da magnitude do fato ocorrido é necessário repensar o CONDEPE. Há que se criar mecanismos que possibilitem maior transparência na sua atuação.

Parece evidente que houve uma falha no controle de suas ações.

A normatização dos procedimentos de atuação dos conselheiros poderia ter evitado sua conduta e permitiriam que a instituição tivessem mais controle das atividades desenvolvidas.

Ritos de procedimentos de atuação dos conselheiros quando discutidos e definidos de forma a atender os fins da entidade, são instrumentos que facilitam a avaliação e a gestão do trabalho.

A prestação de contas seria uma medida que fortaleceria a entidade, registrando toda a atividade desenvolvida e divulgando os resultados positivos de sua atuação. Caberia ao próprio conselho estabelecer os moldes dessa prestação.

Não há ingerência externa quando se estabelece procedimentos de controle.

É o Conselho controlando as ações do próprio Conselho.

Auditoria interna permanente, Corregedoria, Ouvidoria, e ainda, sistematização dos procedimentos são regramentos que só virão proteger e fortalecer o trabalho do CONDEPE.

Ademais, o Senhor Luiz Carlos dos Santos, na sua oitiva, enumerou algumas sugestões que poderiam melhorar o Conselho, e com as quais concordamos, quais sejam:

- A regionalização do CONDEPE, com representantes nas regiões do Estado (Baixada Santista, interior);
- Aumentar o número de conselheiros membros da sociedade civil, já que o número atual é pequeno em relação à demanda;
- Melhorar os valores de resarcimento das diárias, que se mostram insuficientes;
- Garantir a segurança dos membros do Conselho que são vítimas de ameaças.

Tendo em vista todo o exposto, recomendamos:

1. Ao CONDEPE:

O CONDEPE é um órgão que está inserido na administração estatal. Presta serviço público de alta relevância e, portanto, deveria estar sujeito como qualquer entidade pública à prestação de contas de seu trabalho. O fato de tratar-se de um órgão de controle externo, com autonomia administrativa e política, sem subordinação hierárquica, não o exime dessa prática.

O membro do Conselho, embora preste um serviço não remunerado e em caráter transitório, está investido de uma função pública dentro de um órgão público, representando a própria Secretaria da Justiça.

Nesse sentido, como todo funcionário público, o membro do Conselho deveria apresentar a declaração anual de bens.

A necessidade da apresentação dos antecedentes, já prevista no Edital Condepe 1-2018, é da maior importância e deve ser mantida.

Quanto aos atendimentos, acreditamos que devam ser realizados não mais individualmente, mas em equipes com número definido de acordo com a conveniência da entidade, para, desse modo, dificultar ações ou acordos escusos.

No mesmo sentido, requisições de informações externas, para a polícia, juízo ou outros órgãos também não devem ser solicitados isoladamente; havendo a necessidade da aprovação da presidência.

Evitar a atividade isolada seria uma medida, a nosso ver, eficaz de controle.

A criação de uma comissão de Auditoria Interna permanente, além de uma Ouvidoria e uma Corregedoria traria maior transparência e confiança nas ações realizadas na Comissão.

2. À Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania:

O CONDEPE tem a possibilidade de escolha do corpo diretivo, bem como conduzir seus trabalhos e realizar seus atos sem nenhuma subordinação hierárquica ou de controle. É uma instituição que possui autonomia administrativa e política.

No entanto, não possui autonomia financeira e orçamentária, pois foi criada e está localizada na estrutura orgânica da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania.

Por esta razão, a destinação de um orçamento próprio do Conselho, possibilitaria melhor estrutura ao órgão, além de trazer mais independência para tratar de assuntos como resarcimento de despesas e diárias.

Em que pese toda a independência de atuação, cabe, como a todo órgão público, a solicitação da prestação de contas, quer financeira, quer do relato de atividades desenvolvidas pelo Conselho.

Nesse sentido, sugerimos à Secretaria definir, previamente, o calendário de reuniões sistemáticas destinadas a estes fins.

Além disso, em virtude da área em que os Conselheiros atuam, há a necessidade de que a Secretaria garanta meios para que os mesmos tenham sua segurança física garantida.

3. Ao Governador:

A Comissão Parlamentar de Inquérito, durante o período, solicitou propostas sobre como melhorar ainda mais o trabalho realizado pelo CONDEPE.

A maior parte das sugestões, no entanto, necessitaria de mudanças na legislação pertinente ao Conselho, quais sejam:

- Em relação ao número de componentes: aumentar o número dos Conselheiros indicados pela sociedade civil, o que possibilitaria maior estrutura, inclusive a necessária regionalização do CONDEPE, que atualmente mal consegue atender a demanda da Capital.
- Em relação ao ingresso no Conselho: estabelecer na legislação critérios de admissão mais rígidos, com a exigência de entrega de certidão civil e criminal e análise do *curriculum vitae* do candidato.
- Em relação aos Membros: apresentação anual de declaração de bens.
- Em relação aos ritos de trabalho: estabelecer a obrigatoriedade do atendimento ser realizado por equipe; ratificação do Presidente do Conselho nas solicitações de informações aos demais órgãos públicos e privados.
- Em relação à criação de mecanismos de controle da instituição: instituir Ouvidoria, Auditoria e Corregedoria, bem como estabelecer critérios de funcionamento.

Ao nosso ver, todas essas medidas possibilitarão maior controle tanto em relação ao trabalho executado como aos membros que compõem o Conselho.

PARTE V – ENCAMINHAMENTOS

1. PROPOSIÇÃO

Diante de tudo o que foi exposto neste relatório, especialmente as recomendações enumeradas e, tendo em vista que, em tema relativo à organização, ao funcionamento e à definição de atribuições de órgãos da Administração Pública, a implementação das providências está reservada ao Chefe do Poder Executivo, apresentamos a seguinte proposição:

INDICAÇÃO N° , DE 2018

INDICAMOS, nos termos regimentais, ao Senhor Governador do Estado, que determine a realização de estudos e demais providências, a fim de que sejam alteradas a Lei nº 7.576 de 27 de novembro de 1991 e Decreto nº 57.234, de 15 de agosto de 2011, pertinentes ao funcionamento do CONDEPE, para que passem a constar desses diplomas legais as seguintes modificações: criação, dentro do Conselho, de Corregedoria e Ouvidoria, além de estabelecer obrigatoriedade de Auditoria Interna e prestação de contas transparente e periódica; obrigação da presença de uma equipe ou de pelo menos dois Conselheiros nas visitas realizadas; ratificação feita pelo Presidente dos pedidos de informação feitos a outros órgãos; aumento no numero de Conselheiros dentre os indicados pela sociedade civil, para a necessária regionalização do CONDEPE; maior rigor na documentação a ser exigida dos membros, com a apresentação de antecedentes e declaração anual de rendimentos.

Justificativa

A presente CPI foi constituída com a finalidade de investigar os citados na Operação Ethos e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Em razão do envolvimento de membro do CONDEPE em atividades criminosas, posteriormente condenado, essa Comissão foi instituída para averiguar a extensão e reflexos dessas ações no Conselho.

A Comissão apurou que, embora o cidadão se utilizasse do cargo de Vice-Presidente do CONDEPE, a entidade não estava envolvida em sua ação criminosa e desconhecia que tal fato estivesse ocorrendo.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi criado pela Lei nº 7576, de 27 de novembro de 1991. Posteriormente, o Decreto nº 57234, de 15 de agosto de 2011, instituiu o Cadastro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo e regulamentou os incisos I e III do artigo 5º dessa lei.

O CONDEPE, como órgão público, sem qualquer subordinação hierárquica, integra-se na estrutura da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania para fins de suporte administrativo, operacional e financeiro, e conta, para o desempenho de suas atividades, com um corpo permanente de servidores públicos.

O Conselho, criado nos termos do artigo 110 da Constituição Estadual, desempenha funções consideradas de serviço público relevante.

Tendo em vista o ocorrido e, em razão da importância das atividades que esse órgão desempenha, é fundamental que se crie mecanismos que protejam o trabalho desse órgão, quer na escolha dos conselheiros que o compõem, quer no trabalho desenvolvido pela entidade.

Os seis conselheiros representantes da sociedade civil são eleitos dentre as entidades inscritas, com personalidade jurídica, que atuam na área de direitos humanos há pelo menos cinco anos.

Não há, até o momento, a obrigatoriedade legal de entrega de nenhum atestado que comprove a lisura da vida pregressa do candidato. Nesse sentido, a solicitação de certidões de distribuição cível, criminal e de execução criminal, nos âmbitos estadual e federal, como requisito para inscrição seria um instrumento para averiguação do perfil do futuro Conselheiro.

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Volume 128 • Número 93 • São Paulo, sábado, 26 de maio de 2018

A entrega anual dessas certidões por parte de todos os Membros também seria uma forma de proteger a integridade do Conselho.

No mesmo sentido, a entrega das declarações anuais de bens e rendimentos também consistiria em medida da maior importância. Como os membros do CONDEPE são agentes públicos, devem entregar, anualmente, suas declarações, nos mesmos moldes que todos os demais servidores públicos já fazem.

Visando inibir quaisquer procedimentos não autorizados, as diligências seriam realizadas não mais individualmente, mas por uma equipe, com número definido pela própria entidade.

Ainda, a criação de uma Comissão de Auditoria Interna de caráter permanente, bem como de uma Ouvidoria e Corregedoria são mecanismos de auto regulação e principalmente de auto saneamento utilizados em todas as instituições fortes, sendo meios comprovadamente eficazes.

Finalmente, em que pese o caráter independente do Conselho, em razão até das funções investigadoras que exerce, há que se reconhecer seu caráter público e como tal sujeito a prestação de contas como qualquer outro órgão ligado à administração. Além disso, ao relatar seu trabalho, o órgão deixaria documentada sua atuação na defesa dos direitos humanos, tão importante para uma sociedade democrática.

Assim, considerando a necessidade, especialmente depois dos acontecimentos, de se estabelecer mecanismos de controle e avaliação visando a proteção e o aprimoramento do trabalho realizado no CONDEPE, além da transparência de seus atos e deliberações, encaminhamos a presente indicação ao Senhor Governador.

Sala de Sessões em,

CPI ETHOS CONDEPE

2. OFÍCIOS

Em atenção ao previsto no caput do artigo 34-C do Regimento Interno desta Casa, decidimos:

- Encaminhar este relatório para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Estado.
- Enviar cópias deste relatório para as seguintes autoridades:
 1. Mesa Diretora desta Casa, para as providências de sua alcada ou do Plenário, com o fito de fazer publicar o inteiro teor deste relatório no Diário Oficial do Estado, bem como encaminhar ou fazer aprovar as proposições aqui sugeridas;
 2. Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários desta Casa Legislativa para ciência e acompanhamento do assunto, bem como dos resultados das medidas aqui propostas, além de tomarem as devidas providências para que sejam enviadas, pelo CONDEPE, as informações solicitadas pelo Ofício nº 9, de 07/03/2018, reiterado pelo Ofício nº 18, de 08/04/2018, ambos frutos de requerimento aprovado nesta CPI, que foram encaminhados mas não foram respondidos;
 3. Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado, no sentido de tomar providências quanto ao que foi recomendado neste relatório;
 4. Governador do Estado de São Paulo, solicitando que sejam empreendidos estudos e demais providências para que sejam modificadas as normas relativas ao CONDEPE.
 5. CONDEPE, para ciência do inteiro teor do que restou apurado do trabalho realizado na Comissão, bem como das medidas propostas neste relatório final.
 - Enviar ofício para ciência da realização desta Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como do que restou apurado, comunicando os meios de acesso ao inteiro teor do relatório final para as seguintes autoridades:
 1. Presidente da OAB-SP
 2. Secretario de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo
 3. Secretaria do Segurança Pública do Estado de São Paulo

Sala das Comissões, 14/05/2018.

Deputado CORONEL CAMILO

Relator

Aprovado o Relatório Final, em 16 de maio de 2018.

- a) Deputado Coronel Telhada (Presidente)
- a) Deputado Coronel Camilo (Relator)
- a) Deputado Doutor Ulysses (Vice-Presidente)
- a) Deputada Beth Sahão
- a) Deputado Ed Thomas
- a) Deputado Hélio Nishimoto
- a) Deputado Vitor Sapienza